

Junho de 2014

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique,
Venancio Dombele

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I.	REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1	Colocando os pobres em primeiro lugar...	1
1.2	“Condição de vida dos angolanos não vai melhorar até 2020”	2
1.3	Crescimento insuficiente, fraca diversificação e má redistribuição alimentam desigualdades sociais	3
1.4	Relatório. Confirmação da existência de famílias carentes e de liberdades limitadas (condicionadas)	4
1.5	País conta com cerca de 2,5 milhões de usuários de Internet	5
1.6	O combate a pobreza é incompatível com a exclusão social	6
2.	MICROFINANÇAS	8
2.1	Microcrédito para a mulher	8
2.2	Mulheres solicitam créditos	8
2.3	Plano promete inserção de mais jovens no mercado de trabalho	8
2.4	Alugar escritório em Luanda custa quatro vezes mais que em Maputo	9
2.5	Novos investimentos elevam oferta de casas	11
2.6	“Poucas empresas do sector das pescas beneficiaram do Angola Investe”	12
2.7	Preços na cidade capital já registam ligeira redução	15
2.8	Sociedade do ramo imobiliário reportam à comissão do mercado para ativar fraude e burla no sector	16
2.9	Fundo imobiliário pode tornar crédito barato	17
2.10	Metro quadrado capital bate recorde de preços	18
2.11	Mulheres rurais querem agilidade no micro crédito	18
2.12	Angola investe já vai nos 460 milhões de dólares	18
2.13	Jovens e governo desencontrados	19
2.14	Financiamento do BUÉ aos jovens	19
3.	MERCADO INFORMAL	20
3.1	Mercado reclama presença de vendedores e clientes	20
3.2	Taxa de câmbio das 'kinguilas' já não afecta inflação	20
3.3	Autoridades implicadas em assassinato de organizadores de protestos e contra vendedores ambulantes	21
3.4	Mercado Asa Branca palco de assaltos	22
3.5	Fiscais saqueiam depósito de zungueira	23
3.6	As causas do aumento de vendedores nas ruas	24
3.7	Encontro com os motoqueiros	25
3.8	Largos da Rua Pedro de Castro estão degradados	25
4.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	26
4.1	Angola assina protocolo de cooperação com congénere portuguesa	26
4.2	Autarquias são passo para o federalismo	26
4.3	Autarquias das bananas	27
4.4	Problemas de Luanda resumidos em plano	28
4.5	A vez de uma Luanda de problemas endémicos	29
4.6	Académicos debatem autarquias e qualidade do ensino	30
4.7	“Inconstitucionalidade por missão” pode adiar Autarquias	31

5. URBANISMO E HABITAÇÃO

35

5.1	Primeiros habitantes já no próximo ano	35
	Ministro da Construção manifestou satisfação pela qualidade dos trabalhos	
5.2	Casas entregues a quadros da Educação	35
5.3	Detidos supostos funcionários da Sonip	36
5.4	Funcionários da Sonip foram detidos	36
5.5	Casas entregues à juventude	37
5.6	Ministro fiscaliza obras das centralidades	37
5.7	Primeiras casas começam a ser entregues	39
5.8	Planeamento urbanístico é grande desafio	39
5.9	Casa Fácil fomenta a habitação em Cacula	40
5.10	O fecho para balanço das centralidades	41
5.11	Presidente da República retira à Sonip gestão das centralidades	42
5.12	SONIP deixa comercialização de habitações	42
5.13	SONIP fora de cena	43
5.14	Famílias realojadas recebem casas no Lubango	43
5.15	Habitação social quase concluída	44
5.16	Apartamentos vendidos a duas pessoas	44
5.17	Luanda tem plano de desenvolvimento	45
5.18	Viver no Kilamba está a custar caro	46
5.19	Imobiliário em novo período de expansão	47
5.20	Habitação e escritórios são segmentos activos e com investimentos transversais	48
5.21	Estudos apontam para carência habitacional na renda média	49
5.22	200 novas habitações são construídas	50
5.23	Alugar escritório em Luanda custa quatro vezes mais que em Maputo	50
5.24	Auto-construção dirigida	53
5.25	Avaliação da execução das casas sociais	53
5.26	Desvios de fundos causam afastamento da SONIP na centralidades	53
5.27	Luanda no top do ranking	54
5.28	Mais habitações	54
5.29	Novos investimentos elevam oferta de casas	55
5.30	Preços na cidade capital já registam ligeira redução	56
5.31	Sociedade do ramo imobiliário reportam à comissão do mercado para ativar fraude e burla no sector	57
5.32	A rede desapareceu do mapa	58
5.33	Fundo imobiliário pode tornar crédito barato	58
5.34	Luanda com rendas mais caras de África	60
5.35	Metro quadrado capital bate recorde de preços	61
5.36	Plano Director fica pronto em meados do próximo ano	62
5.37	Bairro Operário aguarda pela requalificação	62
5.38	Luanda, a Mega cidade	64
5.39	Um bálsamo chamado centralidades	65

6. TERRA

67

6.1	Governo distribui terrenos	67
6.2	A pilhagem dos recursos	67
6.3	Desajolados abandonam tendas em Caxito	68
6.4	Dirigentes sabem de abandonos	70
6.5	Terrenos abandonados travam crescimento do Pólo Industrial	70
6.6	Cava só para a Agricultura	71
6.7	Provedor defende realojamento	72
6.8	Família Tavares acusada de apropriar-se de terrenos no Musseque Capara	73
6.9	"Fomos Surpreendidos"	74
6.10	Existe um projecto privado que visa a construção de um condomínio de luxo naquela zona	74

6.11	Moradores dos “Cinco Fios” espostos ao perigo	74
6.12	Provedor defende legalidade	75
6.13	Empresa de Segurança A.O.S lidera «gângue» de invasores	76
6.14	Famílias realojadas recebem casas no Lubango	77
6.15	Parece que ainda estamos em guerra	78
6.16	Demolições em série no Zango-2	80
6.17	Dois anos à espera de resposta	81
6.18	Invasores de terras chegam à Burgalheira do Dande	82
6.19	Justiça precisa-se	83
6.20	População abandonhada	83
6.21	Sobreposição de direitos de superfície gera conflito de terrenos no Lar do Patriota	84
6.22	CCDH quer fim das demolições no País	84
6.23	Apropriação de terrenos foi criticada em Luanda	85

7. SERVIÇOS BÁSICOS 86

7.1	Lixo e mau estado das vias deixam cidadãos agastados	86
7.2	LIXO ENGOLE" Luanda Novo modelo afugenta operadoras	86
7.3	Viana debate saneamento básico	87
7.4	Acesso à água potável assegura crescimento	88
7.5	Alternativas de abastecimento das águas	89
7.6	Governador orienta fiscalização das operadoras	89
7.7	O direito à água e ao saneamento – Substancialmente e para ontem	89
7.8	Operadoras de lixo irritam governador	92
7.9	Água turva nas torneiras dos Cogolezes	92
7.10	Municípios pedem mais acção ao governo	93
7.11	Na EPAL	94
7.12	"Garimpo" afecta fornecimento de água	95
7.13	Ondjiva tem novo método de recolha do lixo	95
7.14	EPAL promete água para centralidade de Cacucaco a partir da primeira quinzena de Julho	97

8. GÉNERO E VIOLENCIA 98

8.1	Crime organizado em alto nível	98
8.2	Crimes cilindram autoridades da capital	99
8.3	Crimes em Luanda chamam atenção do PR	99
8.4	Criminalidade inquieta PR	100
8.5	Marginais cercam bairros da comuna do Kicolo	102
8.6	Criminalidade aumente e aumentará enquanto se olhar só para a repressão	102
8.7	Criminalidade em Luanda. Operação Kutukukuca leva 100 criminosos à cadeia	104
8.8	Kutululuka em Cacucaco	105
8.9	Escalada da violência	107
8.10	Polícia de investigação criminal precisa de mais apoio	108

9. AMBIENTE 109

9.1	Calemas causam três mortos e criam pânico em todo o litoral	109
9.2	Isabel dos Santos assina declaração de morte aos pescadores	109
9.3	Mar revoltado contra má gestão urbana	111
9.4	Huambo sofre de elevada devastação florestal	112
9.5	Chineses exploram madeira e outros recursos em grande e à francesa em Nambuanguongo	113
9.6	o «local do crime»	115
9.7	« Tem de haver estudosd prévios!»	115
9.8	Angola melhora governação ambiental	116
9.9	Ondjiva tem novo método de recolha do lixo	117

10. IMIGRAÇÃO

119

10.1	Imigração ilegal controlada	119
10.2	Milhares de angolanos regressaram	119
10.3	Situação migratória actual é preocupante	120
10.4	Autoridades tradicionais envolvidas na ilegalidade	120
10.5	Angolanos na diáspora continua a regressar a casa	121
10.6	Estrangeiros são expulsos	123

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Colocando os pobres em primeiro lugar...

Novo Jornal

06 De Junho 2014

APESAR DA CRESCENTE importância económica e política de Angola ao nível de África e do Mundo, dos evidentes progressos que se registaram, o país ainda têm desafios a enfrentar para os próximos tempos. Um destes desafios prende-se com o nível de conhecimento, percepções e aceitações acerca das dificuldades enfrentadas pelas pessoas mais pobres.

É preciso aceitar a realidade tal como ela é, melhorar a compreensão da escala e a natureza do fenómeno pobreza, com base nisto seleccionar cuidadosamente o público-alvo, a zona onde se quer intervir, o modo como se vai fazer. É preciso estar disposto a reconhecer os fracassos quando estes acontecem e celebrar os resultados quando se traduzem na melhoria das condições de vida das pessoas.

Muitos pensam e acreditam que com os progressos alcançados apenas existem pobres nas zonas recônditas de Angola, mas a realidade mostra que o fenómeno também é frequente e visível nas periferias das grandes cidades, mesmo para aquelas que vivem próximos desses serviços.

Outros baseiam-se apenas nas médias estatísticas, no volume de investimentos feitos, na quantidade de dinheiro gasto e consideram todos os dados em seu conjunto, o que tende mascarar a pobreza de uns pela riqueza de outros, ficando com a ideia geral de que há muito pouca coisa a fazer, ou de que está tudo no bom caminho.

De nada serve, criar-se programa alocar-se recursos, colocar no seu título a palavra-chave "desenvolvimento" ou "combate à pobreza", se as acções nelas previstas forem definidas e executadas sem que se tenha feito o mínimo recurso aos conhecimentos, experiências, dados e outras informações necessárias que só os beneficiários podem fornecer.

Mesmo nos casos em que estes visam aumentar as oportunidades para que determinados sectores da população possam aceder aos rendimentos, serviços

educativos, cuidados de saúde, lazer e recreação, a distância entre aquilo que se projectou e aquilo que se conseguiu em muitos será sempre muito grande.

Por esta razão, é que apesar dos investimentos anunciados, dos resultados prometidos e de toda a propaganda que se faz à volta das grandes mudanças que estão sem dúvidas a acontecer em Angola, ainda é grande o número de pessoas às quais são negados os direitos a recursos essenciais, como electricidade, água limpa e cuidados de saúde. Será que estes não contam para Angola?

É fundamental que a sociedade civil e as instituições do Estado se habituem a monitorar e acompanhar os grandes investimentos públicos, dialogar de maneira franca e aberta sobre prioridades, e avaliar objectivamente os resultados e impactos dos programas de desenvolvimento ou de combate à pobreza.

Doutra forma, como vamos identificar e eliminar as barreiras à inclusão social? Como se pode garantir que os programas sejam bem executados? Ou que as iniciativas que visam a construção de infra-estruturas, a prestação de serviços e outros esforços mais amplos sirvam para reduzir a pobreza e a desigualdade?

Sem dúvida, que para muitas pessoas, Angola é um país que brinda imensas oportunidades. As evidências mostram que com a crise económica em muitas partes do mundo, o nosso país consta das preferências em termos de destino de emigração de muitos povos de África, Europa e Ásia.

Mas, por mais que nos possa orgulhar tal facto, não podemos ignorar que também é grande o número de pessoas em Angola que emigra do campo para as cidades na ilusão de que nas cidades ou suas periferias poderão contar com as facilidades e as oportunidades necessárias para que seus direitos e seu potencial sejam realizados.

Não podemos deixar de nos orgulhar pelos inúmeros condomínios erguidos, das centralidades construídas de raiz, dos edifícios modernos que crescem em todo o lado, da onda de reabilitação em tempos record de uma serie de infra-estruturas rodoviárias, de água, saneamento e energia eléctrica,

Mas isto não pode servir de pretexto para nos esquecermos do facto de que muitas pessoas enfrentam ameaças constantes de expulsão das zonas onde vivem, outras vivem em habitações inseguras e em núcleos superlotados, seriamente vulneráveis a doenças e calamidades naturais.

Promover a participação destas nos processos de tomada de decisão é uma forma de se ultrapassar a

tendência frequente de se deixar que pessoas menos favorecidas ficam privadas de serviços essenciais, porque se tem a ideia geral de que em média muita coisa já foi feita, e que como se diz entre nós, "estamos sempre e somente a subir".

Reunir os recursos e a energia de actores privados, públicos, sociedade civil e da comunidade em apoio aos esforços do executivo, no sentido de garantir que as famílias mais desfavorecidas e empobrecidas desfrutem plenamente de seus direitos, não são objectivos, são meios para atingir um fim.

Por isso, mais do que investir em publicidade institucional para dar a conhecer as virtudes ou as mazelas de determinado programa de combate à pobreza ou desenvolvimento, deveríamos investir no diálogo e na concertação, nos mecanismos de participação pública e no aprofundamento do conhecimento sobre a realidade.

Sociedades mais justas e mais favoráveis ao desenvolvimento de todas as pessoas tendem a colocar os pobres em primeiro lugar!

1.2 “Condição de vida dos angolanos não vai melhorar até 2020”

Novo Jornal

13 De Junho de 2014

A MELHORIA das condições de vida a população angolana, em matéria relacionada com a distribuição de rendimentos, dificilmente vai ocorrer até 2020, afirmou nesta quarta-feira, 11, em Luanda, o economista Alves da Rocha.

O catedrático falava ao NJ a margem do lançamento do relatório económico e social de Angola referente ao ano de 2013, uma iniciativa anual do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN).

Alves da Rocha sustentou o seu pessimismo, argumentando que a sociedade angolana está confrontada com informações que dão conta de desvios de dinheiro, como forma de se criar em Angola uma classe relativamente rica.

"Há uma reportagem publicada na semana passada sobre o desconhecimento do paradeiro de 5,6 mil milhões de dólares do Banco Espírito Santo Angola (BESA). Desconfia-se sempre como é que se pode melhorar significativamente as condições recursos do Estado. Não nos esqueçamos que foi o Banco

Nacional de Angola (BNA) que teve dar o aval a este buraco financeiro", observou.

"Naturalmente isto depois tem custos em termos de melhoria das condições de vida da população e nomeadamente nos aumentos salariais. Temos de pensar aqui seriamente nos aumentos salariais, porque se pão for assim e como não temos acesso ao Orçamento Geral do Estado, não vamos poder melhorar as nossas condições de vida", acentuou.

Nesse sentido, "as projecções feitas não apenas por nós mas pelo FMI está no sentido de uma média anual de crescimento em torno dos 5%, ainda que seja 5,5 % é pouco para que se possa iniciar um processo sustentável de alteração, no sentido da melhoria das condições de vida dos angolanos",

"Se analisarmos os vários textos escritos pelas Nações Unidas sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio em África, para que houvesse uma melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano e uma redução significativa da pobreza, as economias tinham que crescer 8,5% ao ano", frisou.

O economista considerou "tortuosos, longos e complexos" os caminhos para a diversificação da economia, acentuando a necessidade de que os investimentos futuros, orientados nesse sentido, sejam "bons".

"Fizemos muitos investimentos na reconstrução de estradas e pontes que têm ocasionado mais custos do que benefícios, porque são obras criticadas, ou que ao final de cinco anos necessitam de ser reconstruídas novamente. Nos manuais da macro-economia costuma-se dizer que essas infraestruturas têm de durar no mínimo 25 anos, de modo a produzir retornos económicos", realçou.

Alves da Rocha deplorou a ausência de capacidade de execução de investimento público, sendo que a taxa média, incluindo as províncias, ronda entre 60%, 70% e nos melhores anos os 75%.

"Isto pode significar no final de contas menos volume do investimento público devido à pouca capacidade de execução e de absorção de verbas que estão no orçamento", referiu.

O relatório económico da CEIC do ano transacto, um documento com mais de 400 páginas, reflecte entre outros aspectos, a produção interna com realce para produção de petróleo, a política orçamental e monetária do país, o nível geral da actividade económica, a inflação e aponta as perspectivas de crescimento da economia nacional.

I.3 Crescimento insuficiente, fraca diversificação e má redistribuição alimentam desigualdades sociais

Jornal Agora

13 De Junho de 2014

Texto: Mário Paiva

Numa cerimónia onde começam de novo a pontificar as presenças de alguns membros do executivo - os ministros do Comércio, Educação e Indústria - antes, algo arredios, o Dr. Alves da Rocha, do CEIC, fez jus ao tradicional gabarito académico e de cidadania a que o centro e a UCAN nos vem habituando desde há 11 anos, com a apresentação do relatórios económico e nos últimos quatro anos, também social.

A director do CEIC realçou o facto de estarmos numa outra fase do crescimento, longe dos chamados período áureos que foram os anos de 2002 a 2008, em que a taxa de crescimento do PIB estava na orla dos dez por cento. Depois, como se sabe, sobreveio a crise económica e financeira mundial e de 2009 a esta parte as taxas de crescimento mais modestas, inferiores a 4 por cento.

A professor Alves da Rocha manifestou a sua inquietação diante de um cenário conjugado de diminuição da capacidade de produção petrolífera e a marcha por caminhos "lentos tortuosos e complexos" da diversificação da economia, slogan caro ao discurso oficial nos tempos que correm. As informações disponíveis apontam para uma média das exportações de petróleo angolanas de 1,57 mil milhões de barris por dia entre Janeiro e Abril deste ano - número que equivale a uma quebra de 9,2% com relação ao período equivalente do ano passado.

A existência de uma prática generalizada de baixos salários, um forte factor inibidor do consumo e da expansão do mercado mereceu igualmente grande destaque na intervenção de Alves da Rocha.

SALÁRIOS BAIXOS. "Até 2012, o principal factor de produção que beneficiou do crescimento económico foi o factor capital e não o factor trabalho. Angola, num quadro africano e mundial, é dos países em que a participação dos salários no rendimento nacional é mais baixa" salientou o coordenador do CEIC, para sublinhar que em alguns anos menos de vinte por cento do PIB angolano chegou aos trabalhadores, bloqueando a diversificação da economia.

A economista e professor universitário Alves da Rocha estabeleceu mesmo um paralelo entre o aumento dos salários e a diversificação da economia, pois "não se pode diversificar uma economia, lançar novas

actividades, se não houver consumo" e para tal "tem de haver rendimento, poder de compra".

Segundo o relatório económico de 2013 da UCAN em 2012 o salário médio de um angolano rondou os 37 mil Kwanzas e ainda assim entre os vários sectores económicos - tais como o petrolífero ou o financeiro por exemplo - e os restantes existem muitas diferenças salariais.

Segundo o relatório "as exportações de petróleo continuaram a ser um dos mais importantes factores de crescimento da economia em 2013 com uma contribuição de um pouco menos de dois pontos percentuais para a taxa de crescimento de 4,1 por cento do PIB, apesar do decréscimo verificado de 2012 a 2013, segundo informações do Relatório de Fundamentação do AGE para 2014".

O seu valor em 2013 - adianta o relatório da UCAN - foi de 65124 milhões de dólares, contra 68960 milhões de dólares em 2012, um decréscimo percentual de 5,6%, tendo como razão principal a diminuição do preço médio percentual do barril de petróleo em quase 3,4 por cento, segundo o MINPET. De qualquer modo o valor equivalente no conjunto das exportações manteve-se perto dos 96 por cento, atestando mais uma Vf2 a extrema dependência do país e sua concomitante vulnerabilidade diante dos choques externos.

Para os especialistas do CEIC apesar de a economia não-petrolífera apresentar uma dinâmica de crescimento superior a do sector petrolífero "que pode não corresponder a qualquer alteração substancial sustentável por enquanto, a primeira ainda não conseguiu criar bases de sustentação (poupança, investimento, produtividade e competitividade) que a autonomizem do petróleo".

O relatório da UCAN faz igualmente referência "às oscilações do sector agrícola que ainda não descolou" e a perda de dinâmica crescente do sector das Obras Públicas e construções.

Tanto o professor Alves da Rocha, director do este como o Dr. Nelson Pestana coordenador do Relatório Social, não deixaram de mencionar a falta de transparência existente entre as instituições e o difícil acesso na obtenção de informação estatística oficial.

I.4 Relatório. Confirmação da existência de famílias carentes e de liberdades limitadas (condicionadas)

Jornal Agora

20 De Junho de 2014

Texto: Mário Paiva

Três dinâmicas fundamentais marcaram o ano 2013 no plano político e social, de acordo com o referido documento: no domínio da participação dos cidadãos na gestão e controlo das políticas públicas, um crescendo de contestação a par de constrangimentos diversos no exercício das liberdades; a passagem da questão da denominada 'sucessão presidencial' para a agenda pública, face à contestação de rua e do clima de suspeição e incerteza em torno do futuro da liderança no partido do governo, logo na chefia do país; por último, uma crescente demanda social e política de definição de uma agenda e de um calendário do Executivo para as eleições autárquicas, no âmbito do processo da democratização.

Estas são as grandes linhas do Relatório Social de Angola (RSA) apresentado a 11 de Junho último em Luanda pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica.

Precariedade social

Em Angola, os níveis de reprodução social permanecem baixos, pois se insiste numa política de baixos salários e numa distribuição de renda extremamente desigual, que não é compensada por um sistema de redistribuição, através do Estado social, que é quase inexistente ou grandemente ineficaz considera o RSA 2013.

O relatório adianta que, apesar do Serviço Nacional de Saúde apresentar "níveis satisfatórios no plano da prevenção de doenças, por meio da vacinação, continua a não dar resposta suficiente no plano da saúde materno-infantil e no combate às endemias", salientando a "incapacidade quase total das unidades hospitalares de vários níveis atender o elevado número de doentes, "muitas vezes devido à má qualidade da água consumida e à falta de saneamento do meio".

O facto de o país não ter debelado o negativo fenómeno do elevado número de crianças fora do Sistema de Ensino, a par da contínua e prolongada falta de oportunidades de acesso à escola, também por parte de muitos jovens e adultos, mereceu, igualmente, uma alusão crítica, diante do olhar atento da autoridade governamental nesta matéria.

Vale a pena realçar aqui a proposta lançada ao público pelo Dr. Nelson Pestana, coordenador da vasta equipa de académicos do CEIC que elaborou o RSA, de o Estado angolano "assumir a protecção integral da primeira infância, especialmente para as crianças mais desfavorecidas" e o "acesso a todas as crianças, especialmente as meninas, e conclusão da escolaridade primária gratuita, obrigatória e de boa qualidade". Dito de outro modo, sendo a maior parte das famílias angolanas de condição precária e estando as crianças grande parte do tempo expostas ao abandono, trabalho infantil, falta de orientação pedagógica e outras debilidades, o Estado deveria assumir a ocupação destes petizes, depois do período de aulas normal, até porque a maior parte destas famílias, mal tendo meios para sobreviver, nada pode oferecer às crianças fora do horário de aulas.

A prolongada estiagem que afectou directamente 10 das 18 províncias do país durante os últimos três anos mereceu também uma referência do RSA, tomando nota da ineficiência dos programas de prevenção destas situações, assim como no combate à fome.

Famílias carentes. A situação das famílias e da criança em Angola permanece, grosso modo, precária. Segundo o Relatório Social de Angola 2013, apresentado pelo CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica) da UCAN (Universidade Católica de Angola), "63% dos agregados familiares vivem em habitações com tectos de zinco, mais de 55% da população utiliza combustível sólido (lenha, carvão, palha e população 61% dos agregados familiares fazer apenas uma ou duas refeições por dia, no mínimo, e cerca de 77% das famílias não possuem nenhuma escolaridade ou possuem apenas ensino primário".

No domínio alimentar, o RSA/UCAN um quadro igualmente constrangedor: os níveis de pobreza são de 58,3 por cento no meio rural e 18,7% nas zonas urbanas. O relatório atesta uma realidade há muito observada, que é da detenção de 98% das explorações agrícolas para a agricultura familiar que possui vários níveis. De acordo com o RSA/UCAN, em Angola existem 1,6 milhões de produtores familiares agrupados em associações, salientando que, num ranking de 105 países, o país ocupa a centésima primeira posição em consumo de calorias por dia por pessoa.

Em resumo, o RSA/UCAN conclui que, apesar de o país ser considerado no discurso oficial como sendo de "rendimento médio superior", as sensíveis melhorias do PIB, quando comparadas com outros indicadores de desenvolvimento social que incorporam os critérios de classificação, "nomeadamente o índice de vulnerabilidade

económica (que inclui indicadores de população, isolamento, concentração das exportações, percentagem da agricultura no PIB, entre outros) ou para o índice de capital humano (subnutrição, mortalidade infantil, frequência do ensino secundário e analfabetismo) o país deixa muito a desejar. Na verdade, na óptica das Nações Unidas, Angola ainda é considerado um "país de baixo desenvolvimento", ocupando o 1482 lugar em 187 países.

Estes últimos indicadores fazem o retrato, conforme o relatório social da UCAN, de um país "com desenvolvimento divergente e socialmente separado, contrário ao sentido de 'criação de uma sociedade de justiça e progresso social' estabelecidos na Constituição da República.

A perspectiva do MED. Num Conselho Consultivo realizado em Saurimo, a 21 de Março, o Ministério recomenda ser necessário propiciar que o Sistema de Educação esteja adequado às necessidades previstas no Plano Nacional de Formação de Quadros. Do mesmo modo que se deve manter como prioritária a formação de professores para o ensino primário e para as disciplinas deficitárias do I Ciclo do Ensino Secundário (Educação Física, EVP, EMC, Francês, Inglês, Francês e Educação Laboral), Educação Musical e Educação Manual e Plástica.

Para o MED, também se deverão criar condições para a formação inicial dos professores em educação especial nas instituições de formação média e superior, adequar o cronograma da realização do estudo do custo por aluno, de modo a facilitar a programação do orçamento do sector para o ano de 2015, previsto no mês de Outubro.

Outra das questões abordadas prende-se com a necessidade de se alargarem as estratégias de implementação do estudo por aluno a todas as províncias, respeitando o princípio da simultaneidade; criar condições para que a Língua Gestual Angolana tenha um espaço na Televisão Pública de Angola, em coordenação com outras estruturas afins; aprofundar o trabalho de recolha de dados e contribuições sobre a avaliação das aprendizagens para se determinar com eficiência as modalidades de transição e reprovação dos alunos entre várias outras questões.

1.5 País conta com cerca de 2,5 milhões de usuários de Internet

Jornal Expansão

27 De Junho de 2014

Texto: Aylton Melo

O País conta, actualmente, com cerca de 2,5 milhões de usuários de Internet face aos 400 mil usuários de há seis anos.

Este dado foi avançado pelo secretário de Estado das Telecomunicações, Aristides Safeca, durante o Fórum Angolano das Tecnologias, que aconteceu à margem da 3.ª edição da Expo TIC, em Luanda, de 20 a 21 do corrente mês.

O secretário de Estado afirmou ainda que o actual registo de usuários foi alcançado fruto do investimento dos operadores privados é estatais. Considerado pelo Governo um grande salto, que permitiu aos cidadãos acessos a aplicativos que não seriam possíveis se não fosse a capacidade actual de débito e tráfego de dados.

Em termos comparativos, na maturidade dos mercados, em termos de penetração da Internet, o País está em 12% abaixo do nível encontrado nos países emergentes, que é de 27%. Nos mercados maduros, a taxa de penetração está nos 74%. O secretário de Estado referiu que o País traçou como objectivo atingir os 30% até 2015, estando, portanto quase ao meio da meta.

A medição dos níveis de difusão e acesso à banda larga é hoje quase um dado impreciso, pois segundo a expôs Aristides Safeca, caracteriza-se por diversos factores e desloca-se constantemente, por exemplo, quando se começou a falar em conexão no País, há 15 anos, media-se a 74 Kb por segundo. E falava-se de um serviço que custava mais de 100 mil USD por mês.

"Hoje, as referências alteraram-se, porque o cidadão de classe média está a debitar cada vez mais recursos de transmissão e de armazenamento cada vez maiores, portanto, o objectivo primário é de se atingir 18 megabits (mb) por segundo", apontou o responsável.

Há cinco anos, até mesmo na Europa, o cidadão que tinha 250 kb por segundo era privilegiado. Hoje, o mínimo de velocidade de conexões de banda larga requerida é de 2 mb por segundo.

Nos EUA é perfeitamente comum atingir 250 mb por segundo com custos para os clientes que não ultrapassam os 26 USD. Emjeito de balanço, o secretário de Estado frisou que o desenvolvimento da banda larga atraiu, por um lado, investimentos na infra-estrutura e contribuições para o crescimento do

Produto Interno Bruto, e por outro, benefícios directos aos segmentos residencial e empresarial e aumento de novos postos de trabalho.

O paradigma do crescimento das telecomunicações

O sector das telecomunicações vive um paradigma que se inverteu, a partir dos anos 70, e com maior evidência na década de 90. Segundo Aristides Safeca, estima-se que, em 1996, o nível de penetração era de 0,35%, para uma população estimada em 6 milhões de habitantes. Hoje, apesar de termos triplicado para 1.08, os cálculos são feitos para uma população de 20 milhões.

"Este dado revela um problema, de que poucas pessoas se apercebem o País tem investido na infra-estrutura, mas a população está a crescer também, sendo um desafio para o sector", reflectiu o responsável.

O uso de telefonia fixa em Angola é, segundo os dados apresentados no referido fórum tecnológico, muito baixo se comparado com o de países que já tinham nos anos 90 cerca de 40% de penetração. "Essas populações que tinham já acesso à telefonia fixa cresceram de certa forma até 60%, como, por exemplo, a Suécia."

Entretanto, o secretário de Estado para o sector defendeu que o País ainda pode atingir uma teledensidade situada entre 14%.

O paradigma é que o uso de telefonia fixa baixou, devido eventualmente ao aumento do uso da banda larga. Por sua vez, a banda larga traz vantagens que podem revitalizar a rede fixa. "Por isso, o Governo está a desenvolver políticas para que licenças universais ocorram, para aproveitar este potencial e dar nova dinâmica à rede fixa", salientou.

Ao passo que no que toca a telefonia móvel, por outro lado, de acordo com os dados fornecidos pelas únicas operadoras móveis, cerca de 70% dos usuários no País têm acesso ao 3G, e cerca de 15% devem aceder ao 4G.

1.6 O combate a pobreza é incompatível com a exclusão social

Jornal A Capital
28 De Junho de 2014

A concepção e implementação dos programas mais abertamente relacionados ao combate à pobreza em Angola, deverão estar fortemente associados a passos importantes, como a negociação de interlocutores

úteis ao seu desenvolvimento (técnicos, patrocinadores, financiadores, associações da sociedade civil, representante dos públicos alvos e demais parceiros institucionais), a pesquisa de soluções aplicáveis, uma agenda de consultas públicas (que é uma fase importante do processo de legitimação do programa no espaço público democrático), a eleição de opções razoáveis e aptas para o atingir da finalidade, oportunidade em que se fixam os objectivos e as metas de avaliação.

Finalmente, a implementação directa e/ou associada, durante o prazo estimado e combinado com os gestores e financiadores, o monitoramento (acompanhamento e reajustamento de linhas refinamento) e a sua avaliação final, com dados objectivamente mensuráveis, que deverão ser publicados em todo o país.

Na prática não existe um envolvimento maciço dos cidadãos, e grande parte da sociedade desconhece os resultados finais dos programas ou projectos de promoção social e de combate à pobreza. Não existe uma avaliação independente destes programas, o próprio Executivo que é o implementador é que vem a público afirmar que os resultados são positivos.

O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRC) começou a ser implementado em 2010 e prioriza sector-refe como saúde, educação, agricultura, energia e água, bem como habitação e comércio rural.

Grande parte dos angolanos desconhece a actividades e resultados independentes deste programa.

Existem também os sub-programas Merenda Escolar, Cidades Limpas e Água para Todos, que estão contidos no Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (PAPAGRO). Entretanto, a escassez alimentar continua a afectar um número estimado acima de um milhão de pessoas.

O Relatório económico e social, do Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola destacam o crescimento da pobreza no seio dos angolanos e as assimetrias regionais resultante da má distribuição da renda nacional.

O relatório, revela que cerca de dois terços da população Angolana vive com menos de dois dólares por dia, confirma isso mesmo o director do Centro de Estudo e Investigação Científica da UCAN, Alves da Rocha, e o investigador Nelson Pestana. Dentre outros aspectos, o referido relatório aponta os sectores da Educação e da Saúde, como não tendo registado avanços significativos.

As Estratégias de Luta contra a Pobreza, deverão assentar em duas balizas: a) combater os factores que aprofundam a pobreza nas diferentes etapas de vida dos angolanos, b) realizar a promoção social dessas famílias e garantir o acesso aos seus direitos económicos independentemente das 'suas opções político-partidárias.

A matriz de actuação da Estratégia deverá basear-se, portanto, na complementaridade entre uma Rede de Protecção Social, Programas de Promoção Social nas áreas de educação, saúde, habitação, desporto, cultura, lazer e Programas Geração de trabalho e Renda, como profissionalização, acesso ao micro-crédito, organização de cooperativas e micro-empresas, assessoria técnica e comercialização.

A prioridade dada à inclusão social para qualquer projecto de desenvolvimento é traduzida, no enfrentar de graves problemas como a subnutrição e a extrema pobreza e na igualdade de acesso dos diversos grupos sociais aos bens e serviços básicos, como saúde, educação, oportunidades de emprego e de financiamentos públicos, independentemente das opções políticas dos cidadãos.

Também deverá haver grande preocupação com a focalização das políticas nos grupos de menor renda e seu impacto sobre os beneficiários, devendo este ocorrer de três formas principais: I) expandindo a capacidade produtiva e de geração de renda dos beneficiários; II) garantindo oportunidades para que esta capacidade possa ser utilizada; e III) oferecendo acesso a bens e serviços básicos.

Apoio às pequenas e médias empresas.

Este processo não deverá continuar aparentar um programa partidarizado, de compadrio, com evidente sectarismo. Tal marco bem, o fundamenta a escolha dos programas que darão início a uma nova gestão e que visa corrigir os erros assinalados o e que se implantará nos seguintes moldes:

a) Promover a criação e ,manter um forte apoio às PME com os requisitos básicos exigidos, independentemente da filiação partidária do proprietário. Enquanto a conjuntura for muito exigente, assegurar a criação e apoio a pelo menos 1000 PME/ano;

b) Criar e manter linhas de crédito bonificado para PME, no montante aceitável, enquanto a situação o justificar, e adaptar os instrumentos na medida do necessário para facilitar o acesso ao financiamento, para funcionamento ou para investimento;

c) Articular o acesso às linhas de crédito e os mecanismos de regularização de dívidas ao fisco e à

segurança social, de forma a dotar as empresas em menor dificuldade de condições de viabilidade;

d) Criar um fundo para reforço dos capitais próprios, através de instrumentos específicos ou partilhados de capital de risco, de operações de fusão e aquisição, fundos de investimento imobiliário ou outros, de modo a apoiar a superação do baixo nível de capitais próprios de um número importante de empresas, apoiar o ganho de escala, reforçar a capacidade competitiva e apoiara intemacionalização das PME.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Microcrédito para a mulher

Jornal de Angola
07 De Junho de 2014
Texto: Arcângela Rodrigues

A presidente da Liga da Mulher Angolana (LIMA), Miraldina Jamba, afirmou ontem, em Luanda, no encontro "Lima rumo aos desafios e conquistas para o desenvolvimento das mulheres", que a sua instituição tem contribuído para as mulheres angolanas estarem conscientes do seu papel na conservação da paz e reconstrução do país.

Miraldina Jamba falava na abertura das jornadas comemorativas dos 42 anos da LIMA, a assinalar-se no próximo dia 18 de Junho. A presidente da Liga da Mulher Angolana disse que a mulher angolana necessita de mais oportunidades para poder dar o seu contributo na governação e no sector económico e social. "Necessitamos que o Executivo preste maior atenção às mulheres no sentido de garantir mais oportunidades a nível dos microcréditos para o combate à pobreza", realçou.

Durante o encontro foram ainda apresentados alguns temas sociais, como a venda ambulante como estratégia de sobrevivência, pelo sociólogo Carlos da Conceição, e a contribuição da mulher na paz regional, por Miraldina Jamba.

2.2 Mulheres solicitam créditos

Jornal Economia
20 De Junho de 2014

Mulheres afectas ao núcleo da associação da mulher empresária, no município da Matala, 180 quilómetros da cidade do Lubango, província da Huíla, clamam por financiamentos para dinamizar os seus negócios que visam combater a fome e a pobreza nas famílias.

A presidente do núcleo Matala, Maria Leontina Matias, disse que são necessários créditos e com juros bonificados para permitir que sejam traçados novos caminhos que tendem a melhorar as actividades comerciais.

Segundo a responsável, as mais de 30 mulheres filiadas à associação encaram à vida comercial com mais responsabilidade, depois de beneficiarem de formação do ramo pelo Inapem, por isso a vontade de trabalhar é maior, mas faltam recursos.

Maria Leontina Matias realçou terem beneficiado de alguns apoios no âmbito do BUE, mas que serviram apenas para lançar o negócio, por isso há necessidade de outros para que os empreendimentos cresçam.

Afirmou que dos contactos feitos, oito mulheres do núcleo já se beneficiaram de um crédito do Banco Sol, mas que os juros, na ordem de 12 por cento, estão a afugentar as restantes.

O núcleo da associação de mulheres empresárias da Matala existe há seis anos e congrega 33 filiadas.

2.3 Plano promete inserção de mais jovens no mercado de trabalho

Novo Jornal
20 De Junho de 2014

O PROGRAMA de Desenvolvimento (PND) 2013/17 prevê aumentar a empregabilidade de jovens e ajustar as suas qualificações às necessidades do mercado de trabalho.

De acordo com o documento, neste âmbito, haverá melhorias nas condições de saúde dos jovens e terão acesso a uma habitação condigna.

"Promover a participação dos jovens na democracia participativa e no desenvolvimento social do país, adequar o quadro institucional às necessidades do sector", são, entre outras, prioridades do programa.

Entretanto, a implementação daquelas prioridades será alicerçada nos Programas de Acção que irão facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Os jovens terão ainda acesso a crédito bonificado para a criação de pequenos negócios.

A juventude angolana tem merecido a maior atenção por parte do Estado, que os considera protagonistas da modernização, da mudança de mentalidades da reprodução social e da recuperação do atraso estrutural do país, constituindo, como tal, o maior potencial para o seu desenvolvimento.

Nos últimos anos, diz o documento, "a intervenção neste domínio foi orientada pelo Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude (PEGAJ), em parceria com diversas instituições, empresas e sociedade civil, com um impacto significativo na redução da taxa de desemprego dos jovens no melhoramento das condições de vida e na sua participação activa no processo de reconstrução e desenvolvimento do país.

Lançado em 2005, o PEGAJ concretizado através do Programa Angola Jovem (PAJ), que pretende mobilizar os jovens, visando a sua participação activa e permanente no processo de reconstrução nacional. O seu âmbito é nacional e gradualmente, será estendido à diversas localidades do país. D.F.

2.4 Alugar escritório em Luanda custa quatro vezes mais que em Maputo

Jornal Expansão

27 De Junho de 2014

Texto: Antonio Pedro

O aluguer de escritórios novos em zonas nobres das cidades de Luanda, Maputo (Moçambique), São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil), apresenta uma elevada diferença. Uma análise feita pelo Expansão sobre os preços por metro quadrado, quer para venda, quer para renda, com base em estudo da Prime Yield, conclui que, entre as quatro, Luanda se destaca como a mais cara.

Enquanto a renda mensal por cada metro quadrado em Luanda, na zona da Marginal, a mais cara face as zonas da Praia do Bispo, Ingombota e Luanda Sul, custa em média 130 USD, na capital de Moçambique, Maputo, numa zona com padrão similar, fica em torno de 32 USD, superada por Luanda em 406%.

A capital angolana suplanta a cidade de São Paulo, capital financeira do Brasil e maior metrópole da América Latina, pois lá a renda mensal por cada metro quadrado fica em torno de 76 dólares.

Luanda é assim mais cara com uma taxa de 41,5% sobre o preço mais elevado da cidade paulista.

O preço da renda por m² na Marginal de Luanda é quase o dobro em relação a zona centro e a orla marítima do Rio Janeiro, cujo arrendamento mensal por cada metro quadrado custa 72 USD, contra os 130 USD de Luanda.

No entanto, as duas cidades brasileiras possuem maior nível de oferta para investidores que a capital angolana.

A venda do metro quadrado em Luanda, na zona mais procurada e mais cara, a Marginal, possui uma taxa de 367,9% de acordo com cálculos do Expansão sobre a tabela de preço no mais caro Bairro Central de Maputo, à beira mar também, pois os 2.650 USD cobrados na capital do país banhado pelo Oceano Índico não superam os 9.750 USD da cidade de Luanda.

Os estudos da Prime Yield não oferecem dados similares na categoria escritórios para Portugal e Cabo Verde, de modo a permitir uma base comparativa nos cinco países que falam português nos negócios imobiliários, mas tem padrão na categoria apartamentos (novos) em relação aos demais países da comunidade lusófona ..

Uma das justificações que as consultoras imobiliárias têm apresentado em relação aos preços praticados em Angola, é a tendência de crescimento de intenções de investimento estrangeiro, fundamentalmente para os sectores dos petróleos e mineração.

No entanto, Moçambique tem registado indicadores de crescimento de investimento estrangeiro directo no sector de prospecção de petróleo e gás natural, e carvão mineral, mas, ainda assim, apresenta preços quatro vezes inferior aos do mercado imobiliário nacional.

Para o caso de Angola, o estudo da Proprime, braço angolano da Prime Yield, justifica também que "o crescimento económico do País, e a consequente expansão de tecido empresarial, o aumento do volume de negócios e do número de expatriados, conjugados com a melhoria do poder de compra da população angolana, têm criado necessidades crescentes de espaços de escritórios".

A nova oferta que surge no mercado, segundo o estudo, tem vindo a apresentar cada vez mais qualidade e continua a verificar-se uma crescente escassez de espaços modernos disponíveis.

Consequentemente, para os próximos anos, estima-se que a oferta e a procura venham a atingir um maior equilíbrio, o que poderá observar-se no mercado uma "normalização" dos preços actualmente praticados.

No Brasil, explica o documento da Prime Yield, o mercado de escritórios em 2012 manteve-se estável e a perspectiva é de crescimento moderado, pois a busca por áreas maiores e em edifícios modernos é elevada, principalmente nas cidades menos visadas como é o caso de Curitiba e Belo Horizonte.

A taxa de vacância - percentagem de imóveis vagos em relação ao estoque total- para escritórios de muito alto padrão (para ricos) nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro foi de cerca 13%, sobretudo devido a entrega de novos empreendimentos.

Na cidade de São Paulo, os valores médios mais altos de aluguer atingem cerca de 220 reais/m²/mês (99 USD) e no Rio de Janeiro 270 reais/ma/mês (122 USD), enquanto em Curitiba e em Belo Horizonte os valores mais altos de aluguer estão em torno de 120 reais/mz/mês (54 USD).

Oferta e procura

O estudo da Proprime considera que quer os valores de arrendamento quer de venda evidenciam uma tendência de estabilização, apontando que a Baixa de Luanda é a zona prime de escritórios da capital, o agora conhecido por CBD - Central Business District- embora Talatona continua a ser cada vez mais uma alternativa para muitas empresas que instalam-se em Luanda, registando um acréscimo da oferta de escritórios, incluindo de diversos parques empresariais.

O director-geral da Proprime, Nelson Rêgo, explicou no " último evento sobre o sector, realizado recentemente, em Luanda, que o crescimento do mercado imobiliário no País está fortemente relacionado com a economia, lembrando as distintas fases de evolução do mercado imobiliário nacional.

A partir de 2002, com o término da guerra civil, o período 'passou a ser de paz e prosperidade económica, aliada à reconstrução nacional com aposta na educação, saúde, infra-estruturas, transportes, entre outros sectores.

Entretanto, no período próximo a 2008 o mercado começou a observar uma forte procura de investimentos no sector imobiliário, mas a crise financeira global de 2008/2009 obrigou a um reajuste do mercado imobiliário.

Actualmente, a tendência, de acordo com Rêgo, é de diminuição do desequilíbrio entre a oferta e a procura, com a aposta de produtos imobiliários de baixa e média rendas.

Triângulo imobiliário

O mercado de escritórios no Brasil, com particularidade para as regiões mais requintadas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, se manterá estável, diz o estudo, vaticinando que o crescimento da economia deverá acompanhar o ritmo de crescimento do país.

Para o caso de Angola, na capital Luanda, os valores, quer de venda quer de arrendamento, mantêm-se estáveis e as taxas de desocupação continuam entre as mais baixas do mundo, um fenómeno provavelmente resultante da política habitacional do Estado em execução visando aumentar a oferta aos cidadãos, com prejuízo para projectos privados que não conseguem concorrer em pé de igualdade.

O estudo em questão fundamenta que com o crescimento económico de Angola, o percurso para a satisfação da procura de espaços de escritórios vai

continuar, estimando-se que nos próximos anos a oferta se aproxime da procura.

A zona de Talatona começa actualmente a apresentar-se como uma alternativa ao centro de Luanda para muitas empresas, com preços baixos em relação a zona prime, situada na Cidade Baixa, na qual a renda média por metro quadrado se situa em 130 USD, conforme gráfico ilustrativo nesta página.

Moçambique, apesar de ter as zonas de maior referência para aluguer e venda de escritórios junto a orla marítima, tem preços menores que Luanda (observa-se nos gráficos ilustrativos), até porque continua a exibir uma boa performance económica, resultando como um destino de muitas empresas estrangeiras.

Em função deste cenário, o tecido empresarial moçambicano continua também a qualificar-se, principalmente na área das pequenas e médias empresas, segundo o estudo, e abre boas perspectivas para a evolução da procura de escritórios a médio prazo.

"A oferta é ainda marcada pelo desenvolvimento de projectos feitos à medida do ocupante, com forte presença de sedes corporativas individuais. A zona da Baixa, concretamente na avenida 25 de Setembro, e a avenida 24 de Julho, são os principais eixos neste mercado, sendo a primeira a referência em termos de valores prime", reforça conteúdo do estudo.

A renda prime em Maputo situa-se em torno dos 32 USD por cada metro quadrado, quatro vezes inferior a Angola, enquanto o valor de venda médio é de 2.370 USD por cada metro quadrado, um montante quase quatro vezes inferior ao praticado na Cidade Baixa, de Luanda.

O triângulo imobiliário Angola, Brasil e Moçambique remete-se à análise de mercados com especificidades diferentes, apresentando certa convergência na procura de espaços para escritórios da parte de investidores que escolhem estes países para desenvolver negócios e, unicamente, divergência na política de preços.

Metodologia dos estudos

Em Angla, a equipa da Proprime realiza, frequentemente, um trabalho de campo que permite terumlevantamento actualizado do parque de escritórios da cidade de Luanda e de outras zonas de Angola

Este levantamento permitiu aferir, atesta o estudo, qual o volume de metros quadrados em utilização (stock total), o volume de metros quadrados em

construção e o volume de metros quadrados e]l fase de projecto.

De forma simultânea, com base nos trabalhos de avaliação imobiliária realizados, foi possível obter as rendas médias praticadas, os valores de venda por metro quadrado, e por último, as yields associadas a cada um dos activos de escritórios analisados, ou seja, a taxa de rentabilidade esperada pelo investidor com a aquisição do imóvel, tendo em conta as características do mesmo, o inquilino do imóvel e o contrato existente.

AProprime caracterizou o mercado de escritórios de LUanda considerando quatro zonas distintas, designadamente, zona prime (Marginal de Luanda), Cidade (abrange a Ingombota), Luanda Sul e Praia do Bispo.

Na avaliação do mercado brasileiro, em termos metodológicos os valores médios apresentados fundamentam-se na amostra recolhida de produtos imobiliários, inseridos nos empreendimentos que se enquadram no segmento residencial e de escritórios de alto padrão.

Os dados que compõem a amos" trados empreendimentos levantados referem-se por um lado a imóveis pesquisados em trabalho de campo, que permitem manter uma base de dados actualizada, e por outro, a imóveis que foram objectode avaliação ejouestudo pela Prime Yield, do Brasil.

Quanto ao estudo que reporta o mercado moçambicano, não consta a metodologia de avaliação para nenhuma das categorias, com incidência para escritórios.

Para Portugal e Cabo Verde o estudo não reporta este segmento imobiliário, o que provocou a não inclusão na base comparativa com Angola, Brasil e Moçambique.

2.5 Novos investimentos elevam oferta de casas

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2014

Texto: Gaspar Micoló

Um apartamento com duas assoalhadas na Baixa de Luanda custa em média mais do que o dobro de um apartamento com a mesma dimensão em Talatona, enquanto um apartamento de quatro assoalhadas em Talatona custa quatro vezes mais do que no Benfica, Viana ou Camama. Este e outros dados constam do

"estudo do mercado imobiliário de Angola 2014, apresentado recentemente em Luanda.

Já na sua sexta edição, o estudo da Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária, foi apresentado numa conferência sobre "Novos veículos de investimento no sector imobiliário" e incide sobre as obras novas, em especial condomínios e edifícios de primeira linha.

O estudo conclui que o mercado imobiliário angolano regista um novo período de expansão, sendo os segmentos de habitação e escritórios os mais activos; Existem, no entanto, oportunidades de investimento que são transversais a todos os segmentos, com especial destaque para o retalho. e o imobiliário industrial.

"A emergência da classe média está a mudar o panorama do sector imobiliário em Angola", sem, no entanto, alterar o facto de a habitação na Baixa de Luanda continuar a manter preços não comportáveis para a classe média", indica o estudo que, entretanto, reconhece ainda que "as classes média-alta e alta continuam a ser o alvo da habitação promovida no centro de Luanda, mas começam agora a surgir diversos projectos destinados às classes com rendimentos mais baixos".

De acordo com o director da Proprime, Francisco Barros Virgolino, no mercado habitacional de Luanda assiste-se a um novo dinamismo, fruto do projecto âncora de requalificação da Baía de Luanda e do potencial de oportunidades face à emergência da classe média.

O responsável sustentou ainda que se assiste neste momento em Angola a uma procura mais alargada, consequência do aumento do poder de compra e da crescente profissionalização da indústria imobiliária.

Com efeito, não é alheia a este facto a maior abertura, por parte do Governo, na criação de mecanismos e programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e que permitem satisfazer as necessidades da população no que diz respeito ao acesso à habitação.

No estudo da Proprime, nota-se ainda que o mercado de escritórios de Luanda tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas financeira e petrolífera.

No turismo, a evolução da actividade em 2013 foi positiva, sendo este segmento considerado estratégico para a economia nacional.

Suportada por hotéis, a oferta imobiliária nesta área começa a ser marcada pelo surgimento dos primeiros

resorts, os quais conjugam valências hoteleiras e imobiliárias, sendo o golfe o principal produto turístico.

Enquanto isto, no retalho, são muitas as oportunidades para a diversificação e expansão da oferta, dado o ritmo de crescimento demográfico e as características populacionais, nomeadamente, elevado número de populações urbanas e classe média jovem a emergir, além dos novos hábitos e necessidades de consumo que daí resultam.

A análise da Proprime conclui ainda que uma das áreas imobiliárias com maior potencial de crescimento em Angola é o sector industrial e logístico.

Para tal concorrem factores como a escassa oferta nesta área e o crescimento do tecido industrial de Angola, isto no quadro da aposta na diversificação da economia, industrialização do país e necessidades de espaços de armazenamento face à importação de produtos.

Os números do estudo

Um apartamento da tipologia 1 (duas assoalhadas) na Baixa ou na Marginal custa em média quase 96 milhões de kwanzas, enquanto uma T2 anda à volta de quase 156. Apartamentos da mesma dimensão em Talatona não ultrapassam, em média, 39 e 67 milhões de kwanzas, respectivamente.

Já no Benfica, Viana ou Camama, os preços descem ainda mais. No Benfica, uma T3 custa dez vezes menos do que na Baixa e três vezes menos do que em Talatona. Aliás, para apartamentos de quatro assoalhadas, Saiu de Luanda continua a apresentar

o Benfica tem os valores mais baixos de Luanda entre as zonas referidas no estudo: 22 no Benfica, 26 em Viana e 23 milhões de kwanzas no Camama. Na Ingombota ou Maianga, o valor sobe para quase 117 milhões de kwanzas e na Baixa ou Marginal para 204.

Em relação às moradias, em Talatona, continuam a praticar-se preços que tornam a área mais exclusiva para a classe média alta, tendo em conta que a média de preços para uma moradia de cinco assoalhadas (V4) é quatro vezes superior àquilo que se poderá pagar por uma moradia das mesmas dimensões no Benfica ou no Camama.

Uma moradia T4 em Talatona custa quase 166 milhões de kwanzas, enquanto que no Camama esse valor anda pelos 48 e no Benfica pelos 40.

Segundo o estudo, nos escritórios, a procura continua a ser dominada pelas empresas dos sectores petrolífero e financeiro, enquanto no imobiliário industrial, a

auto-construção continua a ser dominante na oferta existente". Assim, apesar de uma oferta de cada vez maior qualidade, continua a verificar-se uma crescente escassez de espaços modernos disponíveis.

2.6 “Poucas empresas do sector das pescas beneficiaram do Angola Investe”

Novo Jornal

27 de Junho de 2014

Texto: Esmael Pena

Como caracteriza a actividade pesqueira no Namibe durante o primeiro trimestre deste ano (2014)?

A actividade de pesca no Namibe é essencialmente arte de cerco. As embarcações semi-industriais são dirigidas à actividade da pesca dos pequenos pelágicos, como o carapau, a sardinha e a cavala.

Os índices de captura do pescado referentes a esse período satisfazem os armadores?

Tem havido um aumento das capturas, em especial do carapau. Podemos dizer que o primeiro trimestre deste ano foi melhor, comparativamente a igual período do ano anterior [2013].

Qual foi a espécie mais capturada?

O carapau. Tem havido claramente um aumento das capturas desta espécie desde os últimos meses do ano passado. Relativamente à sardinha temos assistido a um certo declínio nas capturas.

Temos verificado, ao longo do ano, grandes cardumes, mas de pequenas dimensões, que se vão deslocando para norte. Acreditamos que os armadores da Baía Farta, em Benguela, já a capturam com as dimensões apropriadas.

Foi então um período de sucesso?

Sim, podemos considerar que este primeiro trimestre foi um período com algum sucesso.

Tem números relativos às capturas no primeiro trimestre?

Os valores estão ligeiramente acima das 10 mil toneladas.

E quantas toneladas poderão atingir até ao final do ano?

A previsão aponta para se ultrapassarem os valores do ano passado, que rondaram as 30 mil toneladas.

Acreditamos que, se continuarmos neste ritmo, vamos com toda a certeza ultrapassar os índices do ano passado.

Os armadores adquiriram novas embarcações?

Têm sido introduzidas novas embarcações, particularmente na pescada cerco.

As embarcações que dispõem vão permitir ultrapassar as 30 mil toneladas no fim de ano?

A maior parte dos nossos associados tem embarcações. Continuamos a encontrar os problemas para os quais temos alertado, em particular a falta de apoios em terra. Muitos beneficiaram de embarcações financiadas pelo Ministério das Pescas, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal (FADEPA), mas uma boa parte não conseguiu ainda resolver o problema das infra-estruturas de recepção do pescado em terra.

Quais são outros constrangimentos decorrentes da falta de infra-estruturas de recepção do pescado em terra?

Complica a actividade da pesca. Há peixe, mas muitas vezes temos de parar porque não há como o recepcionar, manter, congelar, fazer seguir para conservas ou transformar em peixe seco. Temos de o vender fresco ou então estraça-se. Se conseguíssemos resolver este problema poderíamos aumentar significativamente as capturas.

Numa entrevista que concedeu a este jornal em 2012 já havia manifestado esta preocupação. Até aqui nada foi feito para a solução do problema?

São precisos investimentos, mas não são baratos. Uma embarcação ronda um milhão de dólares, uma fábrica de congelação ronda um milhão e meio e uma unidade de conservas vai pelo mesmo custo. Neste momento os industriais de pesca do Namibe não têm capacidade para fazer esse investimento.

Porque não recorrem ao programa Angola Investe?

Infelizmente, por vários factores que escapam às nossas capacidades. Até ao momento apenas duas ou três empresas do Namibe foram beneficiadas com este programa. As outras esperam por, um dia, terem a mesma oportunidade. Sem investimentos não é possível remodelar nem montar novas indústrias e outras infra-estruturas em terra para rentabilizar melhor a actividade da pesca.

O mesmo pode dizer-se em relação aos estaleiros navais?

Precisam de investimentos. Tivemos a notícia de que o porto comercial será transferido para uma outra área da baía. Isso dá-nos uma outra perspectiva para que o estaleiro possa ser remodelado e continuar a fazer a manutenção das embarcações que a província tem.

E o estaleiro do Tombwa?

O estaleiro do Tombwa não tem neste momento condições para receber embarcações. Penso que o Ministério das Pescas tem um programa estabelecido para recuperá-lo. Precisamos de recuperar os dois estaleiros para a manutenção regular. Os barcos têm, obrigatoriamente de fazer uma visita anual ao estaleiro para manutenção, para lhes prolongar o período de vida útil.

Os empresários do ramo têm alguma garantia do ministério de tutela quanto à solução dos problemas que enfrentam?

O ministério tem feito um esforço grande junto do Ministério da Economia e do Banco de Desenvolvimento Angola (BDA) para enquadrar mais empresas e ajudá-las a sair da situação em que se encontram.

Está dizer que já não encontram dificuldades de acesso ao crédito bancário?

Sabe que os processos burocráticos são grandes. Os bancos da província não estão autorizados a negociar financiamentos a partir de determinados valores. Tudo tem que ser feito a partir de Luanda. As sensibilidades não são iguais. Por vezes falta conhecimento das pessoas da banca sobre a realidade do sector das pescas.

Na sua óptica, os bancos receiam alguma coisa?

A pesca não se desenvolve com a mesma intensidade de Janeiro a Dezembro. Durante o ano tem períodos bons e maus, o que obriga a que o reembolso não seja feito na altura devida, porque as capturas baixam, as empresas não têm dinheiro e as despesas são elevadas.

Poucas empresas do sector das pescas beneficiaram do Angola Investe. Verificamos que alguns empresários têm sido pouco agressivos no recurso à banca em busca de apoios financeiros. O próprio Ministério das Pescas tem ajudado as empresas em casos pontuais, através do FADEPA.

Os armadores ainda se debatem com o problema das focas?

Estamos cansados de falar sobre o problema das focas. Diariamente comem grandes quantidades de peixe. O ministério disse que tem estado a trabalhar para que esses valores diminuam. Penso que as dificuldades

consistem na vinda de parceiros para que se possa fazer o abate regular e organizado das focas. Não é só matar. Há que acautelar as questões ambientais e de salvaguarda das espécies.

E a produção de mariscos?

O Namibe trabalha essencialmente na base da captura do caranguejo. Esta espécie marca a actividade da captura de marisco na província do Namibe. A produção é boa, mas o que há é dificuldade na comercialização, que baixou um pouco. A pesca da lagosta é quase insignificante. O camarão e as gambas não constituem uma actividade de pesca tradicional da nossa província. É mais uma actividade das zonas centro e norte.

A nova pauta aduaneira protege actividade pesqueira?

Ela está protegida. Tivemos um encontro com os peritos das alfândegas onde tomámos conhecimento com a nova pauta aduaneira. Para aqueles materiais extremamente importantes para o exercício da actividade, especialmente ligados às embarcações, assim como alguns artigos associados à pesca e à indústria vão pagar-se taxas mais

“OS nossos colegas de Benguela são' mais unidos do que nós”

baixas. Depois há um conjunto de equipamentos e materiais que estão isentos de pagamento de impostos.

A actividade salineira também está protegida por esse diploma?

Não. É difícil dizermos ao governo que aplique taxas elevadas à importação do sal. Os últimos dados disponíveis indicam que o país ainda precisa de 250 mil toneladas de sal por ano, enquanto a produção nacional ronda as 50 mil. O governo, quando tomou esta decisão, deve ter ponderado as questões que o levaram a não colocar o sal como um artigo protegido pela pauta aduaneira.

No sector há concorrência desleal?

Isso acontece por falta de condições em terra. Se não se criarem condições, o peixe tem de ser vendido mais barato, o que acaba por prejudicar a própria actividade da pesca.

A produção do peixe meia-Cura vulgo "mularnba", por parte dos vendedores ambulantes, constitui algum empecilho para os armadores de pesca?

Sim, constitui.

Porquê?

Esse é um problema social que tem que ser resolvido. Se não vendermos o peixe fresco em condições e em locais próprios, se não se encaminhar o excedente para as indústrias transformadoras, vai acabar por haver um volume de matéria-prima (peixe fresco) que vai parar à chamada mulamba. E, enquanto esta for aparecendo, parte do interesse pelo peixe fresco desaparece. A produção da mulamba é um grande competidor para toda actividade que se relaciona com a produção do peixe seco.

Há problemas de escoamento dos produtos?

Não. Neste momento as dificuldades que temos são a nível da comercialização do caranguejo. Os outros produtos estão a ser muito bem vendidos.

A sardinha tem muita clientela?

Não sei se o problema da venda da sardinha é culpa do carapau. As pessoas gostam mais do carapau fresco, sobretudo se for fresco. Porquê? Talvez por ter outras propriedades e sabor, quando comparado com o importado. Todavia, respondendo à sua questão, verifica-se que a população de Angola aumentou o consumo da sardinha. Já se comercializa bem a sardinha.

o peixe consta dos bens comercializados pelo PAPAGRO?

Acho que até este momento ainda não.

Qual é a justificação?

Quando da abertura do ponto de comercialização deste programa, aqui no Namibe, o vice-presidente da associação de pescas levantou essa questão, mas até agora não há resposta.

Mas em sua opinião, acha que deveria constar?

Há uma coisa em relação à qual tem de se ter atenção. Criadas as condições de armazenamento no interior, pensamos que o peixe congelado, as conservas, o peixe seco e o sal devem obrigatoriamente fazer parte do PAPAGRO.

Mas ainda se assiste à pesca em zonas consideradas de reserva de cardume?

Não como anteriormente. Um ou outro barco poderá aparecer. Felizmente o Ministério das Pescas equipou bem as novas embarcações de fiscalização que podem cobrir toda a costa.

Ainda se confrontam com acções de pirataria?

Há trabalhos que ainda temos de fazer junto da Direcção Nacional das Pescas. Está-se a falar da regulamentação da actividade de cerco.

Como se explica isso?

Por vezes o peixe está em locais onde não é permitido pescar, mas já está com o tamanho em que pode ser pescado. E se não o fizermos nesse momento, acaba por se deslocar para as águas da Nanubia. E esse peixe é nosso.

Fala-se da desunião entre os empresários do Namibe. Partilha desta visão?

Não sei se alguns empresários poderão ficar magoados comigo. Mas, sim, não temos a união necessária. Carecemos de muito mais união para resolvermos os nossos problemas. Os nossos colegas de Benguela são mais unidos do que nós.

2.7 Preços na cidade capital já registam ligeira redução

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2014

Texto: Francisco Inácio

O sector imobiliário nacional conheceu a partir de 2007 um crescimento vertiginoso na procura de residências de alto padrão fruto da carência habitacional que se registava principalmente em Luanda. No entanto, esta febre ou "boom" imobiliário registou um abrandamento em 2012, por um lado, em consequência da crise financeira internacional e, por outro, devido entre outros factores a forte intervenção do Estado através do seu programa nacional de fomento habitacional que veio acabar com a especulação e o monopólio do sector privado que actua no mercado imobiliário.

"Desde 2007, houve um crescimento no nível de preços, mas há dois anos que se regista uma tendência de abrandamento ou decréscimo dos valores. Portanto, o que se assiste agora é uma estabilização dos preços. Ou seja, a oferta continua a existir mas a um preço menor", afirmou Branca do Espírito Santo, presidente da Associação dos Profissionais do Imobiliário de Angola (APIMA), quando falava na cerimónia de lançamento de um estudo sobre o sector imobiliário que decorreu em Luanda no pretérito dia 19 do corrente mês.

A mesma opinião é corroborada pelo director geral da Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária, que se referiu sobre os dados do estudo que a sua

empresa realizou sobre o sector. "O ramo como um todo registou um aumento no número de habitações e tudo aponta que haverá ainda um crescimento da oferta que se traduzirá em preços mais baratos para residências como para escritórios", afirmou Nelson Rego.

Recorde-se que em Luanda a zona do centro urbano (Baixa/Marginal) continua a registar os valores mais elevados dos apartamentos onde o preço médio se fixa em 866 mil kwanzas por metro quadrado. Nas moradias, a zona do Talatona apresenta um valor unitário médio na ordem dos 477 mil kwanzas, o metro quadrado.

Crédito para o imobiliário

Segundo Branca do Espírito Santo, que também é uma das responsáveis da Imogestin, empresa responsável pelo comercialização das residências do projecto Nova Vida, o mercado imobiliário está muito condicionado e relacionado com a taxa de crescimento demográfico, razão pela qual está igualmente concentrado em Luanda, onde uma franja significativa da população afirma ter dificuldade de acesso aos projectos habitacionais devido à falta de crédito.

No entanto, a responsável da Apima contraria essa afirmação com dados estatísticos. Segundo ela, o crédito para o sector imobiliário tem estado a crescer desde 2009, altura em que se registou uma cifra de seis por cento do total de crédito concedido à economia. Esse valor cresceu para 10 por cento em 2010 e 14 por cento em 2011.

Intervenção do Estado

De acordo com Branca do Espírito Santo, a intervenção do Estado no sector tem estado a promover o segmento de média e baixa renda quer seja através das novas centralidades ou por meio do programa de auto construção dirigida. "A introdução da renda resolúvel nos projectos habitacionais do Governo veio facilitar o acesso à habitação, agora é preciso que haja maior controlo no acesso de modo que mais pessoas beneficiem" referiu.

Segundo a responsável da Apima, ainda neste âmbito o Ministério do Urbanismo e Habitação prevê construir 200 residências em todos os municípios para incentivar a construção dirigida. Na mesma senda, o Plano Nacional de Desenvolvimento prevê a construção de 400 mil fogos habitacionais até 2017.

Branca do Espírito Santo referiu ainda que estudos apontam que mesmo com a intervenção do Estado estas quantidades de projectos imobiliários não satisfarão totalmente as necessidades ou demanda a longo prazo. Facto que constitui uma enorme

oportunidade para que outros investidores possam apostar no sector.

Desafios do setor

O sector imobiliário em Angola oferece alta taxa de rentabilidade, mas existem também muitos desafios que ainda precisam de ser suplantados. Tais como a necessidade de criar-se mecanismos que permitam maior celeridade na regularização jurídica dos imóveis (segurança), rapidez na aprovação dos projectos (licenças de obras), definição de um prazo máximo para aprovação das actas e dos planos directores provinciais, assim como a aprovação da lei do arrendamento, bem como a criação de instituições de formação de avaliadores imobiliários.

2.8 Sociedade do ramo imobiliário reportam à comissão do mercado para ativar fraude e burla no sector

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2014

Texto: Francisco Inácio

A comissão do Mercado do Capitais (CMC) vai supervisionar o sector imobiliário de modo evitar situações de fraudes ou outras atitudes dos promotores imobiliários que estejam à margem da lei. A CMC vai supervisionar os fundos imobiliários e as sociedades gestoras que por sua vez terão de reportar à CMC as suas contas e actividades.

Segundo o director da Proprime, Nelson Rego, trata-se de uma inovação na medida em que esse serviço não existia há 10 anos na actividade de promoção imobiliária. O que vai acontecer com este tipo de veículo, nomeadamente, os fundos de investimentos imobiliário, é que os créditos serão mais baratos e por conseguinte os preços dos imóveis vão baixar também, ou seja, mais pessoas terão acesso à habitação. "É uma cadeia de valor que se irá alterar com este novo tipo de instrumentos", garantiu Nelson Rego,

Tal serviço surge na sequência de casos de burla que se registaram durante a fase de "boom" do sector em que clientes compravam os imóveis a partir da planta, mas demoravam muitos anos a receber as residências e nalguns casos não recebiam. "Em tempos, houve no sector situações que correram mal. Mas, seguramente, agora com maior profissionalismo e novos tipos de instrumentos, estas situações serão substancialmente reduzidas ou eliminadas", referiu.

Em entrevista concedida ao TE, Claudino Buta, director do Departamento de Supervisão de

Organismos de Investimento Colectivo, explicou que os fundos de investimento imobiliário são veículos de financiamento de projectos imobiliários que servem de alternativa fora do crédito bancário.

"Esses fundos têm um impacto positivo no crescimento económico na medida em que criam benefícios às empresas e famílias porque permitem a redução de custos", afirmou.

Actualmente, a CMC tem registo de apenas dois fundos de investimento mas, à medida que o sector se desenvolver, surgirão mais. Cláudio Buta referiu que enquanto regulador a CMC não existe para limitar nem facilitar os fundos mas sim para regular ou garantir que os investidores

que colocam o seu dinheiro no fundo estejam protegidos e os seus direitos salvaguardados e cumpridos.

Outras oportunidades

No dizer de Branca do Espírito Santo, presidente da associação que congrega os profissionais deste sector, o mercado imobiliário desempenha um papel importante para o crescimento da economia do país por ser gerador de muita mão-de-obra. Além disso, permite que o cidadão exerça a sua cidadania tendo acesso ao direito fundamental que é a habitação.

A dirigente afirmou que além das residências, escritórios ou centros comerciais existe também uma grande procura para o sector imobiliário industrial. "É um segmento de mercado que oferece grandes oportunidades de negócios sobretudo nas zonas de implementação dos pólos industriais, em Luanda com realce para a zona de Cacucaco que está em franco crescimento", disse.

A nível do sector turístico também houve aumento de oferta e há vários centros em construção tanto em Luanda como noutras provinciais. "Tudo isso são oportunidades que o sector privado deve aproveitar", lembrou. Neste quesito, importa referir que as taxas de ocupação dos hotéis ao longo do ano passado foi de 75 por cento e as tarifas médias diárias variaram entre 280/300 dólares por noite. "São dados que atraem qualquer investidor", acrescentou Branca do Espírito Santo.

Realça-se que as taxas de rentabilidade no investimento imobiliária, em Angola, são elevadas, numa média superior a 25 por cento de retorno, considerando a reduzida maturidade do mercado. No âmbito da Lei do Investimento Privado, foram aprovados para o sector imobiliário incentivos fiscais que variam em função das zonas em que os projectos estão localizados.

2.9 Fundo imobiliário pode tornar crédito barato

Jornal A Capital

28 De Junho de 2014

Texto: Pregibitero Lundange

Vão permitir as pessoas aceder à habitação como não conseguiam no passado", acredita Nelson Rêgo, referindo-se ao fundo de fomento habitacional e ao sector ligado ao investimento imobiliário, dois instrumentos financeiros recentemente criados pelo Estado.

O consultor admite tal possibilidade pelo facto de tais mecanismos garantirem acesso a créditos para fim habitacional menos oneroso, o que, segundo ele, "vai também tomar essa habitação com mensalidade de acordo com a possibilidade da população".

Fontes bancárias revelaram a este jornal que o crédito habitacional tem sido nos últimos tempos uma das modalidades de empréstimo mais solicitadas no mercado. Mas é também o produto que a banca menos disponibiliza.

Entidades como o bancário Mário Mendonça, responsável por uma das agências do Banco de Poupança e Crédito (BPC) fazem saber, por exemplo, que jovens dos mais vários estratos bateram em portas daquela instituição financeira com um propósito: obter um empréstimo destinado à aquisição de uma habitação condigna.

Entre as centenas de pessoas que procuraram pelo BPC está o professor Jorge Panzo, que para mal dos azares, saiu, pela segunda vez consecutiva, mal sucedido, assim como Marta João cujo pedido continua a espera de aprovação junto daquele banco de capitais públicos. "Não me dizem nada até agora", situou-nos Marta, desesperada.

Se Marta João ainda aguarda por um "não" ou um "sim", para Jorge Panzo, a possibilidade de um "sim" parece remota, razão pela qual já pensa em tentar a sorte noutros bancos, à semelhança do Banco de Fomento Angola (BFA), onde, segundo fonte junto daquela instituição, já perfilam inúmeros processos com a mesma finalidade, ou seja, solicitando acesso a crédito à habitação.

Operadores bancários admitem que aumento de pedidos para crédito habitacional esteja associado à abertura recentemente do processo de venda de apartamentos nas quatro centralidades da província de Luanda, onde os preços atraem o interesse de boa parte de cidadãos detentores de um rendimento médio.

Ocorre, entretanto, que são poucos os candidatos que se dizem ter saído bem sucedido junto dos bancos.

Responsáveis de bancos justificam a quase «inexistência do crédito à habitação com explicações que poderão não convencer quem se bate por uma habitação de sonho. Sublinham que o produto em causa é, no conjunto' dos que a banca coloca à disposição do mercado, o que mais está associado aos riscos que afundam o negócio bancário.

Pelo menos é o que se deduz das declarações do bancário Mário Mendonça, que apresenta como razões o facto de existirem no mercado factores que limitam o crédito habitacional.

Mendonça referia-se mais propriamente a factores que se prendem com o facto de serem bastante insignificantes os depósitos de longo prazo, enquanto fontes que, à partida, sustentariam os empréstimos para projectos habitacionais.

<<A nossa estrutura de depósito é feita por depósitos de curto e médio prazos quando o crédito habitacional exige claramente reembolso de longo prazo», disse o bancário, que se serve desse mesmo argumento para explicar a imaturidade do sistema financeiro face a este aspecto concreto.

Além disso, segundo disse, as garantias que se oferecem não dão total segurança ao banco de que o cliente venha, ao cabo do tempo acordado, reembolsar o dinheiro a si confiado.

«Muitas vezes, o credor perde a capacidade de honrar os termos do contrato logo nos primeiros anos», disse o bancário, referindo-se a casos em que o cliente se vê desprovido de rendimento em consequência de eventual perda de emprego, uma vez ser esta uma das condições para que os jovens se possam habilitar a um crédito habitacional.

Para além disso, acrescenta, coloca-se ainda o facto do mercado continuar a ser de alguma incerteza, um pouco devido à lição apreendida aquando da crise económica mundial, o que, segundo o economista, leva os bancos a cederem crédito com alguma prudência e, em alguns casos mesmo, fechando-se por completo quando sobre a mesa estiver pedido relativo a um crédito à habitação.

Mesmo assim, Mário Mendonça diz existir no mercado um ou outro banco que, como sublinhou, «se expõe ao risco de financiar a compra de uma habitação». E quando tal sucede, segundo disse, fazem-no sob critérios muito mais rígidos, com as taxas de juro a serem o obstáculo para quem se apresente a um banco concorrendo para a obtenção de um crédito habitacional.

O bancário reconhece que os juros praticados no mercado são ainda elevados, o que, segundo disse, condiciona a concretização do sonho de casa própria para muitos jovens angolanos. Uma realidade reconhecida em tempos pelo director do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia.

É que a taxa de juro para um crédito à habitação está, segundo números disponíveis, situada em 30 por cento, o que, aos olhos de Eugénio Correia, representa uma autêntica especulação, para além de ser impraticável em qualquer parte do mundo.

Em declarações públicas, o responsável disse que em nenhum momento se habilitaria a aquisição de uma casa com recurso a um crédito contratado em condições similares às praticadas pela banca angolana.

Mas o quadro pode, num futuro próximo, sofrer uma inversão, em função da criação pelo Estado de instrumentos financeiros como o fundo de fomento habitacional e o ligado ao investimento imobiliário.

2.10 Metro quadrado capital bate recorde de preços

Jornal A Capital
28 De Junho de 2014

Luanda é a segunda capital com a renda por metro quadrado mais cara em África, segundo um estudo sobre tendências do mercado imobiliário angolano, atribuído à consultora Deloitte Angola.

De acordo com tal estudo, os preços por metro quadrado na capital angolana chegam a dobrar o valor do arrendamento praticado em mercados como da Nigéria.

Para exemplo, refere que o valor da renda por metro quadrado no centro da capital angolana situa-se em tomo de 150 dólares, sobretudo no segmento de escritórios.

"É uma renda muito elevada", constatou Diogo Rodrigo, da consultora Zenki Real Estate, que não teve receio em olhar para esses valores como sendo mesmo das mais altas do mundo.

A Proprime, por sua vez, traz, no seu mais recente estudo sobre mercado imobiliário angolano, uma realidade similar. Diz que a zona Baixa/Marginal de Luanda continua a registar custos mais elevados dos apartamentos, onde o valor médio se fixa em 8.900 dólares por metro quadrado.

Nas moradias, a zona tio Talatona apresenta um valor unitário médio por metro quadrado de 4.900 dólares.

Confortante, porém, é facto da 6ª edição do estudo sobre o mercado imobiliário angolano apresentar uma realidade agora bem melhor do que se viveu até recentemente, como resultado da intervenção do Estado, que fez surgir diversos projectos destinados à classes com rendimentos mais baixos.

O estudo alude-se às novas centralidades do Kilamba, Cacuaco, Zango, Km 44 e Musseque Capari, assim como a requalificação em curso nos municípios do Cazenga e Sambizanga.

Considerando o aumento da oferta em zonas além de Talatona, o estudo conclui que deverá assistir-se a um ajustamento dos valores de mercado.

2.11 Mulheres rurais querem agilidade no micro crédito

Jornal de Angola
30 De Junho de 2014

As mais de cem participantes no fórum de auscultação da mulher rural realizado na sexta-feira, em Lândana, sede do município de Cacongo, pediram mais flexibilidade no acesso ao crédito, para incentivar a produção agrícola.

O comunicado final do encontro refere que as dificuldades no acesso ao crédito constitui uma das principais condicionantes do aumento da produção agrícola na circunscrição.

As mulheres pediram também ao Executivo que continue a realizar esforços tendentes à reabilitação das vias terciárias e secundárias, que ligam as localidades à sede municipal, para facilitar o escoamento dos produtos do campo para os centros de comercialização.

A administradora municipal de Cacongo, Margarida Barros, assegurou às mulheres que os problemas levantados constam das preocupações do Governo, e muitos deles estão a ser gradualmente resolvidos.

2.12 Angola investe já vai nos 460 milhões de dolares

Revista Economia e Mercado
Junho 2014. Ano 16. Nº117

Projectos no valor de 45 mil milhões de kwanzas (460 milhões de dólares) já receberam financiamento ao abrigo do programa Angola Investe, garante o administrador do Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (Inapem), Samora Quitumba.

No decurso de um seminário sobre "Constituição de empresas, micro-finanças e o programa Angola Investe", Samora Quitumba disse que, além do investimento referido, o Inapem deu formação a 250 empreendedores. "Os projectos aprovados até à data tiveram como destino preferencial a província de Luanda, com 105 projectos, a que se seguiram Benguela com 28, Huíla com 17 e Bengo com 14", disse. O administrador do Inapem adiantou ainda que Benguela, com 28 projectos aprovados, virá a beneficiar de um investimento de 6 mil milhões de kwanzas, dos quais 2,7 mil milhões foram já desembolsados.

2.13 Jovens e governo desencontrados

Revista Economia e Mercado

Junho 2014. Ano 16. Nº 117

Texto: Jorge Salvador

Desde o início do processo de certificação de empresas, em Abril de 2012, já cerca de 8400 unidades empresariais foram certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, sendo a maior parte delas de iniciativa juvenil. Entretanto, jovens empreendedores consideram que o apoio ao empreendedorismo ainda é mísero, uma vez que muitos pequenos empresários vêem os seus projectos morrer sem nunca caminhar devido à falta de acompanhamento do Governo e de entidades privadas vocacionadas nesta área. A E&M entrevistou alguns empreendedores, e não faltou quem considerasse que a maioria dos casos de sucesso ao nível de projectos empresariais juvenis resulta de favoritismos a grupos pré-seleccionados.

Apostar no negócio próprio, criar uma empresa e esperar pelo financiamento bancário são consideradas tarefas difíceis por quem diz não ter um "padrinho na cozinha" ou outro tipo de favoritismo junto de instituições de promoção do empreendedorismo juvenil.

O jovem empreendedor Abilio Kangupe, responsável por uma empresa do ramo agrícola, que fornece produtos do campo à província de Benguela, revela que tem encontrado inúmeras dificuldades de financiamento do seu negócio, tanto da parte do Estado, através dos seus programas de apoio ao sector empresarial, como da banca comercial. Embora admita que alguns jovens não têm competência de gestão e muitos projectos apresentados às autoridades governamentais e entidades bancárias não garantem segurança, por falta de cumprimento dos requisitos exigidos, Abilio Kangupe revela que conhece casos em que os projectos aprovados nem sempre são os

melhores, e que só têm aprovação porque as pessoas têm "padrinhos na cozinha".

Por seu lado, e contrariando esta ideia, o administrador do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Samora Kitumba, garante que o mercado está aberto para todos os jovens que tenham boas iniciativas e que apresentem projectos que garantam segurança, de modo a que a banca aceite financiar esses projectos. "Os caminhos são os mesmos e estão abertos. Têm sim surgido muitas iniciativas de empreendedorismo, mas o que tem acontecido é que muitas iniciativas deixam a desejar. Por outro lado, verificamos situações de incumprimento, nomeadamente de projectos que começam e não acabam, além de fraudes documentais", explica o responsável.

Para Abilio Kangupe, que alega já ter contactado as instituições governamentais de apoio ao empreendedorismo, mas nunca obteve respostas, os projectos aprovados são quase sempre os mesmos. "Esquecem-se que devemos apostar na diversificação do mercado para abrirmos mais oportunidades.

2.14 Financiamento do BUÉ aos jovens

Jornal República

31 De Junho de 2014

Em declarações à imprensa, o coordenador do Balcão Único do Empreendedor do Bailundo Adão Bilhete lundo, Adão Bilhete, assegurou que a instituição que dirige pode reiniciar a qualquer momento com o processo, sendo que a primazia será dada aos projectos agrícolas, serralharia e comércio.

Informou que nesta altura a instituição está a trabalhar com a representação do Banco da Poupança e Crédito para a cedência do financiamento, por forma a permitir que os jovens implementem as suas iniciativas viradas para o fomento do auto emprego e crescimento social e económico da região.

Deu a conhecer que outra tarefa que esta ser leçada a cabo tem a ver com a legalização das empresas em nome individual.

Nesta perspectiva, Adão Bilhete disse que Instituto Nacional de Apoio às Pequenas Médias Empresas (INAPEM) formou, este ano, 220 jovens que tem já as suas empresas legalmente constituídas, em matéria de gestão de pequenos negócios.

Referiu que o projecto tem como valor 375 mil kwanzas, cujo período de carência é de dois anos.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Mercado reclama presença de vendedores e clientes

Jornal O Continente
06 De Junho de 2014
Texto: Josefa José

Inaugurado há cerca de um ano e com capacidade de albergar mais de trezentas pessoas o mercado "Nova Luz" comporta bancadas apropriadas para a venda de produtos diversos, desde as frutas, verduras, legumes, vestuário e produtos perecíveis que podem ser conservados localmente numa câmara frigorífica ali instalada para o efeito, visto que problema de energia eléctrica no referido mercado não existe por existir também uma cabine eléctrica destinada apenas para abastecer o mercado. Com todas essas condições que o mercado oferece estranho é a ausência de vendedoras e de clientes. Para desvendar o segredo, ouvimos algumas vendedoras presentes no local.

Pomba Branca da Silva, de 48 anos de idade, viúva e mãe de 3 filhos, vendedora nesse mercado desde 2013, disse que tal fenómeno é resultante da falta de consciência por parte de muitas senhoras que abandonam o mercado para irem na zunga, expostas ao sol, à poeira e a todo o tipo de perigo, "quando o mercado foi inaugurado, em 2013, as bancadas estavam cheias de pessoas mas passado alguns meses muitas abandonaram os seus lugares, umas foram na zunga e outras no arreou, mesmo com a corrida da Polícia e dos fiscais elas não desistem", informou a nossa interlocutora.

Isso também contribui para a falta de clientes porque muitos aparecem aqui e quando não encontram o que necessitam vão na rua... "eu como não consigo aquela vida de corre-corre, por ISSO, permaneço aqui com algumas colegas, mesmo às vezes não vendendo nada... é trabalhar por amor à camisola", lamentou a cidadã.

Outra cidadã que não quis se identificar, lamentou a desvalorização que as suas colegas dão a um espaço para a sua reabilitação custou vários milhares de Kwanzas aos cofres do Estado pelo qual apelou as mesmas a reverem a suposição e regressem para o interior do mercado.

3.2 Taxa de câmbio das 'kinguilas' já não afecta inflação

Jornal O PAÍS
06 De Junho de 2014
Texto: Luís Faria

A subida da taxa de câmbio no mercado informal de compra e venda de divisas, as chamadas 'kinguilas', com cada dólar a ser trocado nas kinguilas remanescentes por mais de Kz112, chegando mesmo a atingir os Kz 120, deixou de afectar os preços e de constituir preocupação relevante para a autoridade monetária. 'O mercado informal tomou-se residual e deixou de transmitir a sua taxa aos preços', disse-nos uma fonte próxima do banco central, chamando a atenção para o facto de a taxa de câmbio no mercado informal, mesmo tendo subido nas últimas semanas devido à escassez de dólares no mercado oficial, ter deixado de influenciar os preços. 'Os preços estão estáveis, afirmou.

Curiosamente esta 'secagem' do mercado informal terá contribuído, nas últimas semanas, para aumentar a procura de divisas junto da banca comercial e das casas de câmbios, tomando-se um factor de pressão sobre a oferta cambial. Os agentes económicos que dantes recorriam frequentemente ao mercado informal 'migraram' para o mercado oficial. Muitos destes agentes económicos levantavam os dólares nos bancos comerciais e vendiam-nos a casas de câmbio ou directamente na rua.

Todavia, a explicação mais relevante para a escassez de cambiais que se vem verificando, tendo-se embora atenuado nas últimas semanas, residirá na obrigatoriedade do licenciamento prévio da importação de notas de moeda estrangeira, estabelecida pelo Aviso 1/2014 do BNA. 'Com a escassez, o preço sobe. Mas os clientes têm acesso a cartões internacionais pelo que não têm que se preocupar', referiu-nos fonte bancária. Refira-se que a autoridade monetária vem dando vários passos no sentido de corrigir e regulamentar o mercado de cambiais. Para além de fixar o licenciamento prévio da importação de notas, estabeleceu novas normas relativamente à regulação do crédito em moeda estrangeira e foi posto em marcha o novo regime cambial aplicado ao sector petrolífero, que liberalizou parcialmente o mercado cambial, deixando o BNA de ser a única fonte de ofertas de divisas.

Oferta de cambiais aumentou

É facto que, desde o início do ano, a venda de divisas por parte do BNA vem seguindo um percurso descendente. A oferta, que atingiu os USD 1,636 biliões em Janeiro, quedou-se, em Abril, por USD 950

milhões. Em média, nos quatro primeiros meses deste ano, o BNA pôs no mercado quase USD 1,212 biliões, quando em igual período de 2013 a oferta superou os USD 1,545 biliões. No entanto, a menor oferta de divisas pelo BNA está longe de esgotar a explicação para a escassez de moeda estrangeira que se vem verificando, até porque nos primeiros quatro meses deste ano a oferta de cambiais (BNA mais companhias petrolíferas) aumentou em cerca de 81,6% quando comparada com o mesmo período de 2013. Por outro lado, em Maio, o BNA aumentou a oferta de divisas, designadamente de dólares, para contrariar a escassez que se vem verificando no mercado

'Temos tido alguma preocupação com os importadores que têm mostrado dificuldades no acesso ao mercado cambial, mas com o actual volume de vendas não vemos que haja justificação para futuras reclamações', adiantou nos o Gabinete de Comunicação Institucional do BNA. Assim, o volume de oferta por parte do banco central deverá ser suficiente para cobrir as necessidades da banca comercial.

Em todo o caso, o fenómeno de escassez de divisas no mercado oficial revela que a actividade económica continua muito dependente do acesso a cambiais e qualquer sinal de menor disponibilidade desperta preocupações aos operadores económicos.

Quanto aos cambiais disponibilizados a quem se desloca ao estrangeiro e apresenta o correspondente justificativo refira-se que o BNA vem procurando contrariar hábito de viajar com numerário, que naturalmente implica um elevado volume de importação de notas. 'Hoje, os clientes podem transferir os recursos para cobrir as suas despesas no exterior ou fazer uso de cartões de marca internacional, pelo que devem ir reduzindo o volume de notas transportados nas suas deslocações', referiu-nos uma fonte bancária.

3.3 Autoridades implicadas em assassinato de organizadores de protestos e contra vendedores ambulantes

Jornal Folha 8

07 De Junho de 2014

O José Eduardo dos Santos é presidente da Angola há 34 anos e garantiu mais um mandato de cinco anos nas eleições de Agosto de 2012. Embora as urnas tenham consolidado o controlo do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) que está no poder, as autoridades intensificaram as medidas repressivas com

a finalidade de restringir a liberdade de expressão, associação e reunião em 2013.

O governo ingressou com vários processos judiciais por difamação criminal contra jornalistas e activistas que expressam suas opiniões. Além disso, continua utilizando abuso policial, prisões arbitrárias e intimidação para impedir a realização de protestos pacíficos contra o governo, greves e outras reuniões. Em 2013, o governo também retomou os despejos forçados em massa de assentamentos informais e lançou uma nova iniciativa para remover os comerciantes de rua de Luanda (capital do país). As duas medidas afectam as comunidades mais pobres de Angola e foram aplicadas com brutalidade.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão é gravemente restrita na Angola devido à limitação da mídia independente, autocensura e repressão do governo. Somente 3% da população angolana tem acesso à Internet e a redes sociais, que são os principais canais para comentar as políticas do governo.

As autoridades utilizam leis de difamação criminal para silenciar e intimidar jornalistas e blogueiros. Em 05 de Julho, os blogueiros José Gama e Lucas Pedro foram acusados de "abuso da liberdade de imprensa" e difamação por artigos publicados no site de notícias www.club-k.net, que está hospedado fora de Angola. Ajuizados pelo procurador-geral de Angola e pelo director da polícia de investigação criminal, os processos judiciais são baseados em artigos publicados entre janeiro e Maio, nos quais o procurador-geral foi acusado de corrupção e agentes da polícia de investigação criminal foram acusados de tortura.

Entre Março e Julho, o jornalista investigativo e defensor dos direitos humanos Rafael Marques, ganhador do Prémio de Transparência da Integridade Internacional em 2013, foi acusado de difamação em 11 processos judiciais. Os autores das acções são generais de alto escalão, seus sócios e três empresas privadas que atuam na província de Lunda Norte, que é rica em diamantes. Marques acusou os autores das acções de envolvimento em tortura, estupro e homicídios em um livro publicado em Portugal em 2011. A Procuradoria Geral de Angola arquivou uma denúncia feita por Marques contra os generais e seus sócios em 2012; as alegações não foram investigadas. Marques sofreu ameaças, perseguições e espionagem generalizada, de forma regular, incluindo ataques de hackers aparentemente direccionados em seu computador e blog.

Em 11 de Junho, o jornalista Domingos da Cruz, que trabalha no jornal semanal privado *Folha 8*, foi

acusado de "instigação de desobediência colectiva" conforme uma lei de 1978 sobre crimes contra a segurança do Estado. Ela foi revogada e substituída por uma nova lei em 2010. As acusações foram baseadas em um artigo de opinião publicado pelo jornalista em 2009. Um tribunal absolveu-o em 09 de setembro, argumentando que a lei havia sido revogada.

DIREITO À REUNIÃO PACÍFICA

Desde 2011, apesar da protecção constitucional para a liberdade de reunião, as autoridades têm reagido aos protestos pacíficos contra o governo organizados por grupos de jovens (entre outros) em Luanda e em outras cidades com força excessiva, prisões arbitrárias, julgamentos injustos, perseguição e intimidação de participantes, jornalistas e observadores. A mídia estatal, controlada pelo partido que está no poder, apresenta os protestos como uma ameaça à paz. Organizadores e participantes dos protestos também foram alvos de espionagem e perseguição; ocasionalmente, sofreram ataques violentos e raptos por parte de agentes de segurança em 2013.

Em 22 de Dezembro de 2012 e 30 de Março, 27 de Maio e 19 de Setembro de 2013, a polícia usou força excessiva para dispersar protestos pacíficos feitos por jovens em Luanda. Manifestantes foram presos arbitrariamente e, em muitos casos, houve ameaças a Jornalistas. A maioria dos manifestantes foi libertada no mesmo dia sem acusações. No entanto, Erniliano Catumbela (22 anos), preso em 27 de Maio, foi acusado de lesão corporal e, mais tarde, tentativa de assassinato de um comandante de polícia. O acesso aos seus advogados lhe foi negado por vários dias. Ele declarou que foi espancado e torturado sob custódia. Em 25 de Junho, foi libertado sem acusações.

Em 12 de Setembro, a polícia prendeu o activista e organizador de protestos Manuel Chivonde Nito Alves (07 anos), enquanto buscava camisetas produzidas para um protesto marcado para o dia 19 do mesmo mês. Ele foi acusado de "ultraje" contra o presidente por causa do slogan da camiseta, que chamava o presidente de "ditador nojento". De acordo com a legislação angolana, "ultrajes" contra o presidente são considerados um crime contra a segurança do Estado desde 2010. Ele obteve liberdade condicional em 08 de Novembro (depois de passar quase dois meses preso de forma arbitrária) e está aguardando julgamento. Três jornalistas-Rafael Marques, Alexandre Neto e Coque Mukuta-foram presos em 20 de Setembro depois de entrevistar vários manifestantes recém-libertados nas ruas. Enquanto estavam sob custódia da polícia, foram gravemente espancados e ameaçados.

Durante esses protestos, grupos de jovens exigiram uma explicação oficial sobre o paradeiro de Isaías Cassule e António Alves Kamulungue. Cassule e Kamulungue foram raptados por desconhecidos após organizar um protesto com antigos membros da guarda presidencial em 27 de Maio de 2012. Em Março de 2013, a polícia prendeu Alberto Santos, que havia testemunhado o rapto de Cassule. Santos afirmou que a polícia havia tentado obrigá-lo a incriminar activistas da oposição como sendo os responsáveis pelos raptos. Ele foi libertado em 01 de Outubro sem acusações. Em 09 de Novembro, um site angolano publicou detalhes de um relatório confidencial que vazou do Ministério do Interior.

Ele revelava que Kamulungue e Cassule foram sequestrados, torturados e mortos pela polícia e por agentes de inteligência logo após o rapto.

Em Abril, as autoridades proibiram uma greve do sindicato dos professores em Lubango, na província de Huíla. Os líderes sindicais receberam ameaças anónimas e sofreram intimidação. Em 30 de Abril, a polícia deteve dois líderes sindicais e acusou-os de desobediência e difamação das autoridades. Um tribunal absolveu-os por falta de provas em 02 de Maio.

3.4 Mercado Asa Branca palco de assaltos

Jornal Continente

13 De Junho de 2014

Em plena tarde o mercado do Asa Branca é movimentado pelos gritos dos comerciantes e de pessoas que frequentam o mesmo com a finalidade de adquirirem os produtos pretendidos onde são confrontados com meliantes que roubam os seus pertences.

A situação é bastante preocupante para os vendedores que vão à busca do pão de cada dia para o sustento dos seus familiares, e para todas as pessoas que frequentam o mercado para adquirirem os produtos pretendidos.

Mesmo havendo uma esquadra policial no cantinho do mercado as actividades dos malfeitores verificam-se em alta, argumentou a senhora Cristina, que já foi surpreendida nas paragens pelos vítimas de um assalto neste mesmo meliantes onde muita das vezes mercado.

“Esperamos pela intervenção imediata dos elementos da farda azul para a resolução deste problema”, solicitou, muitos são surpreendidos nas paragens pelos meliantes onde muitos das vezes são violentamente assaltados. O que mais surpreende os populares que

frequentam o mercado, e chega a ser muito preocupante, é que os supostos marginais não passam de meros adolescentes com uma média entre os 13 a 18 anos.

Os frequentadores alegam que precisam de tranquilidade para que as vendas corram de maneira que desejam, por isso cabe às instituições afins a tomarem decisões que oferecem sossego para todos utentes do mercado proporcionarem um clima de segurança no local.

Está cada vez mais complicada a situação, uma vez que se é confrontado permanentemente com os gatunos que desgraçam as pessoas em plena luz do dia e ainda pode-se ser violentamente espancado. "Este caso tem de ser resolvido o mas rápido possível porque é daqui onde sai o nosso sustento e estamos a perder clientela por causa destes malditos roubos", rogou uma vendedora.

Os marginais são provenientes de diversos municípios da cidade capital trazendo transtornos aos frequentadores.

Só para lembrar, a cidade capital foi sacudida nas últimas semanas por assaltos e crimes de diversa natureza, e a preocupação da população aumenta cada dia que passa.

3.5 Fiscais saqueiam depósito de zungueira

Semanário Angolense

14 De Junho de 2014

Texto: Teima Dias

Desmaios, choros, desespero, pedras e disparos, foi o resultado de um cenário turbulento que afectou mais de 50 zungueiras de São Paulo que viram o seu negócio sabotado pelos fiscais na «casa de processo» nesta terça-feira (10).

A triste história ocorreu quando uma zungueira, depois de uma intensa corrida perseguida por um fiscal decidiu refugiar-se na «casa de processo» temendo que lhe recebessem os produtos que carregava nas mãos e nas costas. Tal situação, segundo as zungueiras, despertou a ira e os maus bofes dos fiscais que, em retaliação, levaram todas as mercadorias depositadas no depósito.

Dinheiro e mercadorias de valores avultados estão na base dos desmaios, choros, desespero e muito mais. Para piorar a situação, as mercadorias apreendidas vão para parte incerta, embora as autoridades aleguem que

as mesmas têm sido doadas para centros de caridade, facto que tem suscitado muitas dúvidas.

Devido a essas e outras situações que se tem registado com essas mulheres sofredoras no que concerne ao comportamento dos fiscais, as zungueiras revoltaram-se atirando pedras, tentando enfrentar a polícia, correndo de um sítio para outro, com poeira e o sol impiedoso a ajudar na frustração de ambos lados. Esse conflito arrastou-se até o fim da tarde, tendo a polícia fiscal que estava no local, necessitado da intervenção de outros agentes das unidades mais próximas.

A situação das vendedoras ambulantes, as chamadas zungueiras, em Luanda, e a forma como as autoridades as têm tratado têm merecido fortes reacções a condenar a actuação da polícia e dos agentes das administrações municipais. Além de serem agredidas, as zungueiras são detidas e cumprem até cinco dias de prisão, sem serem apresentadas ao tribunal como impõe a legislação.

Com as elevadas taxas de desemprego e o escasso acesso a uma formação escolar ou profissional, ser zungueira é a actividade que mais absorve as mulheres angolanas pobres; Geralmente mães solteiras, algumas recém-saídas da adolescência.

Essas mulheres explicam que não aguentam mais o sofrimento das ruas, as poeiras, o barulho, a poluição, a violência e os abusos dos fiscais. Ao falar da actividade, (que exercem, utilizam os termos «vender», «fazer negócio» ou «desenrascar». Relatam as carências e dificuldades que encontram e, sobretudo, o longo percurso que realizam desde as primeiras horas do dia até ao cair da noite. Falam, sobretudo, da poeira, da criminalidade, dos abusos das autoridades, do atormentador cansaço com o qual se debatem ao chegarem a casa, por falta de um local para efectuarem as vendas.

A relação entre fiscais e zungueiras está longe de ser afectuoso. Muitas queixam-se do modo de actuação desses indivíduos, já que a maioria fica-lhes com o dinheiro e com a mercadoria, o que significa humilhação e um roubo ao orçamento familiar. As corridas às zungueiras são frequentes e começou a ser vulgar assistir à debandada de mulheres de alguidar à cabeça e rapazes carregados com óculos de solou desodorizantes de automóvel, entre outros. As zungueiras da nossa capital, tentam vender tudo o que podem para sustentar a família: roupa, alimentos, brinquedos, calçados e produtos de beleza são algumas coisas que geralmente comercializam, sem esquecer produtos alimentares e de higiene do lar. Muitas, ultimamente, estão a desistir dos seus negócios devido ao corre-corre e à humilhação.

Por isso se tinha orientado a suspensão imediata de todos os fiscais que maltratam ou extorquem os bens destas, assim como das multas emitidas contra as vendedoras dos mercados formais e informais. As zungueiras, por outro lado, são um fenómeno completamente novo para quem chega a Luanda pela primeira vez. Cedo repara-se que as mulheres são o motor económico da cidade, transportando o negócio à cabeça e os filhos às costas, envoltos em panos.

Quanto aos prometidos lugares em praças oficiais, uma zungueira explicou que ainda não conhece a dita praça mas que ouviu de colegas do mercado que o lugar está a ser cedido dentro da praça de São Paulo, local onde ela creditam que já não há e paço devido a enorme confusão que se verifica para a sua obtenção,

Rita de Sousa, zungueira a oito anos, disse não conhecer a praça mas ouviu de suas colegas que fiscais estão a vender cada lugar por dez mil Kwanzas, além do imposto diário. «Nós conversamos e decidimos não disponibilizar valor que é o custo dos negócios; existem colegas que o valor de seu negócio é de apenas mil Kwanzas; se não zungar para encontrar clientes não terá como regressar para casa, muito menos para pôr comida na mesa para os filhos», atestou Rita, acrescentando que se não vão para uma praça é pelo pouco dinheiro e dos pequenos negócios que não despertam a atenção do comprador.

Por um lado, combate-se a economia paralela, mas não se criam alternativas para quem vende nem para quem compra. Se não se criam alternativas para quem vende nem para quem compra. Se não zungarem para vender qualquer coisa, é impossível sobreviver na capital. O governo tenta acabar com a venda ambulante e já há rumores de que os mercados estão disponíveis para acolher as zungueiras, mas elas alegam que ainda não viram as ditas praças. Quando a ordem de não se maltratar, nem extorquia as vendedoras ambulantes, caiu em saco roto e as atitudes que são tomadas, simplesmente enxovalham quem a decretou.

3.6 As causas do aumento de vendedores nas ruas

20 De Junho de 2014

Jornal A República

Texto: Adriano Sobrinho

Nesta fase, muitas vendedoras se multiplicaram nas ruas para vender o seu negócio a fim de garantir o sustento da família que é consideravelmente numerosa. A sobrevivência tem estado a falar mais alto para que as vendedoras não sucumbam aos ventos calamitosos da situação. Uma situação muito difícil por que passam todos os dias, imprimindo sacrifícios

enormes para que não falte o pão para a família quando a escola para os filhos continua a ser ainda para alguns outros. Pois o dinheiro, às vezes não chega para atender a todas as preocupações familiares. Esta questão continua a ser actual e actuante, tendo em atenção a busca de clientes para comprarem os seus produtos.

Essas vendedoras vão ao encontro dos clientes que mais se apresentam nas ruas do que nas praças. Às vezes, são poucos produtos que pretendem adquirir para resolverem determinadas situações e que absorve minutos para a realização das suas pretensões. Como o tempo é um período não renovável, as vendedoras querem a todo custo conquistá-los em seu benefício e, concomitantemente, da família. Na esteira da situação que se arrasta há já bastante tempo, o governo não deu uma resposta convincente a este fenómeno social que vem se acentuando desde que terminou com a praça do Roque Santeiro, que albergava cerca de cento e oitenta mil pessoas que aí vendiam os seus negócios. O Roque era uma praça de confluência onde todos se dirigiam pela manhã no intento de atingir os seus objectivos socioeconómicos.

Todos os caminhos iam dar ao Roque para conseguir-se os produtos assim como vender. A praça do Roque absorvia tudo e mais alguma coisa. Todas as vendedoras de outras praças, noutros municípios sustentavam -se grandemente do Roque. O Roque era uma mina de ouro que o governo não soube aproveitar eficientemente, extraindo o devido rendimento em receitas. O acesso à praça era viável e fluido, embora, às vezes apresentar um certo constrangimento. Hoje e ontem, as vendedoras tinham e têm grandes dificuldades de atingirem à praça do Panguila, local que pouco ou, em nada facilita-lhes crescendo-se a dificuldade para o descongestionamento do trânsito e das pessoas. Os clientes para comprar os produtos não aparecem em números muito altos. É uma eternidade desfazer-se daquele local para chegar a tempo no destino, e comercializar os produtos. Além disso, o local se apresenta como sítio recôndito não havendo grande possibilidades de articulação comercial entre aquele local e as praças dos municípios de Luanda. O Roque se apresentava como praça rainha para escoar os produtos às praças dos municípios de Luanda é não só. A sua localização facilitava toda essa envolvimento, criando uma moldura humana e comercial jamais vista em África. A praça do Panguila facilita aqueles que vivem em Caxito, Barra do Dande, Cacuaco, Vidrul e Funda. Estes municípios e comunas apresentam maiores possibilidades de contacto com aquele mercado. Caso o governo queira acabar com as vendedoras nas ruas, deverá construir um ou dois mercados nas áreas do Tunga Ngó, por detrás das oficinas dos Caminhos de Ferro, no Cazenga, outro no

bairro dos Ossos, próximo da Nocal. São lugares de grandes acessos onde a confluência de pessoas e negócios trarão vantagens para o país, pondo as vendedoras a ter receitas para a sua sobrevivência e da família. O governo sairá a ganhar e muitas vendedoras passarão a ter dignidade melhorando, consideravelmente, a imagem de Luanda.

3.7 Encontro com os motoqueiros

Jornal A República
20 De Junho de 2014

Na mesma ocasião, o comandante de Cacuaco reuniu-se com os motoqueiros do município, a fim de alertá-los a fazerem denúncias quando verem o seu colega a ser assaltado.

De recordar que Joaquim do Rosário, fez saber neste encontro com os motoqueiros, que são eles que transportam as pessoas para diversas partes de Cacuaco, que, em algumas vezes, têm sofrido assaltos dos marginais. "Mas agora vamos trabalhar juntos para diminuir os assaltos de motorizadas; por isso é que sou o padrinho de todos os motoqueiros do município", disse.

Por sua vez, Domingos António, disse que está satisfeito com a iniciativa do comando de divisão de Cacuaco, e a boa nova que tiveram é dizer-lhes que todos os motoqueiros que forem interpelados pela polícia, caso sejam injustiçados deviam ligar para o comandante, disse Domingos António, também participante daquela reunião. Já o presidente da AMOTRANG, Bento Rafael, disse que gostara da colaboração do comandante de Cacuaco, esperando que isso continue assim, com aquela cooperação que fora muito importante para todos os seus associados e não só. Por outro lado, também os motoqueiros deviam estar bem documentados e a usarem sempre o capacete. "Nós como direcção temos trabalhado com todos os cupapatas de Cacuaco para se evitarem os problemas da falta de documento e do uso do capacete" disse Bento Rafael.

3.8 Largos da Rua Pedro de Castro estão degradados

Jornal de Angola
27 De Junho de 2014
Texto: Niíza Massango e Santos Pedro

Largos, parques e jardins degradados existem um pouco em toda Luanda. A Rua Pedro de Castro Van-Dúnem (Loy), no Bairro do Golfe II, não

é excepção, com os seus largos entregues ao abandono, há já algum tempo.

O verde dos jardins desapareceu, dando lugar ao capim seco, um reflexo pouco edificante da falta de manutenção dos espaços que serviam para o lazer dos moradores daquele bairro do Kilamba Kiaxi.

Do largo junto às bombas de combustível da Sonangol e do Condomínio Cajueiro, apenas resta capim seco, lixo e assentos a morrerem com o tempo.

Um morador da rua lamentou o facto de quase todos os largos do bairro estarem em idênticas circunstâncias. "Desde a reparação da via principal do Golfe 11, há alguns anos, que incluiu a construção dos largos, nunca mais houve manutenção", disse.

Acrescentou que estes espaços estão abandonados há muito tempo, devido ao mau estado em que se encontram. O "Jornal de Angola" constatou que o referido local foi muito vandalizado e os moradores nem sequer conseguem lá permanecer, devido ao lixo e ao mau cheiro.

A Administração nunca se pronunciou sobre o mau estado dos largos. Definham aos olhos de toda a gente, mas ninguém faz nada, apesar de se terem tornado a vergonha do bairro. Outro problema enfrentado pelos moradores da Rua Pedro de Castro Van-Dúnem (Loy) é o mercado instalado nas passagens aéreas e nos passeios. A ponte pedonal junto às bombas de combustível da Sonangol transformou-se num verdadeiro "centro comercial a céu aberto". Construídas para a travessia dos peões, as pontes pedonais foram ocupadas por bancadas, barracas e tendas, nas quais se comercializa de tudo um pouco, desde alimentos a roupas. A fiscalização há muito tempo que perdeu o controlo da venda informal naquela rua do Golfe 11. Os peões partilham o espaço com os vendedores.

4. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

4.1 Amangola assina protocolo de cooperação com congénere portuguesa

Jornal O PAÍS

06 De Junho de 2014

Segundo uma nota de imprensa da instituição, chegam ontem à Angop, a viagem da comitiva angolana acontece em resposta a um convite formulado pela organização portuguesa.

Durante a sua permanência de oito dias em Portugal, a delegação angolana, além de rubricar o diploma, vai participar num debate sobre a importância da dimensão interlocal nas estratégias de cooperação Angola/Portugal e das parcerias entre autoridades locais e actores não estatais.

O colectivo vai efectuar visitas ao museu do Barroso (Montalegre), Cooperativa Agro-Pecuária de Bocas, situada em Terras do Barroso (Trás-os-Montes), bem como um jantar no Centro Inter-cultural da Cidade.

Da estadia consta igualmente visitas ao Centro de Formação Para o artesanato, à Associação Nacional de Municípios (Coimbra), à Cooperativa Terra Chã (Ribatejo Rio Maior), à FAJUDIS-Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém (Constância) e ao Centro de Intervenção Comunitário da Animar, em Vialonga.

Em Santarém, os membros da Amangola vão participar numa conferência de imprensa, seguida de um almoço com entidades locais e regionais, e uma visita à Feira Nacional de Agricultura, bem como testemunhar a assinatura do protocolo entre a Animar e a Câmara Municipal Local.

Integram a delegação da Amangola, António Evaristo (presidente da Mesa da Assembleia Geral), Elias Pedro (Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral) e José Zeferino da Silva (Secretário Geral).

A Amangola, presidida por Job Castelo Capapinha, foi criada a 6 de Julho de 2013, com o objectivo de defender e divulgar a Constituição da República de Angola dentro e fora do País.

4.2 Autarquias são passo para o federalismo

Jornal Manchete

Texto: Francisco Cabila

O secretário nacional do PRS para a Informação considerou, recentemente, em Luanda, 'que com a realização das eleições autárquicas em Angola, o país estará a um passo do Federalismo, sistema político que norteou a fundação' desta formação política. De acordo com Joaquim Nafóia, que falou em exclusivo para o Manchete, o PRS está a trabalhar; neste momento, em dois projectos de Lei - que já, estão na fase de conclusão - sobre as autarquias locais e de financiamento das autarquias. "Logo que este trabalho terminar, os dossiês serão submetidos, para ratificação, ao Conselho Político e ao Comité Nacional, para depois ser apresentado a Assembleia Nacional, para discussão", disse o político, Questionado sobre como o seu partido está a se preparar, com vista a fazer face a este desafio, frisou que as estruturas partidárias estão preparadas, uma vez que o partido está representado em todo o território nacional, estando nalgumas, localidades, com mais visibilidade que noutras, alegadamente, devi-o do à intolerância política vigente no país, com realce para o interior. "Neste momento toda máquina está mobilizada, temos. Vindo a passar a mensagem aos nossos militantes e simpatizantes sobre as vantagens das eleições autárquicas.

Disse, por outro lado, que, tendo em conta que o MPLA é um adversário com "osso duro de roer", devido ao seu poderio financeiro e ao tempo que está no poder, urge a necessidade de se criar uma Plataforma Política da Oposição, se a mesma quer lograr êxitos nas autarquias: que se avizinham, e explicou como esse órgão irá funcionar, como por exemplo: "Se no município A, há um candidato da oposição que reúna os requisitos, toda a oposição deverá apoiar esse candidato", disse Nafóia.

O político lembrou que, por altura da discussão da Constituição da República, o MPLA não queria nada com as autarquias mas, o PRS fez tudo para que as mesmas constassem da Constituição. "Nós quando aprovamos a Constituição da República, fomos mal interpretados, mas, estávamos cientes de que, elas - autarquias são os caminhos para o Federalismo", esclareceu, acrescentando que, depois do povo ver os benefícios das autarquias, vai aprovar o Federalismo".

"Autarquias no país devem ser bem preparadas".

A juíza conselheira do Tribunal Constitucional, Luzia Sebastião, defende que a implementação das autarquias no país seja bem preparada.

A magistrada, que falou para a RNA, diz entender a preocupação dos partidos políticos, que exigem a realização de eleições autárquicas com urgência, mas que é preciso organizar bem o processo para que não haja recuos: "A organização é importante, pois não podemos estar a fazer as coisas de qualquer maneira, estamos a falar do país, e o país pressupõe que as coisas sejam feitas com cabeça, tronco e membros, não podemos começar uma experiência para a manhã dizer que bom, para voltar tudo para trás", frisou. Segundo a magistrada, vale apenas ir de vagar e fazer as coisas como deve ser.

4.3 Autarquias das bananas

Jornal Folha 8

07 De Junho de 2014

Nos últimos dias, o ambiente político é dominado de muitas incertezas principalmente sobre a realização das autarquias locais, ideias controversas debatem publicamente o assunto. Os que sem estarem preparados e nem projecto têm também aproveitam a onda para dizerem que "autarquias já e urgentes", e outros que teimam a não repartirem o poder e de forma coerciva ponderam por questões "objectivas e de estratégia política".

Sabemos que é um imperativo constitucional as Autarquias Locais como "pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscções do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações" artigo 21711 Constituição da República de Angola (CRA). Mais adiante, concretamente nos artigos seguintes da própria constituição estipula que a organização, funcionamento, o património e as finanças locais, das Autarquias deverão ser reguladas por lei própria. Ainda assim, a organização das Autarquias Locais deverá obedecer a princípios comuns culturais, históricos e o seu desenvolvimento e poderão ser criadas a níveis municipais ou infra-municipais.

Quanto as suas atribuições dedicar-se-ão "educação, saúde, energias, águas, equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, transportes e comunicações, tempos livres e desportos, habitação, acção social, protecção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e social, ordenamento do território, polícia municipal, cooperação descentralizada e geminação." Artº 219º CRA.

Em relação aos seus órgãos "a organização das Autarquias Locais compreende urna Assembleia

dotada de poderes deliberativos, um órgão executivo colegial e um Presidente da Autarquia.

2. A Assembleia é composta por representantes locais, eleitos por sufrágio universal, igual, livre, directo, secreto e periódico dos cidadãos eleitores na área da respectiva autarquia, segundo o sistema de representação proporcional.

3. O órgão executivo colegial é constituído pelo seu Presidente e por Secretários por si nomeados, todos responsáveis perante a Assembleia da Autarquia.

4. O Presidente do órgão executivo da autarquia é a cabeça da lista mais votada para a Assembleia. As candidaturas para as eleições dos órgãos das autarquias podem ser apresentadas por partidos políticos, isoladamente ou em coligação, ou por grupos de cidadãos eleitores, nos termos da lei artº 220º CRA. O "último preceito" constitucional fala de gradualismo ou seja a efectivação das Autarquias Locais deverão ser por localidades devidamente escolhidas, talvez charnariamos "fase experimental ou 1ª fase como habitual".

É sabido, que a constituição apenas apresenta "as linhas gerais", de certeza que faltará a lei ordinária específica que de forma mais pormenorizada resolverá as "questões autárquicas", Podemos deixar isto a cargo do legislador ordinário.

No entanto, tendo como pressuposto a realidade política eleitoral observável no nosso país, procuramos "adivinhar melancólico" o futuro autárquico, senão forem derrubados os Vícios da mesa de compadres e comadres.

Os partidos políticos em Angola na sua "grande generalidade" apresentam critérios de selecção para candidatos presidenciais e a deputados a eleições gerais muitos questionáveis e "arrepiantes", os jogos dos bastidores, as conivências e conivências determinam em detrimento da qualidade e competências dos seus militantes. Apesar de que o próprio modelo eleitoral também não facilita (candidatura partidária e nominal). Algumas vezes o cabeça de lista do partido político sabe a priori que não possui capacidade técnica de liderança nem habilidades suficientes a fim de obter resultados razoáveis. Entretanto os seus próximos convencem-no que é o "candidato natural". Estes servem-se como muleta de apoio, impõem a "candidatura de consenso", usam calúnias, intrigas e inveja para quem desacreditar o chefe. Todos que discordarem ou pretenderem democraticamente disputarem o cargo são conotados de infractores, são combatidos severamente as vozes da oposição interna, ressuscitam-se fantasmas dos «litigantes».

O dinheiro e o pequeno poder que vivem os filhos do gabinete presidencial, tornam-lhes acorrentados aos candidatos «preferidos», e depois quando perdem-nas em unísono acusam «houve fraude, manipulação .. ! Até pode ser verdade, todavia peca-se porque nunca fazem urna introspeção partidária. Os políticos mais «civilizados» quando perdem demitem-se.

Os métodos dolorosos, de exclusão e de lutas ilegais internas são práticas correntes de quase todos os partidos políticos. É um manancial vicioso que tem muitos "toxicodependentes políticos". Por isso, deve ser feito um grande trabalho interno.

As Autarquias Locais apresentam especificidades em relação as eleições gerais, o que nos faz crer que requisitos para indicação pelo menos ao nível dos partidos políticos deverão ser mais inteligentes e coerentes. Já teriam começado a dar mais visibilidade aos seus futuros candidatos sem que os adversários políticos notem Recrutar mais militantes locais com alguma aceitação nas suas áreas para que nas autarquias façam a diferença. Porquanto, as Autarquias Locais serão para muitos cidadãos um bom "negócio político" poderão vender a sua popularidade a quem pagar mais, pois há partidos políticos que terão imensas dificuldades de escolher candidatos certos, sem os jogos habituais.

Tem respaldo constitucional a realização das Autarquias Locais, isto ninguém honesto pode contra-argumentar, porém a verdade é que muitos não estão preparados nem estão a preparar-se convenientemente, ou seja jogar na antecipação. Despertarão apenas quando o maioritário aprovar às corridas o "pacote eleitoral autárquico", só assim sairão do sono profímdo habitual. O "almoço autárquico" está pronto, desconhecemos a hora da refeição para todos. Meus senhores! A popularidade local cultiva-se inteligentemente, não vira nas vésperas dos votos, é um projecto sério. É resultado de anos de trabalho. Muitos partidos políticos terão como candidatos as autarquias os seus secretários locais, que em muitos casos são espectadores do jogo político, obedecem cegamente o chefe para não comprometer o cargo, são os maiores empecilhos para o crescimento dos seus partidos na região. Enquanto gritam a afectivação das autarquias, deviam também fazer o trabalho de casa limpo, organizem-se e retirem os perdíveis.

Pois as autarquias são uma forma de divisão do poder de goven . em todos os sectores, esquecem-se reiteradamente que o mesmo se aplica aos partidos políticos, que a nível das bases apenas baixam orientações, visitam-nos na fase de campanha eleitoral e mandam uns trocos e nada mais. O novo mapa político que se avizinha, advinham-se

conflitos de interesses, os inferiores hierárquicos não serão meros receptores dos círculos presidenciais, a comunicação social deverá adaptar-se ao rigor/isenção, as autoridades tradicionais e religiosas deverão cumprir o seu real papel, dito de outro modo, para que de facto tenhamos autarquias no seu verdadeiro sentido deverá haver mudanças no modo de "ser e estar" das instituições e pessoas.

Por conseguinte é constitucional a realização das Autarquias, é legítimo que a oposição e alguma sociedade civil exijam a sua realização, e que o maioritário cumpra a lei. Mas também é preciso sermos sérios, além de exigirmos apresentação e discussão do "pacote eleitoral autárquico", combatamos os artistas políticos.

Se o ambiente eleitoral autárquico for mais de mendicidade e de aproveitamento, as autarquias serão como bananas, comem-se o produto e deitam-se os resíduos.

4.4 Problemas de Luanda resumidos em plano

Novo Jornal

20 De Junho de 2014

A PROVÍNCIA de Luanda poderá contar, nos próximos tempos, com um novo Plano de Desenvolvimento Social e Económico. O documento foi apresentado esta semana e será levado à apreciação e aprovação do Executivo.

O acesso à educação, saúde, a melhoria das condições sociais e de salubridade dos luandenses, bem como a criação de condições para a competitividade empresarial de forma a criar novos postos de trabalhos e gerar mais riqueza, são alguns dos vários desafios espelhados no Plano de Desenvolvimento da capital provincial 2013/2017, que foi apresentado durante um encontro de auscultação social.

Na abertura do encontro, o governador provincial. Bento Sebastião Francisco Bento «Bento Bento», disse que o plano centra-se em cinco dimensões de desenvolvimento. "É um importante documento de planeamento estratégico alinhado ao Plano de Desenvolvimento Nacional. O seu diagnóstico indica cinco dimensões de desenvolvimento, tais como, a produtividade de infra-estrutura, qualidade devida, equidade, inclusão social e sustentabilidade ambiental", disse mais alto responsável de Luanda

O documento foi elaborado num período de seis meses e contou com a participação de quatro especialistas entre nacionais e estrangeiros, como

explicou o consultor angolano e coordenador do projecto, José Pedro de Morais, a quem coube fazer a apresentação do programa que irá guiar a vida dos cidadãos da capital do país no presente quadriénio, que vai de 2013 a 2017.

O consultor explicou que os projectos estão relacionados com todos os sectores de actividade na província de Luanda. "No sector da educação, o plano prevê a construção e o equipamento de dezenas de escolas de pequena, média e grandes dimensões. Ao nível da saúde, prevê-se a construção e equipamento de dezenas de unidades de saúde e ao nível do saneamento, pensamos ver a questão do saneamento urbano", sublinhou o antigo ministro das Finanças, detalhando os outros sectores do plano.

"No que toca à ordem pública está prevista a construção de várias esquadras e postos policiais. A nível de serviços sociais, o Programa de Investimentos da província prevê a construção e o apetrechamento de salas de atendimento, salas de formação profissional, jangos comunitários, parques infantis, lares de idosos, centros de reabilitação física para crianças, habitações para os antigos combatentes e outros equipamentos sociais", elucidou José Pedro de Morais.

O especialista explicou, por outro lado, que o projecto em carteira é um plano socioeconómico enquadrado no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), aprovado pelo Executivo. "O governo central orientou todas as províncias para que elaborassem os seus planos provinciais, onde devem integrar todas as suas acções e projectos que concorram para o objectivo de desenvolvimento dentro do território. Este programa de Luanda demorou algum tempo devido à dispersão dos seus órgãos. São intervenções, não só dos órgãos provinciais, como dos centrais", explicou a fonte.

Questionado sobre o modelo de financiamento para a implementação do plano, José Pedro sublinhou que o documento propõe aos governos provinciais a introdução de uma taxa de ocupação do espaço urbano. "Se for aprovado, vai ser uma fonte significativa de receita. Luanda representa um mercado de seis milhões de habitantes, que por si só, representa um mercado muitíssimo importante para as empresas. O plano propõe que os órgãos do governo provincial privilegiem o diálogo com as empresas e privilegiem a estruturação do mercado provincial para que possa haver geração de rendimento e uma grande redução da taxa de desemprego que existe em Luanda", evidenciou antigo governante angolano.

Apesar de se considerar que o programa está atrasado, José Pedro de Morais mostrou-se confiante na

execução do plano que será levado à consideração e aprovação do governo central.

"O programa será aplicado tão logo o governo central o aprove. Luanda está a apresentar o seu programa, mas não é a única a fazê-lo. Apesar de demorado, penso que está dentro dos limites aceitáveis para que, no tempo que resta até 2017, ainda se possam realizar acções muito importantes para a melhoria de vida das populações", finalizou.

Estiveram presentes no encontro que decorreu no palácio da Mutamba. Membros do Governo da Província de Luanda e da sociedade civil.

4.5 A vez de uma Luanda de problemas endémicos

Jornal a Capital

21 De Junho de 2014

Texto: Manuel Alberto

Durante o acto de apresentação ao Conselho Provincial de Concertação Social, na última quarta-feira, ficou-se a saber, por exemplo, que o Plano de Desenvolvimento Provincial (PDP) 2013-2017 integra objectivos, estratégias, programas e as acções do Governo Provincial de Luanda para o referido período.

O Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social aprovou o plano de 392 páginas, reservando 18 dias para possíveis contribuições que deverão ser feitas por escrito e, posteriormente, remetidas ao Conselho de Ministros para a sua aprovação definitiva.

Para o governador provincial de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, os diagnósticos do PDP indicam as dimensões de desenvolvimento, ligadas à produtividade, infra-estruturas, qualidades de vida, equidade, inclusões sociais e sustentabilidade ambiental.

O governador reconhece a existência de um desajustamento entre o modelo de financiamento e as competências da administração provincial, tendo sido criadas alternativas que apontam caminhos cujo alcance vai além do modelo vigente.

"Luanda é uma província complexa", reconheceu Bento Bento, caracterizando-a como "país em miniatura", onde se concentram muitos problemas do país, tendo por este facto aconselhado as outras forças políticas e sociais a encararem em conjunto este desafio.

Trata-se de um estudo cuja elaboração durou cerca de seis meses e que envolveu peritos de várias esferas do

aparelho governamental para a elaboração do instrumento que deverá superar melhor o desenvolvimento da capital do país.

Na visão do coordenador do Plano de Desenvolvimento Provincial de Luanda, José Pedro de Moraes, trata-se de um exercício que é tornado obrigatório pela lei nº1/11 (Lei do Sistema de Planeamento Nacional) que, uma vez aprovado, "é de cumprimento obrigatório".

Esta lei, para ele, define também que este exercício é uma reflexão estratégica sobre os caminhos a trilhar pela província, o que é importante, já que, como se diz na gíria, "quando não se sabe para onde se quer ir, não há ventos bons". Mas a partir de agora, além de definir os objectivos, este plano do Desenvolvimento torna-se num guia para toda a acção dos órgãos da província.

A estratégia de longo prazo elaborada pelo governo define para a província algumas orientações estratégicas, sintetizadas na definição de Luanda como uma plataforma para o comércio e para a finança internacional, como sede de poder, sendo, por isso, um grande pólo de desenvolvimento económico, onde se produz bens e equipamentos de consumo para os vários sectores da actividade nacional.

Como qualquer outro trabalho, a elaboração deste plano teve alguns constrangimentos, sobretudo na estrutura estatística de diferentes órgãos da província. Notou-se também que nos órgãos da província, as competências de licenciamento da actividade económica não estão claramente definidas, dada a sobreposição com os órgãos do Executivo central, os departamentos ministeriais, facto que obriga o licenciamento de apenas uma pequenina parte da actividade económica ao nível dos órgãos da província.

Apesar de alguma morosidade na elaboração, José Pedro de Moraes acredita que a capital do país está dentro dos limites aceitáveis para que no tempo que resta até 2017 ainda possa realizar acções muito importantes para a melhoria da vida das populações. "Ele (o Plano) propõe que os órgãos provinciais introduzam uma taxa de ocupação do espaço urbano. E, se for aprovado, vai ser uma fonte significativa de receitas para a província", sublinhou.

Este plano visa a execução de uma política inclusiva para os munícipes e habitantes de Luanda que vivem em condições extremamente precárias. Pedro de Moraes explicou ser também objectivo fundamental do plano de desenvolvimento de Luanda a inclusão social, além da reorganização territorial, espacial e da distribuição económica, uma actividade económica que se pretende geradora de riqueza e geradora de

postos de trabalho e, por via disso, priorizar a distribuição da renda gerada por Luanda.

Como é evidente, Luanda representa um mercado de perto de seis milhões de habitantes e, por si só, é um mercado muito importante para as empresas. O plano ora apresentado propõe que os órgãos do governo provincial privilegiem o diálogo com as pequenas e médias empresas, bem como a estruturação do mercado provincial para a geração de rendimentos a partir dessas empresas e, por essa via, reduzir-se a grande taxa de desemprego registada em Luanda.

4.6 Académicos debatem autarquias e qualidade do ensino

Novo Jornal

27 De Junho de 2014

Texto: António Paulo

A INFORMAÇÃO foi prestada ao Novo Jornal pelo presidente do Centro, Agostinho Sicato, que procura congregar num único espaço, membros de partidos políticos, universitários e sociedade em geral.

Para o mês de Julho, a organização prevê realizar dois encontros, devendo o primeiro ter já lugar na próxima quinta e sexta-feira, nas suas instalações, em Viana. O segundo debate está previsto para o dia 11, na Universidade Independente.

"A ideia é estendermos estes debates pelas universidades, principalmente nas faculdades que têm cursos de Direito, Relações Internacionais, Ciências Políticas, Administração Pública e Economia. Estamos a falar em cinco ciclos de debates, até Novembro", explicou Sicato, para quem, a temática das autarquias ainda é um tabu.

Sicato revelou que o objectivo é "levar o conhecimento às pessoas sobre o que são as autarquias. Queremos falar da descentralização do poder local, a democracia participativa. Queremos explicar, pormenorizadamente. Os técnicos e académicos vão explicar e discutir o assunto. Achamos que todas as temáticas, sejam sociais, económicas ou políticas, devem ser debatidas. Primeiro, pela comunidade académica, só depois, é que deve passar pelas entidades políticas que têm a função de tomar decisões".

O presidente do CEDEA explicou que os debates serão realizados em painéis e vão contar com a participação da sociedade civil, igreja, partidos políticos, professores e estudantes universitários. "Queremos ouvir a opinião dos estudantes sobre as autarquias", realçou.

O encontro, segundo Agostinho Sicato, visa elevar a consciência pública. "Penso que se as pessoas discutirem sobre o assunto deixará de ser um problema. Queremos que as pessoas discutam com clareza, objectividade e precisão: E isto é, o que pretendemos fazer até Novembro".

RECOLHER DEPOIMENTOS

A par desta realização, o responsável dos debates deu a conhecer que a sua agremiação pretende ainda realizar nos próximos meses, duas conferências, sendo uma de cariz internacional e a outra nacional.

"A conferência internacional versará sobre a história de Angola e pensamos realizá-la em Agosto ou Setembro. A conferência nacional será sobre a qualidade do ensino superior no país, está prevista para Novembro ou Dezembro", explicou o jovem, acrescentando que a conferência internacional resulta de um estudo, realizado há mais de um ano pelo organismo que dirige.

Sicato explicou que o objectivo é "falar de um contributo para a história recente de Angola. Estamos há um ano a fazer a recolha de dados. Temos pessoas disponíveis para falar, fundamentalmente dos partidos políticos que disponibilizaram pessoas e documentos. Deram-nos a abertura: que desejávamos, tal como as igrejas", aludiu.

O estudo em causa, acrescenta o responsável, começa de 1950 até 2012 e está dividido em quatro partes, nomeadamente de 1950 a 1974; de 1974 a 1990 e, depois, de 1991 a 2002 e por último de 2003 a 2012.

A ideia, de acordo ainda com Agostinho Sicato, visa resumir e recolher depoimentos sobre a realidade e o surgimento dos movimentos e partidos políticos.

"Queremos saber da sua actuação e dos seus objectivos. Além deste aspecto histórico, queremos analisar a metamorfose do período de 1990 a 2008, altura em que surgiram vários partidos ao mesmo tempo, também desapareceram. Uns por extinção e outros que nem chegaram a sobreviver. Há partidos que apareciam nas listas eleitorais e até hoje ninguém sabe do seu paradeiro. Então, fomos ao encontro destas pessoas e saber das suas aspirações".

4.7 “Inconstitucionalidade por omissão” pode adiar Autarquias

Novo Jornal

27 De Junho de 2014

Texto de Nok Nogueira

A DESCENTRALIZAÇÃO político-administrativa, prevista no artigo 213º e seguintes da Constituição da República de Angola (CRA), tem, nos últimos meses, ocupado as agendas políticas de várias forças, partidárias parlamentares e extra-parlamentares.

Em causa está a ausência da lei orgânica do sistema de organização e funcionamento do Poder Local. Um diploma, de acordo com a Constituição, de exclusiva competência da Assembleia Nacional que não pode, em instância alguma, delegar esse imperativo constitucional ao Poder Executivo para a respectiva legislação, sob pena de incorrer por "inconstitucionalidade orgânica":

Nos últimos seis meses têm-se ouvido diversos comentários e tomadas de posição sobre o tema.

Alguns especialistas em Direito vieram, inclusive defender o "princípio do gradualismo", previsto no n.º 1 do art. 242º, da Lei Fundamental, o qual determina a competência dos órgãos do Estado para legislar acerca da criação das autarquias locais, o alargamento gradual das suas atribuições, assim como o doseamento da tutela e a transitoriedade entre a administração local do Estado e as autarquias locais, prevista no n.º 2 do art.º 242º.

Esta posição "princípio do gradualismo" - defendida por alguns juristas relativamente à instauração do Poder Local foi prontamente rejeitada pela oposição política.

Esta não vê, a exemplo de Moçambique e Cabo Verde, necessidade de o país não realizar simultaneamente, em todo o território nacional, as eleições autárquicas, cujo imperativo legal define, para o efeito treze eventos ou actos normativos necessários à implantação efectiva das autarquias e demais órgãos do poder local, fixando inclusive a data limite para a sua materialização no período que decorre entre Outubro de 2013 e Setembro de 2016.

SUBORDINAÇÃO DE PODERES

O Novo Jornal (NJ) conversou com várias sensibilidades a respeito desta matéria, entre as quais um constitucionalista, que solicitou o anonimato, por razões profissionais. A fonte começou por realçar o quadro de "inconstitucionalidade por omissão" vigente por a Assembleia Nacional estar a deixar este

vazio legislativo, impedindo que outros diplomas de base sejam também aprovados, como, por exemplo, a Lei de Financiamento das Autarquias.

A fonte acusou o Parlamento de se ter transformado numa caixa-de-ressonância do Poder Executivo por este, até ao momento, não ter aprovado o pacote legislativo, conquanto que a matéria tinha de ser regulamentada sob a forma de um diploma legal.

O constitucionalista fundamentou a sua posição com a existência de uma alegada subordinação que pode estar a haver entre poderes, assim como uma alegada falta de vontade política que pode ser depreendida da Assembleia Nacional por promover esta omissão legislativa.

"Há uma subordinação na relação de poderes. É da competência absoluta da Assembleia Nacional esta matéria e ela não é regulamentada.

E fica tudo no silêncio. A Procuradoria-Geral da República, enquanto Poder Judicial, que tem o direito da fiscalização sucessiva dos actos, devia intimar uma acção de esclarecimento por não regulamentação desta matéria", defendeu, alertando para uma possível dependência de poderes: "A PGR, do ponto de vista legal, é um órgão independente, mas do ponto de vista prático há uma subordinação. Tanto o órgão Legislativo como o Poder Judicial dependem neste momento do Poder Executivo", atestou.

PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

Ainda de acordo com a mesma fonte, compete à sociedade civil pressionar e reivindicar este direito constitucional. Para isso, acrescentou, esta tinha de ser mais activa e actuante.

Para tal, espera-se uma posição mais activa: "Tem de haver debate, tem de existir alguns fóruns. Ninguém pode violar a Constituição. O Estado, numa democracia, também é sujeito de direito. Depende da vontade política sim, mas também da dinâmica da sociedade civil".

Caso as eleições autárquicas não tenham lugar dentro desta legislatura, o constitucionalista entende que se está em presença de uma violação flagrante dos direitos, garantias e liberdades do cidadão.

"Estamos diante de uma violação do direito de cidadania. O angolano, neste caso, está vetado de exercer os seus direitos de cidadania. É grave. Vamos deixar que os políticos resolvam este problema.", concluiu.

MPLA'BARROU' UNUTA

Das iniciativas já conhecidas publicamente, sobre as "bases do sistema de organização e funcionamento do Poder Local e da participação dos cidadãos e das autoridades tradicionais no seu exercício", a UNITA foi a primeira a propor um ante-projecto na Assembleia Nacional. O documento acabou chumbado pela maioria do partido do Governo.

O Grupo Parlamentar do MPLA justificou a decisão: Fazer o debate (sobre a institucionalização das autarquias locais) sem se atender a algumas questões prévias, ou sem se ter em conta" a noção exacta dos seus actores e como essas relações podem enriquecer o espírito de cooperação institucional. Na falta dessa noção tudo se poderá transformar em meras retóricas dissonantes que só servirão de obstáculos ao processo de discussão".

O partido maioritário considerou, nessa latura, ser útil e oportuno alargar os espaços e os fóruns de debate sobre a matéria, respeitando o previsto na Constituição, pelo que o grupo parlamentar do MPLA decidiu votar contra a iniciativa legislativa apresentada pela UNITA "por não estar conforme à Constituição e ao Regimento da Assembleia Nacional, quer na forma, quer na substância."

"A preocupação e a iniciativa legislativa da UNITA são legítimas, mas a metodologia utilizada é inadequada. De facto, o que a UNITA fez foi colocar a carroça à frente dos bois, em matéria de autarquias.", leu-se na declaração política do grupo parlamentar da maioria.

EQUÍVOCOS DE BORNITO?

No entanto, alguns dias depois, convidado para animar uma palestra, enquanto docente universitário, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, reconheceu, em Luanda, que a proposta de lei sobre o Poder Local, apresentado pela UNITA na Assembleia Nacional, tinha "algum mérito".

Bornito de Sousa chegou inclusive a admitir que a proposta do Galo Negro "apresenta elementos interessantes sobre as autarquias que podem ser aproveitados".

O ministro disse, por outro lado, que, apesar de a proposta ter sido recusada pelo seu partido na Assembleia Nacional, o projecto de lei apresenta alguma virtude.

O ministro da Administração do Território explicou nesse mesmo encontro, testemunhado pela Voz da América, que a "a experiência que estava a ser feita na cidade do Kilamba, na cidade de Luanda e outras a

criar, como Cacucaco, Viana, Cazenga e Belas, no fundo, reflectem já experiências de autarquias",

A UNITA, por seu turno, deplorou a atitude da bancada maioritária, afirmando que tal "poderá ser o feitiço a virar-se contra o próprio feiticeiro".

Segundo Adalberto da Costa Júnior, que falava à Voz da América, "impedir que a proposta da UNITA fosse para as comissões na generalidade foi a maior derrota política que o MPLA teve na Assembleia Nacional, nos últimos tempos".

Para o vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, tarde ou cedo, o próprio MPLA vai ceder na sua posição sobre esta matéria.

CIÚME E RIVALIDADE

As reacções a este pronunciamento de Bornito de Sousa, entretanto, não se fizeram esperar. Falando à Voz da América, o líder parlamentar da CASA-CE, André Gaspar Mendes de Carvalho

"Miau", discordou do argumento do referido, dizendo que primeiro a concentração das forças políticas tinha de estar na lei sobre o Poder Local, e que sem essa lei nenhuma experiência podia ser atestada sobre as autarquias locais em Angola.

André Mendes de Carvalho também comentou o chumbo do MPLA ao documento do Galo Negro: "O projecto de lei apresentado pela UNITA só não vingou por ciúme e rivalidade partidária. Esse projecto de Lei que a UNITA introduziu, dizem eles, inconstitucionalidades, mas desafiámos que as mostrassem e não há qualquer inconstitucionalidade. Só chumbaram o documento por ter vindo da UNITA."

PRS 'ESCONDE' INICIATIVA

O Partido de Renovação Social (PRS) recusa-se, para já, a fazer qualquer comentário sobre o anteprojecto que diz estar a preparar para propor à apreciação da Assembleia Nacional. Pelo menos de uma coisa diz estar certo o presidente Eduardo Kwangana: Logo que o seu partido terminar a elaboração do referido documento não o divulgará sem que o MPLA entregue a respectiva proposta.

E explicou os motivos da decisão: "Não vamos entregar sem que o MPLA entregue o seu anteprojecto, porque eles aproveitam-se sempre das ideias dos outros para fazer valer a sua iniciativa. Isso tem acontecido sempre. O que o MPLA faz é esquivar", disse o líder do PRS.

PROJECIO PODIA SERVIR DE BASE

Eduardo Kwanagana disse ao Novo Jornal que o processo de elaboração da lei de Bases do Poder Local pode estar simplesmente limitado a uma falta de vontade política do MPLA.

Para o político, se houvesse vontade política, o anteprojecto apresentado pela UNITA deveria servir de base para o futuro diploma.

"Caber-nos-ia enriquecer a referida lei e colocá-la no plenário para discussão geral. Mas eles chumbaram para retardar o processo e o tempo vai passando", argumentou.

Segundo Eduardo Kwangana, "o que se espera é que o MPLA entregue a sua proposta para que a discussão se estenda para outros partidos extra-parlamentares, para a sociedade civil, para se chegar a um consenso e conseguir-se uma lei que seja dos angolanos e não do MPLA, do PRS ou da UNITA."

CASA-SE PREPARA PROPOSTA

Alexandre Sebastião André, um dos vice-presidentes da CASA-CE, afirmou que já houve vários projectos de lei para institucionalização, mas estes foram pura e simplesmente negadas pelo grupo parlamentar do MPLA.

"É óbvio que sob orientação da direcção do partido. Voltámos à primeira Lei Constitucional de 1975, e outras, que falavam sempre nas autarquias. O que significa dizer que o problema não está inexistência de iniciativas. Elas existem e são múltiplas", assegurou.

Alexandre Sebastião André disse ao NJ que a CASA-CE está, neste momento, a trabalhar no seu 'dossier' sobre as autarquias para reforçar a pressão sobre o partido do Executivo, a fim de devolverem o poder ao povo soberano.

políticos ou coligações de partidos, ou ainda que se apresentem individualmente. Para terem a primazia de pedir responsabilidade de forma directa e não de forma indirecta", defendeu.

MODELO CLÁSSICO

Quanto ao modelo autárquico a seguir, Alexandre Sebastião André assegurou que o partido não vai "procurar descobrir o sexo dos anjos".

"Vamos é implementar as autarquias locais em conformidade com as que já existem. Classicamente, as autarquias locais circunscrevem-se em determinadas áreas de jurisdição. São as chamadas circunscrições. Na sua implementação, e em conformidade com as

especificidades do município, tanto podem ser autarquias implementadas a nível municipal ou infra-municipal, em função da importância e especificidade da região", disse.

De acordo com o dirigente da coligação partidária, os políticos actuais, e principalmente aqueles que acusa de "retardarem a devolução do poder, procuram inventar subterfúgios para protelar a implementação de passos positivos descentralizados, no âmbito territorial, que são tão importantes para o exercício da cidadania."

BLOQUEIO DO MAIORITÁRIO?

A CASA-CE queixou-se de um certo bloqueio motivado, segundo disse, pela inexistência de um peso na AN que permitisse fazer passar até agora as iniciativas para a institucionalização do Poder Local.

"Se todos tivessem o poder do MPLA, os projectos de lei que entraram deviam ser melhorados, porque a Assembleia Nacional tem uma comissão específica para elaboração, correcção e conformação dos projectos ou propostas de lei. O que quer dizer que há um bloqueio para a implementação das autarquias", concluiu o dirigente da CASA-CE.

A Alexandre Sebastião André não restam dúvidas de que, caso queira, a AN pode fazer isso: "Mesmo amanhã, se quiserem, pode-se desencadear um processo legislativo para implementação das autarquias. Mas o político está a sobrepor-se ao democrático."

ANTE-PROJECTO DA UNITA

O projecto de lei apresentado pela UNITA, continha cinco capítulos e apresentava-se estruturado sob a forma de artigos, que estavam divididos em números e alíneas. Os capítulos ficariam assim constituídos: Princípios gerais; Autarquias locais; Eleições autárquicas; Poder tradicional; Participação dos cidadãos no Poder Local; e Disposições finais e transitórias.

5. URBANISMO E HABITAÇÃO

5.1 Primeiros habitantes já no próximo ano Ministro da Construção manifestou satisfação pela qualidade dos trabalhos

Jornal de Angola
01 De Junho de 2014
Texto: António Capitão

A centralidade do Quilomosso, na província do Uíge, começa a ser habitada no próximo ano, logo depois de concluídas as Infra-estruturas externas, em Julho de 2015, anunciou quinta-feira o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva.

À margem da visita presidencial ao Uíge, o ministro disse que o Chefe de Estado ficou satisfeito com o trabalho que está ser desenvolvido no local e impressionado com a qualidade das obras.

O Presidente José Eduardo dos Santos percorreu algumas ruas e quarteirões da centralidade do Quilomosso e visitou duas residências, uma de qualificação "A" e outras "C" já mobiladas. A construção da primeira fase da centralidade contempla a edificação de 1.010 moradias, 45 lojas comerciais, um centro de saúde, dois centros infantis, uma escola primária e outra secundária.

O ministro José Silva indicou que está em curso a construção do sistema de captação e distribuição de água potável, da Estação de Tratamento de Água e da Estação de Tratamento de Águas Residuais.

"Mais de mil residências estão concluídas e todas as suas infra-estruturas internas. Dentro de dias começam as obras de construção das infra-estruturas externas que contemplam as ligações de água e energia eléctrica", sublinhou. O ministro do Urbanismo e Habitação referiu que, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, a província do Uíge foi contemplada com sete mil habitações, sendo 4.500 para a centralidade do Quilomosso, na sede provincial, e outras 2.500 para o município do Negage.

Para o Uíge avançou o ministro existem ainda projectos de autoconstrução dirigida, que começam com o processo de infra-estruturação na reserva fundiária no município do Uíge, e de requalificação urbana no bairro Candombe Velho.

5.2 Casas entregues a quadros da Educação

Jornal de Angola
05 De Junho de 2014
Texto: Arão Martins

As primeiras 40 casas sociais construídas na sede comunal do municipal dos Gambos, província da Huíla, são entregues brevemente aos destinatários, garantiu ao Jornal de Angola o administrador da circunscrição.

Elias Sova disse que, dentro de pouco tempo, as casas vão ser entregues, uma vez que estão quase prontas e falta apenas concluir os serviços básicos, como o sistema de água, energia e esgotos.

"A entrega de casas é uma das condições para se poder manter os quadros nos municípios. Muitas vezes recebemos quadros do sector da Educação e Saúde, e não temos condições para os alojar, razão pela qual acabam por se ir embora, o que dificulta todo o processo", lamentou.

As primeiras 40 casas foram construídas numa área nobre da sede comunal do Chianje, no âmbito do programa de construção de 200 casas em cada município.

Além das moradias, estão a ser erguidos outros edifícios que estão a mudar a imagem do município, como a nova sede da administração e duas escolas, uma na localidade do Ndongue, com seis salas, e outra na sede comunal do Chianje, com sete. Os estabelecimentos de ensino, que são inauguradas em Setembro, foram construídos no quadro do programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

Após a conclusão das escolas vão ser abertos, junto a cada uma delas, furos de água.

Este ano lectivo foram matriculados mais de 15 mil crianças, do ensino primário ao segundo ciclo, e no próximo ano, com a inauguração de mais duas escolas, prevê-se o ingresso de mais três mil alunos.

Energia eléctrica e água

O sistema de produção e distribuição de energia eléctrica melhorou consideravelmente nos Gambos, assegurou Elias Sova. No ano passado, a administração fornecia energia eléctrica das 18h00 às 00h00, mas hoje o fornecimento é feito das 8h00 às 12h00 e das 18h00 às 00h00.

A melhoria da energia eléctrica abrange a sede comunal da Chibemba e Rio D'areia. "Estamos a

trabalhar para dar sequência aos trabalhos. Pretendemos abranger as povoações de Viriambundu e Ndogue", esclareceu.

Efeitos da seca

Elias Sova disse que, paulatinamente, os efeitos da seca estão a ser minimizados e durante a campanha agrícola 2013-2014 a chuva caiu o suficiente, comparativamente ate periodo anterior.

O administrador reconheceu que nem tudo vai mal, mas a grande preocupação está relacionado com algumas áreas do município, no caso de Fimo, Tchitongo Tongo, Taca, Panguelo, Tchicué, onde não choveu o necessário, razão pela qual continuam a merecer atenção redobrada das autoridades.

5.3 Detidos supostos funcionários da sonip

Jornal A Capital

07 De Junho de 2014

Texto: Diniz Kapapelo

Dados obtidos em exclusivo pelo A Capital dão conta que pelo menos 81 apartamentos estão nestas condições, não se sabendo efectivamente, quantos são de uma ou de outra centralidade. De acordo com fontes deste semanário junto da Polícia de Luanda, o que se sabe mesmo é que os supostos funcionários da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) e alguns indivíduos, num total de sete que se dedicavam à prática do crime de burla e abuso de confiança, estão agora a contas com a justiça na sequência de uma denúncia feita contra os mesmos.

"O que se passava é que estes indivíduos vendiam as chaves dos apartamentos a duas ou mais pessoas e desapareciam deixando depois os lesados de mãos atadas sem saber como reaver os valores entregues ou resolver a situação", explicou uma fonte familiar a este dossier.

Embora já estejam detidas sete pessoas, acrescenta a fonte que temos vindo a citar, nada confere que sejam apenas estes os únicos a aplicar estes golpes a vários cidadãos interessados em adquirir uma residência numa dessas centralidades. "Decorrem ainda investigações para aferir se realmente são funcionários da SONIP ou uma rede de burladores disfarçados de funcionários ou uma mistura destes e intermediários", sustentou.

Entretanto, para evitar-se estas e outras situações menos boas, a polícia em Luanda apela à população a requerer os apartamentos apenas pela via legal,

evitando, desta forma, os intermediários. "Nunca sabemos quando é que estamos em presença de um possível burlador que está apenas de olho no nosso dinheiro", aconselhou nosso interlocutor.

"Quando dermos por nós acabamos arrolados numa situação complicada em que o apartamento que pensamos ser nosso pertence a mais de duas ou três pessoas", explicou, antes mesmo de deixar uma velha máxima: "mais vale prevenir do que remediar".

Assim sendo, enquanto continuam as investigações, apela para denúncias de práticas do género, fazendo-se sempre acompanhar de provas documentais.

5.4 Funcionários da Sonip foram detidos

Jornal de Angola

07 De Junho de 2014

Texto: André da Costa

A Polícia Económica deteve ontem em Luanda sete funcionários da empresa Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) por suspeita de prática ilegal de atribuição e venda de dezenas de apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango.

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional Angolana (PNA), inspector-chefe Mateus Rodrigues, admitiu a possibilidade de serem detidos nos próximos dias mais funcionários da SONIP suspeitos de envolvimento no mesmo esquema criminoso.

A Polícia Económica, afirmou o inspector chefe Mateus Rodrigues, deteve os sete funcionários da SONIP após uma investigação desenvolvida na sequência de denúncias de pessoas burladas na compra de apartamentos.

O processo de atribuição e venda de apartamentos nas centralidades de Luanda, iniciado em Fevereiro de 2013, registou desde o início grande adesão de interessados, muitos dos quais pernoveram nos postos de atendimento.

A vidas de realizarem o sonho de casa própria, algumas pessoas foram levadas a embarcar pelo caminho da ilegalidade e de esquemas em proveito próprio, criados por funcionários da própria SONIP, a julgar pelo processo interno realizado pela empresa imobiliária que levou à desocupação de apartamentos que foram ocupados por cidadãos que não tinham contrato.

O processo de venda de moradias em Luanda está interrompido, há já algum tempo, devido ao facto de já terem sido comercializadas as moradias da primeira

fase. Ainda este ano, a Sonip vai colocar à venda moradias em construção no Zango e na centralidade do Kilamba.

Entre os beneficiários estão os cidadãos que, embora já tenham feito, em 2013, o pagamento da primeira prestação anual, não receberam até hoje as suas casas.

Luanda, quando estava em trabalho de parto realizado por uma parteira tradicional de 72 anos, no Farol das Lagostas.

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda informou ao *Jornal de Angola* que a mulher falecida deslocou-se, quando sentia fortes dores, à casa da parteira. Esta aplicou uma injeção que pode estar na origem da morte mulher grávida e do bebé.

A parteira está detida, provisoriamente, numa esquadra da Polícia do Distrito Urbano do Sambizanga. Entre quarta e quinta-feira

Injeção mata grávida

Uma mulher grávida, identificada por Maria Gabriela, de 24 anos, morreu ontem no Sambizanga, em *Jornal de Angola* desta semana, a Polícia em Luanda informou ter tomado conhecimento de 13 crimes de foro comum, dos quais esclareceu seis e deteve 23 cidadãos, sendo dois estrangeiros por situação migratória ilegal.

A corporação apreendeu três armas de fogo, das quais uma pistola e duas AKM, e recuperou uma viatura Toyota Hiace, roubada.

Foram ainda registados 14 delitos de natureza económica e 105 infracções contravencionais, resultantes de 78 visitas de inspecção e fiscalizações feitas em estabelecimentos comerciais.

5.5 Casas entregues à juventude

Jornal de Angola

08 De Junho de 2014

Texto: Delfina Victorino

Um total de 52 casas sociais, das 100 construídas no município do Cunhinga, a cerca de 30 quilómetros do Cuito, capital da província do Bié, foi entregue à juventude, informou a administradora da circunscrição. Celeste Adolfo disse que, dentro de poucos meses, as 100 casas erguidas na região vão ser habitadas e recordou que as autoridades administrativas estão igualmente a proceder à entrega de parcelas de terra para a auto-construção dirigida.

"Estamos a distribuir terrenos, porque existem poucas casas para entregar à população no seu todo", disse a administradora.

5.6 Ministro fiscaliza obras das centralidades

Jornal de Angola

06 De Junho de 2014

Texto: Pereira Dinis

A construção de cinco mil habitações nas novas centralidades do Lobito e Catumbela e de duas centenas em cada um dos municípios da província de Benguela é acompanhada com grande expectativa pela população que se revelou satisfeita com a visita do ministro do Urbanismo e Habitação.

Centenas de pessoas acompanharam a visita de José Silva às obras de construção das centralidades do Lobito e da Catumbela, na zona do Luhongo. Na cidade portuária estão a ser construídos, numa área de 293 hectares, três mil fogos, 856 dos quais moradias T3 e 2.144 apartamentos. A centralidade do Luhongo, Catumbela, vai contar com dois mil: 1.008 moradias e 992 apartamentos T3.

Ambos projectos incluem escolas primárias e secundárias, creches, estabelecimentos comerciais, centros comunitários, sedes de Administrações Municipais, igrejas e Estações de Tratamento de Água e de Recolha de Resíduos Sólidos. As duas centralidades estão prontas até Maio do próximo ano.

O que constatamos nas obras das duas das centralidades deixa-nos satisfeitos", disse o ministro, que realçou que a atenção a partir de agora está centrada no programa de construção dos 200 fogos em cada um dos municípios da província.

Na visita, o ministro inteirou-se também do andamento dos projectos de autoconstrução dirigida, incluída parte do Plano Nacional de Habitação.

José Silva visitou duas áreas próximas das centralidades do Lobito e do Luhongo, onde estão a ser loteados terrenos para a concretização desta iniciativa do Executivo.

Jovens atentos

A maioria das pessoas que acompanhou as visitas do ministro era jovem, sem dúvida os mais interessados em materializar o sonho de ter casa própria.

João Ferreira destacava-se pelo porte físico no meio de um grupo que ouvia com atenção as palavras do

ministro e por se fazer acompanhar de uma agenda na qual tomava notas.

"Pedi dispensa no serviço para poder acompanhar a visita do ministro", referiu o técnico de informática, que revelou "estar muito interessado em conseguir uma casa", pois, com a namorada grávida, pretende casar em breve.

Talvez porque o tema do momento fosse o Censo da População e Habitação, que decorria em todo o país, João Ferreira salientou que "se mesmo sem dados exactos o Executivo está a construir centralidades e casas em todos os municípios" nem imagina "o que vai ser depois do recenseamento".

Para o jovem, é de "particular importância" a construção dos 200 fogos em cada município, pois mesmo após a guerra "continua a haver deslocação, sobretudo dos jovens, do interior para as grandes cidades devido à falta de habitação".

A estudante universitária Madalena Dias chamava a atenção pelo número de chamadas que fazia pelo telemóvel. "E uma colega que não pôde vir e está sempre a fazer-me perguntas", justificou-se.

Conseguir uma casa na centralidade do Lobito, disse, era ouro sobre azul, mas se for um terreno para eu mesma construir, numa zona com água, luz, saneamento e ruas asfaltadas, vou à luta.

Lourenço Bernardo, 63 anos, revelou-se um kota de bom humor. A brincar, referiu que o Executivo lhe estava a trazer problemas com a mulher e explicou: "o nosso caçula quer arranjar casa própria e a minha mulher que ele continue a viver connosco".

Incentivado pelo repórter, o reformado dos Serviços Comunitários apimentou a conversa com algumas piadas, uma delas devido à possível saída do caçula de casa, o que faz pensar em "fazer o filho da velhice".

Mas logo, mudou o discurso e em tom sério disse ter valido "a pena batalhar para dar aos filhos a possibilidade de estudarem muito mais do que ele.

Lourenço Bernardo, que não nasceu em berço, recordou que, apesar disso, os pais lhe "deram carinho e disciplina".

Em tempo de desfiar recordações: "nasci numa casa de pau-a-pique e antes do meu pai construir a cozinha no quintal, a nossa roupa cheirava a fumo porque tudo era feito na lenha".

Num parêntesis feito de bom humor, continuou a lembrar outros tempos, quando que "a então

pretendida, hoje mãe dos cinco filhos", chegou a perguntar-lhe se era carvoeiro.

Parêntisse fechado, regressou ao presente: "quero ver os jovens vi verem bem, em casas boas".

"Estas novas construções demonstram o empenho de quem governa, mas é preciso dizer que o direito à habitação condigna está na Constituição", sublinhou

Renda resolúvel

O ministro do Urbanismo e Habitação referiu durante as visitas que as duas centralidades não beneficiam apenas os jovens, mas todos os que almejam ter casa própria.

José Silva salientou que as habitações se destinam a ser vendidas no sistema de renda resolúvel.

Está aberta a possibilidade, disse, da aquisição a pronto pagamento, mas a liquidação pode ser feita por renda resolúvel, que é "a base fundamental".

Quanto às taxas a pagar no âmbito do programa de 200 fogos por município, lembrou que há uma circular dirigida aos Governos Provinciais para estes apresentarem propostas com base na realidade de cada localidade.

"Temos de trabalhar também nos registos destes patrimónios por serem elemento fundamental para a segurança do cidadão", referiu.

Sobre a construção de habitações no município de Benguela, anunciou que "o Ministério do Urbanismo e Habitação vai agora trabalhar com a SONIP para se acertar o arranque das obras". De momento, prosseguiu, o foco é aquilo que está em curso. Temos de imprimir uma dinâmica diferente para o mais breve possível termos estas habitações prontas a comercializar. José Silva revelou ter recebido informações do empreiteiro que as casas são entregues de forma faseada.

"O constrangimento continua a ser a questão das infra-estruturas externas, como o fornecimento de energia e abastecimento de água, mas vamos trabalhar com o Ministério da Energia e Águas para agilizar estes projectos", prometeu.

A execução do Programa Nacional de Habitação foi tema de realce na reunião do Presidente José Eduardo dos Santos com os governadores provinciais, realizada na segunda-feira, no Palácio da Cidade Alta.

Um comunicado oficial refere que na reunião foram identificados alguns constrangimentos em relação ao programa e indicadas medidas para os ultrapassar.

As recomendações apontam para aceleração do ritmo de construção de infra-estruturas externas e equipamentos sociais e o estabelecimento de um preço de aquisição "correspondente à capacidade de pagamento da maior parte da população, na modalidade de renda resolúvel".

Outro tema em destaque na reunião foi o estado de execução das 80 mil casas que estão a ser construídas pela SONIP, das 5.800 do projecto habitacional CLF, das 40 mil casas do projecto Kora-Angola e do programa de 200 por município, o que perfaz 26 mil em 130 municípios.

5.7 Primeiras casas começam a ser entregues

Jornal de Angola
09 De Junho de 2014

As primeiras 100 casa sociais, das 200 projectadas, no município de Ambriz, província do Bengo, começaram a ser entregues aos destinatários.

O administrador Januário Bernardo explicou que foram contemplados, nesta primeira fase, técnicos superiores, médicos e outros funcionários públicos que desenvolvem a sua actividade no município de Ambriz.

A administração está a proceder, igualmente, a entrega de parcelas de terrenos para construção de residências de alta e baixa renda, no âmbito do projecto de autoconstrução dirigida, e beneficiou já cerca de 700 pessoas que fizeram requerimentos à área de cadastro da administração com este propósito.

Januário Bemardo admitiu que a conclusão das obras de reabilitação da via de acesso ao município de Ambriz constitui um grande ganho e está a propiciar o regresso de muitos quadros e técnicos a vários níveis, para contribuírem no desenvolvimento da região.

"Estamos feliz por ver os quadros a regressarem para o município e poderem contribuir com o seu saber", disse o administrador municipal de Ambriz.

A reabilitação da via abrangeu a Estrada Nacional 00, no sentido Luanda Ambriz, e contemplou melhorias significativas em algumas estradas secundárias.

"Estamos a falar da estrada que sai da sede do município para a comuna da Bela Vista, numa extensão de 90 quilómetros e estamos esperançados em que a Marginal de Ambriz também venha a ser intervencionada." A demora na fluidez do trânsito, segundo o administrador, faz parte do passado.

Até há bem pouco tempo, explicou, eram necessárias quatro a cinco horas para chegar de carro ao município de Ambriz, partindo de Luanda. Hoje, acrescentou, a viagem faz-se em apenas em hora e meia e as populações deslocam-se facilmente.

Além da reabilitação da via e da construção de habitações-sociais, há a destacar a reabilitação de infraestruturas, como escolas, postos e centros de saúde. No município de Ambriz existem actualmente 28 estabelecimento de ensino do primeiro e segundo ciclo, oito postos de saúde, dois centros médicos e um hospital central.

As salas estão a ser apetrechadas com carteiras e quadros e nas comunas onde não havia escolas do primeiro ciclo estão a ser construídas novas estruturas.

O Ambriz é um município da província do Bengo. Dista cerca de 127 quilómetros de Caxito, a sede da província.

A localidade ocupa uma extensão de 4.203 metros quadrados e tem uma população estimada em 20 mil habitantes.

5.8 Planeamento urbanístico é grande desafio

Jornal de Angola
10 De Junho de 2014

O secretário de Estado do Urbanismo, Manuel Clemente Júnior, disse, no Lobito, que o 11 Fórum Internacional de Arquitectura contribui na consolidação do desenvolvimento dos países que ainda têm muito a fazer no planeamento urbanístico.

Manuel Clemente Júnior discursava no encerramento do fórum, promovido pela Ordem dos Arquitectos de Angola, com o objectivo de partilhar informações, experiências e novas perspectivas sobre o sector nos diferentes países participantes. A reunião foi o culminar de uma etapa de intercâmbio de informação e conhecimentos sobre várias matérias ligadas aos desafios que se colocam ao sector do urbanismo no país.

O secretário de Estado congratulou-se com a iniciativa da Ordem dos Arquitectos de Angola, por "a jornada de reflexão sobre a arquitectura e urbanismo servir de mecanismo de valorização, cooperação e interacção entre os países". Considerou que a escolha do lema "o homem e o território" permitiu abordar de forma ampla a gestão do homem e do espaço natural, que consiste no planeamento urbanístico, potencial aproveitamento das infra-estruturas existentes e preservação dos recursos limitados.

"O planeamento deve ser pensado, compreendendo a estrutura das ocupações humanas, a sua diversidade, as suas inter-relações e a complexidade das razões", frisou Manuel Júnior. Acrescentou que o homem possui diversos tipos de ocupações no território, sendo diferentes os usos impostos ao solo e variados os aglomerados em dimensão e características. O secretário de Estado do Urbanismo informou que a agricultura, indústria, comércio e serviços encontram no tipo de aglomerados humanos os argumentos para os seus estabelecimentos, moldando e transformando a forma destes no território.

Manuel Júnior salientou que o II Fórum Internacional de Arquitectura pode, por isso, significar um grande passo para os países que reclamam urgências em diversos domínios consolidarem as suas ferramentas para um melhor contributo no desenvolvimento que almejam.

O fórum juntou 200 participantes, entre os quais urbanistas e delegações das associações profissionais de arquitectos, em representação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Quênia e França. Os arquitectos debateram temas como a "acessibilidades de ser ou não ser", "plano director de Luanda" e "urbanização do Sambizanga", sempre tendo com pano-de-fundo. O ordenamento e gestão do território, o estado da arquitectura e do urbanismo em cada um dos países e a contribuição para a sustentabilidade

5.9 Casa Fácil fomenta a habitação em Cacula

Jornal de Angola

13 De Junho de 2014

Texto: Estanislau Costa

Mais de 15.500 casas do tipo T2, T3 e T4 e demais Infra-estruturas elementares estão a ser construídas em vários pontos da província da Huíla, através do projecto Casa Fácil, criado com o propósito de desenvolver acções relevantes para o fomento habitacional.

O vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, Nuno Mahapi, colocou a primeira pedra, que marcou o arranque efectivo das obras de construção das casas.

Nuno Mahapi valorizou o início da execução do projecto na Cacula, localidade elevada à categoria de município há quatro anos, por aumentar o número de moradias e criar condições para atrair mais técnicos especializados em diversas áreas. "A construção de casas é um dos elementos para cativar novos quadros e desenvolver a vila", disse.

O director executivo da Casa Fácil, Baptista Tchiloia, explicou que as obras envolvem empresas nacionais de construção, com destaque aquelas que precisam de oportunidade para mostrar a sua capacidade técnica de construção civil e conquistarem um espaço no mercado local.

Para a concretização do projecto, pediu aos bancos comerciais que sejam mais flexíveis. "O financiamento dos bancos é fundamental, tanto em relação a certos trabalhos da empreitada, como das pessoas, sobretudo jovens que vão adquirir as moradias", realçou. Das 15.500 moradias previstas para a Huíla, o Casa Fácil programou para os municípios da Cacula, Caconda, Quiçongo, Cuvango, Quilengues, Chibia, Chipindo e Gambos, a construção de 500 casas cada uma, mil para Humpata e Caluquembe, duas mil para Jamba e Matala, e cinco mil para o Lubango. As autoridades do município da Cacula, a 150 quilómetros do Lubango, disponibilizaram 100 hectares de terra, para ser desmatada, urbanizada e receber as infra-estruturas básicas, para dar melhores condições de habitabilidade e conforto.

O projecto, disse Baptista Tchiloia, prevê a criação de modalidades de aquisição de casas favoráveis aos candidatos, para a qual o financiamento bancário representa uma condição indispensável. "O sonho da casa própria tem sido motivo de preocupação para os jovens. A Casa Fácil surge como uma oportunidade ímpar para a realização desse anseio". Loteamento de terrenos. Para o projecto urbanístico da Cacula, estão 10-teados cerca de 115 hectares e a dimensão dos espaços destinados a construção de casas em mil metros quadrados. O Jornal de Angola apurou que os novos espaços vão expandir a vila, sendo que 290 lotes se destinam à construção de casas, 26 à de edifícios públicos e 20 para estabelecimentos comerciais.

Os trabalhos de urbanização contemplam serviços e equipamentos essenciais, entre os quais sistema de captação e abastecimento de água potável e residual, energia eléctrica, rede telefónica, espaços de lazer e recreação, zonas verdes, passeios, redes de esgotos e escoamento da água das chuvas. "

As obras, orçadas em oito milhões de kwanzas, abrangem a reparação de quase 14 quilómetros da estrada secundária que dá acesso à comuna de Chiquaqueia.

O Programa Angola Jovem já construiu 60 casas nos arredores da Cacula, para atender às necessidades da juventude, que assegura o funcionamento de diversos serviços do município. A construtora nacional Omatapalo construiu, durante seis meses, os imóveis, numa área de 64 mil metros quadrados.

Outras 20 moradias, enquadradas no programa de 200 fogos habitacionais, estão concluídas. O município está a mudar de imagem com a entrega ao público de novas infra-estruturas, entre as quais a nova e moderna estrutura da Administração Municipal, casas para o juiz e procurador, reconstrução de 50 quilómetros do troço Cacula-Quilengues.

5.10 O fecho para balanço das centralidades

Jornal Expansão

06 De Junho de 2014

O Presidente da República acaba de nomear uma comissão para avaliar a situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNHU) que se encontram sob a gestão da SONIP em diversas localidades do país, para proceder à sua transferência para a esfera do Estado.

A empresa participada pela Sonangol herdou os projectos habitacionais de que é responsável do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) em Setembro de 2010, por orientação do PR, durante uma visita à cidade do Kilamba Kiaxi.

De acordo com uma notícia do Jornal de Angola, em causa estavam as centralidades do Kilamba Kiaxi, Zango e Cacucaco, em Luanda, para além das congéneres projectadas para Cabinda, Kuando-Kubango e Dundo.

Uma tarefa hercúlea face à dimensão dos projectos.

O último balanço do PNHU que conheço foi feito em Julho de 2013 pelo secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, durante o primeiro conselho consultivo do Ministério do Urbanismo em Construção, realizado em Julho de 2013, no Waku Kungo, Kwanza Sul.

Pelo menos 44.724 casas foram erguidas nas novas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Zango, Km 4, Capar/Sequele, Dundo e Cajinda, no quadro do PNHU, informou o secretário de Estado da Habitação citado pela ANGOP.

Além das casas já erguidas, o PNHU prevê a construção de 120 mil residências, das quais 80 mil sob a responsabilidade da Sonip e 40 mil da Kora Angola, acrescentou Joaquim Silvestre.

Feitas as contas, ao balanço efectuado por Joaquim Silvestre, entre fogos concluídos ou em construção, a SONIP é responsável por mais de 120 mil habitações no âmbito do PNHU.

Quando orientou a passagem das centralidades para a SONIP, em Setembro de 2010, José Eduardo dos Santos informou, citado pelo Jornal de Angola, que era seu desejo que a nova centralidade do Kilamba Kiaxi fosse "um modelo", com os serviços necessários para que seja útil ao desenvolvimento do País, com espaços administrativos e sociais condignos. O Presidente esclareceu ainda que o Estado iria recorrer a especialistas estrangeiros para assessorar quadros angolanos na "concepção de um modelo de gestão e organização" daquela centralidade, para evitar os problemas que Luanda vive actualmente.

Quase quatro depois, a nomeação de uma Comissão para estudar o regresso das novas centralidades à esfera do Estado indicia que algo correu mal. É que não estamos em presença de uma simples transferência de património.

A Comissão nomeada pelo presidente da República, coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tem por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações. e a entidade responsável pela sua comercialização.

Entretanto, o despacho determina a suspensão do processo de comercialização de habitações nas centralidades sob gestão da SONIP até que esteja concluído o trabalho de balanço a realizar pela Comissão ora criada e aprovadas as novas regras e entidades responsáveis pela venda das referidas habitações.

O que o despacho não esclarece é o que vai acontecer com as casas já entregues, nomeadamente no que diz respeito aos pagamentos. Os contratos assinados com a SONIP prevêem pagamentos anuais, que a Sonangol admitiu rever, dando mesmo a entender que poderiam passar a mensais.

A verdade é que, até ao momento, nada se sabe. Sendo que alguns moradores já deviam ter pago a segunda prestação anual. Alguns ter-se-ão mesmo dirigido aos bancos para efectuarem os respectivos pagamentos, tendo estes recusados receber.

Agora que as centralidades encerraram para balanço, o que vai acontecer? Esta e outras perguntas necessitam de resposta urgente, porque está em causa o planeamento financeiro de milhares de famílias angolanas que não sabem quanto terão de pagar pela próxima prestação nem quando.

No meio disto tudo, nota positiva para o regresso das centralidades à esfera do Estado, de onde, aliás, nunca deveriam ter saído. Quanto mais não seja por razões de transparência orçamental.

Com a passagem para a SONIP, parte do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação deixou de fazer

parte do Orçamento Geral do Estado. Como escreveu o Fundo Monetário Internacional no relatório da segunda monitorização pós-programa de ajuda à balança de pagamentos angolana, "a omissão no orçamento das despesas com infra-estruturas para novas cidades realizadas pela Sonangol representa um passo atrás na transparência orçamental e viola os princípios da unidade e universalidade do orçamento".

5.11 Presidente da República retira à Sonip gestão das centralidades

Jornal Expansão

13 De Junho de 2014

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, exarou esta semana um despacho que cria uma comissão para proceder à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação que se encontram sob a gestão da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) em diversas localidades do País.

De acordo com uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República, a comissão, que é coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tem por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações e a entidade responsável pela sua comercialização, bem como avaliar a situação operacional e patrimonial, dos projectos do Programa Nacional da Habitação que se encontram sob a gestão da Sonip.

O despacho presidencial determina que é suspenso o processo de comercialização de habitações nas centralidades sob gestão da Sonip até que esteja concluído o trabalho de balanço a realizar pela comissão ora criada e aprovadas as novas regras e entidades responsáveis pela venda das referidas habitações.

A comissão integra também os secretários de Estado da Administração do Território, da Justiça, o presidente do conselho de administração da Imogestim, o presidente da Comissão de Gestão da Sonip e um representante da Casa Civil do Presidente da República.

Esta decisão surge depois da notícia de sete supostos funcionários da Sonip, acusados de pertencerem a uma rede que se dedicava à venda ilegal de apartamento na centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda, terem sido detidos pela Polícia Nacional. O porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional, inspector-chefe Mateus Rodrigues, que se reservou em

avancar mais pormenores, disse à Angop que as investigações prosseguem, no sentido de serem apurados outros integrantes da rede.

A rede é acusada de vender ilegalmente mais de cem apartamentos na centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não foram reveladas.

A Sonip iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capári, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As vendas foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estiveram à disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

5.12 SONIP deixa comercialização de habitações

Jornal Agora

13 De Junho de 2014

A medida foi tomada pelo Presidente da República, num despacho que suspendeu, esta semana, a comercialização de habitações nas novas centralidades, sob gestão da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), processo que deverá ser assumido por novas entidades. Para o efeito, criou uma comissão para proceder à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação que se encontram sob gestão da mesma em todo o país.

A comissão será coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tendo por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações.

O despacho presidencial determina que é suspenso o processo de comercialização de habitações nas centralidades sob gestão da SONIP, até que esteja concluído o trabalho de balanço a realizar por esta comissão e aprovadas as novas regras e entidades responsáveis pela venda das referidas habitações.

Integram a comissão os secretários de Estado da Administração do Território, Justiça, PCA da IMOGESTIN, presidente da comissão de gestão da SONIP e um representante da Casa Civil do Presidente da República.

5.13 SONIP fora de cena

Jornal Manchete

13 De Junho de 2014

José Eduardo dos Santos, criou para todos efeitos uma comissão que procederá à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação que se encontram sob a gerência da SONIP quase em todo o território nacional.

Segundo uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República, a comissão será coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tendo por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações.

O despacho presidencial, determina que é suspenso o processo de comercialização de habitações nas centralidades que era exercida pela administração da SONIP até que sejam finalizados os trabalhos de balanço a que têm sido levados a cabo pela respectiva comissão bem como aprovadas as novas formas e entidades das vendas de habitações.

A comissão ora constituída, integra os secretários de Estado da Administração, do Território, da Justiça, o Presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIN, o presidente da comissão de gestão da SONIP e um representante da Casa Civil do Presidente da República.

A destituição da equipa, deveu-se pelo facto das habitações comercializadas nas distintas novas centralidades terem sido motivos de críticas, devido as constantes questões de burocracia que se vive no momento do cidadão pretender adquirir alguns destes apartamentos já concluídos. Entre outros problemas, que foram também revelados na imprensa tem a ver com os casos de alguns cidadãos que ocuparam de forma fraudulenta moradias nas centralidades e urbanizações construídas na província de Luanda no ano de 2012.

Durante o primeiro trimestre deste ano, o presidente da comissão executiva da SONIP havia anunciado sobre a mobilização de novos agentes para garantir o processo de venda e divisão de moradias nas centralidades em construção.

De acordo com a medida Orlando Veios o, previa desconcentrar os serviços, agilizar os processos burocráticos, evitar enchentes por ocasião das vendas e garantir um maior controlo das notícias inerentes aos contratos de comercialização das casas.

DETIDOS ALGUNS FUNCIONÁRIOS DA SONIP

Alguns destes funcionários da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), acusados de pertencer a uma rede que se dedicava à venda ilegal de apartamentos na Centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda, foram detidos, tal como indicou, recentemente, Polícia Nacional.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, inspector-chefe Mateus Rodrigues, que se reservou em avançar mais pormenores, garantiu à imprensa que as investigações continuam, no sentido de se apurar os outros integrantes que compõe a referida rede.

Os aproveitadores, também são acusados de vender ilegalmente mais de cem apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementados não foram revelados. As vendas foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial num horizonte de 15 a 20 anos.

5.14 Famílias realojadas recebem casas no Lubango

Jornal de Angola

14 De Junho de 2014

Texto: Estanislau Costa

Um número considerável de famílias que habitavam em zonas de risco e nos locais onde são construídas as novas avenidas da cidade do Lubango foi contemplado com casas do tipo T2, erguidas na nova centralidade da Eywa.

O Jornal de Angola constatou que, cerca de 200 famílias abrangidas no processo de realojamento, sete já foram transferidas para a zona onde estão a ser construídas 200 moradias e implantadas infra-estruturas essenciais à comodidade das pessoas.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, que procedeu à entrega das casas aos primeiros moradores, disse tratar de moradias condignas e em áreas urbanizadas e lembrou que o acto constitui a melhor via de reintegração dos populares, principalmente as crianças, em zonas seguras e confortáveis.

A moradias possuem dois quartos, sala comum, casa de banho, cozinha e dispensa. João Marcelino Typinge reconheceu que as habitações são favoráveis ao bem-estar e desenvolvimento das famílias, contrariamente aos casebre erguidos em zonas impróprias, em risco iminente, sem condições de

saneamento básico. O governador entende que as famílias que viviam na zona da centralidade da

Quilemba, onde estão a ser erguidos 11 mil fogos habitacionais, merecem habitar em locais requalificados e seguros. Por isso, referiu, o processo de realojamento passou por várias negociações para que tudo fosse feito de forma pacífica.

Maria Daniel, 40 anos, com quatro filhos, beneficiária de uma das casas, enalteceu o governo provincial da Huíla por criar boas condições habitacionais e estar a realojar as famílias sem confusão ou descontentamento. "Agora temos casa de verdade e com quintal grande, sofremos muito na nossa casa antiga que era de adobe e as paredes corriam o risco de cair, porque as paredes estavam tortas. A água da chuva infiltrava-se e várias vezes os meliantes roubaram os nossos haveres, porque a porta não tinha segurança", disse Maria que projecta juntar dinheiro para vedar o quintal.

Manuel Faria, outro dos beneficiários, cuida da família composta por e seis filhos. Afiou estar satisfeito por ter uma casa e um quintal espaçoso numa área urbanizada com as condições necessários. "É facto um sonho transformado em realidade. O governo deu-me uma casa de construção definitiva, segura e espaço para as crianças brincarem e desenvolver pequenos negócios."

A área de realojamento das populações que vivem em zonas abrangidas nos projectos de impacto social é estimada em 40 hectares, com casas em terrenos de dimensões de mil metros quadrados, escolas, postos de saúde, espaços de lazer e recreação.

Habitação na Humpata

A conclusão das obras de construção das primeiras 80 casas do tipo TI, dos 200 fogos habitacionais previstos para o município da Humpata, 20 quilómetros a oeste da cidade do Lubango, vai favorecer a fixação de quadros de várias especialidades para contribuir para o progresso da localidade.

Os jovens professores e outros técnicos que diariamente se deslocam para a vila da Humpata, saídos do Lubango, estão ansiosos pelo início da distribuição para se candidatarem a uma casa. No quadro da execução do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e Programa de Investimentos Públicos, a Humpata ganhou quatro novas escolas do ensino primário, dois postos de saúde e a reabilitação de outros 12 postos sanitários.

5.15 Habitação social quase concluída

Jornal de Angola

14 De Junho de 2014

O município da Banga, província do Cuanza Norte, tem já concluídas 50 habitações, das 100 previstas no quadro do programa do Governo de construção de fogos habitacionais em vários municípios do país.

Para avaliar o grau de execução da obra, uma delegação integrada por técnicos da Direcção Provincial do Urbanismo, Obras Públicas, Energia e Águas, esteve no município da Banga, onde constatou haver um grande avanço na execução do projecto, em curso desde 2012.

Em declarações à Angop, o director provincial do Urbanismo, João Sebastião, disse que das 100 residências em construção no município da Banga, 50 estão já concluídas, enquanto as demais carecem apenas de alguns trabalhos de acabamento.

João Sebastião disse terem sido baixadas algumas orientações para a correcção de algumas insuficiências registadas a nível da obra, factor que determinou o adiamento da excepção oficial dos imóveis concluídos, por parte do Governo. Visitas com o mesmo objectivo foram feitas aos municípios de Quiculungo e Bolongongo, onde decorrem projectos similares.

O director da Empresa Nacional de Electricidade no Cuanza Norte, Mazali Paulo, manifestou-se satisfeito com o trabalho da rede eléctrica instalada nos referidos projectos, apesar da necessidade de alteração de alguns procedimentos.

Em todos os municípios das províncias do Cuanza Norte estão a ser construídas habitações sociais, no quadro do programa do Governo. Em algumas localidades o programa está dependente do andamento do processo de desminagem em curso no país.

5.16 Apartamentos vendidos a duas pessoas

Jornal O País

20 De Junho de 2014

Texto: Paulo Sérgio

A denúncia sobre imóveis que foram vendidos a mais de uma pessoa por parte de funcionários da SONIP tem sido cada vez mais frequente.

A cidadã Janete Cerqueira recorreu ao grupo restrito de moradores da Centralidade do Kilamba, criada pelo engenheiro informático Hélio Gastão, funcionário do

Grupo Média ova, na manhã desta segunda-feira, 17, para denunciar que o apartamento que supostamente a pertence foi comercializado a uma outra pessoa.

Sem precisar ao certo em que edifício se encontra, ela disse que levou uma equipa de serralheiros para aplicar o portão no seu imóvel e encontrou uma outra equipa de chineses a terminar de fazer o mesmo serviço a pedido de um outro indivíduo que se apresentou como proprietário do mesmo.

Para comprovar que estava a dizer a verdade, publicou uma fotografia dos cidadãos asiáticos a montarem o portão.

Desesperada, ocorreu ao gabinete jurídico da Administração da Centralidade onde foi aconselhada pelos técnicos a denunciar o caso à Unidade da Polícia para que fossem tomadas as devidas medidas.

"Um dos polícias que estava de serviço pediu-me para levar uma fotocópia do contrato do imóvel e disse que têm estado a se registar muitos casos desta natureza, principalmente no quarteirão X", disse.

Janete Cerqueira disse ainda que os polícias a mandaram regressar à casa, com a promessa de que ligariam para ela comparecer na unidade caso aparecesse alguém a reclamar a titularidade do mesmo apartamento, o que não aconteceu até ao fecho da presente edição, nesta quinta-feira, 19.

Angélica Costa, coordenadora da Comissão de Moradores de um dos edifícios, contou que foi chamada a solucionar uma discussão entre dois vizinhos que se apresentaram como os titulares do apartamento número 44. Segundo ela, o problema foi provocado por causa da numeração que está no contrato visto que um deles dizia que no seu contrato consta o apartamento número 44 e o outro diz que o contrato que ele tem consta o número 42.

O dono cujo contrato rezava o apartamento número 44 foi notou que as chaves não serviam e decidiu arrombar a porta alegando que alguém tinha trocado as fechaduras.

Por seu lado, o indivíduo que no contrato consta o número 42 disse que o apartamento dele é o 44.

Na qualidade de coordenadora e sem muito poder fazer, Angélica Costa aconselhou-os a contactar a imobiliária por ser a única instituição que esta em condições de resolver este imbróglio.

"Oito dias depois o senhor informou que a Imobiliária já esclareceu tudo. A Direcção Provincial de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas prendeu, recentemente, sete supostos funcionários da Sonangol

Imobiliária e Propriedades (Sonip) que se dedicavam à venda ilegal de apartamentos na Centralidade do Kilamba a mais de duas pessoas.

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda, Mateus Rodrigues, explicou que os infractores foram detidos no âmbito de uma operação que está a ser lavado à cabo por aquele órgão da Polícia Nacional.

Adiantou que os seus colegas que estão a conduzir as investigações acreditam que os acusados faziam parte de uma rede que se dedicava a estas acções, mas não avançou mais promissores sobre o caso e garantiu o fazer em outra ocasião ou tão logo fossem detidos os outros integrantes do grupo.

A rede é acusada de vender ilegalmente mais de cem apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não foram reveladas.

A Sonip iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As vendas foram processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos, em função da idade dos compradores.

Para além das modalidades acima mencionadas, foi concedida ainda a possibilidade de as habitações serem adquiridas a pronto pagamento ou simplesmente em regime de arrendamento. O Presidente da Republicou publicou recentemente um despacho que retira da ONIP a responsabilidade da venda de apartamentos nas centralidades do país.

5.17 Luanda tem plano de desenvolvimento

Jornal Manchete

20 De Junho de 2014

O Plano de Desenvolvimento Provincial 2013, 2017, que visa elevar a qualidade de vida dos cidadãos foi aprovado, esta semana, pelo Conselho de Auscultação Social do Governo de Luanda (GPL), durante uma reunião presidida pelo governador, Bento Bento.

O Plano foi elaborado num período de seis meses, por uma equipa de especialistas nacionais e estrangeiros, coordenados pelo consultor angolano, José Pedro de Moraes, que fez a apresentação do mesmo.

De acordo com o coordenador, dentro em breve, o Plano será levado à consideração do Executivo, com vista a sua apreciação e conseqüente aprovação, para num curto espaço de tempo começar a ser aplicado na prática.

Informou que o documento é consistente com as prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e integra todas directrizes de progresso articuladas com as políticas de desenvolvimento sectorial e territorial que se encontram materializadas nos projectos estruturantes definidos para a província.

O Plano de Desenvolvimento Provincial, disse, aponta para a obtenção de significativas receitas próprias, essencialmente baseadas na taxação da ocupação do espaço urbano de Luanda que, se forem apoiadas por uma legislação de finanças locais adequada, poderão ser canalizadas para o desenvolvimento sustentado da província.

5.18 Viver no Kilamba está a custar caro

Jornal O País

20 De Junho de 2014

Texto: Paulo Sérgio

A senhora Berlinda dos Santos, moradora da cidade do Kilamba há quatro meses, disse que a existência de um único supermercado, de um número reduzido de lojas e a falta de um mercado contribuem para que o custo de vida nesta centralidade seja demasiado alto.

Para colmatar esta lacuna, a sua família optou por fazer as compras de bens alimentares a grosso nos armazéns que se encontram espalhados por diversas zonas de Luanda.

"Aqui gasta -se mais do que em outras zonas e para reduzir os custos temos que fazer as compras noutras outras superfícies comerciais e armazenar em casa", detalhou.

No seu entender, o outro factor que contribui para este encarecimento está relacionado com a escassez de transporte público, mesmo depois de a TECUL ter reforçado a sua frota para melhor atender a população que ali reside.

As empresas privadas de táxi e os vulgos "candongueiros" que actuam por conta própria, passaram a fazer a vez da TECUL. A título de exemplo, os indivíduos que acorrem aos seus serviços para saírem do supermercado Kero até a sua à residência, usando um táxi privado, independentemente da distância, desembolsam 500 Kwanzas.

Aqueles que optam por fazer o mesmo trajecto num dos "candongueiros" desembolsam 200

Kwanzas. Mas este valor pode ser reduzido pela metade caso decidam ficar na paragem de autocarros, situada entre os quarteirões C e E.

No momento em que falava à nossa reportagem, na segunda - feira, Berlinda dos Santos aguardava que lhe fosse entregue o Bilhete de Identificação pelos técnicos da repartição

dos Serviços de Identificação daquela centralidade.

"No que toca a urbanização, a cidade do Kilamba não se compara com o local onde eu vivia por estar melhor, mas não proporciona aos seus habitantes alguns serviços básicos que tínhamos em abundância' como a água. Aqui registam-se vários cortes de água diários", disse.

Contou ainda que quando há corte de energia eléctrica os seus vizinhos que vivem no 9º ou 10º ficam impossibilitados de subir até às suas moradias.

No seu entender, a presença de recipientes de água de diversas cores, tipos e tamanhos na áreas de serviços dos apartamentos dá uma imagem degradante.

"Como não temos outra hipótese, somos obrigados a ter estes recipientes senão ficaremos sem o

precioso líquido em casa. Só que, conforme as coisas estão a caminhar, acredito que poderão piorar nos próximos tempo caso não se resolva este problema. Tirando estes aspectos, quase tudo aqui é melhor em relação ao bairro em que vivia", declarou.

A jovem Madalena Pedro, por seu turno, disse que teve que demitir a empregada doméstica para poder matricular o seu último filho no centro infantil "Os Kilambinhas".

"Os preços das creches aqui estão uniformizados, não sabemos se por ordem da Administração ou

do Governo Provincial de Luanda. Em todas elas os pais pagam 35 mil Kwanzas mês, independentemente da idade da criança se quiser que ela pratique alguma actividade extracurricular deverá pagar por isso", afirmou.

Para conseguir minimizar os gastos sem ter que reduzir a qualidade da refeição de sua família, ela e mais três amigas se deslocam todos os primeiros sábados de cada mês ao mercado do 30, em Viana, para fazer compras.

"No Kero quatro tomates chegam a custar 500 Kwanzas, enquanto no mercado do 30 com este dinheiro conseguimos comprar mais de dez tomates.

Só para não falar do preço das frutas e da carne", explicou.

Apesar de reconhecer que os preços de alguns produtos praticados na única grande superfície comercial que ali existe não são dos mais acessíveis, Ari António, que reside nesta centralidade há oito meses, disse que o seu nível de vida aumentou e tornou-se muito mais barato.

Justificou-se dizendo que deixou de gastar elevadas somas monetárias com a compra de combustível para o gerador (que era constantemente ligado) e da cisterna de água.

"A água aqui é um problema porque normalmente só jorra das cinco às seis e 30 minutos. Com o agravante de existirem alguns edifícios, como o meu, que de vez em quando ficam três a quatro dias sem este precioso liquido", disse.

Nestas circunstâncias, contratam as senhoras que ficam debaixo dos prédios à procura de emprego para acarretarem a água a partir da boca-de- incêndio. Manifestou ainda o seu desagrado com os preços de alguns produtos como a carne e o peixe que são praticados no Kero.

Durante uma ronda efectuada a alguns dos estabelecimentos comerciais existente naquela localidade' O PAÍS constatou que existe uma disparidade muito grande na sua tabela de preço em relação aos estabelecimentos similares situados em Camama.

Na tabacaria situada no quarteirão H, por exemplo, a fotocópia, à preto e branco, custa 25 Kwanzas. Os salões de beleza e barbearia engrossam ainda a lista dos prestadores de serviços preços surpreendem os moradores. O montante a ser pago pelo corte de cabelo masculino variam de mil a mil e 500 Kwanzas, ao passo que a lavagem do cabelo feminino anda à volta de três mil Kwanzas.

Creche transformada em posto

Para dar respostas às constantes reclamações dos munícipes sobre a falta de hospital na centralidade do Kilamba, a administração; encabeçara pelo arquitecto Joaquim Israel, está a transformar a creche situada no quarteirão R, em Centro Materno Infantil.

Por falta de condições adequadas para o exercício da medicina, o posto está aberto apenas das sete às 15horas, só presta os primeiros socorros e aplicam algumas vacinas.

Contactada por, O PAÍS, a sua directora se recusou a prestar quaisquer informações sobre o assunto

alegando que carecia de autorização da Administração da Cidade para fazê-lo, tendo em atenção o estado em que a unidade se encontra.

O Presidente da Cidade, Joaquim Israel, esclareceu, durante a primeira reunião com os coordenadores das Comissões de Moradores realizada em Novembro do ano passado, que no contrato celebrado entre o Executivo e a empresa chinesa CITIC não foi incluído a construção de unidades hospitalares, mas que estão a ser gizados esforços necessários para que seja tornado realidade muito em breve.

Baseando-se na acta, que tivemos acesso, o arquitecto explicou que a Sonangol, na qualidade de proprietária da maior parte dos imóveis, e o Ministério da Saúde se comprometeram a construir uma unidade hospitalar este ano.

O Governo Provincial de Luanda, por seu turno, incluiu no seu orçamento para 2014 verbas que serão destinadas a construção de um Hospital Pediátrico nesta centralidade. Não se sabe ao certo se estas promessas estão a ser cumpridas. Serviço de Identificação atrai vizinhança

O Serviço de Identificação e a Conservatória de Registo Civil da Centralidade do Kilamba, têm sido o local eleito por moradores dos bairros vizinhos para registarem os seus filhos ou tratarem o Bilhete de Identidade.

Entre as mais de 50 pessoas que ali se encontravam estava o senhor António desesperado por não ter, conseguido tratar o Bilhete que o possibilitaria a levantar dinheiro da sua conta bancária.

Descreveu o processo de emissão dos Bilhetes de Identidade como sendo bastante lento por não serem cumpridos as regras de senhas. "As coisas estão muito complicadas. Estive aqui de manhã cedo e não consegui tratar porque os técnicos disseram que não havia sistema. Mas mesmo assim continuarei a esperar.

5.19 Imobiliário em novo período de expansão

Jornal de Angola

21 De Junho de 2014

O mercado imobiliário angolano vive novo período de expansão com os segmentos de habitação e escritórios a serem os mais activos, mas existem oportunidades de investimento transversais a todos os segmentos, conclui um estudo apresentado em Luanda.

O documento da Proprime, empresa de consultadoria e avaliação imobiliária que há seis anos desen- volve

estudos do género, foi apresentado numa conferência sobre "Novos Veículos de Investimento no Sector Imobiliário em Angola".

O estudo, que incide sobre as obras novas, como condomínios e edifícios de primeira linha, conclui que depois da habitação e escritórios, os segmentos mais propensos ao crescimento são o retalho e o imobiliário industrial.

A expansão deu-se depois de o imobiliário ter sofrido o impacto da crise financeira internacional, que abrandou o ritmo de crescimento, assistindo-se agora a uma evolução numa conjuntura diferente e com características diferentes das do início da década passada, quando se verificou "um boom nas vendas a qualquer valor e uma absorção de produtos ainda em planta", salienta director da Proprime.

Francisco Virgolino afirmou na conferência que o novo dinamismo do mercado habitacional "é fruto do projecto âncora de requalificação da Baía de Luanda e do potencial de oportunidades dado pela emergência da classe média".

O orador disse que se assiste em Angola a uma procura mais alargada, consequência do aumento do poder de compra e da crescente profissionalização da indústria imobiliária. Entre as causas do aumento da procura, salientou, está também a criação pelo Executivo de mecanismos e programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e permitem satisfazer as necessidades da população quanto ao acesso à habitação.

O mercado de escritórios de Luanda tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas financeira e petrolífera. No turismo, a evolução da actividade em 2013 foi positiva, sendo este segmento considerado estratégico para a economia nacional. Essencialmente com base em hotéis, a oferta imobiliária nesta área começa a ser marcada pelo surgimento dos primeiros resorts, que conjugam valências hoteleiras e imobiliárias, sendo o golfe o principal produto turístico, refere o estudo.

No retalho há oportunidades para a diversificação e expansão da oferta dadas pelo ritmo de crescimento demográfico e as características populacionais - elevado número de populações urbanas, classe média jovem a emergir e os novos hábitos e necessidades de consumo.

5.20 Habitação e escritórios são segmentos activos e com investimentos transversais

Jornal de Angola

23 De Junho de 2014

Texto: Armando Estrela

O mercado Imobiliário angolano regista um novo período de expansão, sendo os segmentos de habitação e escritórios os mais activos, com oportunidades de investimento que são transversais a todos os segmentos, conclui o Estudo de Mercado Imobiliário em Angola.

A Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária que há seis anos consecutivos desenvolvem este estudo, apresentou no dia 19 de Junho, na Baía de Luanda, numa conferência sobre "Novos Veículos de Investimento no Sector Imobiliário em Angola", todos os dados que atestam essa evolução do sector.

O estudo, que incide sobre as obras novas, em especial condomínios e edifícios de primeira linha, conclui que o mercado imobiliário angolano regista um novo período de expansão, sendo os segmentos de habitação e escritórios os mais activos. Existem, no entanto, oportunidades de investimento que são transversais a todos os segmentos, com especial destaque para o retalho e o imobiliário industrial.

"Depois de sofrer o impacto da crise financeira internacional, a qual acabou por reflectir-se no abrandamento do ritmo de desenvolvimento, o mercado imobiliário angolano assiste agora a um novo período de expansão, embora numa conjuntura diferente e com características longe do início da década passada, em que se verificou um 'boom' nas vendas a qualquer valor e uma absorção de produtos ainda em planta", admitiu o director da Proprime, Francisco Barros Virgolino.

"No mercado habitacional de Luanda assiste-se a um novo dinamismo, fruto do projecto âncora de requalificação da Baía de Luanda e do potencial de oportunidades face à emergência da classe média." Francisco Barros Virgolino sustentou ainda que se "assiste neste momento em Angola a uma procura mais alargada, consequência do aumento do poder de compra e da crescente profissionalização da indústria imobiliária". "Não é alheio a este facto a maior abertura, por parte do Executivo, na criação de mecanismos e programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e que permitem satisfazer as necessidades da população no que diz respeito ao acesso à habitação", disse.

De acordo com o estudo, o mercado de escritórios de Luanda tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas financeira e petrolífera. No turismo, a evolução da actividade em 2013 foi positiva, sendo este segmento considerado estratégico para a economia nacional. Essencialmente ancorada em hotéis, a oferta imobiliária nesta área começa a ser marcada pelo surgimento dos primeiros "resorts", os quais conjugam valências hoteleiras e imobiliárias, sendo o golfe o principal produto turístico. No retalho, são muitas as oportunidades para a diversificação e expansão da oferta, dado o ritmo de crescimento demográfico e as características populacionais elevado número de populações urbanas, classe média jovem a emergir - e os novos hábitos e necessidades de consumo que daí resultam.

O estudo conclui que uma das áreas imobiliárias com maior potencial de crescimento em Angola é o sector industrial e logístico. Para tal, concorrem factores como a escassa oferta nesta área e o crescimento do tecido industrial de Angola, isto no quadro da aposta na diversificação da economia, industrialização do país e necessidades de espaços de armazenamento face à importação de produtos.

5.21 Estudos apontam para carência habitacional na renda média

Semanário Económico

26 De Junho de 2014

Texto: Nadina Txipungo

Temas como o "Enquadramento do Sector Imobiliário e novos Desafios" e "Os fundos de investimento imobiliário em Angola", foram debatidos na conferência.

Avaliando o mercado imobiliário, o presidente da Proprime (empresa organizadora), Nelson Rego, afirma que este é o momento certo para se aplicarem os fundos de investimento imobiliário, visto que são fontes alternativas de financiamento para os promotores, bem como para a aplicação do rendimento das poupanças daqueles para quem o imobiliário é um investimento seguro e que não conseguem comprar um imóvel como activo de investimento pela sua grande visibilidade. Podem fazê-lo agora adquirindo unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, o que se pode considerar uma aplicação com boa rentabilidade.

Para Nelson Rego, há grande vantagem em investir em veículos de fundo de investimento imobiliário, já que, em vez do investimento num só imóvel, é possível investir numa parte do imóvel, sem falar da oferta ou dos promotores imobiliários que constroem os

imóveis. Estes passam a ter uma fonte de financiamento que será mais eficaz e com uma gestão profissionalizada, o que representa um passo em frente na profissionalização do sector no país. De certo modo, é uma forma de estabilizar os preços, tornando cada vez mais acessível a habitação, bem como a existência de escritórios condignos para todas as empresas.

"A necessidade da habitação é premente e penso que Angola é um dos países mais activos na solução deste problema para a sua população", disse, observando que "isso é visível no processo em curso das novas centralidades, assim como no plano nacional que está a ser implementado em boa velocidade, tendo em conta o quadro da economia angolana".

O presidente da Proprime avançou ainda que, o Fundo de Investimento Imobiliário é gerido por uma sociedade gestora independente, que se responsabiliza relativamente aos erros cometidos pelos seus participantes uma má gestão do dinheiro captado dos investidores, o que, conseqüentemente, dará uma garantia aos bancos - os veículos indicados para apoiar. Por outro lado, o crédito tornar-se-á mais barato porque não é feito de uma maneira amadora.

Para o sucesso desta nova forma de olhar o mercado imobiliário, falta unicamente a promulgação de um decreto-lei que já está em consulta pública que se juntará a um regime fiscal atractivo aplicável a este tipo de veículos, revelou Nelson Rego.

Já a presidente da Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins (APIMA), Branca do Espírito Santo, a construção dos imóveis contribui para o crescimento da economia e o Estado angolano tem de criar condições para que as empresas do sector imobiliário desenvolvam as suas actividades.

Apesar da assinalável intervenção do Estado angolano ao nível do sector habitacional, Branca do Espírito Santo reconhece, no entanto, a carência habitacional que se mantém no âmbito da renda média baixa. "Estudos referem que, devido ao crescimento demográfico, este panorama habitacional, a longo prazo, não chegará para satisfazer as necessidades de todos os cidadãos", afirma.

Quanto ao sector industrial e logístico, Branca do Espírito Santo afirma existir grande procura de armazéns nas imediações do Porto, notando-se que é um segmento de mercado que também oferece grandes oportunidades de investimento.

5.22 200 novas habitações são construídas

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2014

Texto: João Constantino e Afonso Belo

O director das Obras Públicas e Urbanismo do Bié, André Kaquarta, manifestou-se, satisfeito pela execução física e financeira das acções desenvolvidas pelos empreiteiros no concernente à construção de 200 habitações por município.

Segundo o interlocutor, a construção das residências em sete dos nove municípios da província, encontram-se na fase conclusiva.

O director acrescentou, nesse particular, que até finais de Agosto ou princípios de Setembro a maior parte desta será entregue aos beneficiários.

As 200 casas estão a ser erguidas nos municípios do Chinguar, Chitembo, Kunhinga, Katabola, Kamacupa, Kuemba e Nharea, estando nesse momento 90 por cento da sua execução realizada.

Nos municípios em referência as residências estão orçadas em cerca de 4 milhões de dólares (389,6 milhões de kwanzas) para os seleccionados, com prioridade de 30 por cento para a juventude da província ligada à função pública.

A selecção das empresas construtoras foi feita segundo a capacidade técnica, financeira e humana dos empreiteiros apurados nos concursos públicos.

André Kaquarta exortou, todavia, os empreiteiros no sentido de apresentar obras Com qualidade e trabalhar com responsabilidade, ajudando desta maneira o Governo nas tarefas de combate à fome e à pobreza no seio da população.

O gestor público frisou, por outro lado, que já está em curso a segunda fase da empreitada, consubstanciada na construção de habitações nas comunas em lotes de 15, 10 e de sete residências, face ao aglomerado populacional de cada zona.

O gestor disse, também, que na centralidade do Kuito estão concluídas 2 mil e 500 habitações, entre apartamentos e vivendas, das 6 mil programadas. No município do Andulo, por seu turno, estão 172 apartamentos dos 1.000 do tipo t2, t3 e t4 previstos.

O responsável das Obras Públicas na província acrescentou que estão ainda a ser construídas infra-estruturas sociais, como hospitais, escolas, creches e postos policiais, loteamentos onde estão a ser erguidos os 200 fogos habitacionais e nas centralidades.

Aos futuros beneficiários, André Kaquarta apela a cuidarem dos imóveis, conservá-los porque é desejo do Governo angolano proporcionar uma vida condigna às populações.

Neste ano de 2014, o governo provincial do Bié prevê, ainda, a construção de 420 salas de aula em todos os municípios, tendo em conta a explosão demográfica que se tem registado nos últimos tempos.

Para esse efeito, estão a ser erguidas em todas as sedes municipais escolas com 12 salas de aula, para o 11 ciclo de ensino secundário.

O projecto Horizonte da Kora-Angola, recorde-se, está inserido no programa nacional de habitação "Meu sonho, minha casa", sob orientação do Executivo angolano.

5.23 Alugar escritório em Luanda custa quatro vezes mais que em Maputo

Jornal Expansão

27 De Junho de 2014

Texto: Antonio Pedro

O aluguer de escritórios novos em zonas nobres das cidades de Luanda, Maputo (Moçambique), São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil), apresenta uma elevada diferença. Uma análise feita pelo Expansão sobre os preços por metro quadrado, quer para venda, quer para renda, com base em estudo da Prime Yield, conclui que, entre as quatro, Luanda se destaca como a mais cara.

Enquanto a renda mensal por cada metro quadrado em Luanda, na zona da Marginal, a mais.

cara face as zonas da Praia do Bispo, Ingombota e Luanda Sul, custa em média 130 USD, na capital de Moçambique, Maputo, numa zona com padrão similar, fica em torno de 32 USD, superada por Luanda em 406%.

A capital angolana suplanta a cidade de São Paulo, capital financeira do Brasil e maior metrópole da América Latina, pois lá a renda mensal por cada metro quadrado fica em torno de 76 dólares.

Luanda é assim mais cara com uma taxa de 41,5% sobre o preço mais elevado da cidade paulista.

O preço da renda por m² na Marginal de Luanda é quase o dobro em relação a zona centro e a orla marítima do Rio Janeiro, cujo arrendamento mensal

por cada metro quadrado custa 72 USD, contra os 130 USD de Luanda.

No entanto, as duas cidades brasileiras possuem maior nível de oferta para investidores que a capital angolana.

A venda do metro quadrado em Luanda, na zona mais procurada e mais cara, a Marginal,

possui uma taxa de 367,9% - de acordo com cálculos do Expansão - sobre a tabela de preço no mais caro Bairro Central de Maputo, à beira mar também, pois os 2.650 USD cobrados na capital do país banhado pelo Oceano Índico não superam os 9.750 USD da cidade de Luanda.

Os estudos da Prime Yield não oferecem dados similares na categoria escritórios para Portugal e Cabo Verde, de modo a permitir uma base comparativa nos cinco países que falam português nos negócios imobiliários, mas tem padrão na categoria apartamentos (novos) em relação aos demais países da comunidade lusófona ..

Uma das justificações que as consultoras imobiliárias têm apresentado em relação aos preços praticados em Angola, é a tendência de crescimento de intenções de investimento estrangeiro, fundamentalmente para os sectores dos petróleos e mineração.

No entanto, Moçambique tem registado indicadores de crescimento de investimento estrangeiro directo no sector de prospecção de petróleo e gás natural, e carvão mineral, mas, ainda assim, apresenta preços quatro vezes inferior aos do mercado imobiliário nacional.

Para o caso de Angola, o estudo da Proprime, braço angolano da Prime Yield, justifica também que "o crescimento económico do País, e a consequente expansão de tecido empresarial, o aumento do volume de negócios e do número de expatriados, conjugados com a melhoria do poder de compra da população angolana, têm criado necessidades crescentes de espaços de escritórios".

A nova oferta que surge no mercado, segundo o estudo, tem vindo a apresentar cada vez mais qualidade e continua a verificar-se uma crescente escassez de espaços modernos disponíveis.

Consequentemente, para os próximos anos, estima-se que a oferta e a procura venham a atingir um maior equilíbrio, o que poderá observar-se no mercado uma "normalização" dos preços actualmente praticados.

No Brasil, explica o documento da Prime Yield, o mercado de escritórios em 2012 manteve-se estável e a perspectiva é de crescimento moderado, pois a busca

por áreas maiores e em edifícios modernos é elevada, principalmente nas cidades menos visadas como é o caso de Curitiba e Belo Horizonte.

A taxa de vacância - percentagem de imóveis vagos em relação ao estoque total- para escritórios de muito alto padrão (para ricos) nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro foi de cerca 13%, sobretudo devido a entrega de novos empreendimentos.

Na cidade de São Paulo, os valores médios mais altos de aluguer atingem cerca de 220 reais/m²/mês (99 USD) e no Rio de Janeiro 270 reais/ma/mês (122 USD), enquanto em Curitiba e em Belo Horizonte os valores mais altos de aluguer estão em torno de 120 reais/m²/mês (54 USD).

Oferta e procura

O estudo da Proprime considera que quer os valores de arrendamento quer de venda evidenciam uma tendência de estabilização, apontando que a Baixa de Luanda é a zona prime de escritórios da capital, o agora conhecido por CBD Central Business District- embora Talatona continua a ser cada vez mais uma alternativa para muitas empresas que instalam-se em Luanda, registando um acréscimo da oferta de escritórios, incluindo de diversos parques empresariais.

O director-geral da Proprime, Nelson Rêgo, explicou no " último evento sobre o sector, realizado recentemente, em Luanda, que o crescimento do mercado imobiliário no País está fortemente relacionado com a economia, lembrando as distintas fases de evolução do mercado imobiliário nacional.

A partir de 2002, com o término da guerra civil, o período 'passou a ser de paz e prosperidade económica, aliada à reconstrução nacional com aposta na educação, saúde, infra-estruturas, transportes, entre outros sectores.

Entretanto, no período próximo a 2008 o mercado começou a observar uma forte procura de investimentos no sector imobiliário, mas a crise financeira global de 2008/2009 obrigou a um reajuste do mercado imobiliário.

Actualmente, a tendência, de acordo com Rêgo, é de diminuição do desequilíbrio entre a oferta e a procura, com a aposta de produtos imobiliários de baixa e média rendas.

Triângulo imobiliário

O mercado de escritórios no Brasil, com particularidade para as regiões mais requintadas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, se manterá

estável, diz o estudo, vaticinando que o crescimento da economia deverá acompanhar o ritmo de crescimento do país.

Para o caso de Angola, na capital Luanda, os valores, quer de venda quer de arrendamento, mantêm-se estáveis e as taxas de desocupação continuam entre as mais baixas do mundo, um fenómeno provavelmente resultante da política habitacional do Estado em execução visando aumentar a oferta aos cidadãos, com prejuízo para projectos privados que não conseguem concorrer em pé de igualdade.

O estudo em questão fundamenta que com o crescimento económico de Angola, o percurso para a satisfação da procura de espaços de escritórios vai continuar, estimando-se que nos próximos anos a oferta se aproxime da procura.

A zona de Talatona começa actualmente a apresentar-se como uma alternativa ao centro de Luanda para muitas empresas, com preços baixos em relação a zona prime, situada na Cidade Baixa, na qual a renda média por metro quadrado se situa em 130 USD, conforme gráfico ilustrativo nesta página.

Moçambique, apesar de ter as zonas de maior referência para aluguer e venda de escritórios junto a orla marítima, tem preços menores que Luanda (observa-se nos gráficos ilustrativos), até porque continua a exibir uma boa performance económica, resultando como um destino de muitas empresas estrangeiras.

Em função deste cenário, o tecido empresarial moçambicano continua também a qualificar-se, principalmente na área das pequenas e médias empresas, segundo o estudo, e abre boas perspectivas para a evolução da procura de escritórios a médio prazo.

"A oferta é ainda marcada pelo desenvolvimento de projectos feitos à medida do ocupante, com forte presença de sedes corporativas individuais. A zona da Baixa, concretamente na avenida 25 de Setembro, e a avenida 24 de Julho, são os principais eixos neste mercado, sendo a primeira a referência em termos de valores prime", reforça conteúdo do estudo.

A renda prime em Maputo situa-se em torno dos 32 USD por cada metro quadrado, quatro vezes inferior a Angola, enquanto o valor de venda médio é de 2.370 USD por cada metro quadrado, um montante quase quatro vezes inferior ao praticado na Cidade Baixa, de Luanda.

O triângulo imobiliário Angola, Brasil e Moçambique remete-se à análise de mercados com especificidades diferentes, apresentando certa convergência na

procura de espaços para escritórios da parte de investidores que escolhem estes países para desenvolver negócios e, unicamente, divergência na política de preços.

Metodologia dos estudos

Em Angola, a equipa da Proprime realiza, frequentemente, um trabalho de campo que permitiu levantamento actualizado do parque de escritórios da cidade de Luanda e de outras zonas de Angola.

Este levantamento permitiu aferir, atesta o estudo, qual o volume de metros quadrados em utilização (stock total), o volume de metros quadrados em construção e o volume de metros quadrados em fase de projecto.

De forma simultânea, com base nos trabalhos de avaliação imobiliária realizados, foi possível obter as rendas médias praticadas, os valores de venda por metro quadrado, e por último, as yields associadas a cada um dos activos de escritórios analisados, ou seja, a taxa de rentabilidade esperada pelo investidor com a aquisição do imóvel, tendo em conta as características do mesmo, o inquilino do imóvel e o contrato existente.

A Proprime caracterizou o mercado de escritórios de Luanda considerando quatro zonas distintas, designadamente, zona prime (Marginal de Luanda), Cidade (abrange a Ingombota), Luanda Sul e Praia do Bispo.

Na avaliação do mercado brasileiro, em termos metodológicos os valores médios apresentados fundamentam-se na amostra recolhida de produtos imobiliários, inseridos nos empreendimentos que se enquadram no segmento residencial e de escritórios de alto padrão.

Os dados que compõem a amostra

Os dados dos empreendimentos levantados referem-se por um lado a imóveis pesquisados em trabalho de campo, que permitem manter uma base de dados actualizada, e por outro, a imóveis que foram objecto de avaliação e estudo pela Prime Yield, do Brasil.

Quanto ao estudo que reporta o mercado moçambicano, não consta a metodologia de avaliação para nenhuma das categorias, com incidência para escritórios.

Para Portugal e Cabo Verde o estudo não reporta este segmento imobiliário, o que provocou a não inclusão na base comparativa com Angola, Brasil e Moçambique.

5.24 Auto-construção dirigida

Jornal República
27 De Junho de 2014

Em declarações à Imprensa, o responsável disse que os lotes foram preparados pela administração municipal entre Abril de 2013 a Maio do presente ano, no bairro periférico Canjongui, vila Bocoio, e serão entregues aos cidadãos que solicitarem a sua concessão.

Francisco Rogério afirmou que a administração municipal do Bocoio já distribuiu 60 mil metros quadrados, a 60 requerentes, no âmbito do projecto "meu sonho, minha casa".

De acordo com o responsável, cada beneficiário recebeu da administração municipal mil metros quadrados e do governo dos provinciais 3.500 tijolos, com vista a construir a sua residência.

Segundo ele, o projecto "meu sonho, minha casa" está enquadrado no programa de fomento habitacional gizado pelo executivo angolano para o combate à fome e à pobreza, que vai beneficiar cidadãos nacionais que vivem em péssimas condições habitacionais.

A responsável avançou que para a segunda fase do programa está previsto a preparação de dois mil e 86 lotes até Novembro deste ano.

a responsável deu a conhecer, por outro lado, que está a ser construído um fogo habitacional com 50 casas do tipo "T3", no bairro de "Epembe", periferia da vila do Bocoio, que beneficiará os antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.

5.25 Avaliação da execução das casas sociais

Jornal República
27 De Junho de 2014

O vice-governador da província do Huambo para área técnica e infraestruturas, Calunga Francisco Quissanga, visitou hoje, quinta-feira, as obras de construção das casas sociais no município do Mungo, cuja vila localiza-se a 135 quilómetros a norte da capital provincial.

Falando a imprensa no final da visita, o responsável mostrou-se satisfeito com o grau de execução das obras, mas apelou para que seja intensificado o dinamismo, afim de que ainda este ano as casas sejam entregues aos beneficiários.

Das 200 casas a serem construídas neste município, de acordo com o vice-governador provincial, 115 destinam-se aos jovens, fundamentalmente funcionários da administração pública.

Calunga Quissanga mostrou-se optimista quanto a conclusão, ainda este ano, de um bom número de casas, já que algumas já estão na sua fase de conclusão no Huambo.

5.26 Desvios de fundos causam afastamento da SONIP na centralidades

Jornal Manchete
27 De Junho de 2014
Texto: Lúcia Sebentina

Quase vinte dias depois do Presidente Eduardo dos Santos ter suspenso a comercialização de habitações nas novas centralidades, sob gestão da empresa pública, Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), processo que foi assumido por novas entidades, o Manchete apurou que tal medida presidencial surgiu na sequência de se ter verificado um desfalque nas contas daquela empresa, avaliado em milhões de dólares.

O montante em causa, segundo fontes deste jornal, é resultante das vendas resolúveis e do pagamento integral das habitações destas cen- tralidades.

O Manchete apurou, por outro lado, que muitos dos depósitos efectuados durante a segunda prestação destes imóveis, depositados nas contas da SONIP, continuam a sumir e aqueles que já pagaram a totalidade do valor dos imóveis não têm até agora o título do direito de superfície, correndo o risco de terem de provar a posse dos mesmos.

De realçar que, um dos maiores escândalos ligados à SONIP, para além do conturbado processo de vendas é à falta de cumprimento da entrega das habitações, mesmo depois dos valores pagos, é o desalojamento de moradores que já possuíam contratos dos apartamentos dos edifícios 30, 31 e 33 do bloco W e dos restantes blocos notificados alegadamente por serem habitações reservas de alguns ministérios, de empresas públicas e do Presidente do Conselho de Administração da Sonangol, de acordo com uma notícia publicada no Jornal de Angola, a 4 de Março do corrente ano.

A medida presidencial, para além de colocar termo à má gestão das referidas habitações e descaminho de elevados valores das contas da referida empresa, visa, igualmente, pôr termo à venda de residências, à

margem dos canais oficiais, por parte de funcionários médios e de base da SONIP. Este esquema, tal como se comenta à boca pequena, é uma das principais causas da existência de quase mil clientes que já pagaram os imóveis que não existem e que se encontram na lista de espera sem qualquer garantias.

Recordar que o Chefe de Estado angolano criou uma comissão para proceder à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação que se encontram sob a gestão da SONIP em todo o país.

Esta comissão é coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tendo por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações.

Da mesma integra ainda os secretários de Estado da Administração do Território, da Justiça, o Presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIN, o presidente da comissão de gestão da SONIP e um representante da Casa Civil do Presidente da República.

DESOBEDIÊNCIA

Por outro lado, fala-se também que a "gota d'água" transbordou pelo facto de não se ter obedecido as orientações expressas do PR nos sentido de baixar os preços dos imóveis, tendo em conta o nível de vida das populações e a elevada e gritante crise de habitação no país, metas protagonizadas pelo MPLA no seu programa que visa à construção de um milhão de casas.

Recorda-se, por exemplo, em entrevista ao Jornal de Angola o PCE, Orlando Veloso, tinha prometido rever o modo de pagamento das habitações, passando a fazer cobranças mensais, como de resto manda a legislação em vigor no país em matéria de pagamento das rendas de imóveis, sem no entanto, alterar o preço total dos imóveis conforme orientou o PR. Na mesma entrevista ao Jornal de Angola, Orlando Veloso disse que os preços das casas se manteriam, contrariando as orientações do PR.

5.27 Luanda no top do ranking

Jornal de Angola
27 De Abril de 2014

O metro quadrado na venda de um apartamento na cidade de São Paulo, nas zonas consideradas de elevado padrão, custa em média 3.449 USO, ligeiramente superior a uma taxa de 10,5% ao custo médio de 3.086 USO da cidade do Rio de Janeiro. Em Moçambique, o preço da venda do m2 não difere em

larga medida ao das duas cidades brasileiras. A diferença entre o mais caro do Brasil, em São Paulo, e de Moçambique, é de 440 dólares. Nas zonas prime

de Maputo, a Polana Cimento A e a Polana Cimento B, a venda do m2 de um apartamento T3 está em torno de 3.009 USO e 2.306 USO, respectivamente, uma taxa diferencial de 23,3%. Em Cabo Verde, os preços, nesta categoria, são reduzidos na Ilha de Santiago, a conhecida cidade da Praia, a capital do país, pois a oferta é superior face a procura. Na prática, enquanto em

Santiago compra-se o m2 de um apartamento por 2.412 USO, na Ilha do Sal o preço supera-se a uma taxa de 8,6% - menos caro que na cidade de São Paulo. Entretanto, Luanda surge no ranking como o grande filão para os investidores do imobiliário com carteira de clientes à porta dos seus produtos. Na sua zona mais cara, a Marginal, o preço máximo da venda do m2 é de 9.254 USO, na compra de um apartamento T3. Ainda assim, o apartamento é mais caro que o preço mais elevado de São Paulo, pois custa 9.178 USO.

5.28 Mais habitações

Jornal República
27 De Junho de 2014

De acordo como o responsável, as primeiras habitações foram entregues aos 22 habitantes, na sua maioria jovem, após formalizar a documentação necessana, com destaque para o contracto de arrendamento e do pagamento da primeira prestação no valor de Akz 60 mil.

Júlio Amaro, que não precisou o valor global de uma habitação, disse que por mês cada beneficiário deverá, como forma de renda resolúvel, depositar no Banco de Poupança e Crédito o valor de Ak:z 30 mil kwanzas.

Referiu que, no âmbito do programa Nacional da Habitação foram construídas no município 100 casas do tipo T3, sendo 80 na sede municipal e 10 em cada sede comunal do Maka-Mombolo e do Chingongo, que serão igualmente distribuídas à população.

Os beneficiários Mário da Conceição e Martinho Ndalo, mostraram-se satisfeitos com a qualidade das suas no-vas habitações, lamentando o facto de não saberem até ao momento o custo real das referidas casas.

5.29 Novos investimentos elevam oferta de casas

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2014

Texto: Gaspar Micolo

Um apartamento com duas assoalhadas na Baixa de Luanda custa em média mais do que o dobro de um apartamento com a mesma dimensão em Talatona, enquanto um apartamento

de quatro assoalhadas em Talatona custa quatro vezes mais do que no Benfica, Viana ou Camama. Este e outros dados constam do "estudo do mercado imobiliário de Angola 2014, apresentado recentemente em Luanda.

Já na sua sexta edição, o estudo da Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária, foi apresentado numa conferência sobre "Novos veículos de investimento no sector imobiliário" e incide sobre as obras novas, em especial condomínios e edifícios de primeira linha.

O estudo conclui que o mercado imobiliário angolano regista um novo período de expansão, sendo os segmentos de habitação e escritórios os mais activos; Existem, no entanto, oportunidades de investimento que são transversais a todos os segmentos, com especial destaque para o retalho. e o imobiliário industrial.

"A emergência da classe média está a mudar o panorama do sector imobiliário em Angola", sem, no entanto, alterar o facto de a habitação na Baixa de Luanda continuar a manter preços não comportáveis para a classe média", indica o estudo que, entretanto, reconhece ainda que "as classes média-alta e alta continuam a ser o alvo da habitação promovida no centro de Luanda, mas começam agora a surgir diversos projectos destinados às classes com rendimentos mais baixos".

De acordo com o director da Proprime, Francisco Barros Virgolino, no mercado habitacional de Luanda assiste-se a um novo dinamismo, fruto do projecto âncora de requalificação da Baía de Luanda e do potencial de oportunidades face à emergência da classe média.

O responsável sustentou ainda que se assiste neste momento em Angola a uma procura mais alargada, consequência do aumento do poder de compra e da crescente profissionalização da indústria imobiliária.

Com efeito, não é alheia a este facto a maior abertura, por parte do Governo, na criação de mecanismos e

programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e que permitem satisfazer as necessidades da população no que diz respeito ao acesso à habitação.

No estudo da Proprime, nota-se ainda que o mercado de escritórios de Luanda tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas financeira e petrolífera.

No turismo, a evolução da actividade em 2013 foi positiva, sendo este segmento considerado estratégico para a economia nacional.

Suportada por hotéis, a oferta imobiliária nesta área começa a ser marcada pelo surgimento

dos primeiros resorts, os quais conjugam valências hoteleiras e imobiliárias, sendo o golfe o principal produto turístico.

Enquanto isto, no retalho, são muitas as oportunidades para a diversificação e expansão da oferta, dado o ritmo de crescimento demográfico e as características populacionais, nomeadamente, elevado número de populações urbanas e classe média jovem a emergir, além dos novos hábitos e necessidades de consumo que daí resultam.

A análise da Proprime conclui ainda que uma das áreas imobiliárias com maior potencial de crescimento em Angola é o sector industrial e logístico.

Para tal concorrem factores como a escassa oferta nesta área e o crescimento do tecido industrial de Angola, isto no quadro da aposta na diversificação da economia, industrialização do país e necessidades de espaços de armazenamento face à importação de produtos.

Os números do estudo

Um apartamento da tipologia 1 (duas assoalhadas) na Baixa ou na Marginal custa em média quase 96 milhões de kwanzas, enquanto uma T2 anda à volta de quase 156. Apartamentos da mesma dimensão em Talatona não ultrapassam, em média, 39 e 67 milhões de kwanzas, respectivamente.

Já no Benfica, Viana ou Camama, os preços descem ainda mais. No Benfica, uma T3 custa dez vezes menos do que na Baixa e três vezes menos do que em Talatona. Aliás, para apartamentos de quatro assoalhadas, Saiu de Luanda continua a apresentar

o Benfica tem os valores mais baixos de Luanda entre as zonas referidas no estudo: 22 no Benfica, 26 em Viana e 23 milhões de kwanzas no Camama. Na

Ingombota ou Maianga, o valor sobe para quase 117 milhões de kwanzas e na Baixa ou Marginal para 204.

Em relação às moradias, em Talatona, continuam a praticar-se preços que tornam a área mais exclusiva para a classe média-alta/alta, tendo em conta que a média de preços para uma moradia de cinco assoalhadas (V4) é quatro vezes superior àquilo que se poderá pagar por uma moradia das mesmas dimensões no Benfica ou no Camama.

Uma moradia T4 em Talatona custa quase 166 milhões de kwanzas, enquanto que no Camama esse valor anda pelos 48 e no Benfica pelos 40.

Segundo o estudo, nos escritórios, a procura continua a ser dominada pelas empresas dos

sectores petrolífero e financeiro, enquanto no imobiliário industrial, a auto-construção continua a ser dominante na oferta existente". Assim, apesar de uma oferta de cada vez maior qualidade, continua a verificar-se uma crescente escassez de espaços modernos disponíveis.

5.30 Preços na cidade capital já registam ligeira redução

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2014

Texto: Francisco Inácio

O sector imobiliário nacional conheceu a partir de 2007 um crescimento vertiginoso na procura de residências de alto padrão fruto da carência habitacional que se registava principalmente em Luanda. No entanto, esta febre ou "boom" imobiliário registou um abrandamento em 2012, por um lado, em consequência da crise financeira internacional e, por outro, devido entre outros factores a forte intervenção do Estado através do seu programa nacional de fomento habitacional que veio acabar com a especulação e o monopólio do sector privado que actua no mercado imobiliário.

"Desde 2007, houve um crescimento no nível de preços, mas há dois anos que se regista uma tendência de abrandamento ou decréscimo dos valores. Portanto, o que se assiste agora é uma estabilização dos preços. Ou seja, a oferta continua a existir mas a um preço menor", afirmou Branca do Espírito Santo, presidente da Associação dos Profissionais do Imobiliário de Angola (APIMA), quando falava na cerimónia de lançamento de um estudo sobre o sector imobiliário que decorreu em Luanda no pretérito dia 19 do corrente mês.

A mesma opinião é corroborada pelo director geral da Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária, que se referiu sobre os dados do estudo que a sua empresa realizou sobre o sector. "O ramo como um todo registou um aumento no número de habitações e tudo aponta que haverá ainda um crescimento da oferta que se traduzirá em preços mais baratos para residências como para escritórios", afirmou Nelson Rego.

Recorde-se que em Luanda a zona do centro urbano (Baixa/Marginal) continua a registar os valores mais elevados dos apartamentos onde o preço médio se fixa em 866 mil kwanzas por metro quadrado. Nas moradias, a zona do Talatona apresenta um valor unitário médio na ordem dos 477 mil kwanzas, o metro quadrado.

Crédito para o imobiliário

Segundo Branca do Espírito Santo, que também é uma das responsáveis da Imogestin, empresa responsável pelo comercialização das residências do projecto Nova Vida, o mercado imobiliário está muito condicionado e relacionado com a taxa de crescimento demográfico, razão pela qual está igualmente concentrado em Luanda, onde uma franja significativa da população afirma ter dificuldade de acesso aos projectos habitacionais devido à falta de crédito.

No entanto, a responsável da Apima contraria essa afirmação com dados estatísticos. Segundo ela, o crédito para o sector imobiliário tem estado a crescer desde 2009, altura em que se registou uma cifra de seis por cento do total de crédito concedido à economia. Esse valor cresceu para 10 por cento em 2010 e 14 por cento em 2011.

Intervenção do Estado

De acordo com Branca do Espírito Santo, a intervenção do Estado no sector tem estado a promover o segmento de média e baixa renda quer seja através das novas centralidades ou por meio do programa de auto construção dirigida. "A introdução da renda resolúvel nos projectos habitacionais do Governo veio facilitar o acesso à habitação, agora é preciso que haja maior controlo no acesso de modo que mais pessoas beneficiem" referiu.

Segundo a responsável da Apima, ainda neste âmbito o Ministério do Urbanismo e Habitação prevê construir 200 residências em todos os municípios para incentivar a construção dirigida. Na mesma senda, o Plano Nacional de Desenvolvimento prevê a construção de 400 mil fogos habitacionais até 2017.

Branca do Espírito Santo referiu ainda que estudos apontam que mesmo com a intervenção do Estado

estas quantidades de projectos imobiliários não satisfarão totalmente as necessidades ou demanda a longo prazo. Facto que constitui uma enorme oportunidade para que outros investidores possam apostar no sector.

Desafios do setor

O sector imobiliário em Angola oferece alta taxa de rentabilidade, mas existem também muitos desafios que ainda precisam de ser suplantados. Tais como a necessidade de criar-se mecanismos que permitam maior celeridade na regularização jurídica dos imóveis (segurança), rapidez na aprovação dos projectos (licenças de obras), definição de um prazo máximo para aprovação das actas e dos planos directores provinciais, assim como a aprovação da lei do arrendamento, bem como a criação de instituições de formação de avaliadores imobiliários.

5.31 Sociedade do ramo imobiliário reportam à comissão do mercado para ativar fraude e burla no sector

Jornal Economia e Finanças
Texto: Francisco Inácio

A comissão do Mercado do Capitais (CMC) vai supervisionar o sector imobiliário de modo evitar situações de fraudes ou outras atitudes dos promotores imobiliários que estejam à margem da lei. A CMC vai supervisionar os fundos imobiliários e as sociedades gestoras que por sua vez terão de reportar à CMC as suas contas e actividades.

Segundo o director da Proprime, Nelson Rego, trata-se de uma inovação na medida em que esse serviço não existia há 10 anos na actividade de promoção imobiliária. O que vai acontecer com este tipo de veículo, nomeadamente, os fundos de investimentos imobiliário, é que os créditos serão mais baratos e por conseguinte os preços dos imóveis vão baixar também, ou seja, mais pessoas terão acesso à habitação. "É uma cadeia de valor que se irá alterar com este novo tipo de instrumentos", garantiu Nelson Rego,

Tal serviço surge na sequência de casos de burla que se registaram durante a fase de "boom" do sector em que clientes compravam os imóveis a partir da planta, mas demoravam muitos anos a receber as residências e nalguns casos não recebiam. "Em tempos, houve no sector situações que correram mal. Mas, seguramente, agora com maior profissionalismo e novos tipos de instrumentos, estas situações serão substancialmente reduzidas ou eliminadas", referiu.

Em entrevista concedida ao TE, Claudino Buta, director do Departamento de Supervisão de Organismos de Investimento Colectivo, explicou que os fundos de investimento imobiliário são veículos de financiamento de projectos imobiliários que servem de alternativa fora do crédito bancário.

"Esses fundos têm um impacto positivo no crescimento económico na medida em que criam benefícios às empresas e famílias porque permitem a redução de custos", afirmou.

Actualmente, a CMC tem registo de apenas dois fundos de investimento mas, à medida que o sector se desenvolver, surgirão mais. Cláudio Buta referiu que enquanto regulador a CMC não existe para limitar nem facilitar os fundos mas sim para regular ou garantir que os investidores

que colocam o seu dinheiro no fundo estejam protegidos e os seus direitos salvaguardados e cumpridos.

Outras oportunidades

No dizer de Branca do Espírito Santo, presidente da associação que congrega os profissionais

deste sector, o mercado imobiliário desempenha um papel importante para o crescimento da economia do país por ser gerador de muita mão-de-obra. Além disso, permite que o cidadão exerça a sua cidadania tendo acesso ao direito fundamental que é a habitação.

A dirigente afirmou que além das residências, escritórios ou centros comerciais existe também

uma grande procura para o sector imobiliário industrial. "É um segmento de mercado que oferece grandes oportunidades de negócios sobretudo nas zonas de implementação dos pólos industriais, em Luanda com realce para a zona de Cacuaco que está em franco crescimento", disse.

A nível do sector turístico também houve aumento de oferta e há vários centros em construção tanto em Luanda como noutras provinciais. "Tudo isso são oportunidades que o sector privado deve aproveitar", lembrou. Neste quesito, importa referir que as taxas de ocupação dos hotéis ao longo do ano passado foi de 75 por cento e as tarifas médias diárias variaram entre 280/300 dólares por noite. "São dados que atraem qualquer investidor", acrescentou Branca do Espírito Santo.

Realça-se que as taxas de rentabilidade no investimento imobiliária, em Angola, são elevadas, numa média superior a 25 por cento de retorno, considerando a reduzida maturidade do mercado. No

âmbito da Lei do Investimento Privado, foram aprovados para o sector imobiliário incentivos fiscais que variam em função das zonas em que os projectos estão localizados.

5.32 A rede desapareceu do mapa

Jornal A Capita

28 De Junho de 2014

Texto: José Dos Santos

Presidente da República, José Eduardo dos Santos, suspendeu recentemente a comercialização de habitações nas novas centralidades sob gestão da empresa pública Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) para que novas entidades pudessem assumir um processo que tem

previsto a abertura da segunda fase.

O despacho presidencial assinado pelo Chefe de Estado dá conta da criação de uma comissão para proceder a transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa nacional do Urbanismo e Habitação até então sob gestão daquela subsidiária da Sonangol em todo o território nacional.

A nova unidade, como já se sabe, é coordenada pelo Secretário de Estado do Tesouro, que tem como atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações. Até aqui tudo bem.

O curioso, no meio de tudo isso, é que antes mesmo da publicação da nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República a dar conta do despacho do Chefe do Executivo, a Polícia Nacional anunciara a detenção de sete supostos funcionários da SONIP, acusados de pertencerem à uma rede que se dedicava à venda ilegal de apartamentos na Centralidade do Kilamba, no município de Belas, ao mesmo tempo que procediam ao mesmo estratagema na confrade habitacional de Cacuaco.

Pelo menos daquilo que se tomou público, os supostos detidos e os demais comparsas - a existir, é claro terão vendido ilegalmente mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba, onde se fala, inclusive, da venda de um mesmo apartamento a duas famílias, apesar dos preços e modalidades praticadas não terem sido reveladas.

Acontece, porém, que a mesma Polícia que se revelou lesta a anunciar aos quatro ventos, perante a África e ao Mundo, este "achado arqueológico" (detenção de elementos da referida rede de burladores) é a mesma que observa agora um tumular silêncio, visto que até agora não conseguiu apresentar publicamente os

implicados nesta negociata já a contas com a justiça, como, aliás, acontece em vários cenários.

Este facto pode revelar a existência de dois pesos e duas medidas, se se atender a rapidez como a corporação se propõe a apresentar ao público simples "pilha-galinha". Mas, sobre este assunto, sem avançar pormenores, o porta-voz do Comando Provincial da polícia Nacional, inspector-chefe Mateus Rodrigues, garantiu, na ocasião, que as investigações prosseguiriam com vista a identificação dos restantes membros do que se supõe ser uma rede que malbaratava as habitações através de métodos pouco ortodoxos.

Seja como for, há toda uma necessidade de apresentação das pessoas já detidas, sob pena de se levantarem especulações sobre o anúncio da suposta detenção dos mesmos e o despacho presidencial que culminou com a suspensão da comercialização de habitações por parte da SONIP.

Sabe-se, pois, de antemão que o processo de venda dos apartamentos da centralidade do Kilamba, por exemplo, apenas para citar este projecto habitacional, esteve grávido de irregularidades e denúncia de esquemas de corrupção, expedientes que de alguma forma tomaram inacessíveis aos agregados mais desfavorecidos, quando se sabe que o principal objectivo passava por garantir dignas condições de habitabilidade.

Tal como se adivinhava no início, os supostos elementos detidos por pertencerem à uma alegada rede de burladores que malbaratava património das centralidades não tiveram pejo nenhum em comercializar mais de 100 apartamentos da forma como bem lhes recomendava a pura gana.

Se o Presidente da República "bateu o pé" com o quase afastamento da SONIP do processo de comercialização por práticas pouco ortodoxas de elementos a si afecta, é a vez da Polícia Nacional tomar a peito o assunto e procurar identificar os demais integrantes desta suposta rede, como forma de prevenir males maiores.

5.33 Fundo imobiliario pode tornar credito barato

Jornal A Capital

28 De Junho de 2014

Texto: Pregibitero Lundange

Vão permitir as pessoas aceder à habitação como não conseguiam no passado", acredita Nelson Rêgo, referindo-se ao fundo de fomento habitacional e ao

sector ligado ao investimento imobiliário, dois instrumentos financeiros recentemente criados pelo Estado.

O consultor admite tal possibilidade pelo facto de tais mecanismos garantirem acesso a créditos para fim habitacional menos oneroso, o que, segundo ele, "vai também tomar essa habitação com mensalidade de acordo com a possibilidade da população".

Fontes bancárias revelaram a este jornal que o crédito habitacional tem sido nos últimos tempos uma das modalidades de empréstimo mais solicitadas no mercado. Mas é também o produto que a banca menos disponibiliza.

Entidades como o bancário Mário Mendonça, responsável por uma das agências do Banco de Poupança e Crédito (BPC) fazem saber, por exemplo, que jovens dos mais vários estratos bateram em portas daquela instituição financeira com um propósito: obter um empréstimo destinado à aquisição de uma habitação condigna.

Entre as centenas de pessoas que procuraram pelo BPC está o professor Jorge Panzo, que para mal dos azares, saiu, pela segunda vez consecutiva, mal sucedido, assim como Marta João cujo pedido continua a espera de aprovação junto daquele banco de capitais públicos. "Não me dizem nada até agora", situou-nos Marta, desesperada.

Se Marta João ainda aguarda por um "não" ou um "sim", para Jorge Panzo, a possibilidade de um "sim" parece remota, razão pela qual já pensa em tentar a sorte noutros bancos, à semelhança do Banco de Fomento Angola (BFA), onde, segundo fonte junto daquela instituição, já perfilam inúmeros processos com a mesma finalidade, ou seja, solicitando acesso a crédito à habitação.

Operadores bancários admitem que aumento de pedidos para crédito habitacional esteja associado à abertura recentemente do processo de venda de apartamentos nas quatro centralidades da província de Luanda, onde os preços atraem o interesse de boa parte de cidadãos detentores de um rendimento médio.

Ocorre, entretanto, que são poucos os candidatos que se dizem ter saído bem sucedido junto dos bancos.

Responsáveis de bancos justificam a quase «inexistência do crédito à habitação com explicações que poderão não convencer quem se bate por uma habitação de sonho. Sublinham que o produto em causa é, no conjunto' dos que a banca coloca à disposição do mercado, o que mais está associado aos riscos que afundam o negócio bancário.

Pelo menos é o que se deduz das declarações do bancário Mário Mendonça, que apresenta como razões o facto de existirem no mercado factores que limitam o crédito habitacional.

Mendonça referia-se mais propriamente a factores que se prendem com o facto de serem bastante insignificantes os depósitos de longo prazo, enquanto fontes que, à partida, sustentariam os empréstimos para projectos habitacionais.

«A nossa estrutura de depósito é feita por depósitos de curto e médio prazos quando o crédito habitacional exige claramente reembolso de longo prazo», disse o bancário, que se serve desse mesmo argumento para explicar a imaturidade do sistema financeiro face a este aspecto concreto.

Além disso, segundo disse, as garantias que se oferecem não dão total segurança ao banco de que o cliente venha, ao cabo do tempo acordado, reembolsar o dinheiro a si confiado.

«Muitas vezes, o credor perde a capacidade de honrar os termos do contrato logo nos primeiros anos», disse o bancário, referindo-se a casos em que o cliente se vê desprovido de rendimento em consequência de eventual perda de emprego, uma vez ser esta uma das condições para que os jovens se possam habilitar a um crédito habitacional.

Para além disso, acrescenta, coloca-se ainda o facto do mercado continuar a ser de alguma incerteza, um pouco devido à lição apreendida aquando da crise económica mundial, o que, segundo o economista, leva os bancos a cederem crédito com alguma prudência e, em alguns casos mesmo, fechando-se por completo quando sobre a mesa estiver pedido relativo a um crédito à habitação.

Mesmo assim, Mário Mendonça diz existir no mercado um ou outro banco que, como sublinhou, «se expõe ao risco de financiar a compra de uma habitação». E quando tal sucede, segundo disse, fazem-no sob critérios muito mais rígidos, com as taxas de juro a serem o obstáculo para quem se apresente a um banco concorrendo para a obtenção de um crédito habitacional.

O bancário reconhece que os juros praticados no mercado são ainda elevados, o que, segundo disse, condiciona a concretização do sonho de casa própria para muitos jovens angolanos. Uma realidade reconhecida em tempos pelo director do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia.

É que a taxa de juro para um crédito à habitação está, segundo números disponíveis, situada em 30 por cento, o que, aos olhos de Eugénio Correia, representa

uma autêntica especulação, para além de ser impraticável em qualquer parte do mundo.

Em declarações públicas, o responsável disse que em nenhum momento se habilitaria a aquisição de uma casa com recurso a um crédito contratado em condições similares às praticadas pela banca angolana.

Mas o quadro pode, num futuro próximo, sofrer uma inversão, em função da criação pelo Estado de instrumentos financeiros como o fundo de fomento habitacional e o ligado ao investimento imobiliário

5.34 Luanda com rendas mais caras de África

Jornal A Capital

28 De Junho de 2014

Texto: Mirene da Cruz

O acesso a uma habitação condigna no mercado angolano começa a tornar-se menos oneroso, ao contrário do que foi até há poucos anos. Pelo menos é o que constata especialistas como o consultor Nelson Rêgo, alguém que se dedica ao estudo daquilo que é o comportamento do mercado imobiliário do país.

"Já acontece com o projecto das novas centralidades, onde já é possível ter um T2, T3 e pagar uma renda de 400 a 500 dólares", sustentou, garantindo que assim será "no futuro também para aqueles que querem dinamizar os seus negócios".

O consultor chega a tal conclusão servindo-se de dados constantes no mais recente estudo da Proprime, empresa de que ele é o director geral.

Dados disponíveis revelam estarem já concluídas cerca de 170 mil habitações nos projectos de novas centralidades, o que, segundo Nelson Rêgo, tem permitido alargar a oferta existente.

Apesar de tal oferta, facto mesmo é que a demanda continua, de longe, a ser de tal tamanho em função do défice acumulado ao longo de todos esses anos em que o país careceu de investimentos em projectos habitacionais para os distintos segmentos de consumo.

A realidade, entretanto, explica o facto do mercado dispor ainda de espaço para o negócio detido por senhorios associados a comportamentos gananciosos. Essa é, aliás, a razão das queixas que vêm de quem, por força disso, é obrigado a suportar rendas proibitivas.

"Aumentam o preço quando bem entendem", reclamou Custódio Armando. O funcionário público disse que vive em casa arrendada há bastante tempo.

Ou seja, após ter constituído família, imperativo que o obrigou a recorrer a uma casa arrendada, por não dispor de habitação própria.

"O combinado era aumentar apenas 50 dólares, mas ele aumentou logo 100 dólares", lembra, referindo que o aumento sobre o que pagava anualmente embaraçou, e de que maneira, todas as contas.

"Tive que fazer contas à vida", deplorou Custódio Armando, queixando-se da casa em que habita, cujas condições não atendem o binómio preço/qualidade.

Diz que por ano paga qualquer coisa como 4 mil e 200 dólares, equivalentes a cerca de 350 dólares mensais.

"É um preço exagerado para a qualidade", lamentou.

Quem também se mostra desapontado com o que considera preços exagerados do arrendamento é o professor Eugénio Miguel.

Não é que não tivesse noção do que se praticava no mercado. Ou seja, tinha consciência de que a factura não seria barata, mas, como disse, nunca contou que chegaria tanto.

"Pago semestralmente cerca de três mil dólares", revelou.

Estes valores são empregues em uma residência de dois quartos, sala, cozinha, wc em quintal individual.

Eugénio reconhece que viver em quintal privativo é sempre mais confortável, mas lamenta o facto de se tratar de residência localizada em zona de condições precárias, o que, para ele, não justifica o valor da renda a si cobrada.

"Não tenho energia e tão pouco água disponível", queixou-se, apontando isso como razão que o leva a pensar seriamente na aquisição de um terreno para edificar as quatro paredes para a sua futura casa. "É o mais certo a fazer", disse, considerando que fora do qual "estamos a desperdiçar dinheiro que podia ser bem empregue".

Só que a compra de um terreno também é outra "dor de cabeça", em função da alta dos preços praticada dos no mercado.

Na zona do Zango, onde Eugénio Miguel supunha encontrar preços mais competitivos, um espaço com dimensões para uma habitação normal está ao preço de 18 mil dólares. "É muito por agora", considerou,

dizendo-se apenas em condições de pagar terreno ao preço de até 10 mil dólares.

"É isso que está difícil de encontrar", salientou.

Não obstante ao valor que se cobra pela residência pessoas como Fernando Gaspar dizem-se sem segunda opção. Razão pela qual exigem que o senhorio dade para a sua família.

"Se a casa compensa, então pago o que ele cobra", sublinha Gaspar.

Conhecedor do mercado, Gaspar já entende minimamente como isso funciona e, por isso, diz não ter como deixar-se enganar.

"Nunca aceito pagar muito por uma casa em péssimas condições", assegurou.

Para ter acesso à residência que ocupa no momento ele teve de pagar o valor de 4 mil e 800 dólares para um ano, satisfazendo a exigência do proprietário que, à semelhança da generalidade do mercado Luandense, coloca o pagamento de rendas anuais como condição essencial.

"Só paguei porque a casa é boa", explicou.

Central idades: Ainda não é desta

Apesar da oferta viabilizada pela abertura das novas centralidades, Eugénio Miguel prefere manter-se aí onde está a ter que concorrer para um apartamento em tais projectos.

"Seria uma aventura:", considerou, aludindo-se ao facto de, como disse, não dispor de um salário com poder aquisitivo para tal.

Para tal decisão, o professor fez, antes, uma série de contas cujos resultados o desaconselharam a entrar no corre-corre para o acesso a uma habitação até há pouco oferecidas nas novas centralidades. Tudo por razões que têm a ver com o facto de os condomínios envolverem uma série de obrigações que, no fim das contas, acabam por encarecer, ainda mais, as despesas mensais.

"Por isso não concorri" ,justificou, afirmando que "construindo por conta própria gastaria menos do que o valor total da compra de um apartamento".

Quem também decidiu recuar foi Custódio Armando. Ele entende que cada um deve viver em função das suas possibilidades financeiras.

Ainda assim há quem, como José Ernesto, não hesitou diante de tal possibilidade, concorrendo para um

apartamento mesmo sem saber como faria para pagar as prestações exigidas.

"Decidi enfrentar mesmo assim", contou Ernesto, que diz tratar-se de uma opção que decorre da necessidade em fugir das rendas por algo que, no final, acabaria por não ser propriedade sua.

"Gastamos muito por algo que vamos devolver a qualquer instante", explicou, para depois referir que "me arrisquei por uma casa que será definitivamente minha".

Entretanto confessa que os seus primeiros meses foram difíceis, tanto é que contraiu dívidas, fez empréstimos, tudo na tentativa de ver concretizado o seu sonho da casa própria.

"Fiz de tudo", confessou.

E quem também não hesitou é Carlos Augusto, que apostou alto num apartamento na Cidade do Kilamba, onde já reside a caminho de dois anos .

"Estou à sofrer hoje, mas sei que vai valer a pena", salientou.

Enquanto vivia do arrendamento, Carlos disse que esteve sempre atento aos movimentos do mercado imobiliário, a espera da primeira habitação condigna que pudesse surgir fora do mercado

5.35 Metro quadrado capital bate recorde de preços

Jornal A Capital
28 De Junho de 2014

Luanda é a segunda capital com a renda por metro quadrado mais cara em África, segundo um estudo sobre tendências do mercado imobiliário angolano, atribuído à consultora Deloitte Angola.

De acordo com tal estudo, os preços por metro quadrado na capital angolana chegam a dobrar o valor do arrendamento praticado em mercados como da Nigéria.

Para exemplo, refere que o valor da renda por metro quadrado no centro da capital angolana situa-se em tomo de 150 dólares, sobretudo no segmento de escritórios.

"É uma renda muito elevada", constatou Diogo Rodrigo, da consultora Zenki Real Estate, que não teve receio em olhar para esses valores como sendo mesmo das mais altas do mundo.

A Proprime, por sua vez, traz, no seu mais recente estudo sobre mercado imobiliário angolano, uma realidade similar. Diz que a zona Baixa/Marginal de Luanda continua a registar custos mais elevados dos apartamentos, onde o valor médio se fixa em 8.900 dólares por metro quadrado.

Nas moradias, a zona tio Talatona apresenta um valor unitário médio por metro quadrado de 4.900 dólares.

Confortante, porém, é facto da 6ª edição do estudo sobre o mercado imobiliário angolano apresentar uma realidade agora bem melhor do que se viveu até recentemente, como resultado da intervenção do Estado, que fez surgir diversos projectos destinados à classes com rendimentos mais baixos.

O estudo alude-se às novas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Zango, Km 44 e Musseque Capari, assim como a requalificação em curso nos municípios do Cazenga e Sambizanga.

Considerando o aumento da oferta em zonas além de Talatona, o estudo conclui que deverá assistir-se a um ajustamento dos valores de mercado.

5.36 Plano Director fica pronto em meados do próximo ano

Jornal de Angola
28 De Junho de 2014

A elaboração do "Plano Director Geral Metropolitano de Luanda" (PDGML), iniciado em Dezembro de 2013, está a decorrer de acordo com o previsto, informou na quinta-feira, aos órgãos de comunicação, a coordenadora.

Neusa Inglês falou à imprensa durante uma reunião que decorreu no salão nobre do Governo Provincial de Luanda, com as cinco empresas associadas, que apresentaram o estado de evolução dos trabalhos do PDGML.

A elaboração do plano está no final da sua primeira fase, período em que foram recolhidas informações e planos estratégicos em todas as vertentes do desenvolvimento de Luanda, como a parte urbanística, infra-estruturas, equipamentos sociais e económicos, para se dar uma solução orientadora e estratégica numa visão até 2030.

O objectivo, explicou Neusa Inglês, é que este Plano seja auto sustentável, para suportar as suas despesas, através de meios financeiros obtidos no exterior do país ou a nível local.

Para o êxito desta tarefa estão envolvidos todos os organismos privados, ministeriais, gabinetes de reconversão urbana e empresas contratadas para elaboração de planos municipais. "O plano é composto, entre outros, por pólos de centros históricos, corredor de desenvolvimento, áreas residenciais, industriais, Educação, Cultura, Saúde, Hotelaria e Turismo e administrativas", indicou.

Sobre a rede viária e transportes públicos, apontou que constam do plano director a construção de estradas primárias, secundárias e terciárias, assim como estações principais (paragens de transportes), vias de alta velocidade, redes ferroviárias locais, vias rápidas de autocarros e marítimas. Neusa Inglês adiantou que a apresentação definitiva do Plano está prevista para o primeiro semestre de 2015.

5.37 Bairro Operário aguarda pela requalificação

Jornal de Angola
30 De Junho de 2014
Texto: Vera Simão

Cenário de mil e uma histórias, Bairro Operário nasceu na década de 1930 e, devido ao seu traçado, foi chamado "musseque sem becos". Berço de figuras importantes das artes, do desporto e da política, aguarda pela requalificação, que se espera venha trazer melhores condições de vida para os seus moradores.

Apesar das mudanças que se registam nos últimos tempos, com a maioria das antigas casas a serem transformadas em moradias, algumas das quais de alto padrão, o Bairro Operário mantém vestígios do outro tempo.

Quando começou a ser habitado, nos anos 1930, por antigos moradores da zona baixa da cidade obrigados a mudar-se por força da urbanização e, sobretudo, por causa da construção de edifícios administrativos, a maior parte das casas do BO era de pau-a-pique.

Mas, ao contrário de outras zonas da periferia, a construção do bairro obedeceu a um escalonamento, embora as ruas não fossem asfaltadas, com a terra vermelha a levantar-se em nuvens de poeira que deixavam as casas caiadas cor de tijolo. Não havia rede de saneamento, nem água, nem luz eléctrica.

Considerado o "musseque sem becos", mantém as ruas bem traçadas e alinhadas, apesar de algumas "puxadas" para aumentar as áreas de residência. Famoso pelos craques de futebol que deram os primeiros pontapés na bola no antigo campo pelado, o

BO foi também o berço de figuras proeminentes da música popular urbana de Angola.

No desporto, Demosthenes de Almeida levou muitos miúdos à prática de exercício físico e, em particular, do atletismo. O seu nome está gravado no desporto angolano.

Foi numa das velhas casas do BO que se formou o Ngola Ritmos, agrupamento precursor do Semba, ritmo genuinamente angolano, considerada por muitos um símbolo da cultura nacional.

Os angolanos, no Bairro Operário, nunca deixaram de expressar as suas alegrias e tristezas através da música e da dança. Em vários recintos, eram organizados os chamados bailes, com farras para todos os gostos e bolsos. Ali aconteciam outras manifestações culturais, mas a música sempre foi o ponto mais alto.

Com canções de intervenção, os músicos angolanos reivindicavam os direitos ignorados pelos

colonialistas. As opções iam das festas de quintal, onde a vedação com aduelas e o chão de terra batida atraíam os convivas e inspiravam os dançarinos, aos bailes organizados por várias agremiações, com destaque para o Desportivo União de S. Paulo.

No Bairro Operário também se realizavam desfiles de Carnaval que ficaram famosos e eram atracção para gente de toda a cidade, que não se importava de sujar os sapatos na poeira vermelha. Afinal, musseque vem da aglutinação de "mu" (lugar) e "seke" (areia), na língua quimbundo.

Memórias de um ancião

Fernando Menezes tem 75 anos de idade, na sua maioria vividos no BO. "Conheci o Bairro Operário em 1957. Não era como hoje.

Eram casotas feitas com ramos de coqueiro que eram espetados no chão dentro de latas de manteiga ou chouriço e cobertas com mateba. Já na década de 60, os comerciantes começaram a vender madeira aqui no bairro e fizeram-se casas de pau-a-pique até mesmo

no Sambizanga", recorda. O mais velho Menezes lembra ainda que daquele bairro fundado,

sobretudo, por trabalhadores dos caminhos-de-ferro "saíram grandes figuras", de que destaca comerciantes, desportistas, músicos e, como não podia deixar de ser, farristas.

Embora as ruas não fossem asfaltadas, era raro haver alagamentos no tempo das chuvas.

"Aqui havia muita areia. A partir da Anangola até ao São Paulo, era tudo areia, podia chover ficava sempre bem. Não havia lixo.

Agora nos meteram esse barro e uma pessoa a andar suja logo os sapatos e as calças", reclama.

Mais preocupante para aquele antigo morador é a falta de segurança. Recorda que antes se podia circular até de madrugada. Os delinquentes formavam grupos que lutavam entre si. Hoje, é um perigo circular depois das 20 horas, porque "os miúdos estão muito assanhados e não deixam as pessoas andar a qualquer hora".

Amá fama que atrapalha

Mas nem só de rosas é feita a história do BO. Se o bairro é vangloriado pelos bons filhos ali nascidos, também é mal afamado pela boemia e "casas de vida" de que muitos falam, mas negam ter frequentado.

Tio Menezes recorda que após início da luta armada de libertação, em 1961, houve um aumento do número de militares portugueses em Angola e o Bairro Operário era muito frequen-

tado pelos soldados, que ali procuravam os mais diversos tipos de diversão. Com tanto dinheiro a circular, o bairro passou também a ser frequentado por mulheres de vida fácil.

"Elas vinham de Portugal, mas havia as nossas irmãs angolanas também", diz. "Mas quando o

MPLA chegou, acabou com isso", referiu. Pedro Santana é português e desde que veio para Angola sempre viveu no BO.

Também ele diz que as prostitutas "vinham de Portugal. "As mulheres que se prostituíam aqui não eram angolanas, vinham da Ilha da Madeira para satisfazer na sua maioria a tropa portuguesa que se instalava aqui. Mas isso foi ultrapassado depois de 1975, o que ficou é só mesmo História".

Outros moradores antigos e actuais reprovam e ficam mesmo ofendidos com esse tipo de

comentários. "Não sei por que se diz que este é o bairro da prostituição. Aqui reside boa gente. As moças daqui são decentes. O passado é passado", reclama William João.

A residir na casa que pertenceu à sua avó, William diz que o bairro que viu nascer Liceu Viera Dias, Amadeu Amorim, Elias Dya Kimuezu e outras grandes figuras das artes, do desporto e da política, e onde viveu e teve o seu consultório de medicina o primeiro Presidente

de Angola, António Agostinho Neto, merece outra consideração.

À espera da requalificação

Os moradores do BO aguardam com ansiedade a execução do projecto de requalificação, que

prevê melhorar as condições de habitação, com espaços planeados para densidades apropriadas, obedecendo aos padrões urbanos internacionais, de acordo com o que foi anunciado pelas autoridades.

O projecto inclui a criação de postos policiais, serviços médicos, equipamentos desportivos e recreativos, arruamentos, redes eléctricas, de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

Linda João, 60 anos, reclama da actual situação do bairro, cujas ruas estão cada vez mais a ser tomadas pelo lixo e pelas águas dos esgostos. "Estamos cansados de solicitar (ajuda) à administração", afirma a comerciante. "Falta água, falta luz, a requalificação demora a chegar. Estamos cansados. Somos comerciantes, nossos filhos estão sempre nos hospitais com paludismo ou diarreia por falta de um bom saneamento no bairro", acrescentou.

Os moradores sabem que o processo está em curso e que há obstáculos por ultrapassar, antes das obras arrancarem em força.

O principal constrangimento é a expropriação das habitações informais e dos espaços comerciais que existiam um pouco por todo o bairro e pelo Distrito do Sambizanga, no geral.

No BO, além da pracinha, existem muitas casas comerciais, salões de beleza, barbearias, alfaiatarias e lojas de móveis, sem falar nos quintais de capuca e nas famosas "janelas abertas", que se podem encontrar a cada esquina. Todas as situações estão a ser acauteladas e os moradores do BO dizem que os sacrifícios de hoje vão ser recompensados amanhã.

5.38 Luanda, a Mega cidade

Economia e Mercado

Junho 2014. Ano 16. Nº117

A notícia da criação de uma comissão interministerial para acompanhar e coordenar a aplicação do Plano Director de Luanda (PDL) é boa porque implica que existe um reconhecimento que as coisas não vão bem, mas revela que afinal não temos um PDL, como se fazia crer. Ou seja, os projectos do boom imobiliário da capital, iniciados há cerca de dez anos, foram licenciados sem o fio condutor de um verdadeiro

plano director - não admira algumas atrocidades que foram cometidas, sobretudo no casco urbano de Luanda.

Mas o de pacho deveria surpreender qualquer novo licenciamento acima de uma certa volumetria, enquanto o PDL não estivesse concluído, pois só uma medida drástica dessas acelerará a aprovação dum plano director para a capital.

Uma mega cidade tem mega problemas. Megs problemas exigem mega soluções. Isto para dizer que o modelo de governação de uma mega cidade não pode ser igual ao modelo de governação de uma mini cidade ou de um muni ópio rural. A introdução recente do conceito de "cidade" e de "distrito urbano" no ordenamento administrativo é um sinal positivo, mas sabe a pouco. Fica a ideia que o modelo de governação para a grande Luanda não foi aprofundado quanto devia, o que está na origem de conflitos de jurisdição conhecidos da opinião pública.

Ao nível do modelo de governação da capital, há que separar claramente funções de soberania

de funções de gestão de infra-estruturas e serviços urbanos. A minha opinião, os governadores

devem ter apenas funções de soberania, ficando a gestão a cargo de entidades vocacionadas para o efeito. A figura de "comissão administrativa" antecipa o modelo do executivo municipal que deverá emergir do poder autárquico e por i o pode ser um bom ensaio. Seria importante assegurar quanto ante um mecanismo de peso e contrapesos, ou seja, algo a temperar o poder

das comissões administrativas, enquanto não há órgãos eleitos. Nesse sentido, porque não ampliar a composição das comissões administrativas com membros não executivos indicados por forças políticas e sociedade civil?

O que toca ao financiamento das cidades, o caminho passa pelo princípio do utilizador pagador, como nos ca os de fornecimento de energia, água e até a Internet. É que as infra-estruturas comuns não podem ser financiadas totalmente a fundo perdido, nem os serviços de limpeza devem ser suportados directamente pelo erário público. É pois necessário repensar a estratégia de financiamento do poder local na base do princípio do utilizador pagador.

Sobre as comissões administrativas das cidades, diga-se que este tipo de órgão tem de ser visto como um conselho de administração de uma qualquer grande empresa, com os seus planos e orçamentos assentes numa verdadeira autonomia financeira, configurando uma gestão do tipo empresarial, e garantindo-se os mecanismos de prestação de conta e fiscalização.

5.39 Um bálsamo chamado centralidades

Economia e Mercado

Junho de 2014. Ano 16. Nº117

Quatro centralidades estão a ser construídas na província de Benguela, com cerca de 2 000 casas cada uma, perfazendo um total na ordem das 8 000 habitações. O poder local prevê ainda erguer uma urbanização de renda média-alta, na qual se comercializarão perto de 5 mil lotes, já a partir deste mês de Junho. Mesmo com estes números, alguns investidores locais consideram que estes projectos não eliminarão o défice habitacional da região, sendo antes um bálsamo e, deste modo, defendem que o Estado inclua os privados nesta empreitada. Quanto ao sector empresarial, estão em construção unidades industriais destinadas à produção de cerâmicas - o objectivo é que estas concorram para criar mais valor e emprego ao tecido económico e empresarial de Benguela.

A promessa de construção de um milhão de casas, constante do Programa de Governação do MPLA de 2008-2012, só agora se fará sentir na província de Benguela. De facto, tudo aponta para que seja este ano que esta importante província receba a sua primeira centralidade situada na Baía Farta e com cerca de 2 000 casas. As restantes três estão a ser construídas na Catumbela, no Lobito e em Benguela, todas elas também com aproximadamente 2 000 habitações cada uma.

Se o programa for cumprido à risca, e até 2015, Benguela contará com 5 mil novas moradias para colmatar o défice habitacional, ficando as restantes 3 000 para depois dessa data - o porquê de mais esta prorrogação temporal não fica claro, até porque, de acordo com fontes locais, mesmo as 8 000 habitações ainda estarão aquém das necessidades da população, mas vamos pressupor, até factos que demonstrem o contrário, que o dinheiro público necessário para terminar estas centralidades será aplicado noutros projectos igualmente importantes e que cumprem os requisitos exigidos para gerarem melhores condições de vida a outros cidadãos nacionais que precisem, de facto, ou criarem mais riqueza e emprego para outros que tanto necessitam.

De acordo com dados apurados pela Economia & Mercado, para além das moradias, dentro de dois meses, a população local poderá adquirir terrenos para fins habitacionais na reserva fundiária que contempla 1 200 hectares da zona turística da Baía Azul, no município da Baía Farta, onde está a ser desenvolvido um programa de loteamento para a construção dirigida.

Para o administrador da Indústria de Materiais de Construção naquela província, e presidente da empresa IPETALACOROLA, apesar destas iniciativas, a procura é muita e só por esta via será impossível resolver o problema da habitação em Benguela, nos próximos anos.

As perspectivas serão sempre de progresso, mas não acredito que, no médio prazo, e neste cenário, o governo da província consiga resolver o problema da habitação. Mas é importante que não se pare, quer ao nível da promoção privada, quer ao nível das parcerias entre o sector público e o privado, e também ao nível da autoconstrução dirigida", defende João Teixeira da Silva.

O director técnico do Grupo Pinto Conto, que detém empresas a actuar no ramo da construção, defende ainda que se deve permitir aos cidadãos o acesso aos terrenos, a preços acessíveis, para que, por via da autoconstrução e, se necessário, apoiados pelas administrações municipais, possam construir as suas próprias casas.

Aliás, Geraldo Zinho considera essencial que as administrações municipais ajudem a população na construção das suas habitações "Não faz sentido a população ter acesso aos terrenos se, por exemplo, os materiais de construção estão a ser comercializados a preços muito altos, impedindo que os cidadãos tenham condições para construir".

Para este responsável, é igualmente necessário que o mercado seja favorável e apoie o desenvolvimento destes e de outros projectos. Contudo, actualmente não é isto que acontece, pois com a entrada em vigor da Nova Pauta Aduaneira, os materiais de construção estão mais caros e, como a indústria nacional não produz quase nada, nem tão pouco está ainda em condições de satisfazer as necessidades do processo de reconstrução nacional e dos seus actores", está-se a guardar um processo que poderia ter muito mais sucesso e ser muito mais célere, desabafa.

De volta à carga, João Teixeira da Silva, salienta que a falta de condições financeiras continuará é urna outra barreira de peso que impede a população da província, principalmente a camada mais jovem, de conseguir adquirir casa própria.

"O governo local deve olhar também para outros sectores. É necessário, por exemplo, que os jovens tenham emprego e oportunidades individuais para desenvolverem negócios que os possam manter financeiramente sustentáveis. Por outro lado, o Estado deve passar a ter o sector privado como parceiro", defende.

Privados são indispensáveis

Falando na abertura do fórum sobre o contributo do mercado de capitais para o desenvolvimento das indústrias do sector imobiliário e da construção, realizado naquela província, em Maio, o governador Isaac Francisco Maria dos Anjos assegurou que Benguela continuará a ter um crescimento que contribuirá para a melhoria de vida dos seus habitantes, e que, no âmbito deste objectivo, está em perspectiva para este ano a requalificação do Lobito com o intuito de o dotar de instrumentos para que se transforme numa praça de mais crescimento e desenvolvimento.

A E &M contactou alguns representantes das empresas de construção presentes na 4ª Edição da Feira Internacional de Benguela (FIB), os quais defendem que a questão défice habitacional na província, em particular, e do país em geral, não poderá ser resolvida simplesmente pelo Estado e nem contando só com os recursos públicos.

Assim, sustentam que “o sistema de parcerias deve entrar em acção no processo de reconstrução do país. No âmbito de auto-construção dirigida, compete ao Estado fazer o acompanhamento da execução dessas habitações, mas dever-se-á abrir também espaço ao investimento privado” explicita Geraldo Zinho.

Até 2017, o sector da habitação prevê concluir 35 projectos, num investimento total de 601541 milhões de kwanzas, ou cerca de 6 milhões de dólares, o que corresponde a 13% dos investimentos nos chamados “cluters” prioritários e quase 10% do universo dos projectos estruturantes que se esperam concluir até aquele ano, apontam os dados do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Actualmente, o sector privado na província de Benguela tem em desenvolvimento projectos de média e alta renda, com a possibilidade de os mesmos se expandirem para todos os municípios. Moradores de 1 piso T3+1 e de 2 pisos T4+1 são os modelos mais desenvolvidos, mas também têm apostado na venda de lotes para auto-construção dirigida.

Benguela tem hoje duas fábricas de produção de cimento. Ao nível dos materiais de construção em geral, pequenas indústrias têm vindo a nascer, mas ainda são claramente insuficientes para satisfazer a procura.

6. TERRA

6.1 Governo distribui terrenos

01 De Junho de 2014

Jornal de Angola

Texto: Manuel Fontoura

A Comissão Provincial de Urbanismo, Requalificação e Ordenamento do Território do Cuanza Norte tem disponíveis lotes de terrenos para a auto-construção dirigida, nos municípios de Cazengo, Cambambe e Lucala.

De acordo com as deliberações saídas da sessão ordinária do Governo Provincial, dirigida pelo governador Henrique André Júnior, a área para construção tem 639 hectares, abrange a comunidade de Queta, partindo do norte da Estrada Nacional 230 e vai até à margem do rio Cariamba. Estão identificadas mais duas parcelas na localidade da Pedreira, com 382 hectares. Em Ndalatando, o terreno identificado localiza-se ao longo da Estrada Nacional 230 (Bairro Mesquita), com aproximadamente 300 hectares. Na área do Quilómetro 13, a área passa pelo Instituto Médio Agrário de Camuaxi em direcção ao Golungo Alto, com uma superfície de aproximadamente 400 hectares. Nas zonas de Quionjo e Zanga foram identificados espaços com 120 hectares, enquanto a localidade de Calolo tem 640 hectares. No município de Cambambe, o terreno localiza-se no Alto Dondo e tem uma superfície de 350 hectares. O município do Lucala tem uma área de 340 hectares localizada no bairro Ngola Nhinbi, outrade 221 hectares em direcção à linha férrea Luanda/Malanje, uma outra área está localizada na Estrada Nacional 230 de Lucalae Samba Cajú, com 312 hectares.

6.2 A pilhagem dos recursos

Novo Jornal

06 De Junho de 2014

O RELATÓRIO do Progresso em África referente ao presente ano, o qual o antigo secretário-geral das Nações Unidas prefacia escreve no seu desenvolvimento que o continente

berço está numa encruzilhada. O crescimento económico ganhou raízes em grande parte da região. As exportações estão em franca expansão, o investimento estrangeiro está a crescer e a dependência da ajuda está a diminuir. As reformas da governação estão a transformar a

paisagem política.

O documento observa que a democracia, a transparência e a responsabilização concederam aos cidadãos de África uma maior voz nas decisões que afectam as suas vidas.

Estes desenvolvimentos são animadores. No entanto, avança que, os progressos alcançados na redução da pobreza, na melhoria das vidas das pessoas e no estabelecimento das bases para um crescimento mais inclusivo e sustentável, têm sido menos impressionantes.

Os governos não conseguiram converter a riqueza criada pelo crescimento económico, em oportunidades que todos os africanos possam explorar, para criar um futuro melhor.

Chegou a hora de definir um caminho em direcção a um crescimento mais inclusivo e a sociedades mais justas, alerta o relatório.

O Relatório do Progresso em África de 2014, aborda alguns dos principais desafios que os governos de África enfrentam.

"Partilhamos da opinião de que existem fortes motivos para optimismo. A demografia, a globalização, as novas tecnologias e as mudanças no ambiente empresarial estão a fundir-se, para criar oportunidades de desenvolvimento que não existiam antes da recuperação económica. No entanto", lê-se no documento, acrescentando que "o optimismo não deveria dar lugar à exuberância que é agora exibida em alguns quadrantes.

Os governos necessitam urgentemente de garantir que o crescimento económico não cria simplesmente riqueza para alguns, mas que melhora bem-estar da maioria".

Acima de tudo, tal significa reforçar a concentração nos maiores e mais produtivos activos de África: a agricultura e a pesca da região. Este relatório apela a uma protecção, gestão e mobilização mais eficazes dos vastos recursos oceânicos e florestais do continente. Esta protecção é necessária para promover o crescimento transformador", sublinha o relatório.

Num outro desenvolvimento refere que, "os progressos alcançados na última década e meia não devem ser subestimados".

Considerada que, "o crescimento económico aumentou os rendimentos médios em cerca de um terço. Com base na actual trajectória de crescimento, os rendimentos irão duplicar ao longo dos próximos 22 anos. Anteriormente, sinónimo de má gestão

macroeconómica e de estagnação económica, a África acolhe agora algumas das economias de mais rápido crescimento do mundo".

No que respeita ao crescimento, a Etiópia rivaliza com a China e a Zâmbia ultrapassa a Índia. Em contraste com uma percepção generalizadamente errónea, o historial de crescimento não se limita ao petróleo e aos minerais e o das exportações ao investimento estrangeiro. Os grupos empresariais africanos emergiram como uma poderosa força de

mudança por direito próprio, em áreas como a banca, a transformação de produtos agrícolas, as telecomunicações e a construção.

Pela primeira vez numa geração, a pobreza está a diminuir, mas de forma demasiado lenta. De acordo com o texto, os benefícios do crescimento estão a escapar aos pobres de África a um ritmo desesperadamente lento.

No próximo ano, os governos africanos irão aderir à comunidade internacional mais alargada através da adopção dos objectivos de desenvolvimento" internacionais pós-2015. Um desses objectivos será a erradicação da pobreza até 2030. Com base nas tendências actuais,

a África não conseguirá alcançar aquele objectivo por uma ampla margem.

Por que motivo o crescimento está a reduzir a pobreza de forma tão lenta? Questiona-se, sublinhando que, em parte, porque as pessoas pobres de África são muito pobres: quem vive abaixo da linha de pobreza de 1,25 dólares por dia vive em média com apenas 70 cêntimos de dólares por dia.

"E por outro lado, porque os elevados níveis da desigualdade inicial significam que é necessário um grande crescimento para reduzir a pobreza nem que seja por uma pequena margem. O aumento da trajectória de crescimento em dois pontos percentuais "per capita" e uma modesta redistribuição a favor dos pobres colocaria África a uma distância próxima de erradicar a pobreza até 2030", sustenta o documento.

Programas de protecção social bem concebidos, poderiam desempenhar um papel fundamental ao protegerem as pessoas vulneráveis contra os riscos causados pelas secas, doenças e outros choques. Através da transferência de fundos, poderão também elevar os níveis de rendimento. A experiência nutras regiões, especialmente na América Latina, demonstra que a protecção social pode ajudar simultaneamente a reduzir a pobreza e a desigualdade, bem como a promover um crescimento na agricultura.

No entanto, a África sub-investe nesta área vital e poucos governos desenvolveram programas integrados. Em contrapartida, despendem cerca de 3% do PIB em subsídios à energia, maioria dos quais é canalizada para os mais ricos, o que representa três vezes o nível de apoio fornecido à protecção social.

6.3 Desajolados abandonam tendas em Caxito

Jornal O País

06 De Junho de 2014

Texto: Alberto Bambi

Algumas famílias que habitavam temporariamente nas tendas de Caboxa, em Caxito, província do Bengo, estão a abandonar o centro de acolhimento para voltar aos seus bairros de origem, principalmente em Mifuma e Cangombe, onde já começaram a construir novas casas.

Francisca Miranda, de 28 anos de idade, cuja residência se encontra em fase de acabamento, como fez questão de referir a própria, alegou que estava cansada de viver de promessas.

"Não dava para esperar por tantas promessas sem nada acontecer, a minha família é muita e a viver naquelas condições podíamos ter muitos problemas de saúde, então decidimos arrendar uma casa aqui próximo do bairro e começar a construir", declarou Francisca Miranda, ou simplesmente Tia Xica, como é carinhosamente tratada por vizinhos, tendo adiantado que não

podia cuidar dos seus três filhos, três irmãos, da mãe e do marido na mesma cabana com outras famílias. Afinal, não se tratava da primeira vez que ela e o marido decidiam viver em regime de arrendamento, porquanto, depois do desabamento das moradias dos bairros Mifuma e Kingombe, a família de Francisca já tinha evitado ir às tendas, nessa altura estacionadas na zona das Mabubas. Para assegurar a resolução que ela e o esposo tomaram, Francisca mostrou o material que estavam a usar para a construção da nova residência. "Como vêem, começamos a construir mesmo com pedras, depois colocamos pilares e a casa está a ser feita de blocos comprados em fábrica, para se evitar o resultado que a antiga teve de cair por ter sido feita de adobe".

De acordo com a interlocutora deste jornal, em Mifuma havia moradias erguidas com adobe e com blocos e tijolo. Depois da enxurrada de 2S de Dezembro de 2013, só caíram as habitações de barro, sendo que as poucas do género, que resistiram às águas da chuva, chegaram a rachar, posteriormente.

"o meu quintal, apenas o quarto de banho não caiu, porque foi feito de bloco", realçou, enquanto lamentava o facto de, muito antes, não terem tido possibilidade de comprar os meios ideais.

Quanto aos gastos, a entrevistada recordou-se de ter ouvido, muitas vezes, que o governo daria casa aos sinistrados ou os ajudaria, dando-lhes materiais de construção, mas preferiu juntar esforços com o marido para comprar o necessário.

"Isso tudo que está aqui custou muito dinheiro, é só ver que, até hoje, o dono de casa tem muitos kilapi de quase 200 mil Kwanzas", disse, referindo-se às dívidas do companheiro, que se viu obrigado a recorrer a amigos e familiares para evitar que sua família se submetesse a viver sob renda por mais tempo.

Questionada se não tinha receio de uma retaliação por parte das autoridades que os levaram para as tendas, Francisca Miranda, respondeu de forma negativa gesticulando com a mão, tendo acrescentado que, antes do desalojamento, entidades do Estado destacadas no local, apresentaram duas modalidades, que incluíam a da construção.

"Na primeira hora, eles também disseram que quem tivesse possibilidade devia construir, porque nas tendas só aconselhavam ir aqueles que não podiam fazer mesmo nada", ripostou.

Escola e negócio na base das fugas

António José Mendes Miguel, de 20 anos de idade, justificou a saída de Caboxa com a necessidade dos estudos.

"Tinham prometido colocar aí salas de aulas, primeiro para as crianças do ensino primário, depois para os jovens do ensino secundário, a favor dos quais também se falava da possibilidade de serem inseridos na escola politécnica ou da ADPP, que ficam próximo das tendas, mas nada disso estava a acontecer, por isso resolvi vir ao bairro para continuar com os estudos", alegou António Miguel, que frequenta a 10^a Classe.

Sobre a situação em que se encontram ele e outros desalojados, o jovem recomendou as pessoas a não atirarem muito a responsabilidade ao Governo, por não ter sido o causador do fenómeno das enxurradas do último Natal no Bengo.

Entretanto aconselhou, igualmente, às entidades do Estado que prometeram ajudar os desalojados a cumprirem com as suas promessas, determinando estimadamente o tempo de espera.

"Nós não podemos exigir muito ao Estado, porque o que aconteceu foi por uma calamidade natural, mas

era bom que os que prometeram viessem pronunciar-se sobre o tempo que o povo tem de esperar para ter novas casas ou materiais de construção", recomendou António

Miguel, assegurando que atitudes como estas colocavam os populares mais calmos.

Negrão, como é conhecido entre amigos e familiares no bairro Mifuma, apontou a convivência de três ou cinco famílias numa só tenda como urna das causas' que está a desmotivar os moradores do centro de acolhimento 2S de Dezembro

Outros regressados das tendas ouvidos por O PAÍs, na tarde de Terça - feira, 3, alegaram que temiam ver seus espaços conquistados por pessoas mais endinheiradas do Bengo, que, segundo eles, visitavam clandestinamente a área.

"Os nossos vizinhos nos dizem que aqui vem muita gente grande perguntar de quem são os terrenos, se querem vendê-los, por isso decidimos vir fazer alguma coisa", disse um ocupante das tendas de Caboxa, tendo revelado que ele e seus amigos acordaram em erguer as casas

com materiais seguros, como pedras, ferro, cimento e blocos, para não sofrerem pressão no que toca à indicação de construção de risco.

Aliás, os mesmos referiram que não acreditavam nas explicações que davam os bairros da chuva do Natal como sendo de risco, porque, para eles, o problema estava na vala de irrigação e não nas casas.

"O Governo, ou tapa a vala ou aumenta a altura da mesma, porque é daí onde saiu a água que deixou cair as casas", reclamaram, tendo lamentado o facto de, até à data, supostamente não se ter traçado nenhum programa de requalificação do canal de água.

Insistência no adobe

Apesar de a maior parte dos regressados de Mifuma e Cangombe ter apostado na construção definitiva, com blocos, pedras, burgau e ferro, não faltam os que teimam em construir com adobes.

"Eu não tenho possibilidade, mas também não quero ficar lá no centro de acolhimento, porque a vida é muito sufocada", reclamou um indivíduo, que pediu o anonimato, tendo adiantado que na Sexta - feira, 6, começaria a vida em Kingombe. Em relação aos riscos, ele garantiu que primeiro entulhou o seu terreno com restos de inertes, até conseguir uma base de 60 centímetros acima da superfície normal do bairro.

A fonte revelou que também se considerou pressionada a construir de qualquer maneira porque os dois vizinhos que o ladeavam decidiram vender a terra que lhes restou do desabamento.

"É possível que os compradores, ao começarem a fazer a sua obra, confundam com o meu terreno. Um dia chego aqui e vejo novas residências no meu espaço", desabafou, assegurando que casos do género vão acontecendo em Mifuma e Kingombe.

Tendas fechadas

No Centro de Acolhimento 25 de Dezembro, localizado em Caboxa, a equipa de reportagem de O PAÍs deparou-se com algumas tendas completamente vazias, ao ponto de estarem encerradas.

O número de desalojados que circulava no terreiro do centro não passava de 10, um cenário diferente do dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. Questionados sobre as fugas, alguns indivíduos encontrados no pátio, entre os quais Domingas da Silva, que disse ter já 60 anos de idade, não variaram nas causas antes apresentadas.

"Estas tendas não têm ninguém, por isso estão fechadas, as pessoas daí foram embora construir mais", sacudiu Domingas da Silva, tendo informado na sua cabana, actualmente, se encontra apenas uma das quatro famílias com que dividia o abrigo de lona verde.

Outras mulheres apontaram a falta de ocupação e a redução da quantidade alimentar diária como um dos factores que influenciaram as suas amigas a abandonarem Caboxa. Segundo elas, nos últimos dias as dificuldades aumentaram. A busca da lenha constitui agora uma actividade para homens corajosos, devido às cobras e outros répteis, que não hesitam chegar nas tendas.

"Nós estamos já a fazer coragem aqui, porque não temos onde ir, nem o que fazer", lamentaram, anunciando que vão esperar até o Estado lhes tirar daí para outro sítio melhor. O centro ainda beneficia de assistência alimentar, medico-medicamentosa e água, bem como de

segurança, que todos os dias estão disponibilizados para os que ficaram aí. Sobre a energia, os desalojados preferiram não falar.

6.4 Dirigentes sabem de abandonos

Jornal O País

06 De Junho de 2014

Embora tenham pedido para os seus nomes não serem citados nesta reportagem, dois dirigentes do Governo da Província do Bengo admitiram ter conhecimento do caso, mas recusaram-se a adiantar qualquer informação sobre as medidas do Governo local face a tal realidade.

Já Mário António, que respondia como coordenador do Centro de Acolhimento 25 de Dezembro, reconheceu que o abandono voluntário das tendas pelos populares iria criar alguns transtornos no que ao controlo dos mesmos dizia respeito, tendo assegurado: porém, que a sua equipa se basearia nos registos iniciais para confirmar a permanência deste ou daquele ocupante.

Em relação às novas construções, nos bairros de Mifuma e Kingombe, o coordenador do centro aconselhou os que regressaram aos seus locais de origem para avaliarem a distância do canal. "Porque todas as residências que estiverem antes dos 20 metros da vala serão demolidas, por se considerar aquela como área de risco", esclareceu, adiantando que, para isso, já estava criada uma comissão encarregue de tomar as providências no local. Mário António fez saber que o Governo já trabalha na preparação de um espaço na zona da Açucareira, onde, possivelmente, seriam construídas habitações para os desalojados, se a solução não passar por atribuição de parcelas de terra e materiais de construção.

"Só que tudo que é do Governo demora um pouco e a população não quer esperar"; realçou o responsável, aconselhando os que ficaram a terem muita calma, para não complicarem ainda mais a situação.

6.5 Terrenos abandonados travam crescimento do Pólo Industrial

Semanário Angolense

07 De Junho de 2014

Texto: N. Talapaxi S.

A maior dificuldade para a aprovação dos projectos dos pedidos de empresas que pretendem instalar-se no Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana, em Luanda, é a falta de terrenos. De acordo com Luís Ribeiro, Coordenador da Comissão de Gestão desse centro empresarial, estão sendo analisados os processos de 50 firmas que querem investir no local.

=A falta de terrenos, no entanto, é um fenómeno que, na realidade, acontece por causa da falta de exploração dos espaços pelos proprietários, seja por insuficiência de recursos financeiros ou por ausência de planos consistentes, como deu a entender o responsável do Pólo, deixando expresso que diante dessa situação, o «mato» toma conta das propriedades.

Luís Ribeiro esclareceu que «o Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana ocupa uma extensão de 2700 hectares, mas pelo menos 50 por cento deste espaço está atribuído a pessoas que na prática nada fazem, encontrando-se em estado de abandono parcial, nalguns casos, e noutros, de abandono completo».

O «cabeça» do referido centro empresarial reconhece que «fazer indústria, fazer comércio é bastante difícil; e as pessoas podem ter dificuldades para instalarem ou desenvolverem os projectos que tinham em mente quando pediram os terrenos». Assim, ele faz o apelo para que os proprietários apareçam já que a situação não pode continuar indefinida.

Para se ter um quadro do que se instaurou no local, o Coordenador da Comissão de Gestão do Pólo Industrial faz saber que a instituição tem contratos firmados com cerca de 800 entidades proprietárias de espaços, entretanto, já nem se tem conseguido contactar com parte dessas pessoas. «Eventualmente já não temos os seus contactos ou estão desactualizados», afirma.

=Em busca de uma solução para essa maka, Luís Ribeiro disse que está sendo feito um levantamento exaustivo do que está no terreno para que se saiba qual a relação contratual das pessoas que dizem ter os terrenos.

=Assim, segundo o mesmo gestor, estão a ir ao terreno, bem como publicam uma série de anúncios a solicitar que as pessoas com terrenos nessa área apareçam para dialogar, apresentem os documentos. Esse é o primeiro passo de levantamento de cadastro que se pretende.

Proprietários e investidores

Mostrando-se ponderar as condições ao seu alcance para resolver esse apuro, como responsável pelo Pólo, Luís Ribeiro dá a conhecer que pretende-se mobilizar as pessoas para fazerem aquilo para o qual pediram os terrenos. E, sublinha que se for possível ajudar, a ajuda virá.

Uma das formas de ajuda já está traçada. Como a intenção da Coordenação do Pólo não é receber os espaços «abandonados», está agendada para o dia 23 de Junho a realização de um encontro que deve unir

os proprietários dos terrenos e os potenciais investidores, com o objectivo de se incentivar a criação de parcerias.

Na visão de Luís Ribeiro «com a realização deste encontro pretendemos resolver dois problemas: daqueles que têm terrenos, mas que por diversas razões não têm capacidade para investir neles e daqueles que têm projectos prontos para implantar e andam a procura de espaço».

Ainda de acordo com o responsável do Pólo, essa é bem imagem daquilo que a Coordenação do local pretende. Ou seja, criar empregos, criar uma actividade económica particularmente industrial, e promover o empreendimento.

«Não temos uma perspectiva de tirar nada a ninguém, estamos numa perspectiva de juntar esforços dos investidores, dos que têm os terrenos e nós próprios para ver se conseguimos realmente criar mais fábricas», enfatizou e concluiu que «ficaria satisfeito se fossem concretizadas, com a realização do evento, entre 20 e 30 parcerias».

Para um universo de cerca de 800 proprietários de espaços «esquecidos» a previsão de satisfação que o Coordenador da Comissão de Gestão apresenta é até muito modesta, pois não representa nem dez por cento de parcerias. Mas certamente 20 a 30 acordos que se estabeleçam entre proprietários de terras e investidores representariam um avanço a não desprezar. Todavia, parece arrematar-se aqui um recado aos detentores dos espaços que não comparecerem a esse encontro de negociações: que o Estado, segundo as Leis vigentes no país, é o dono absoluto das terras e elas devem servir à sociedade de alguma forma, apresentando rendimentos. Ou corre-se o risco de perde-las ainda que tenham sido compradas.

6.6 Cava só para a Agricultura

Jornal A capital

07 De Junho de 2014

Texto: Marcos António

Estas acções, delineadas após um encontro de concertação com a Direcção da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, no início da semana, conformam, em linhas gerais, o reforço da fiscalização, surgindo como elementos-chave os administradores de zonas.

O principal dado a reter, muito referenciado pelo administrador municipal, Leopoldo Muhongo, é que as áreas para a actividade agrícola estão delimitadas,

cabendo à Administração Municipal evitar que sejam tomadas por construções anárquicas. "O Cavaco deve voltar a representar uma mais-valia para a economia da província", venceu o administrador. Tanto é que o sector da Agricultura, enquanto organismo gestor da política agrícola, adverte que vai retirar os terrenos a produtores sem capacidade para tamanha empreitada.

O vale do Cavaco, agora com não mais de 3 mil hectares, metade da área disponível nos tempos áureos, voltou a estar na boca de "meio mundo" após a inauguração, há quase um mês, das vias de acesso.

A reabilitação dos acessos, um dos principais ganhos do Governo de Isaac dos Anjos, representa, é certo, uma importante abertura para o escoamento dos produtos, mas não se deve perder de vista que foi pelo factor qualidade que os agricultores solicitavam o projecto.

Anteriormente, segundo a Federação das Cooperativas Agro-pecuárias, liderada por Manuel Monteiro, a poeira resultante da circulação de carros, que tinha como destino os campos agrícolas, diminuía a qualidade dos produtos, tornando-os menos competitivos.

Arrumada a questão das estradas, espera-se pela conclusão, daqui a dois meses, da reabilitação da barragem do Dungo, que vai solucionar o velho problema da falta de água. Vários fazendeiros acreditam no aumento de volume de investimentos quando todo o trabalho de casa estiver finalizado. Por ora, o Governo prevê que trezentas e cinquenta empresas agrícolas venham a explorar este vale, sendo que cada uma deverá empregar mais de de funcionários.

Um dos mais importantes vales do Centro e Sul de Angola, de onde saía a banana exportada para a Europa, com realce para Portugal, o Cavaco é também favorável a hortofrutícolas.

6.7 Provedor defende realojamento

Jornal de Angola

07 De Junho de 2014

Texto: Gabriel Bunga

O provedor de Justiça, Paulo Tjipilica, disse ontem, em Luanda, que os cidadãos do "Bairro Cinco Fios", que viram as suas casas demolidas pela administração da Cidade do Kilamba, devem ser realojados em residências condignas.

O provedor falava no fim de uma visita àquele bairro, na sequência de denúncias dos cidadãos afectados pelas demolições. Paulo Tjipilica percorreu o bairro e

viu crianças, jovens, adultos e velhos ao relento. Mais de duas mil casas foram demolidas em Abril deste ano. O bairro existia desde 2012.

O provedor classificou de "catastrófica" a situação em que estão as famílias e considerou "urgente que as autoridades administrativas de Luanda forneçam água àqueles cidadãos". O provedor realçou que as autoridades administrativas, no uso do direito de expropriação de terras por utilidade pública, devem primeiro criar condições para o realojamento dos cidadãos.

Paulo Tjipilica indicou que a província de Luanda é a que regista mais casos de violação dos direitos fundamentais dos cidadãos nos processos de desalojamentos. O provedor de Justiça reuniu-se com as famílias afectadas, ouviu as preocupações, pediu calma e garantiu "fazer

tudo" para as autoridades administrativas "corrigirem as ilegalidades e as injustiças" contra as famílias.

O presidente da comissão de moradores do "Bairro Cinco Fios", João Augusto Miguel, disse que a Administração da Cidade do Kilamba não avisou os moradores de que ia demolir as casas, surpreendendo as famílias.

O presidente da Cidade do Kilamba, Joaquim Israel, numa carta dirigida à comissão de moradores, disse que o bairro estava a ser construído numa reserva fundiária do Estado criada por Decreto Presidencial n.º 62/11, de 18 de Abril, que estabelece as bases e o regime da organização administrativa do Kilamba.

A Administração do Kilamba refere que o registo dos camponeses naquela zona foi feito em Janeiro de 2008 e que aqueles que tiverem o título de ocupação dos terrenos, com a escritura pública e cartão da União Nacional dos Camponeses, podem fazer reclamações. O Jornal de Angola procurou reacções da administradora de Belas, Joana Quintas, mas sem sucesso.

O "Bairro Cinco Fios" foi erguido nos arredores da centralidade do Kilamba, numa área reservada a um novo projecto habitacional.

6.8 Família Tavares acusada de apropriar-se de terrenos no Musseque Capara

Jornal Manchete

13 De Junho de 2014

Cerca de 800 famílias que residem em cabanas de chapa num terreno baldio, situado nas imediações do Porto Seco da Barra do Dande, zona do Musseque Kapari, região do Panguila, no Bengo, dizem ser vítimas de expropriação das suas parcelas por elementos que se identificam como sendo da "Família Tavares". Calcula-se uma área de 3 mil hectares, cuja maioria das famílias afectadas, se encontra a habitar há quatro anos, enquanto outras já lá vivem há várias décadas. As mesmas alegam que os terrenos foram cedidos pela administração municipal do Dande, depois de terem sido retiradas das terras situadas na chamada zona das bombas de combustível da Pumangol, presumivelmente, por serem reservas fundiárias do Estado.

De acordo com os populares, que falaram sob anonimato ao Manchete, por temerem represálias, somente a partir do princípio deste ano a "Família Tavares" tem vindo a reclamar a titularidade do espaço. Por gozar de plena influência junto dos órgãos do Estado, a "Família Tavares" colocou no local um grupo de militares afectas às Forças Armadas Angolanas (FAA), com o propósito de intimidar e impedir os populares a erguerem casas de construção definitiva na referida área.

Desse modo, as práticas de perseguição, ameaça de agressão física e de morte contra os habitantes se tomaram constantes, por parte dos efectivos das FAA, aí estacionados. As nossas fontes vão mais longe, denunciando que os militares, ultimamente, têm vendido lotes de terrenos das pobres famílias a terceiros. "Eles exigem aos habitantes o pagamento de valores que vão entre 50 a 100 mil kwanzas para quem estiver a erguer uma casa 'de bloco. Os que se recusam a pagar, são destruídas as cabanas e postos ao relento, ao mesmo tempo, cedem o terreno a outra pessoa que tiver dinheiro a pronto pagamento", contaram, visivelmente agastados com esta situação.

Acrescentam ainda que há três semanas, os militares deitaram a baixo, g cabanas de várias famílias, por estas razões, facto que terá criado descontentamento no seio dos populares, por isso resolveram denunciar tais práticas a este jornal, visto que não são tidos nem achados pelas autoridades do Bengo. A nossa reportagem se deslocou na zona do Musseque Kapari, a fim de constatar a realidade dos factos narrados pelos nossos interlocutores. No local, foi possível observar

várias cabanas destruí das e ouvimos mais depoimentos dos habitantes. Segundo informaram, o grupo de militares das FAA é chefiado por um comandante que atende pelo nome de Geovete, coadjuvado pelo subcomandante Nelito, respectivamente. Os habitantes apontam esses dois indivíduos como os principais mentores do clima de medo que se faz sentir no seio da população naquela zona. A presença desta força militar faz, com que os populares julgam que os "Tavares" sejam uma família bastante poderosa no país.

O administrador do Panguila, Francisco Sebastião, contactado pelo Manchete, disse desconhecer a origem da "Família Tavares".

Por outro lado, apontou o fenómeno de ocupação ilegal de terrenos como sendo um caso que já se arrasta há bastante tempo naquela circunscrição.

Relativamente à zona do Musseque Kapari, precisamente no espaço em causa, disse que tudo aconteceu, devido à divisão administrativa, razão porque a região do Panguila passou a fazer parte da província do Bengo. "Logo, a população que residia em Luanda, começou a invadir estas terras", disse.

No entanto, Francisco Sebastião afirma categoricamente que o terreno em litígio pertença a "Família Tavares", tendo exibido os documentos que atestam a posse legal do mesmo, e explicou que a administração municipal do Dande fez uma proposta a esta família, no sentido de lotear e encontrar uma forma de acudir a população, que se encontrava a invadir os terrenos na zona das bombas de combustível da Pumangol. "É claro que a população não sabia, de facto, à quem pertence o espaço onde foram conduzidos, apenas sabiam que era do Estado e só agora estão a ouvir que pertence a "Família Tavares", salientou o administrador.

Ainda do acordo com o interlocutor, as autoridades do município do Dande haviam reunido com a "Família Tavares", num encontro cuja tónica dominante foi o loteamento dos terrenos, tendo ficado acordado para que fossem loteados três mil hectares, dos seis mil em litígio.

Segundo o nosso entrevistado, de acordo com os parâmetros que regulam o processo de loteamento do terreno do Estado, numa primeira fase, será devolvido uma área de 526 hectares a "Família Tavares" ao passo que a outra parte manter-se-á para a população.

Já a denúncia dos populares sobre alegados actos de candonga e maus-tratos praticados por militares que guardam o espaço, Francisco Sebastião ignorou, estas informações, tendo desafiado os denunciantes a

fazerem chegar o caso junto da administração, de maneira a se tomar medidas. "Isso, talvez, não passa de simples fofoca", disse o responsável.

6.9 "Fomos Surpreendidos"

Novo Jornal

13 De Junho de 2014

O PRESSIDENTE da Comissão de Moradores do Bairro Cinco Fios, João Augusto Miguel, lamenta a atitude das autoridades ao demolir as habitações sem aviso prévio. O responsável do bairro, também conhecido por Kambaje, afirma que todo o processo de alojamento das populações naquela localidade foi feito com o conhecimento da Administração Municipal de Belas.

MA administração tem conhecimento da nossa existência e estabelecemo-nos sob orientação

deles. Agora, fomos surpreendidos com as demolições perpetradas pelo presidente da cidade do Kilamba, Joaquim Israel que disse ter um decreto presidencial.

Isto não está certo, porque se o decreto defende a cidade devemos lembrar que o bairro tem um historial. Este terreno era lavra e as nossas mães deram-nos para construir e construímos com a orientação da Administração de Belas", explicou João Augusto Miguel

O também presidente da Comissão dos Camponeses da Cidade do Kilamba disse que, após as demolições, a sua comissão tem procurado apoio das autoridades governamentais no sentido de rever a situação e realojar a população de forma mais digna.

"Na verdade, desde que isto aconteceu, já redigimos várias cartas a diversas instituições e somente o Provedor de Justiça atendeu à nossa chamada. O Governo de Luanda, que é o órgão que deveria aparecer, até hoje não veio. Estamos a viver de forma rudimentar. Precisamos de água com urgência", lamentou o responsável confirmando a denúncia dos actos criminais praticados por militares das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Aqui, também tem havido actos de criminalidade realizados por uma tropa militar estacionada aqui há vários meses. Eles fizeram parte destas demolições. O seu chefe é o senhor Simão. Na calada da noite, têm violado as mulheres e isto é grave", explicou o presidente dos moradores.

6.10 Existe um projecto privado que visa a construção de um condomínio de luxo naquela zona

Jornal Agora

13 De Junho de 2014

Moradores do bairro Margoso, vulgo 'Chabá', situado no distrito da Maianga, acusam José Tavares, presidente da Comissão Administrativa de Luanda (CAAL), de tentar criar uma comissão de moradores no bairro, com o intuito de conseguir tirar os residentes daquela zona

da cidade capital.

Segundo Toquessa Miro, membro da comissão do bairro, existe uma tendência dos dirigentes, tanto da Administração da Maianga, bem como do CAAL, para corromper os moradores, a fim de os dividir.

"Recebemos o telefonema do presidente da CALC, informando-nos que, no sábado, estarão cá no bairro, a fim de eleger uma nova comissão. Não podemos conceder isso, uma vez que não é ele que vai eleger uma comissão do nosso bairro, isso nunca existiu em lado nenhum", desabafou o cidadão.

Desde 2013 que as autoridades de Luanda tentam demover os habitantes do bairro Margoso, no sentido de aceitarem as residências que lhes foram construídas no Zango, em Viana.

Os moradores têm-se recusado a sair da zona, justificando que, no zango, as autoridades não criaram as condições de habitabilidade.

"Queriam tirar-nos das nossas casas, numa altura em que os nossos filhos estão a estudar e colocar-nos numa zona que fica distante de tudo, sem escola, nem hospitais, quando aqui, onde vivemos há anos, existem todas estas condições. Estão a tentar dividir-nos para conseguir levar adiante os seus objectivos " acusa outro morador.

6.11 Moradores dos "Cinco Fios" espostos ao perigo

Novo Jornal

13 De Junho de 2014

Textos : António Paulo

OS DIAS 10 E 17 de Abril deste ano ficam bem marcados na mente dos moradores do bairro Cinco Fios, localizado por detrás da centralidade do kilamba. Foi naqueles dois dias

que os vizinhos da cidade do Kilamba viram as suas casas deitadas abaixo pelo camartelo demolidor das autoridades de Luanda.

Passados mais de dois meses, os moradores não arredam pé do local, ansiosos por um novo alojamento. Com fome, sede, frio, ao relento e expostos à inúmeros perigos, os vizinhos do Kilamba suportam a dor do desabrigo. O cenário é desolador, tal como constatou a nossa reportagem no local. O Provedor de Justiça descreve-o como "catastrófico" e exige respeito pelos direitos humanos.

Os escombros são visíveis por toda redondeza do bairro. Para se protegerem das noites frias, muitos moradores optaram por improvisar casebres com menos de dois metros, juntando blocos. Outros ainda construíram pequenas casas de chapa no terreno onde já haviam erguido as suas moradias definitivas, feitas de blocos e cimento.

Francisco Manuel Luís é uma das vítimas das demolições. O mais velho, de 75 anos, disse que mora na localidade há 25 anos. "Aqui, inicialmente só havia lavras e algumas casas onde morávamos.

Depois fomos orientados para legalizar o espaço. Fomos até à Chicala e tratámos dos documentos. Com o passar do tempo, as lavras foram substituídas pelas casas. Cumprimos a orientação da Administração de Belas. Dei também uma parte do meu espaço aos meus filhos e sobrinhos que construíram as suas casas aqui. No total, tínhamos seis casas. O presidente da cidade do Kilamba partiu-as todas", contou, com tristeza, o mais velho.

O enfermeiro reformado abriga-se hoje em montes de blocos que improvisou como residência. Menos de dois metros de altura e de largura é o espaço que a moradia do mais velho Luis e da sua esposa dispõe. Os filhos do casal foram enviados para Luanda, para casa de familiares devidos às péssimas condições de habitabilidade, segundo Manuel Luis, que reclama uma indemnização pela destruição das habitações da família.

"Estou a passar mal devido a estas condições. Fui enfermeiro. Agora, vivo esta desgraça. Vivo aqui com a minha esposa. As crianças foram para Luanda. Queremos que nos indemnizem pelas casas que perdemos. No dia 10 de Abril, veio a Polícia e os militares das FAA e protegeram as pessoas que nos partiram as casas. Voltaram no dia 17 e partiram todas, de uma só vez.

A tropa disse-nos que deveríamos reclamar ao presidente do Kilamba, que vendeu esta área. Fomos três vezes lá e não nos atenderam", relatou o ancião.

"O KILAMBA JÁ NOS ENCONTROU AQUI"

Teresa João é outra das vítimas das demolições. A anciã, de 64 anos, também garante que vive

naquele território há um quarto de século. A mulher tinha uma habitação de dois quartos, sala, cozinha e casa de banho, que também foi deitada abaixo. Hoje, vive numa pequena casa de chapa que partilha com o seu esposo. A mais velha pede às autoridades para que respeitem os direitos dos cidadãos.

"Foi o governo qu-e nos encontrou aqui. As nossas lavras chegavam até à cidade do Kilamba. Construíram uma barreira e disseram-nos que seria o limite da cidade. Hoje não conseguimos passar a vala para ir buscar quizaca e mandioca. Agora, vieram partir as nossas casas porque é terreno do Estado. Isto não é certo, porque sempre vivemos aqui e merecemos respeito", contestou a cidadã, que também teve de se separar dos filhos e netos devido ao desabrigo.

"Os meus netos apanharam aquela chuva toda e estavam a ficar doentes, tivemos de os enviar para Luanda. Tinha uma casa de blocos, agora estou a viver numa casa de chapa. Não temos água, nem comida. Andamos dez quilómetros para conseguir água, porque os tanques (reservatórios de água) também foram partidos. Naqueles dias, parecia que estavam em guerra. Os militares faziam e desfaziam", recorda a mais velha Teresa, que conta ter perdido seis casas, incluindo a dos filhos.

Os moradores, que se queixam da falta de tudo, estão igualmente preocupados com os actos de criminalidade que ocorrem no local e acusam mesmo os militares das FAA estacionados ali de praticarem desmandos e violações aos populares indefesos.

"Os militares estão alojados nas tendas próximas daqui. Foram eles que vieram com a Polícia para nos desalojar. Agora, ficam a abusar de nós. Na calada da noite, se te encontram no caminho, revistam-te e recebem o dinheiro, ou outro artigo que tiveres. Também tem havido casos de violação de meninas", relatou o jovem Fonseca António, morador da zona desde 2008, que também viu a sua casa partida.

6.12 Provedor defende legalidade

Novo Jornal

13 De Junho de 2014

O ASSUNTO das demolições chamou a atenção do Provedor de Justiça, Paulo Tchilipica que se deslocou ao local na semana passada, Para atender o grito de socorro das populações, lançado pela Comissão dos Moradores do Bairro Cinco Fios.

Paulo Tchিপilica, dirigindo-se aos prejudicados em várias línguas nacionais, explicou aos populares que é da competência do governo proceder à expropriação e demolição por utilidade pública. Porém, advertiu, que tal acção deve ser realizada tendo em conta os direitos dos cidadãos.

"Numa altura em que tem que se preservar os direitos do homem, uma vez que aqui estão a ser erguidas habitações bastante dignas e aiasas, estes desapossamentos ou desalojamentos deveriam ocorrer acautelando o homem. Primeiro, alojar as pessoas. Depois, expropriar ou demolir por utilidade pública", afirmou o provedor, que se mostrou triste com a situação.

"O cenário que constatámos é catastrófico e desolador. Há aqui crianças, velhos e muita juventude sem água e sem comida porque perderem as suas casas. São cerca de duas mil habitações que foram demolidas", testemunhou o homem que tem a missão de reconclhar o cidadão e a administração pública em caso de crise.

Paulo Tchípilica disse que, à semelhança de vários casos intervencionados por si, a provedoria irá igualmente recomendar às autoridades o alojamento 'daqueles populares em habitações condignas. "Aqui estão a ser construídas habitações e não há nada melhor do que acolher as pessoas nestas habitações. Seja a que título for. O nosso povo é laborioso, improvisa para poder sobreviver. Portanto, não lhes custará nada desde que haja um preço compatível com as suas capacidades. Portanto, viver assim ao relento, estamos a expor os cidadãos a uma situação bastante difícil para a sua integridade física", finalizou o Provedor de Justiça de Angola.

Ao certo, não se sabe o destino que vai ser dado ao espaço que era ocupado pelos moradores do bairro Cinco Fios. As opiniões divergem. Alguns apontam para a continuidade do Kilamba, outros ainda evidenciam "fins inconfessos" por parte do presidente da cidade.

O Novo Jornal procurou ouvir a versão do presidente do Kilamba, a quem acusam de ser o mandante das demolições, mas todos os-nossos esforços fracassaram.

6.13 Empresa de Segurança A.O.S lidera «ganguê» de invasores

Semanário Angolense

14 De Junho de 2014

Texto: Rui Albino

A Empresa de Segurança Angola Offshore Security, está a ser acusada por um grupo de camponeses baseados no perímetro irrigado do Kikuxi, de ter posto em marcha um plano maquiavélico que visa expropriá-los das suas terras com recurso ao uso de armas de guerra ligeiras e pesadas para consumir o esbulho, soube o *Semanário Angolense* (SA) dos lesados.

Segundo uma exposição a que o SA teve acesso e, a esta altura, já repousa na mesa do comandante provincial da Polícia Nacional em Luanda, comissário António Maria Sita, os camponeses solicitam a pronta intervenção da Polícia pelo facto desta empresa de segurança ter colocado nesta «empreitada» que já leva alguns anos, o comandante da Esquadra policial do Zango O, para com a sua «gang» capturarem todos aqueles que apresentarem resistência em abandonar o espaço.

De acordo com a documentação, as vítimas, na sua maioria encontram-se a praticar a actividade agrícola desde os primórdios dos anos 90, desde que lhes foi atribuída a propriedade das parcelas de terra para fins agro-pecuários, no bairro do Bitá Sapú, município de Viana. De lá para cá, todas as suas actividades têm decorrido de forma tranquila e sempre organizada, facto que lhes tem permitido conseguir o sustento das suas famílias através do seu trabalho.

Curiosamente, em princípios de 2010, apareceu no perímetro em causa, um indivíduo apenas

identificado por Guedes que iniciou com os actos de invasão. Este, um ilustre conhecido da polícia de Viana, trouxe consigo a empresa de segurança AOS e começou a invadir as lavras. «Quando procurávamos saber, ninguém se identificava e mandavam-nos para o Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi - GADAHKI. Pensamos que se a empresa de segurança reclama a titularidade do espaço, deve mostrar o rosto e provar documentalmente a sua reivindicação. Mas isto nunca aconteceu», contam.

Certo dia, apareceu no local uma patrulha da empresa de Segurança Angola Offshore, «partiram a casa feita no local, recolheram todo material e fugiram, quando chegamos no local com os meus sobrinhos já se tinham ido embora», disse uma das vítimas.

«No dia 8 de Fevereiro de 2014, quando o meu sobrinho encontrava-se no terreno na companhia do meu genro, por volta das 10 horas apareceu no local uma equipa de chineses para começar o trabalho de vedação. Esta actividade foi prontamente impedida de ser realizada pelo meu sobrinho e meu genro», informou, adiantando que os seus familiares decidiram acompanhar os chineses para ver qual era o seu estaleiro para posterior abordagem com o seu responsável.

Minutos depois, apareceu uma patrulha da empresa de segurança Angola Offshore que se faziam transportar numa viatura de marca Mitsubishi L200, de cor branca, com a matrícula LD-70- 44-CE. Empunhando armas de guerra, imobilizaram os camponeses dando ordens para não se moverem sob pena de serem fuzilados. Quanto menos esperavam, chegou ao local uma patrulha da polícia de Viana adstrita a esquadra do Zango 0, que os intimou a acompanhá-los até a esquadra. Ao longo do percurso insultavam-nos dizendo: «são lombuchos, vamos aguentar isso» e os camponeses afirmam que «estamos em condições de indicar qual dos guardas proferiu estas palavras».

Chegada a esquadra

Na esquadra, sem sequer serem ouvidos, foi-lhes dada ordem de prisão. «Quando chegamos a esquadra na companhia de outros familiares, procuramos saber o que se estava a passar e/ou o motivo para a detenção. O chefe do piquete na altura, respondeu queramos invasores de terrenos e fomos apanhados em flagrante delito».

Solicitaram, entretanto, que apresentassem o proprietário do espaço que fizera a queixa de invasão. Duas horas depois, o «reclamante», que se tratava do director operativo da empresa de segurança Angola Offshore, apenas identificado por Marcelino, apareceu na esquadra e quando lhe foi solicitada a documentação do espaço que reclamava, não tinha nada.

Acto contínuo, decidiu-se esperar por dois dias, solicitados pelo mesmo para apresentação da documentação. A verdade é que o indivíduo não conseguiu apresentar documentação nenhuma. «Mesmo assim, o comandante não aceitou soltar-nos mesmo sabendo que o suposto reclamante não possuía documentação do terreno nem conhecia a configuração daquela zona agrícola», referiram.

Para conhecerem a liberdade, contam, tiveram que pagar «gasosa». Desde aquela data, nem um minuto de sossego mais se conseguiu viver porque a patrulha da empresa de segurança citada reforçou-se com mais duas viaturas, mais homens e mais armas. Juntou-se a

isso uma patrulha da esquadra do Zango O, que integralmente protegia os chineses que faziam tabalhos de vedação.

Altas patentes no jogo?

Num contacto com o director operativo da referida empresa de segurança, o senhor Marcelino, este confessou não ter documento nenhum do espaço, justificando estar apenas a cumprir ordens, porque o 2.º Comandante provincial da Polícia em Luanda, o comandante Ribas, é que ordenara a patrulha da polícia para fazer permanência no terreno, assim como o tivera chamado no comando provincial para orientá-lo a continuar com os trabalhos.

A partir desta data ficou evidente que era o «truque» usado para intimidar os pacatos cidadãos. Segundo contam, as démarches necessárias continuaram até que foram notificados pelo GADAHKI por três vezes e só na última o representante da empresa de segurança compareceu e, mais uma vez, sem qualquer documento.

O dia do terror

Na quinta-feira, 20 de Fevereiro, os seguranças da empresa protagonizaram um acto de puro terror, ameaçando os camponeses com armas de fogo e chegando mesmo a manipulá-las várias vezes para que deixassem as lavras. De acordo com as suas alegações, esta tem sido uma prática, já antiga, em que usam toda força para ameaçar os camponeses que, por temerem pela sua vida fogem e abandonam os seus terrenos que posteriormente são vedados e vendidos por esta empresa a uma outra conhecida por «Praxis», «No meu caso particular também tinha fugido do espaço e só consegui voltar com o apoio do meu sobrinho e do meu genro», exemplificou um dos visados.

6.14 Famílias realojadas recebem casas no Lubango

Jornal de Angola

14 De Junho de 2014

Texto: Estanislau Costa

Um número considerável de famílias que habitavam em zonas de risco e nos locais onde são construídas as novas avenidas da cidade do Lubango foi contemplado com casas do tipo T2, erguidas na nova centralidade da Eywa.

O Jornal de Angola constatou que, cerca de 200 famílias abrangidas no processo de realojamento, sete já foram transferidas para a zona onde estão a ser

construídas 200 moradias e implantadas infra-estruturas essenciais à comodidade das pessoas.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, que procedeu à entrega das casas aos primeiros moradores, disse tratar de moradias condignas e em áreas urbanizadas e lembrou que o acto constitui a melhor via de reintegração dos populares, principalmente as crianças, em zonas seguras e confortáveis.

A moradias possuem dois quartos, sala comum, casa de banho, cozinha e dispensa. João Marcelino Typinge reconheceu que as habitações são favoráveis ao bem-estar e desenvolvimento das famílias, contrariamente aos casebre erguidos em zonas impróprias, em risco iminente, sem condições de saneamento básico. O governador entende que as famílias que viviam na zona da centralidade da

Quilemba, onde estão a ser erguidos 11 mil fogos habitacionais, merecem habitar em locais requalificados e seguros. Por isso, referiu, o processo de realojamento passou por várias negociações para que tudo fosse feito de forma pacífica.

Maria Daniel, 40 anos, com quatro filhos, beneficiária de uma das casas, enalteceu o governo provincial da Huíla por criar boas condições habitacionais e estar a realojar as famílias sem confusão ou descontentamento. "Agora temos casa de verdade e com quintal grande, sofremos muito na nossa casa antiga que era de adobe e as paredes corriam o risco de cair, porque as paredes estavam tortas. A água da chuva infiltrava-se e várias vezes os meliantes

roubaram os nossos haveres, porque a porta não tinha segurança", disse Maria que projecta juntar dinheiro para vedar o quintal.

Manuel Faria, outro dos beneficiários, cuida da família composta por e seis filhos. Afirmou estar satisfeito por ter uma casa e um quintal espaçoso numa área urbanizada com as condições necessários. "É de facto um sonho transformado em realidade. O governo deu-me uma casa de construção definitiva, segura e espaço para as crianças brincarem e desenvolver pequenos negócios."

A área de realojamento das populações que vivem em zonas abrangidas nos projectos de im-

pacto social é estimada em 40 hectares, com casas em terrenos de dimensões de mil metros quadrados, escolas, postos de saúde, espaços de lazer e recreação.

Habitação na Humpata

A conclusão das obras de construção das primeiras 80 casas do tipo T1, dos 200 fogos habitacionais

previstos para o município da Humpata, 20 quilómetros a oeste da cidade do Lubango, vai favore-

cer a fixação de quadros de várias especialidades para contribuir para progresso da localidade.

Os jovens professores e outros técnicos que diariamente se deslocam para a vila da Humpata, saídos do Lubango, estão ansiosos pelo início da distribuição para se candidatarem a uma casa. No quadro da execução do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e Programa de Investimentos Públicos, a

Humpata ganhou quatro novas escolas do ensino primário, dois postos de saúde e a reabilitação de outros 12 postos sanitários.

6.15 Parece que ainda estamos em guerra

Novo Jornal

20 De Junho de 2014

Texto: Sedrick de Carvalho

Quando eram 7h00 do dia 16 de Junho, os habitantes do bairro Zango 1, nas imediações do mercado Mãe África, e os moradores dos arredores despertaram com o barulho ensurdecedor de dois veículos Caterpillar a derrubar paredes.

Quem esteve a comandar a operação, à distância, segundo os moradores, foi Simão Cuca, o proprietário do mercado Mãe África, alegadamente por desejar aumentar o seu empreendimento comercial. O empresário negou as acusações dos desalojados e aconselhou-os a intentarem uma acção judicial para responsabilizar criminalmente o autor das demolições.

A escoltar os maquinistas esteve o Posto de Comando Unificado (PCU), composto por militares e polícias, bem como os fiscais do mercado Mãe África, que, descontraídos, agrediram "sem compaixão, nem piedade" os habitantes, contaram os agora "sem tecto".

No mês passado, atestaram os munícipes, indivíduos trajados com uniformes das Forças Armadas Angolanas estiveram na localidade e escreveram nas casas a inscrição "obra embargada". "Recorremos à Administração de Viana, mas disseram que não havia essa orientação. Não sabíamos onde ficava esse tal de

PCU, por isso não conseguimos fazer nada", afirmaram.

Com o filho recém-nascido nos braços, Marquinha, de 36 anos, disse: "Pedi tanto para não partirem a minha casa porque não tenho onde ir, mas não quiseram saber. Um dos militares até me disse que isto é normal". Com lágrimas a escorrer no rosto, a cidadã acrescentou:

"Bateram tanto no meu marido, foi preso e neste momento, ele está no hospital porque a cabeça inflamou". Durante os últimos dias, Marquinha e o bebé, de apenas um mês de vida, têm passado as noites entre os destroços da sua residência, pois não tem como regressar a casa dos pais. "É a vida. Vamos fazer mais como?", indagou.

À semelhança dos demais, Xavier Horácio, de 56 anos, improvisou sobre os escombros uma cozinha "para a família não morrer de fome" e uma "espécie de cama" onde tem dormido com os três filhos e a mulher.

"Na segunda-feira, os meus filhos só comeram graças à uma vizinha. Para dormir tivemos de colocar os colchões por cima dos blocos partidos. Fui FAPLA e, por isso, estou aleijado, mas eles nem quiseram saber de quem era a casa. Ainda lhes disse que um dia eles serão velhos como eu e vão fazer-lhes o mesmo", relatou.

Agredidos e presos

Os inconformados com 'as demolições das suas residências foram "presenteados" com uma "surra e detenção" por algumas horas no mercado Mãe África:

João Feliciano Mota, de 30 anos, descreveu o que se passou como "desumano", caracterizando os agressores de "diabólicos".

"Não fui capaz de ficar sem falar nada enquanto destruíam a minha casa e a dos meus pais. Por isso, implorei para não a partirem. Foi esse o único motivo para me algemarem, baterem-me e colocarem-me preso durante todo o dia", recordou o jovem.

Da mesma forma, foi vítima Artur Chambanda, de 44 anos, tio de João Mota, "simplesmente" por ter balbuciado algumas palavras no momento em que o sobrinho era agredido.

"Parece que ainda estamos em guerra, porque trouxeram armas AKM's, pistolas, bomba de gás e

até rádios de comunicação", frisou João Mota. Justina Jamba Mota, irmã menor de João Mota, não escapou aos porretes dos agentes. Em consequência da pancada sofrida, a jovem queixa-se de dores nas costas.

"De tanta surra desmaiei e quando acordei a minha casa já estava destruída. Tenho feridas e arranhões nas costas, porque quando desmaiei eles continuaram a dar-me pontapés", contou.

No local, a nossa reportagem apercebeu-se que dois deficientes físicos também foram alvo das Forças Armadas.

Depois de agredido, Domingos Diniz, deficiente dos membros inferiores, foi detido e, em seguida, libertado pela Polícia Nacional e FAA numa zona que desconhecia.

"Colocaram-me debaixo do carro de militares e levaram-me até um lugar que não conhecia. O comandante da polícia ainda me deu 100 kwanzas para pagar uma kupapata motorizada para regressar, mas rejeitei", frisou Domingos Diniz.

No intuito de obter esclarecimentos sobre a situação, o Novo Jornal contactou a Administração Municipal de Viana, onde fomos informados que não houve autorização para a realização das demolições.

Quanto aos efectivos da Polícia Nacional no local, fonte do Comando Provincial de Luanda garantiu que não estavam ordenados para tal, quer pelo Governo Provincial de Luanda, como pelo CPL.

Chefe da SOS habitat retido

Diante da "violação grosseira" do direito à habitação e pela "brutalidade desmedida" contrária aos direitos humanos, uma equipa da direcção da organização SOS Habitar, chefiada por Rafael Morais, esteve no local no momento em que ocorriam as demolições.

Para entender a causa das demolições, Rafael Morais questionou os comandantes das forças presentes, pelo que recebeu como resposta um par de algemas e encaminhamento directo para o "posto avançado" montado nos arredores.

"Fiquei retido durante algumas horas. Obrigaram-me a tirar o cinto e colocaram-me numa carrinha branca que estava no posto que eles montaram", frisou o líder da SOS Habitat.

Apelo à provedoria de justiça

Desesperados por não obterem resposta positiva da Administração Municipal de Viana, os "sem tectos" do Zango 1 clamam pela intervenção do provedor de Justiça, Paulo Tchিপilica.

O apelo surgiu devido à recente visita que o provedor realizou ao bairro Cirico Fios, no município de Belas, onde, nos dias 10 e 17 de Abril, foram também

demolidas duas mil residências, numa acção considerada atentatória dos direitos do homem.

“Já andámos bastante e nada. Nem a polícia, nem a administração nos garantiram soluções. Por isso, pedimos que o provedor venha aqui ver como estamos a sofrer e peça ao Presidente da República para devolver as nossas casas, rogaram”.

Frederico Batalha, alto funcionário da Provedoria de Justiça, adiantou que, "tão logo seja possível", o provedor de Justiça vai deslocar-se ao bairro Zango 1 para constatar a realidade. No entanto, o técnico exortou os representantes das vítimas a dirigirem-se às instalações da provedoria.

Casas já registadas no censo

Visto já terem sido contabilizadas no âmbito do processo de recenseamento da população e habitação, que decorreu de 16 a 31 de Maio, os moradores questionaram se vão apresentar os dados oficiais com as casas que agora foram demolidas.

Contactada, fonte do Instituto Nacional de Estatísticas informou que "para o Censo o importante não era contabilizar as casas, mas saber as condições das habitações".

A fonte fez ainda questão de frisar que o Censo visou também saber, "mais do que tudo", como viviam as pessoas que habitavam nas casas demolidas.

6.16 Demolições em série no Zango-2

Jornal a Capital

21 De Junho de 2014

A questão que se coloca, ante este facto é, se estas casas, que foram catalogadas durante o censo, vão, ou não fazer parte da base de dados e, se o acto de demolição vai ou não influenciar, negativamente, nos resultados finais do recenseamento.

Quando nesta terça-feira, 17, o semanário A Capital tomou conhecimento das demolições que estavam a ser feitas de forma agressiva no Zango-2 em Luanda, deslocou uma equipa de reportagem ao local.

Apesar de já termos chegado tarde, ainda encontramos pessoal da vizinhança que nos pode explicar o que, de facto, tinha acontecido. Uma dessas pessoas foi Domingos Vicente. Segundo ele, duas semanas antes, homens da Administração chegaram e começaram a escrever nas paredes das casas: "Obra embargada para demolição".

"No dia 13, sexta-feira, às 9h00, os mesmos senhores chegaram aqui, juntamente com as suas máquinas e a Polícia. Começaram a demolir as casas", mesmo sem que alguns moradores estivessem presentes. Estes, de acordo com testemunhas, apenas ficaram a saber do sucedido através de telefonemas que lhes foram feitos por familiares e vizinhos.

"Estão a lhes dar umas casas, um pouco mais lá para frente. São casas de dois quartos e uma saia, que, na verdade, não se comparam com as que eles demoliram aqui", evidenciou a testemunha, avançando que, até àquele momento, alguns dos visados, encontravam-se em casas de familiares enquanto outros não se sabia como se desenvencilharam.

"Dá para ver que as casas estavam, mesmo, na via. Não havia corno não serem demolidas. Pena é que, muitos deles perderam os seus haveres", constatou este morador, vizinho da zona demolida.

Opinião contrária tem o coordenador da Associação SOS Habitat, Rafael Morais que, falando ao A Capital, informou que centenas de famílias viram as suas casas demolidas no dia 16 de Junho de 2014, quando eram 09h00.

"Os moradores do Zango-2, bairro Esperança, foram surpreendidos com um cerco de militares, polícias e fiscais, aparatosamente equipados, afectos ao Posto de Comando Unificado-PCU, que sem nenhuma notificação desencadearam acções de demolições de mais de 100 residências, deixando centenas de cidadãos ao relento", denunciou, acrescentando que os cidadãos que muito cedo saíram para os locais de serviço, tiveram que regressar de imediato, assim que receberam a notícia.

Entre as vítimas, está o próprio coordenador Rafael Morais, que nos conformou a ocorrência. "Um grupo de forças mistas, incluindo fiscais, sem notificação, cercaram o bairro e avançaram com violência para as demolições de residências", disse, para depois frisar que as Forças Armadas e a Polícia presentes no local, obrigaram os cidadãos a retirar os seus haveres para fora das residências.

Rafael Morais avançou que recusou-se a retirar os seus haveres, tendo nessa altura, recebido a

ordem de sua detenção pelo chefe da missão policial.

"Para além de Rafael Morais vários outros cidadãos foram detidos e soltos em menos de uma hora, depois de brutalmente espancados com barrotes e coronhadas de armas de fogo por vários efectivos das Forças Armadas e da Polícia, presentes no local", detalhou a nossa fonte.

As crianças que deviam desfrutar do dia da criança, lembre-se que o dia 16 de Junho quando tudo isso se deu, é consagrado à criança africana, tiveram forçosamente, de assistir, ao lado dos pais, esse triste cenário. De acordo com as nossas fontes, muitos deles encontram-se, nesse momento, ao relento.

As nossas fontes revelam que o espaço em causa é reivindicado pelo empresário Simão Cuca, proprietário do Mercado Mãe África. Já em funcionamento, está delimitado e nada teria a ver com os espaços a si adjacentes.

Presume-se, segundo as fontes que temos citado, que o empresário tenha utilizado as suas influências e legalizou o espaço sem o consentimento dos populares que já tinham residências no local, alguns deles antes concessionários do Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi, GA- DAHK, afecto ao Ministério da Agricultura.

"Tratando-se de litígio entre particulares, deveria ser o tribunal a intervir no caso, para depois das investigações utilizaria mecanismos legais", defendem.

Os visados, irados, dizem que está-se perante uma clamorosa violação do art. 85º da Constituição da República de Angola e da Resolução nº 37/09 de 3 de Setembro nos seus nº 1,2,3e 7 da Assembleia Nacional.

"A Administração deve-se reger pelas normas administrativas, usando o direito à notificação, para dar possibilidade a outro direito que é o da impugnação, caso este não concorde com a acção da Administração", argumenta um dos cidadãos abrangidos pela demolição.

Este não é um caso isolado. Nossas fontes revelam que situação idêntica deu-se nas imediações da cidade do Kilamba, em Maio deste ano, onde foram demolidas cerca de duas mil casas, com participação de Forças Militares.

A acção também foi realizada sem aviso prévio. Em consequência, milhares de cidadãos encontram-se ao relento. A 80S Habitat foi recebida dia 17 pela Administração do Kilamba com o objectivo de abordar a situação dessas comunidades, tendo a Administração prometido a resolução do problema num curto espaço de tempo.

"Os cidadãos não devem ser forçados a se apresentar às autoridades administrativas para um determinado fim, sem um aviso prévio", atestam.

De recordar que o Posto Comando Unificado é uma unidade constituída por elementos das Forças Armadas Angolanas; Polícia Nacional e Fiscalização de Luanda. Foi criada há menos de um ano.

Menos habitações no Censo

O Governo Angolano através do Instituto Nacional de Estatística realizou de 16 a 31 de Maio de 2014 o primeiro Censo Geral da População e Habitação pós-independência e teve como objectivo fundamental a melhoria do conhecimento das características da população e habitação, visando contribuir para a consolidação das intervenções públicas e privadas no contexto das políticas de desenvolvimento.

Visou, como se disse, dar uma imagem real da população e o número das habitações existentes. De acordo com coordenador-geral do Gabinete Central do Censo, Camilo Ceita esses dados são fundamentais para a elaboração do diagnóstico nacional das condições de vida da população num dado momento.

De igual modo, entre outros fins, permite auxiliar a execução e avaliação das políticas, podendo ser utilizados por diversos grupos, tais como governos locais, municípios, ministérios, instituições públicas etc...

6.17 Dois anos à espera de resposta

Jornal Angolense

21 De Junho de 2014

Inconformada com a situação, a FPL endereçou, a 10 de Maio de 2012, uma carta ao então titular do Urbanismo e Habitação, na qual dizia que continuava a ser detentora dos direitos de superfície daquele espaço e que a sua concessão a uma outra entidade configurava uma «sobreposição de direitos de superfície».

Na carta, subscrita pelo presidente do Conselho da Administração da FLP, António Henriques da Silva «Dinguanza», faz-se alusão ao facto de a Imolap estar impossibilitada de avançar com os seus projectos devido à situação criada pela concessão de direitos de superfície a duas entidades distintas.

Diz também que os sócios da Imolap já tinham recebido garantias de financiamento do projecto, na ordem dos vinte (20) milhões de dólares, junto do sector bancário, mas que se sentem prejudicados à falta de uma solução para o diferendo que a opõe à Mesan.

A falta de uma resposta por parte do ministro de tutela, levou, no entanto, a FLP a endereçar, a 2 de Abril deste ano, uma nova missiva ao titular da pasta, a fim de o assunto ser esclarecido.

Apesar de todas as demarchés feitas a FLP diz ter sido novamente surpreendida com o anúncio esta semana

de que a Mesan levaria a cabo obras de construção civil no referido espaço.

Uma fonte afecta à empresa imobiliária revelou na quarta-feira, 18, ao *Semanário Angolense* que a FLP irá accionar em breve uma providência cautelar junto da sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda para que a «legalidade seja reposta».

As tentativas de obter a versão do titular do Ministério do Urbanismo e Habitação não surtiram efeito.

6.18 Invasores de terras chegam à Burgalheira do Dande

Jornal Angolense
21 De Junho de 2014

A invasão e ocupação de terrenos continua a ser motivo de pesadelo para algumas populações. Desta feita, são os munícipes do bairro da «Burgalheira», na comuna do Panguila, município do Dande, na província do Bengo, que estão a ser invadidos por elementos fortemente armados, não se sabendo já se a mando de quem.

Na base da invasão das localidades e lavras da zona estará a exploração de inertes de que é fértil, sobretudo burgau, pedras e areia para construção. Segundo os moradores, os invasores, aparentemente militares, chegaram sem prévio aviso, intimidaram os populares e intimidaram barbaramente alguns jovens que ousaram questionar as verdadeiras intenções da acção.

A crise despoletou a 4 de Junho, quando, para surpresa dos moradores, chegaram máquinas escavadoras escoltadas por supostos soldados das FAA que começaram a escavar, a meio da rua principal que atravessava o bairro, uma vala que o dividiu em dois. A maior parte das pessoas ficou a norte da vala e do outro lado ficaram algumas casas e grande parte das lavras. A piorar, a única escola da comunidade ficou do lado contrário da vala. Para assistirem às aulas, as crianças têm que descer e subir as suas veredas, que têm cerca de dois metros de profundidade.

Surpresos com o sucedido, já que não tinham sido avisados, os responsáveis da comissão de moradores procuram saber o que se passava, mas não tiveram resposta.

Como no dia seguinte os invasores não reapareceram, os moradores fizeram sobre a vala uma espécie de ponte 'para facilitar a passagem dos camponeses e, principalmente, das crianças para chegarem à escola.

Quatro dias depois, os trabalhos retomaram mas, desta feita, para além dos militares havia uma patrulha policial igualmente armada, que responderam às inquietações dos populares de forma agressiva, voltando mesmo a espancar e prender alguns jovens.

Paulo Jacinto, porta-voz dos moradores, mostrou-se muito indignado com a situação, tendo dito que os seus vizinhos estão muito incomodados com a presença das tropas que lhes fazem lembrar os tempos de guerra.

«Ao ver que a vala dividia o bairro, fomos perguntar aonde seria a passagem e acabamos escorraça dos pelos militares. Chegaram mesmo a deter dois moradores, que só seriam libertados com a intervenção do Soba», relatou.

O porta-voz da comunidade disse ainda que os mandantes da invasão devem reconhecer que naquela zona tem elementos que lutaram pela pátria. «Nós também merecemos os benefícios da paz. Ou será que temos de ser sempre escorraçados e maltratados», questionou.

Os populares estão a ter dificuldades desde que a vala foi feita e uma delas é o facto de ela dividir vizinhos, quintais e dificultar o acesso às lavras e ao transporte de água para quem vive do lado oposto dos tanques de abastecimento.

Aventa-se a possibilidade de que a divisão do bairro seja propositada para numa primeira instância se explorar os minerais de uma parte e depois recorrer-se ao lado oposto.

O certo é que 17 elementos entre agentes polícias e militares rondam o bairro de segunda a sábado, zelando para que a exploração dos inertes trabalhos decorra interrupções. De acordo com os populares, alguém identificado por tenente-coronel Ngola, é o elemento com a patente mais elevada que apareceu para dar instruções, mas sem chegar a conversar com a coordenação da comunidade, nem com a comissão de moradores ou pelo menos com as autoridades tradicionais.

«Para os chefes dessa invasão, que importa é explorar os inertes para encherem os bolsos. Para eles, as pessoas não contam, somos vistos que nem animais selvagens, não querem saber de nós nem das nossas famílias, apesar de já vivermos aqui há várias gerações. Também temos aqui mutilados de guerra, temos as nossas crianças, a escola foi construída pelo povo com meios próprios, as autoridades municipais e provinciais da Educação estiveram aqui para inaugurar o projecto e hoje as nossas crianças são impedidas de ir à escola porque alguém que

se intitula dono da terra quer assim», desabafou o porta-voz dos moradores da Burgalheira.

O Semanário Angolense (SA), soube que o grupo explorador não é desconhecido dos munícipes porque o coordenador da comunidade já foi chefe dos seguranças da empresa e perdeu o emprego por defender o seu povo.

«Eles me perguntaram se queria o meu emprego ou defender a população, escolhi a segunda opção e acabei desempregado», contou.

6.19 Justiça precisa-se

Jornal Angolense

21 De Junho de 2014

Assim que se sentiram ameaçados, os populares decidiram procurar as administrações comunal e municipal, para se encontrar uma solução viável, mas apenas lhes foi dito que não foi dada nenhuma permissão para que alguma outra instituição explorasse inertes naquela zona, para além das já existentes há bastante tempo, como é o caso da empresa cubana «Imbondex»,

Não tendo encontrado desta forma nenhuma solução, dirigiram-se ao governo provincial do qual aguardam por uma chamada há quase duas semanas.

Os responsáveis da comissão de moradores não acreditaram na resposta que lhes foi dada, porque a patrulha policial que acompanha os militares será mesmo de uma esquadra do município do Dande a que eles pertencem.

Os moradores estão dispostos a aceitar a mudança para um outro local desde que haja condições para se viver e trabalhar, além de virem a beneficiar de uma indemnização. Grande parte das residências é feita de blocos e cimento, sendo algumas de dimensões consideráveis. Mas, a contraparte, como acusam os moradores da Burgalheira, querem ganhar sem gastar um chavo.

Depois de alguns dias, o coordenador do bairro conseguiu falar com o tal de tenente-coronel. Ngola, querendo saber do futuro dos seus populares, mas recebeu dele a resposta de que não haverá indemnização para ninguém, porque aquelas terras têm dono.

«O que querem é nos tirar daqui, das residências que estamos a construir com tanto sacrifício, sem condições e sem nos darem outro local para viver. Isso não se faz! O que será destas pessoas se voltarem a perder tudo o que já possuem, depois de terem

perdido quase na Guerra, em defesa dos interesses do Estado?», questionou.

Os moradores afirmaram que a povoação existe desde 1984 na localização actual. Em anos anteriores, estava um pouco mais abaixo na direcção do rio. Por causa das enchentes, a administração municipal do Cacuaco, a que pertenciam antes da nova divisão administrativa, autorizou a mudança do bairro para o local em que se encontram. «Muitos de nós éramos da ODP e servíamos de força-tampão que impedia o avanço das tropas rebeldes que queriam destruir a estação de captação de água e as condutas para Luanda. Trabalhamos com os cubanos e foram as autoridades tradicionais que autorizaram os cubanos a explorar o burgau. Agora hoje dizem que nós é que somos os invasores, isso só pode ser uma brincadeira de mau gosto», exclamou o coordenador, afirmando que têm documentos que provam os seus direitos adquiridos sobre o espaço hoje alvo de invasão.

6.20 População abandalhada

Jornal Angolense

21 De Junho de 2014

A vala está a causar uma onda de preocupações muito grande aos moradores que poderão ver um trabalho feito com muito esforço destruído. É o caso da escola, já referida, que recebe crianças de quatro bairros. Actualmente, apenas algumas crianças que ficaram do lado de lá da vala conseguem ir às aulas. Mas os moradores já foram avisados de que, na sequência dos trabalhos que estão a ser efectuados, a escola vai ser derrubada.

Na vizinhança da comunidade há uma quinta pertencente à uma senhora identificada apenas por Dona Jóia, que se dedica à criação de gado, com cerca de três mil cabeças. Com a abertura da vala e a exploração de inertes, o gado está limitado quanto ao pasto e corre o risco de morrer aos magotes. Segundo informações no local, a senhora terá passado mal por causa desta situação, acabando mesmo por ser internada numa unidade hospitalar.

A população vive maioritariamente do campo e está desesperada por tudo o que tem vindo a acontecer na sua comunidade, apelando assim ao patriotismo de quantos estejam envolvidos no tal plano para a desalojar das suas terras.

«Depois de tanto sacrifício consentido pelo país, hoje nem podemos ter um espaço para viver. Quando nós lutamos não havia gerais, mas agora tudo é dos gerais, daqui a pouco até o ar que respiramos também vai ter dono. É difícil acreditar que estamos a ser maltratados por angolanos como nós que, por

terem poder, se acham no direito de espezinhar e ultrajar outros angolanos. O que está a acontecer hoje no nosso país, nem o colono o fez. O nosso único desejo é viver em paz e ajudar no crescimento do nosso país», sublinhou Paulo Jacinto.

6.21 Sobreposição de direitos de superfície gera conflito de terrenos no Lar do Patriota

Jornal Angolense
21 De Junho de 2014
Texto: Ládio Manuel

A colocação, esta semana, da primeira pedra para a construção de um projecto habitacional na comuna do Benfica, pela sociedade Mesan, Comércio geral, Lda, curiosamente, num vasto espaço já concedido, em Janeiro de 2005, à sociedade Fundadores do Lar do Patriota (FLP) fez renascer um velho conflito de terrenos.

A Mesan, uma empresa que tem à testa o empresário Octávio Bento Sousa, alega ser titular do espaço embora documentos em posse do Semanário Angolense atestem o contrário.

Segundo os documentos, em 10 de Janeiro de 2005 foi celebrado uma escritura pública de «cessão de direito de superfície entre a FLP, SA, e o Governo Provincial de Luanda», a coberto do qual foi cedido a esta entidade um espaço com uma área de 1.200 hectares, na zona do Benfica.

A FLP, por via do seu braço imobiliário Imolap, tinha projectado desenvolver no referido espaço um projecto habitacional de grande dimensão.

Os documentos referem que, para a construção do empreendimento, «a 15 de Maio de 2009 foi celebrada uma escritura pública de cessão de direito de superfície entre a FLP e a Imolap, na qual a primeira cedia à segunda três lotes, com uma área total de 787.615 m²». O passo seguinte consistiu no registo dos referidos terrenos junto à Conservatória do Registo Predial de Luanda.

No entanto, a FLP diz que foi apanhada de surpresa quando, em 28 de Novembro de 2011, viu publicada na III Série do Diário da República (n.v 228) um contrato de concessão de direito de superfície celebrado entre o Ministério do Urbanismo e da Construção e da Sociedade Mesan, Comércio Geral, Lda, celebrado em Setembro desse ano.

6.22 CCDH quer fim das demolições no País

Jornal República
27 De Junho de 2014
Texto: Adão Bernardo

A posição do CCDH foi manifestada durante um encontro que os membros de direcção do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos, manteve na Assembleia Nacional com o Titular do Poder Legislativo, acompanhado da presidente da IO" Comissão de trabalhos da Assembleia Nacional, que responde pelos Assuntos relacionados com os direitos humanos.

Pelo que apurou este jornal, durante o encontro foi apreciada a situação dos direitos humanos em países da África, demolições de casas, segurança humana, interacção interinstitucional e acção da Assembleia Nacional. O responsável do CCDH, Lauriano Paulo, pediu ao Presidente da Assembleia Nacional para se olhar com compromisso a situação de perdas de vidas humanas, raptos de pessoas, e deslocações de famílias nos países como a República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República Federal da Nigéria, Sudão do Sul e Mali. O Presidente reconheceu e foram sublinhadas as iniciativas bilaterais e multilaterais em curso votadas a ajudar os referidos países.

O vice-presidente do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos, "rogou" ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", no sentido de dialogar com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de se proceder ao realojamento total das famílias sem habitação por conta das demolições promovidas pelas autoridades administrativas. Ao que se sabe, o "chefe" da casa das leis, terá reconhecido a situação e garantiu que o diálogo que se pretende com o Titular do Poder Executivo poderá se efectivar.

Lauriano Paulo lembrou ao Presidente da Assembleia Nacional que "os cidadãos têm o direito de sair e regressar às suas casas com segurança e que ninguém tem o direito de se dedicar a práticas que ponham fim a vida de um cidadão". O defensor dos Direitos Humanos no país, entende que a Polícia Nacional "deve imprimir um sentido de mais prontidão na actuação para a segurança, tendo igualmente sublinhado certos casos de desaparecimentos de cidadãos e o agir moroso da DNIC e PGR em determinados acontecimentos.

Na conversa com o "Nandó", o vice-presidente do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos, Lauriano Paulo manifestou a necessidade de os

Deputados assumirem por completo a sua missão através das comissões especializadas da Assembleia Nacional e que os mesmos devem poder acompanhar e controlar a execução dos planos nacionais e locais de investimentos públicos. O Presidente da Assembleia Nacional reconheceu e informou estar a decorrer os trabalhos no sentido de se elaborar um regulamento que se conforme com

os limites previstos na Constituição tendo em conta o acórdão do Tribunal Constitucional e que retomarão a acção fiscalizadora logo que se tenha o novo regulamento. Lauriano Paulo saudou e encorajou os encontros preliminares de concertação mantidos entre Presidente da Assembleia Nacional e Chefes dos Grupos Parlamentares. SOS Habitat espera por acções consentâneas.

O coordenador da associação SOS Habitat, Rafael Morais enalteceu a iniciativa da Assembleia

Nacional, em receber o Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos e espera que do encontro possa sair acções práticas que encontre soluções às vítimas da violação dos direitos humanos. Em entrevista a este semanário, Rafael Morais diz que "não bastam as boas intenções se não houver vontade política para se pôr fim aos desalojamentos forçados aos pacatos indefesos.

"É importante que haja esta abertura das instituições do Estado, mas não se deve limitar-se apenas em aspectos teóricos, porque os mecanismos existem por exemplo; temos a resolução n.º 37/09 de 03 de Setembro da própria Assembleia Nacional que tem sido violada sistematicamente pelo governo angolano". Esta resolução segundo o Coordenador da SOS Habitat, determina entre outras questões a criação de condições mínimas e aceitáveis para o realojamento do cidadão afectado com o diálogo e envolvimento dos mesmos nas soluções de alojamento.

Rafael Morais, sustenta que a situação da violação dos direitos humanos no país, tende a aumentar. "Estamos perante um terrorismo de Estado porque vemos que cada um faz o que bem entender e ninguém diz nada", disse acrescentando que "agora com o envolvimento de generais das Forças Armadas Angolanas (FAA), que chegam a violar o direito das administrações, face à isto gostaríamos que à Assembleia Nacional, chamasse atenção ao

governo no sentido de aplicar aquilo que está escrito e evitar que haja revoltas da população indefesa".

6.23 Apropriação de terrenos foi criticada em Luanda

Jornal de Angola
29 De Junho de 2014

A apropriação de terras por desconhecidos, falta de transporte, água potável e de energia eléctrica foram as principais questões apresentada no Fórum de Auscultação à Mulher Rural realizado na comuna dos Ramiros, Luanda.

Durante o fórum, as camponesas que vivem há mais de 20 anos na localidade do Tanque Serra pediram que sejam tomadas de imediato medidas que desencorajem a apropriação de terras e que sejam melhorados os serviços de saúde.

As participantes no encontro, subordinado ao tema "O Contributo da Mulher Rural no Processo de Desenvolvimento", pediram igualmente que se providencie a instalação de um mercado de produtos agrícolas e de centros de formação profissional na localidade.

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher disse estar preocupada com "a ocupação anárquica de terras" e com "os actos de violação a que estão submetidas as mulheres". O desenvolvimento da actividade agrícola, confirmou Antónia Marcelino, é um dos propósitos do Executivo, mas apenas possível com as comunidades camponesas a explorarem os espaços reservados para a actividade.

As lavras, referiu, são o único meio de subsistência que estas famílias têm e quando lhes são retirados deixam de existir o meio de sustento dos filhos e enfrentam a pobreza.

O administrador comunal dos Ramiros, António Segunda, que presidiu à reunião, incentivou as participantes a denunciarem os casos apropriação de terras pára facilitar a acção da Polícia Nacional e evitá-los.

O Fórum da Mulher Rural enquadra-se na estratégia do Executivo .lillgolano de melhorar as condições da mulher ruarl.

7. SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Lixo e mau estado das vias deixam cidadãos agastados

Jorna Manchete

06 De Junho de 2014

A circulação rodoviária nas vias principais do distrito urbano do Kilamba Kiáxi está precária, as obras de recuperação estão atrasadas, e lagoas e charcos vão deteriorando a qualidade de vida da população. O lixo, que "desfila" nas artérias desta parcela da cidade de Luanda, constitui o seu mais emblemático "cartão de visita".

Segundo apurou o Manchete, o lixo fica muito tempo à porta das casas, em virtude da falta de contentores, baldes e sacos destinados ao depósito de lixo, situação que contribui para um triste cenário, lixo no chão e contentores abarrotados.

Maria de Fátima, residente no bairro Popular, fez saber que o seu bairro perdeu o brilho que tinha anteriormente, tendo a mesma recuado no tempo e no espaço para dizer como se orgulhava de ser identificada como moradora do popular. " Este lixo está aqui já há 4 meses, e todos os dias está a aumentar. Antigamente, falava-se do bairro popular como se fala da cidade do Kilamba kiáxi", acrescentando ainda que, " hoje até é vergonhoso falar que vives neste bairro nestas condições vergonhosas" lamentou.

Há lixo ao longo da estrada, e aos poucos as sucatas vão ganhando espaço, situação que facilita a acção dos marginais na calada da noite. Quem enfrenta esta situação, está propenso a doenças. Maria de Fátima disse não entender os reais motivos da ausência das operadoras de lixo, " anteriormente vinham. Agora não sei se estão em greve. Já faz mesmo muito tempo que não as vejo". Para muitos, a dificuldades na recolha do lixo prendem-se com o mau estado das vias.

Outros defendem a sensibilização dos moradores na vertente do meio ambiente e sua importância, com vista a evitar a proliferação de doenças provocadas principalmente, pelo binómio lixo e águas paradas. A circulação rodoviária neste distrito, também chamou atenção da nossa equipa de reportagem. A recuperação física do tapete asfáltico está atrasado e longe de acontecer. A realidade actual das principais vias, secundárias e terciárias não oferece condições para circulação, quer que a situação está sob controle para os automobilistas como para os peões. As obras que tinham o prazo de reabilitação de três a quatro meses, passado quase um ano, ainda não terminaram.

O que se vê, actualmente no terreno, são charcos, águas paradas, lixo por todo quanto é canto e difíceis acessos. As ruas Machado Saldanha, Fernando Pessoa, Ambriz, Gabela, Moura, Mavinga, Angalo e 28 de Agosto só para mencionar algumas, são as mais afectadas. No bairro palanca, o cenário não é diferente, fruto das últimas cargas pluviométricas a circulação está precária.

De recordar que, as intervenções em curso consistem na terraplenagem, drenagem pluvial, drenagem das águas residuais, pavimentação, a colocação de equipamentos de iluminação pública, de sinalização e de segurança viária, e a colocação de lancis.

7.2 LIXO ENGOLE" Luanda Novo modelo afugenta operadoras

Novo Jornal

06 De Junho de 2014

O LIXO AGLOMERADO em várias áreas de Luanda tem suscitado imensos constrangimentos aos habitantes da capital, conseqüentemente contribui para a degradação da imagem da cidade.

Com vista a "ultrapassar este mal", a Elisal, órgão responsável pelo saneamento básico de Luanda, está a aplicar um novo modelo de recolha denominado «Área Limpa». Em vigor há três meses, inicialmente o novo modelo "não foi bem recebido pelas operadoras de limpeza, tanto que muitas têm tido dificuldades em trabalhar", facto que explica a presença de elevada quantidade de lixo nas ruas da capital, até ao momento.

"Desde que lançámos o modelo «Área Limpa», algumas operadoras têm-se sentido incapazes de cumprir as suas obrigações, pelo que nos últimos meses temos visto grandes concentrações de lixo em vários lugares", disse uma fonte da Elisal.

Anteriormente, o controlo do trabalho era feito pelas operadoras de limpeza, mediante contagem do número de camiões abastecidos de lixo que depositavam os resíduos no aterro sanitário, modelo que "originava

"Este modelo visa exactamente anular as diferenças no saneamento entre os municípios", adiantou a fonte, acrescentando: "O incumprimento das cláusulas do novo contrato é susceptível de penalizações. Por isso, temos feito descontos no momento de pagamento e podemos até

rescindir o contrato com estas empresas, caso a prática seja reiterada".

CAUSAS DA FUGA

A dificuldade no acesso ao aterro sanitário, sito no bairro Mulenvos, repartido entre os municípios de Viana e Cacucaco, é apontada como a principal causa da fuga ao novo modelo de limpeza.

O estado das estradas que ligam os municípios citados "é lastimável", o que obriga os automobilistas a efectuarem uma "marcha lenta", o que "automaticamente faz com que as operadoras realizem poucos depósitos por dia".

No entanto, a escassez de meios de transportes é outro factor de fuga para algumas empresas de limpeza. Algumas, inclusive, "já decretaram falência por não terem condições de continuar os trabalhos", avançou a fonte.

Trabalhar perto dos respectivos estaleiros é o desejo de muitas operadoras de limpeza. Ao assinar o novo contrato à luz do modelo <<Área Limpa>>, a empresa de saneamento básico está sujeita às indicações da Elisal.

Contactado pelo NJ, Manuel José, em representação da direcção geral da Elisal, contou que "actualmente, muitas operadoras já estão a aderir ao novo modelo", pelo que a situação do lixo amontoado "será ultrapassada".

Questionado sobre os intervenientes na gestão das operadoras de limpeza da capital, Manuel José, frisou que estão envolvidas a Elisal e as administrações municipais.

Esta competência repartida é feita através duma fiscalização e aferição, segundo informação do portavoz da Elisal. "Tratando-se de operadoras, as administrações têm a responsabilidade de fiscalizar o trabalho, enquanto à Elisal cabe fazer a aferição. Nos casos em que esteja envolvida uma micro-operadora as competências são invertidas, passando a Elisal a fiscalizar e as administrações a aferir", atestou.

QUEIXAS CONTINUAM

Passados três meses desde a entrada em vigor do novo modelo, em algumas localidades de Luanda o lixo continua e as queixas dos municípios também.

Maria Esperança, residente no bairro Caop C, em Viana, lamentou-se do "monte de lixo" existente na rua Brasileira.

"Há muito lixo naquela rua, tanto que até os carros já não circulam. Quando queremos ir ao mercado das Mangueirinhas tem de dar muitas voltas, porque nem sítio para colocarmos os pés temos", narrou.

No bairro Avó Kumbi o cenário é idêntico. A estrada que dá acesso ao mercado dos Correios está praticamente bloqueada devido ao lixo. "Aqui a situação é horrível, e piora a cada dia", frisou uma moradora do perímetro.

Nos dois casos citados, "a presença de agentes de limpeza não é notada há mais de seis meses e "como agravante" I não existem contentores para depósito dos resíduos sólidos.

Confrontado com estas denúncias, Manuel José garantiu "dentro em breve, as referidas ruas e outras estarão completamente limpas", pelo que apelou a uma "fiscalização e colaboração permanente" dos cidadãos.

"Para melhor desenvolvermos este trabalho é necessário que os cidadãos colaborem também, e isto, passa pelo cumprimento dos horários de depósito do lixo e ainda pela participação activa na fiscalização do trabalho das operadoras de limpeza", concluiu. Para "combater" o lixo na capital, a Elisal controla 22 operadoras e 19 micro-operadoras de limpeza, "espalhadas pelos municípios, de acordo com a extensão territorial".

7.3 Viana debate saneamento básico

Jornal O País

06 De Junho de 2014

A Administração Municipal de Viana, em parceria com o UNICEF, realiza o seminário de consultoria sobre a preparação do plano Estratégico de Saneamento do Município de Viana hoje sexta-feira, 06 de Junho de 2014, a partir das 8h00, na sala de reuniões do Dream Space, nas imediações do Kikuxi, enquadrado na estratégia do Executivo Angolano de garantia do saneamento de qualidade às populações.

A iniciativa que conta com o apoio da TOTAL, visa proceder o levantamento sistemático dos principais constrangimentos de todos os bairros do Município de Viana, nas dimensões de saneamento, com vista a desenvolver um Plano Estratégico de Saneamento.

O ambiente sanitário em Angola é, ainda, propício a epidemias de cólera e de outras doenças de transmissão feco-oral, tais como a diarreia, pólio e a febre tifóide. De acordo com os dados das autoridades sanitárias, cerca de 23% da mortalidade infantil no país é causada por doenças diarreicas e a cada ano em Angola, são registados de IA a 2 milhões de casos de diarreias, dos quais cerca de um terço são crianças menores de cinco anos de idade.

Para promover a melhoria do saneamento nas comunidades e acabar com as mortes por doenças

diarreicas, a Administração de Viana em parceria com o UNICEF estão a trabalhar no desenvolvimento do Plano Estratégico de Saneamento, bem como no reforço do nível de conhecimento das populações sobre a importância do saneamento de qualidade para o bem-estar das famílias.

Através do saneamento Total liderado pela Comunidade (STLC) um programa do Governo de Angola em parceria com o UNICEF, e com o apoio de parceiros tais como a UNIÃO Europeia e a TOTAL, que visa dotar os cidadãos de conhecimentos e responsabilidades com relação ao saneamento, e a necessidade de eliminar a defecação ao ar livre, bem como de atitudes e comportamentos mais saudáveis.

O Governo de Angola, o UNICEF, a União Europeia e a TOTAL têm vindo a colocar imensos esforços na disseminação das mensagens essenciais de água, saneamento e higiene para as comunidades com o intuito de reforçar a luta de combate a pobreza.

Em Angola, de acordo com os dados do IBEP (Inquérito de bem-estar da população), apenas 6 em cada 10 angolanos têm acesso ao saneamento adequado e um terço da população ao nível nacional ainda defeca ao ar livre.

7.4 Acesso à água potável assegura crescimento

Jornal Economia e Finança

13 De Junho de 2014

Texto: Adérito Veloso

Os projectos em curso no subsector das águas, até ao ano de 2017, prevêem um investimento avaliado em cerca de 579,6 mil milhões de kwanzas (5,95 mil milhões de dólares), tendo já programado um valor de 424,7 mil milhões (4,36 mil milhões) para a expansão dos sistemas de distribuição. Segundo o plano estratégico do Ministério de Energia e Águas (MINEA), a que o TE teve acesso, o investimento total em projectos desde 2011 até 2014 ronda os cerca de 214,3 mil milhões de kwanzas (2,2 mil milhões de dólares), sendo necessário um investimento para os anos seguintes cerca de 363,3 mil milhões (3,73 mil milhões).

Acesso à água

O ambicioso plano contempla o acesso generalizado ao fornecimento de água e saneamento básico. A medida vai permitir atingir 100 por cento da população urbana e 80 da população rural. Quanto à cobertura do saneamento básico, o projecto prevê 85 por cento da população urbana e 65 da rural.

Sobre a melhoria das operações e da qualidade do serviço, o projecto prevê um aumento significativo do consumo de água, atingindo 70 litros/per capita/dia adicionais em áreas urbanas e 30 litros/per capita/dia adicionais em áreas rurais.

O programa contribuirá para a diminuição da perda de água na rede ao redor de 25 por cento, bem como a reabilitação e expansão dos sistemas de fornecimento de água e de tratamento de águas residuais. Sobre a problemática do uso adequado e sustentável dos recursos nacionais de água, o programa do Minea dará maior atenção à implementação de uma gestão integrada dos recursos hídricos em pelo menos metade das bacias hidrográficas.

Indústria hídrica

Segundo o documento ministerial, desenvolver o "sector das águas é crucial para melhorar a saúde e o nível de vida da população". Várias iniciativas foram lançadas pelo Minea, com vista à concretização desses objectivos. Futuramente, augura-se estabelecer um regulador para o sector das águas, reestruturar a Empresa Pública de Distribuição de Águas de Luanda (EPAL) e agregar outros fornecedores de menor escala.

Será igualmente desenvolvido um plano estratégico para o fornecimento de água nas zonas rurais com novos modelos de gestão, além de melhorar a qualidade do serviço e a recuperação de custos nos sistemas de abastecimento urbanos, bem como aumentar a monitorização regular do desempenho e desenvolver uma política e um plano estratégico sustentável e comum de saneamento.

Qualidade da água

O plano de monitorização da qualidade da água, até ao final de 2017, abrangerá cerca de 16 províncias estejam dotadas dos respectivos laboratórios provinciais para monitoria da qualidade da água para consumo humano. A prioridade no programa do Executivo, para o período 2014-2017, contempla a instalação nas sedes comunais, no âmbito do programa "Água para Todos", de pequenos sistemas de captação e bombagem de águas subterrâneas, com fontanários incorporados.

Segundo a estratégia governamental para o sector, o abastecimento de água potável e o saneamento das águas residuais "constituem serviços imprescindíveis ao bem-estar das populações, que se reflectem, profundamente, na saúde pública, devendo merecer, por isso, uma prioridade absoluta".

7.5 Alternativas de abastecimento das águas

Jornal República

27 De Junho de 2014

Em declarações à imprensa, o responsável disse que os lotes foram preparados pela administração municipal entre Abril de 2013 a Maio do presente ano, no bairro periférico Canjongui, vila Bocoio, e serão entregues aos cidadãos que solicitarem a sua concessão.

Francisco Rogério afirmou que a administração municipal do Bocoio já distribuiu 601 metros quadrados, a 60 requerentes, no âmbito do projecto "meu sonho, minha casa".

De acordo com o responsável, cada beneficiário recebeu da administração municipal mil metros quadrados e do governo dos provinciais 3.500 tijolos, com vista a construir a sua residência.

Segundo ele, o projecto "meu sonho, minha casa" está enquadrado no programa de fomento habitacional gizado pelo executivo angolano para o combate à fome e à pobreza, que vai beneficiar cidadãos nacionais que vivem em péssimas condições habitacionais.

O responsável avançou que para a segunda fase do programa está previsto a preparação de dois mil e 86 lotes até Novembro deste ano.

A responsável deu a conhecer, por outro lado, que está a ser construído um fogo habitacional com 50 casas do tipo "T3", no bairro de "Epembe", periferia da vila do Bocoio, que beneficiará os antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.

7.6 Governador orienta fiscalização das operadoras

Jornal República

27 De Junho de 2014

A orientação do governador foi transmitida durante uma reunião que contou com a presença do director da Elisal, Ermelindo Pereira, os responsáveis das operadoras de recolha de lixo, e os administradores municipais, objectivando aferir a qualidade de trabalho dessas empresas.

Segundo o governador, a situação da limpeza em Luanda é ainda preocupante por se verificarem grandes focos de detritos em várias ruas, depósito propositado de lixo em ruas,

largos e algumas áreas baldias, por algumas operadoras, o que deixa a cidade com uma imagem deplorável.

Pelo mau trabalho das operadoras disse, a partir do mês de Julho será reforçada a fiscalização de todo trabalho desempenhado pelas operadoras, assim como a área limpa, sob pena de serem coarctados valores monetários de que auferem.

Bento Bento mostrou-se indignado com o que chamou "rios de dinheiro" cobrados pelas operadoras por um trabalho que segundo disse, não realizam.

"A nível da província de Luanda, os valores postos à disposição das operadoras são altos para o péssimo trabalho que elas têm estado a prestar a o Estado gasta anualmente rios de dinheiro e muitas operadoras não têm capacidade sequer de limpar os bairros", desabafou a responsável referiu que o actual modelo, implica a limpeza dos passeios, a berma das estradas, sarjetas, recolha dos resíduos sólidos e podarem das árvores, porém muitas operadoras não têm sequer pessoal para varredura, nem caminhões de recolha de resíduos sólidos, mas exigem que o Estado pague elevadas somas de dinheiro.

Relativamente aos dois meses de dívidas para com as operadoras, Bento Bento esclareceu que estas serão avaliadas através de peritagem quer da Elisal, quer de empresas independentes, "porque é impossível que empresas reclamem rios de dinheiro com o lixo que temos", disse.

Aconselhou aos responsáveis das operadoras e intensificarem as varreduras e aumentarem as suas capacidades técnicas por formas a melhorarem a sua acção a saneamento básico em Luanda é assegurado por 20 operadoras e 17 micro-operadoras .I.C.

7.7 O direito à água e ao saneamento – Substancialmente e para ontem

Economia e Mercado

Junho 2014. Ano 16. N°117

Texto: Luís Lacerda Especialista de Desenvolvimento Organizacional

A relação entre água, saneamento e higiene com saúde, qualidade de vida e perspectivas de uma vida futura melhor e digna é conhecida desde há muito. Porém, muitas vezes olhamos para esta realidade sem lhe dar a devida dimensão e sem nos concentrarmos em analisar o "grande quadro". Cada pessoa tem o direito a água na quantidade suficiente, de qualidade, acessível e a um custo razoável. As recomendações para Angola

estão alinhadas com as da Organização Mundial de Saúde e consideraram, em termos médios, por cada pessoa 90 litros/dia, 50 litros/dia ou 30 litros/dia, consoante a tipologia das respectivas habitações. No mínimo são 30 litros por pessoa! Quanto ao saneamento, este abrange, entre outros, a recolha, o armazenamento, tratamento e reutilização de excrementos humanos, a drenagem e eliminação de águas residuais domésticas, o tratamento e rejeição dos esgotos, assim como a recolha e gestão de resíduos industriais e perigosos (incluindo hospitalares, químicos e outras substâncias perigosas). Ora, em Angola, infelizmente, tanto a água como o saneamento, estão longe de abranger a maioria da população. Seguem alguns dos efeitos que a negação deste direito provoca aos cidadãos.

Neste tipo de análise, vale a pena procurar dar um rosto e uma história de vida indo até à realidade das pessoas. Por exemplo, a Dona Mariza. Esta senhora de 31 anos, que só fez a 3ª classe, vive sozinha com os três filhos menores, e mora num bairro num dos municípios periféricos da cidade de Luanda. Reside na mesma casa há dez anos.

Trabalha como empregada de limpeza numa grande superfície comercial, saindo muito cedo para começar a trabalhar às 8:00, e chegando a casa já depois das 19:00.

A casa onde mora não tem água canalizada. Até 2011 abastecia-se num fontanário a 1 km de casa (que era servido pela rede pública). No entanto, e por razões que desconhece, o fontanário deixou de funcionar, e agora tem de comprar água numa vizinha (que a revende a 60 KZ o bidão de 20 litros, preço que aumenta para 100 KZ, quando a água escasseia).

Como o salário é reduzido, e tem 3 crianças, ainda não conseguiu comprar um depósito para ter água de reserva em casa, estando sempre dependente da vizinha ter ou não água.

A vizinha é servida por camiões-cisternas que costumam abastecê-la duas a três vezes por mês. Em tempos havia umas senhoras que costumavam e davam um produto para desinfectar a água, ensinando como aplicá-lo. Como a casa tem um pequeno quintal, foi feita uma pequena latrina há cinco anos atrás, ma como a construção era rudimentar, começou a deitar fora, alagando o quintal com detritos, maus cheiros, trazendo moscas e mosquitos.

A Dona Mariza ainda chamou um mestre, que improvisou uma solução, colocando um tubo virado para a rua - ou seja, um esgoto doméstico exposto e a correr na rua.

Já ouviu dizer que as pessoas deviam lavar as mãos depois de ir à casa de banho, ou antes de comer, mas a água é pouca, não pode dar-se a esse "luxo".

Quanto ao lixo doméstico, tem um balde onde o coloca e, quando está cheio, deita-o fora junto a um muro a 500 metros de casa, directamente no chão.

De vez em quando passa uma máquina escavadora e um camião que carregam e levam o lixo. Quando vêm as chuvas, a estrada principal fica alagada, com buracos grandes que não deixam passar os carros e nessas alturas o lixo acumula-se tanto, até fazer uma montanha. Por causa disso e das águas paradas, aumentam os mosquitos e as doenças que transmitem.

“Em termos médios, cada pessoa tem direito a um limite superior de 90 litros de água/dia, a uma média de 50 litros ou a um mínimo de 30 litros, consoante a tipologia da casa que habita.”

Os filhos estão todos na escola pública do bairro. Este ano lectivo o filho mais novo já ficou em casa por doença diarreica duas semanas, o do meio apanhou paludismo e faltou uma semana, enquanto o mais velho apanhou febre tifoide e não foi à escola durante duas semanas.

Por causa das doenças dos filhos, a Dona Mariza perdeu quase um mês de trabalho nos últimos seis meses e perdeu uma parte dos seus já precários rendimentos.

Infelizmente, esta história está longe de ser uma ficção e, Luanda, pois são muitas as Donas Marizas que cabem nela.

Custos e benefícios

Sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS) foi realizado um importante estudo em 2004 (revisto em 2012) onde se fez a 'Avaliação dos Custos e Benefícios da Água e melhorias de saneamento a nível global". Na avaliação dos benefícios económicos é importante referir que mais do que saber quem pagou o quê, se procurou avaliar o dispêndio global de recursos e o seu valor. É igualmente importante referir que morrem mais crianças por ano de doenças diarreicas (uma condição evitável directamente ligada à exposição fecal), do que de HIV /SIDA, malária e sarampo combinados.

Deste modo, entre os beneficiários económicos directos da redução de doenças diarreicas está o sector da saúde (com menos despesas nos tratamento de doenças diarreicas); os pacientes (com menos despesas nos tratamento de doenças diarreicas e menos custos relacionados, menos despesas de transporte na procura de tratamento, menos tempo perdido na

busca dos tratamentos adequados); a economia em geral (menos despesas com tratamento de pessoas com doenças diarreicas).

Cabem nos beneficiários económicos indirectos a diminuição de indivíduos doentes (menos dias de faltas ao trabalho ou à escola, e menor taxa de mortalidade) e menor impacto negativo na economia em geral (menos quebras de produtividade dos trabalhadores por questões de doença).

Ao nível dos benefícios gerais da melhoria das condições de água e saneamento estão factores económicos de economia de tempo e recursos, abastecimento de água, tendencialmente mais eficaz e eficiente, aos serviços, à agricultura, à indústria e às actividades económicas em geral, bem como uma melhor relação custo/benefício da educação, por via de menos dias de faltas às aulas) ou um ambiente melhor, com menos cursos de água, lagoas, rios contaminados por excrementos humanos ou industriais.

Muitos mil milhões desperdiçados no continente africano

Um estudo do Banco Mundial, realizado nas premissas do estudo da OMS, aponta que dezoito países africanos (Benim, Burkina Faso, República Centro Africana, Congo Brazaville, República do Congo, Ghana, Quênia, Libéria, Madagáscar, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Tanzânia, Tchade, Uganda, Zâmbia) estão a perder anualmente cerca de 5,5 mil milhões de dólares norte-americanos, devido à falta de saneamento.

Estes países representam 554 milhões de pessoas, que é mais da metade da população da África, e as perdas económicas anuais, devido à falta de saneamento, são equivalentes ao intervalo entre 1% e 2,5% do Produto Interno Bruto (PIE) dos mesmos. Porém, o custo real pode ser muito maior, pois o estudo só análise as perdas devido às mortes prematuras, os custos dos cuidados de saúde prestados, as perdas de produtividade e os tempos perdidos através da prática da defecação ao ar livre.

Contudo, outros impactos adversos e resultantes de um saneamento inadequado podem ser significativos, embora difíceis de estimar, mas incluem os custos de surtos epidémicos, as perdas no comércio e nas receitas do turismo, impacto dos dejectos nos recursos hídricos, assim como os efeitos da falta de saneamento no desenvolvimento da primeira infância, De salientar ainda que as mulheres assumem uma grande proporção destes custos, já que passam mais tempo acompanhando crianças ou doentes ou parentes idosos.

Na maioria destes países, os investimentos em água e saneamento que as mulheres assumem uma grande proporção destes custos, já que passam mais tempo acompanhando crianças ou doentes ou parentes idosos.

Na maioria destes países, os investimentos em água e saneamento são inferiores a 0,1 % do PIE, sendo que apenas cinco dos 18 países pesquisados investem entre 0,1% e 0,5% do PIE em água e saneamento.

Embora os países africanos se tenham comprometido a aumentar as suas dotações orçamentais para o saneamento em pelo menos 0,5% do PIE (Declaração de eThekweni, 2008), nenhum dos 18 países pesquisados atingiu ainda essa meta.

No entanto, e lê-se no estudo da Organização Mundial de Saúde, tanto no plano social, como ao nível do desenvolvimento económico, o saneamento constitui um excelente investimento, produzindo um retorno médio de 5,50 dólares por cada 1,00 dólar investido! É fácil fazer as contas e constatar que é dinheiro que se multiplica a uma taxa real de 5,5%, o que, nos dias que correm, não está nada mal. Por outro lado, aumenta o potencial do recurso mais importante de qualquer país - as pessoas!

E LUANDA EM 2018?

Neste ano, a Dona Mariza ainda mora numa casa sem água canalizada. Abastece-se num fontanário a 1 km de casa (que foi recuperado há dois anos, servido pela rede pública). Comprou, entretanto, um depósito para ter água de reserva em casa, e costuma colocar lixívia conforme prescrito, para desinfecção preventiva da água (que vem habitualmente cristalina).

Têm passado no bairro duas vezes por mês umas senhoras que perguntam se há problemas com a água e se tem havido casos de doenças diarreicas, febre tifoide, malária, outras doenças.

A antiga latrina do quintal foi fechada.

Ao lado foi feita uma nova latrina, por um técnico do bairro devidamente habilitado, de acordo com prescrições técnicas transmitidas por técnicos do Governo Provincial. A nova latrina já funciona (muito bem) há três anos, e não existem cheiros, nem águas, a sair da mesma, estando o quintal seco.

O tubo de esgoto que havia sido improvisadamente colocado alguns anos antes, foi eliminado e a rua, à frente da casa tem agora um aspecto seco e limpo, tendo desaparecido os mosquitos e moscas.

A Dona Mariza e os seus filhos têm agora o hábito de lavar as mãos depois de ir à casa de banho, e antes de comer, pois têm água disponível.

Quanto ao lixo doméstico, tem um balde (com tampa, para evitar as moscas) onde costuma pôr o lixo (num saco de plástico). Quando tem lixo para deitar fora, só o faz ao final do dia, depositando-o num contentar junto a um muro a 500 metros de casa.

A recolha de lixo está normalizada e passa todos os dias um camião para recolhê-lo, mesmo na época das chuvas, pois as estradas foram reparadas e já não ficam intransitáveis nessa altura. Por essa razão diminuíram substancialmente os focos de mosquitos.

Os filhos estão todos na escola pública do bairro. Desde há três anos que não houve mais nenhum caso de paludismo, doença diarreica ou febre tifoide na família. Em consequência o aproveitamento escolar melhorou e todos os miúdos têm boas notas.

Como a Dona Mariza passou a ter uma presença mais assídua no local de trabalho, foi promovida e é agora chefe de uma equipa de limpeza.

Será este cenário uma ficção para Luanda? Ou é realizável e alcançável até 2018?...

7.8 Operadoras de lixo irritam governador

Novo Jornal

27 De Junho de 2014

Texto: António Paulo

O NOVO MODELO de lixo implementado há quase quatro meses pelo governo de Luanda está a criar dissabores às operadoras de lixo que dizem encontrar dificuldades para' executar o seu trabalho. Em consequência disso, é cada vez mais notável. uma elevada quantidade de lixo nas ruas da capital.

O assunto foi abordado na segunda-feira, 23, no palácio provincial, entre o governador e os responsáveis das operadoras. Bento Bento terá mesmo chamado as empresas de lixo de "chantagistas" e incapazes de se adaptarem ao novo modelo de recolha.

O governador quer maior controlo do trabalho das operadoras e orientou as instituições como a EIISAL (Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda) e as administrações de cidades e municipais, a dar início à fiscalização dos trabalhos das operadoras de recolha de resíduos sólidos tia capital do país.

Bento Bento, visivelmente agastado com trabalho das operadoras, explicou que o novo modelo em vigor,

consiste na recolha de resíduos sólidos, limpeza dos passeios, berma das estradas, podagem das árvores, e limpeza de sargetas.

"É por este trabalho que as operadoras são pagas. Muitas delas não estão preparadas para o trabalho. Não têm pessoal de varredura, não têm camiões para a recolha dos resíduos sólidos a nível das ruas, mas exigem que o Estado pague elevadas somas de dinheiro. Aliás, há aí operadoras que estão a reclamar rios de dinheiro quando na verdade, o trabalho que tem estado a fazer é de facto péssimo", desabafou.

Bento Bento afirmou que- o governo gasta, anualmente mais de 280 milhões de dólares para pagar às empresas o que na opinião da mais alta entidade da cidade, não se justifica dado o trabalho desempenhado por algumas operadoras.

"Anualmente, o Estado gasta com a província de Luanda rios de dinheiro com as operadoras e muitas delas não tem capacidade. Antigamente levavam toneladas de lixo para junto do aterro para fazer dinheiro, em detrimento da limpeza dos vários quarteirões das ruas dos bairros e comunas", reclamou o governante.

O governante que considera existir chantagem, apelou os responsáveis das operadoras a adaptarem-se ao novo modelo sob pena de verem reduzidas as respectivas quotas e avisou que só serão pagas as operadoras que estiverem a trabalhar. "As empresas têm de adaptar-se ao novo modelo. Têm que fugir do antigo sistema, em que só levavam para o aterro sanitário, pedras e toneladas de lixo em detrimento da limpeza dos bairros. A partir deste mês, só serão pagas as operadoras que na realidade estiverem a trabalhar", avisou.

7.9 Água turva nas torneiras dos Cogolezes

Jornal A Capital

28 De Junho de 2014

Ana Maria Augusto, 40 anos, moradora do bloco 15, na rua da Cela, foi uma das que confirmou o facto à reportagem do A Capital.

"Há um ano que trocaram a canalização da água. Quando a repuseram, a água já não era a mesma", explicou, enfatizando que o líquido vinha turvo e com muito lixo.

"Por este motivo já não consumimos esta água", acrescentou. Face a situação, os moradores que podem são obrigados a comprar grandes volumes de água mineral para o consumo.

"Há pessoas que não conseguem comprar água mineral, sendo obrigadas a ferver essa água e consumirem, mesmo, nessas condições", observou, ainda Ana, realçando que até para banho aquela água não serve.

"Principalmente para nós mulheres, é complicado. Um risco para a saúde", manifestou.

E como quase sempre acontece, pelo menos em Luanda, a Epal não se cansa de lhes cobrar o consumo. A nossa entrevistada, por exemplo, disse estar em posse de um recibo de conta de água em atraso orçada em 16 mil Kwanzas.

"Isso é um absurdo", desabafou a moradora.

Quem, como Ana Maria Augusto manifestou seu desalento ante a situação, é Heid Ramos, 38 anos, enfermeira, moradora há 10 anos no mesmo bloco. Reiterou que a situação arrasta-se há um ano. Segundo ela, antes da intervenção da empreiteira chinesa, a água era limpa.

Adiantou, por outro lado, que depois das reclamações, na altura, apareceu um funcionário da Epal que recolheu amostras da água para análises, o que por algum tempo resultou em melho rias.

"Solucionaram por um tempo, só que a água voltou a vir turva, até hoje", registou.

"Temos sempre que consumir água mineral, mas são gastos avultados que a gente, com possibilidades, faz. Compramos duas ou três caixas de água mineral por semana", ilustrou.

"Quando vêm distribuir facturas de consumo da água, e óbvio que ouvem as reclamações dos moradores sobre a má qualidade da água. Se não fazem nada, é porque não estão preocupados", constatou Heid Ramos, acrescentando que houve pessoas que sentiram-se mal por consumirem aquela água.

"Houve casas em que as pessoas sentiram-se mal. Registaram-se casos de diarreias, dores de barriga", provavelmente por consumirem essa água.

"Chegamos ao consenso de não usarmos mais o líquido para beber", atestou ao concluir que já fizeram participação à Epal, mas até agora nada muda.

"Gostaria que a situação fosse resolvida, porque está em risco à nossa saúde, principalmente a das crianças", finalizou.

No mesmo bloco mora Elias Paca. Técnico de segurança de trabalho, o morador não escondeu o seu descontentamento. Levantou um elemento novo. É

que, segundo ele, para além de turva, a água não chega à todas as casas.

"Desde que os chineses repuseram a mesma rede, só o pessoal de baixo é que foi contemplado e o pessoal de cima não", explicou, reitendo que a grande preocupação dos moradores é com relação ao estado da água.

"Para além de vir turva, vem acompanhada de lixo e resíduos estranhos, o que nos preocupa muito", descreveu, sublinhando que ao mínimo descuido por parte dos que a consomem, ocorrem doenças.

"Os nossos filhos podem não encontrar a água preparada e consumirem esta. Para além das dores de barriga, há também a questão das alergias", argumentou.

"Mesmo não consumindo, já recebi facturas e mensagens de consumo de água num valor de cerca de 100 mil Kwanzas por pagar.

Mas como não consumo, nunca atendi", refilou, para depois manifestar o desejo de ver a situação superada num curto espaço de tempo.

"Estive internada por causa dessa água", queixou-se Nária Jaime, também moradora da parte de baixo de um dos blocos, que alega que depois dela os filhos todos tiveram a mesma sorte.

"Tiveram febre tifóide, tendo o médico aconselhado a termos cuidado com a água que consumimos", referiu Nária Jaime.

"A água que jorra nas torneiras serve mais para lavar e para os quartos de banho", ilustrou.

7.10 Municípios pedem mais acção ao governo

Semanário Angolense

28 De Junho de 2014

Cidadãos residentes em Luanda defenderam que o Governo Provincial de Luanda «faça mais e fale e prometa menos» quanto à limpeza da cidade capital, que nos últimos dias se viu confrontada com um aumento de resíduos sólidos e a falta de limpeza por parte das operadoras, cujas causas não foram reveladas.

Os municípios, que falaram ao *Semanário Angolense*, reagiram às declarações, na terça-feira (24), do governador provincial de Luanda, Bento Bento, segundo as quais, a partir de agora, o governo vai

rescindir os contratos com as empresas de limpeza que se furtarem às suas obrigações.

Segundo o governante, os contratos com as operadoras de saneamento são muito onerosas, o governo gasta rios de dinheiro, por isso, as empresas que se furtarem aos seus deveres, vão perder os seus contratos, advertiu Bento Bento.

José Nascimento, funcionário público, solicitado pelo SA a emitir a sua opinião sobre o assunto, considerou que «o problema do lixo em Luanda é antigo, está identificado há muito tempo, por isso, estamos fartos de promessas e ameaças, se tem de aplicar medidas, que as aplique. O governo tem de trabalhar mais e falar menos.»

Por seu lado, Augusto Martins, estudante universitário, afirmou: «entra governador, sai governador, ninguém consegue resolver o problema do lixo em Luanda e o resultado são as doenças que assolam a população, nomeadamente o paludismo, a cólera e agora a dengue e o 'catolotolo', entre outras».

Muito dinheiro sem trabalhar? Só mesmo em Angola!

«Se o governo provincial é incapaz de manter a cidade livre do lixo, então acho que essa responsabilidade devia ser assumida pelo Executivo central», opinou o interlocutor, acrescentando que já viajou para outras cidades da África Austral, como Windhoek e Joanesburgo e, «sinceramente, Luanda é muito mais imunda».

Estamos de acordo com esse cidadão, pois, não sendo justificável o dinheiro que se torra, impõe-se que o governo central intervenha na questão do saneamento da cidade e quiçá, o caso seja levado à Assembleia Nacional. A província de Luanda apresenta uma imagem nada compatível com o estatuto de capital de um país que é dos que mais cresce a nível mundial, porque está muito suja e o lixo aumentou nas ruas.

Como já o fizemos noutras ocasiões, perguntamo-nos, o que falta para que Luanda seja uma cidade sem lixo, nem lagoas, mosquitos, moscas, baratas, vermes, poeiras e boa para viver? Os hospitais, já de si incapazes de atender à demanda de pacientes, viram aumentar o número destes, estando a braços com a situação.

Não obstante existirem várias operadoras de limpeza na província, a imundice aumentou, alegando as empresas que foram forçadas a reduzir o seu raio de acção, o que, por sua vez, as obrigou a dispensar trabalhadores.

Na cidade de Luanda, com maior incidência nos bairros periféricos, nomeadamente Sambizanga,

Bairro Operário, Cazenga, Rangel, Marçal, Viana, Samba, Kilamba Kiaxi, entre outros, já de si degradados, a situação agravou-se, para desgraça e lamúrias dos munícipes. Nos mercados, candongueiros, machimbombos, nas rodas de amigos, salões de beleza e outros locais, o lixo tem sido o principal tema de conversa.

«Mas o que se passa com o lixo, as empresas de limpeza estão em greve ou quê? Estão todos os bairros mais sujos, há dias fui ali ao Rangel e tem mais lixeiras», questionou um munícipe, morador do Sambizanga, onde outros cidadãos também se queixaram que nunca tinha visto o seu bairro «tão sujo». Afinal recebem rios de dinheiro sem trabalhar? Só mesmo em Angola!

Fonte do Governo Provincial de Luanda, que pediu anonimato, revelou a este jornal que a antiga governadora, Francisca do Espírito Santo, fora exonerada quando tentava pôr ordem no «circo do lixo».

7.11 Na EPAL

Jornal A Capital

28 De Junho de 2014

Contactado à propósito pela nossa reportagem, o porta-voz da Epal, Domingos Paciência, disse que a instituição nunca recebeu queixa do género, pelo que, desconhecem o problema.

"Nunca recebemos, momento algum, uma reclamação sobre isso", asseverou, acrescentando que sempre que recebem um caso pela primeira vez, dão-lhe o devido segmento.

"Colocamos o lesado em contacto com os serviços e reencaminhamos a nossa equipa de laboratório de rede para ver onde é que está o ponto de estrangulamento", explicou.

Domingos Paciência discorda que a água esteja a sair com má qualidade ou cor diferente. O que acontece, segundo ele, é que há zonas com problemas de saneamento básico, podendo-se dar o caso de estar a ocorrer isso na zona em causa, ou seja, infiltração na conduta.

"Isto acontece' em muitas zonas onde há problemas de saneamento básico", justificou, para depois fazer saber que já houve a mesma situação no bairro do Catambor, distrito urbano da Maianga.

Defende-se ainda, Domingos Paciência, alegando que para haver intervenção, tem que existir reclamação, o que, entretanto, os moradores alegam terem, bastas vezes, feito.

"Isso requer que alguém reclame para a equipe ir fazer a pesquisa", replicou.

7.12 "Garimpo" afecta fornecimento de água

Jornal de Angola

29 De Junho de 2014

O presidente do conselho da administração da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL),

Leonidio Ferreira Ceita, afirmou que a irregularidade no fornecimento de água em determinados centros de tratamento e distribuição deve-se ao garimpo a partir das condutas.

Leonildo Ferreira Ceita considerou, em declarações à Angop, a situação preocupante, apesar de haver, em colaboração com a Polícia Nacional, operações destinadas a desencorajar o garimpo de água.

"Vamos intensificar a nossa acção, porque há pessoas que impedem a maior parte da população de ser abastecida com regularidade", sublinhou. Essas pessoas devem ser detidas e punidas pelas autoridades, através de julgamentos exemplares, com penas pesadas. Do ponto de vista de Leonidio Ceita, não se pode permitir que meia dúzia de cidadãos vá enriquecendo a vender água ilegalmente, em detrimento da maioria que é prejudicada.

A empresa melhorou, nos últimos tempos, os serviços de atendimento no piquete, contando com a eficácia da área de informática da instituição, para que as reclamações cheguem a todos os níveis de decisão. Acusou, ainda, as empresas de recolha de lixo, construção civil e as que lançam os cabos de fibra óptica ao longo das vias e passeios como os principais responsáveis pelos danos nas condutas, quanto efectuam os seus trabalhos. Além disso, responsabilizou os indivíduos que contratam empresas não idóneas para fazerem ligações domiciliárias sem a qualidade exigida, causando rupturas na via pública.

Para evitar estas situações, foi adaptado um sistema em que as ligações vão ser feitas apenas por empresas especializadas e indicadas pela EPAL.

Cerca de 350 mil novas ligações domiciliárias, das 700 mil previstas no âmbito do projecto "Água para Todos", foram feitas nos últimos dois anos, em bairros suburbanos de Luanda, devido a várias contrariedades.

"Infelizmente os constrangimentos não estão relacionados com a falta de água, porque em certos locais onde a conduta deve passar existem casas e

outros empreendimentos, o que dificulta o normal percurso do projecto", justificou.

Esclareceu que as demolições das infra-estruturas existentes no traçado não são da responsabilidade da EPAL e muitas residências já têm ligações e contadores, mas a água ainda não começou a jorrar.

7.13 Ondjiva tem novo método de recolha do lixo

Jornal de Angola

20 De Junho de 2014

Texto: Domingos Caluciça

A administração municipal do Cuanhama está a efectuar mudanças nos métodos de recolha do lixo e a construir um aterro sanitário na cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, disse ao Jornal de Angola o administrador local, Gonçalves Namweia.

Nos últimos tempos, notam-se amontoados de lixo em vários pontos dos bairros de Ondjiva, um mal atribuído à fraca capacidade de recolha das empresas responsáveis pela actividade face ao rápido crescimento populacional.

Faltam contentores nas zonas habitacionais de maior produção de lixo, com realce para os bairros Kaxila, Naipalala, Kafitu e Castilhos, o que obriga os moradores a depositarem os resíduos no chão.

O administrador municipal afirmou que à medida que a cidade cresce, aumenta a produção dos resíduos sólidos, o que requer mais meios e melhores métodos de recolha do lixo.

"Continuamos a ter duas empresas a trabalhar no saneamento básico com um meio de transporte cada e a outra com dois camiões e um tractor. Não estamos a fazer nada. Temos um défice na manutenção da limpeza da cidade", reconheceu.

Gonçalves Namweia referiu ainda o aumento do número de estabelecimentos comerciais na cidade que produzem muito lixo e depositam-no nos contentores destinados aos resíduos domésticos. Para o responsável municipal, é necessário definir com as empresas a gestão do lixo resultante da sua actividade.

Novos métodos de recolha

Um novo sistema de recolha de resíduos sólidos está a ser introduzido em Ondjiva, com a criação de oito pontos de transferência de lixo, a aquisição de cinco motorizadas de carga de três rodas, bem como a distribuição de sacos de lixo a moradores.

O administrador municipal disse que o novo mecanismo de recolha de lixo vai permitir às famílias carenciadas obterem alguns rendimentos e sensibilizar os moradores para a importância do saneamento do meio.

A estratégia, disse, consiste na distribuição de sacos plásticos a moradores, de preferência idosos e adultos desocupados, que passem a recolher o lixo, a seleccioná-lo e colocá-lo no caminho das motorizadas ou em pontos indicados pela Administração Municipal.

Gonçalves Namweia salientou que nos locais de concentração, a Administração vai recompensar com 50 kwanzas por cada saco de lixo recolhido, o que garante a essas pessoas um pequeno sustento por dia. No total, vão ser criados oito pontos para a recepção dos resíduos provenientes do interior dos bairros, de onde vai ser recolhido por camiões para o aterro sanitário.

O recurso a motorizadas de carga é uma alternativa encontrada para a remoção de lixo nas zonas periféricas de difícil acesso para os camiões. "Nessas zonas, o lixo vai ser recolhido pelos próprios moradores e o saco que cada cidadão carregar vai ter um custo. Outra medida adoptada é usar as motorizadas onde o camião não consegue chegar", disse o administrador do município.

Aterro em conclusão

Um aterro sanitário com grande capacidade está em construção com recursos da província, a 20 quilómetros da cidade, na via que liga ao município do Cuvelai.

O administrador municipal assegurou que a estrutura está em fase de conclusão e deve começar a ser utilizada antes do fim de Julho. Ondjiva produz perto de 95 metros cúbicos de lixo por dia e há muito que clama por um depósito apropriado.

Gonçalves Namweia afirmou haver necessidade de se elevar a capacidade de recolha das operadoras e anunciou, ainda para este ano, a aquisição de pequenos cestos acoplados aos postos de iluminação pública e de contentores de 200 e de 1.100 litros.

Os contentores de 200 litros vão ser distribuídos em pontos de pouca produção de lixo e os de 1.100 nos locais de transferência.

Renomeamento dos bairros

Os bairros da Kaxila, Castilhos e Kafitu I e II, em Ondjiva, vão ser requalificados a partir deste ano, de

modo a adequá-los aos modelos de organização de cidades sustentáveis.

O administrador acrescentou que o plano de reordenamento da cidade já começou com o desalojamento de habitantes de uma zona do bairro Kaxila, defronte à direcção do Instituto Nacional de Estradas, definida pelo Governo Provincial para a edificação da praça dos soberanos.

Os moradores dessa área estão a ser realojados ou a receber terrenos na zona de Omuongo, arredores da cidade, onde foram desmatados e loteados perto de 500 hectares, que recebem agora a construção dos arruamentos.

O administrador esclareceu que as famílias que possuíam casas receberam habitações no projecto social do bairro Onahumba e estão a ser atribuídos terrenos aos que viviam em cubatas de chapa.

Gonçalves Namweia afirmou que a população ocupa terrenos de forma ilegal, constrói sem consultar as autoridades municipais e só depois procura legalizar. Perante este facto, o responsável convidou os interessados em adquirir espaços para a construção a dirigirem-se à Administração Municipal e efectuarem a solicitação. O responsável municipal disse que outro passo dado foi desalojamento das pessoas que tinham ocupado de forma ilegal o terreno defronte ao aeroporto de Ondiva e adiantou que o mesmo se vai fazer com aqueles que ocuparam o espaço que acolhia os sinistrados das inundações, no bairro Kakuluvale, e os que se encontram por detrás do recinto da feira.

A Administração Municipal inclui ainda no seu plano de desalojamento os ocupantes da parte traseira dos edifícios da empresa AAA, no Kakuluvale, onde nasceram vários casebres de chapa.

Nesse espaço vai ser construída uma escola do ensino primário de 26 salas.

No bairro dos Castilhos, abrangido pelo plano de requalificação, vão ser demolidas as casas erguidas junto ao dique de protecção da cidade contra as inundações. A Administração defende a manutenção de uma faixa de 50 metros ao longo do dique livre de habitações.

"Notamos que algumas pessoas voltaram ou alugaram as suas casas nas áreas das inundações. Precisamos de ruas espaçosas, com passeios, iluminação, água, comunicações e tantos outros serviços sociais", justificou o administrador municipal do Cuanbama.

7.14 EPAL promete água para centralidade de Cacuaco a partir da primeira quinzena de Julho

Revista Economia e Mercado
Junho 2014. Ano 16. Nº117

A Empresa Pública de Águas de Luanda, EPAL, promete aos moradores da Centralidade de Cacuaco, água em abundância, a partir da primeira quinzena de Julho, noticiou a Rádio Luanda.

Segundo o presidente da comissão de moradores, Nelson Santos, a garantia foi dada por responsáveis daquela empresa, num encontro realizado recentemente. "Na primeira quinzena de Julho, a situação da água vai ser superada, os moradores todos tomaram conhecimento", afirmou.

A Centralidade de Cacuaco esta a ser abastecida por uma conduta provisória com um reservatório de cerca de 2500 mil litros de água, uma quantidade que se mostra insuficiente.

8. GÉNERO E VIOLENCIA

8.1 Crime organizado em alto nível

Jornal O Continente
06 De Junho de 2014

Onde está a nossa consciência, a integridade moral dos nossos jovens, o amor ao próximo entre nós, filhos deste país, quem falhou e de quem é a culpa?

São estas as questões que a cada dia vemos levantadas, em jeito de lamentação por parte dos cidadãos, homens e mulheres desta pátria, que a cada dia presenciavam assaltos e assaltos à mão armada.

Todos nós um dia já fomos alvo de um assalto ou de tentativa de assalto. Não há alguém que tenha escapado deste mal que se vai transformando em patologia social.

Em cada canto das nossas localidades constatamos crimes de grandes proporções em que jovens se mobilizam para um ataque infernal ao cidadão inocente e indefeso, em muitos casos assaltos efectuados na presença das forças de segurança, que infelizmente muitos destas acabam por não reagir.

Para quê tapar o sol com a peneira, se temos constatado tudo isso?! Todos os dias vemos crescer o índice de delinquência no País, sobretudo, na capital do país/Luanda, (assaltos em bancos, em residências, roubo de viaturas à luz do dia, saque de telemóveis, etc.) são actos que apavoram-nos enquanto cidadãos desta cidade.

A cada dia cresce o índice de delinquência por parte de jovens com uma força produtiva activa, mas, que acaba sendo usada para o assalto.

Quem assalta um semelhante, é alguém que pensa e pensa muito porque acaba mesmo tirando a vida do seu semelhante.

São muitos os cidadãos que morrem por causa da delinquência, se não nos precavermos você e eu, cada um de nós serei a próxima vítima.

Qual tem sido a nossa atitude face a esta realidade, quando nos apercebemos que o nosso filho, vizinho ou parente estão implicados em actos de violência? Temos procurado nos pronunciar, denunciando-os ou temos nos calado?

É tempo de cada um fazer uma reflexão profunda em tomo desta realidade. Agora com a retomada das aulas,

depois do processo censitário, crianças, jovens e adultos redobram as mangas para fazerem o caminho da escola e, muitos destes não são protegidos pela polícia da Brigada Escolar, tendo em conta a localização e morada de cada um destes.

Os assaltos vão se alastrando por toda a cidade. Vemos várias conferências a serem organizadas visando contrapor a delinquência, tanto a nível das organizações públicas e privadas, bem como em associações religiosas e culturais. Há de facto preocupação por parte de alguns organismos sociais, bem como a nível dos dirigentes do País que têm feito tudo para se encontrar soluções. Apesar de várias tentativas no sentido de se opor à delinquência, entendemos que tem de haver mais vontade por da parte dos órgãos de direito. É urgente que a Polícia reaja às ondas de delinquência, que o tribunal trate os assuntos com maior celeridade e veracidade, permitindo que cada cidadão detido cumpra escrupulosamente a pena que lhe for imputada.

Pessoas inocentes morrem injustamente, pais perdem filhos num fechar e abrir de olhos, amigos e familiares perdem ente queridos, tudo por causa de homens que se vêm superiores aos outros, achando que podem tudo.

Infelizmente, neste jogo, os mais desprotegidos são aqueles que não têm apoio das disposições públicas, aqueles que não conhecem um amparo da Polícia Nacional. É comum ouvirmos pessoas a reclamarem da falta de policiamento nos seus bairros, nas escolas e alguns lugares públicos o que indica que a falta de policiamento de proximidade tomou-se num projecto caído.

Gostaríamos que cada mediante lhe fosse dado um tratamento mais severo e contundente com o objectivo de serem chamados à razão. Todos nós temos a responsabilidade de nos juntarmos na luta contra a delinquência que vai ceifando a vida de muitos angolanos.

Angola, de acordo com fontes próximas, a nível de África, encontra-se em nível bastante elevado no que se refere ao índice de actos de delinquência. Se o governo não colocar as mãos com mais urgência nunca teremos este problema resolvido. Ainda que se realizem actividades aqui, ali ou acolá é necessário que os pronunciamentos da parte ' do Executivo, a respeito da onda de delinquência, sejam seguidas com medidas concretas.

Um dos casos mais recentes foi o assalto ao banco Millennium no município de Viana, na zona do Calemba 2, onde os assaltantes molestaram funcionários e clientes, onde estava a Polícia, que

Polícia de proximidade temos? Só para citar este caso. Portanto, deve existir maior responsabilidade na contenção da violência. Claro que ninguém gostaria de ver o seu filho ou parente envolvido com a delinquência. Para se reverter todos temos de participar, denunciando!

8.2 Crimes cilindram autoridades da capital

Jornal Manchete

06 De Junho de 2014

Há menos de duas semanas deixamos aqui um recado à Polícia Nacional no sentido de redobrar esforços para o estancar da criminalidade que "se desfila" em Luanda, a capital do país, o espelho da Nação. Infelizmente, "ouvidos de mercador" foram a tônica principal do comportamento policial face a tais "avisos à navegação" que quase nada fez para assegurar tranquilidade às ruas da cidade.

Esperamos que as orientações baixadas, nesta última quarta-feira, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos no sentido de se adoptarem medidas pertinentes visando garantir a segurança e a integridade dos cidadãos e dos respectivos bens, assim como a manutenção da ordem pública, sejam implementadas o mais rapidamente possível. Pensamos ser imperioso que as estruturas policiais repensem os métodos utilizados na prevenção, investigação e combate a todos os actos de perigosidade tendentes a promover intranquilidade na vida pública, começando por analisar os diversos factores subjacentes a saga da criminalidade.

Como diz um célebre criminalista a sociedade tem os criminosos que ela cria. Se na antiguidade pensava-se que o criminoso já nascia com a marca da criminalidade e que à delinquência era o seu único destino, que teria características que os levaria a ser um criminoso em potencial. Todavia, com inúmeros estudos, verificou-se que factores sociais contribuem na trajetória da vida de um indivíduo, colaborando para a inserção ou não no mundo da criminalidade.

Quando emergem as crises económicas e as discrepâncias sociais, logo, a criminalidade é decisivamente instigada: a Pobreza, a miséria, a fome e a desnutrição, o analfabetismo, a falta de habitação, o desemprego e o sub emprego, constituem factores que podem fomentar ainda mais decisivamente a criminalidade no país.

É a Polícia que cabe realizar estudos tendentes a estancar a criminalidade, dotando o Executivo de instrumentos diversos para fazer frente a insegurança

que no nosso seio se alastra. E por favor, evitemos fazer pronunciamentos que indiciem um Estado de Sítio ou de Emergência. Não pode o Exército (FAA) pensar desempenhar um perfil e um papel para o qual não está constitucionalmente vocacionado, como sendo o combate a criminalidade, o combate as zungueiras ou a venda ilegal de terrenos.

O Estado deve trabalhar para eliminar as assimetrias sociais, erradicando a pobreza com uma melhor distribuição dos rendimentos das riquezas nacionais.

8.3 Crimes em Luanda chamam atenção do PR

Jornal a Manchete

06 De Junho de 2014

O Presidente da República deu orientações no sentido de se adoptarem medidas pertinentes visando garantir a segurança, a integridade dos cidadãos e dos respectivos bens, assim como a manutenção da ordem pública. Na reunião, participaram, o Vice-Presidente da República, os ministros de Estado da Casa Civil e da Casa de Segurança do Presidente da República, os ministros da Defesa e do Interior, o chefe dos Serviços de Inteligência, o chefe do Estado Maior General das FAA e o comandante-geral da Polícia Nacional.

De recordar que nos últimos tempos, a capital do país tem sido teatro de violentos crimes onde muitas pessoas têm perdido a vida ou sendo despojados dos seus haveres. Exemplo mais do que flagrante foi o assassinato do General Mucongo e o assalto a uma dependência do banco Millenium em Viana, na semana finda, onde os meliantes que continuam a monte, depois de terem "surripiado" avultadas somas em dinheiro, dispararam contra os presentes, ferido gravemente quatro pessoas, entre as quais o gerente, que ainda se encontra sobre cuidados médicos.

Agentes da polícia matam jovem inocentes

As ocorrências da criminalidade na cidade de Luanda, "facturaram" mais três mortos, na última quarta-feira. «Quando Seis indivíduos à paisana, identificados como efectivos do Grupo Operativo da 32a Esquadra da Polícia Nacional, do distrito do Kilamba Kixi, assassinaram três jovens indefesos que se encontravam no interior de uma viatura estacionada no Bairro do Golf 11, na capital.

De acordo com testemunhas oculares, a viatura Hyundai, em que seguiam os jovens, estacionou junto a uma cantina, na Rua 9 do Bairro 28 de Agosto, e um quarto jovem saiu para comprar refrigerantes. Os supostos agentes, que se faziam transportar numa

viatura Toyota Hiace sem matrícula, bloquearam o Hyundai, desceram da viatura e desferiram vários disparos contra os três jovens.

Os ocupantes dos assentos de frente do Hyundai tiveram morte imediata

Manuel Samuel Tiago Contreiras, de 26 anos, que se encontrava no assento traseiro, foi atingido no pé. Desceu da viatura e, segundo as testemunhas, implorou aos executores que poupassem a sua vida porque teria pedido apenas uma boleia até à estrada principal, onde deveria apanhar um táxi até Viana, e dali, o transporte para a sua terra natal, na província de Malanje. "O assassino olhou-o apenas. O motorista do Hiace desceu da viatura e com a AK atingiu o meu irmão no abdómen e deu-lhe outro tiro na cabeça", lamenta Samuel Tiago Contreiras, irmão do malogrado.

Por sua vez, o irmão mais velho, Tiago Manuel Contreiras, em casa de quem o malogrado pernoitara e com quem tinha tomado o pequeno-almoço logo pela manhã, é primeiro subchefe do Posto Policial da Fubu, no município de Belas.

Depois dos assassinatos, Tiago Manuel Contreiras foi chamado pelo oficial Beto Kinjila, chefe da Linha Operativa do Kilamba Kiaxi, que dispõe de um gabinete no referido posto.

"O chefe Beto informou-me de que o grupo operativo, comandado pelo Toledo, tinha abatido três marginais no Golf e ordenou-me para ir com uma patrulha fazer a remoção dos corpos. Eu disse que aquela zona era da I responsabilidade da Unidade do Kilamba Kiaxi e saí para cuidar de outra 1 missão", conta o subchefe Tiago Manuel Contreiras.

Vários minutos depois, alguns familiares, não tendo conseguido telefonar-lhe, apareceram no posto, para o informar do sucedido.

"Só então me apercebi de que os meus colegas mataram o meu irmão. Fui perguntar ao senhor Beto Kinjila sobre quem matou aqueles três marginais. Nessa altura, ele (Beto Kinjila) já sabia que os seus homens tinham matado o meu irmão. Então, ele disse-me que eu estava a acusá-lo e faria uma informação a pedir a minha demissão e expulsão da polícia", conta Tiago Contreiras.

"Eu conheço bem o Toledo. Sabia que ele ia ao volante do Hiace. E todos os outros elementos, depois disso, vieram à ao Posto. São colegas. Só não sabia que tinham assassinado o meu irmão", prossegue.

O subchefe explicou ainda ter-se dirigido ao piquete da 32a Esquadra para pedir a pasta do seu falecido irmão, com a sua roupa e documentos.

"A comandante, a sub inspectora Maria Helena, já sabia do sucedido, deu-me os pêsames e começou logo a mentir, dizendo que os jovens tinha sido mortos por motociclistas, para encobrir o crime", afirmou. Tiago Contreiras lembrou à comandante a inexistência da pena de morte em Angola, para manifestar o seu mais vivo repúdio aos assassinatos.

Samuel Contreiras refere que o irmão se encontrava em Luanda desde Janeiro passado, para prosseguir os seus estudos superiores, no Instituto Superior Politécnica de Luanda, tendo deixado a esposa e dois filhos menores em Malanje. Tinha decidido regressar por dois dias, para visitar a família e tratar de documentos.

Ao sair de casa do irmão, que é da Polícia Nacional, Manuel Contreiras reencontrou uma amiga da sua infância em Malange, que os familiares identificaram apenas como "Smith". Após breves cumprimentos, segundo Samuel, pediu boleia até à estrada principal, a partir da qual apanharia o táxi para a paragem das viaturas que fazem transporte de passageiros para Malanje, em Viana. "Nós somos uma família religiosa. O falecido terminou os seus estudos ia médios no Instituto de Ciências Religiosas em Malanje, no ano passado, e por falta de universidade na província veio estudar Psicologia de Infância e era membro do coro da Sé Catedral de Malanje", conta Samuel.

8.4 Criminalidade inquieta PR

Novo Jornal

06 De Junho de 2014

AGASTADO com o elevado índice de criminalidade violenta que se tem registado na província de Luanda, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou, na quarta-feira que sejam implementadas "medidas pertinentes" para combater este mal.

A orientação foi transmitida pelo PR durante uma reunião de trabalho, realizada no Palácio Presidencial, para analisar a criminalidade violenta na capital, na qual participaram os ministros de Estado da Casa Civil do PR, Edeltrudes da Costa, da Casa de Segurança do PR, Manuel Hélder Vieira Dias, da Defesa, João Lourenço, e do Interior, Ângelo de Veiga Tavares.

Estiveram presente também o chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado, Eduardo Filomeno, o chefe do Estado Maior General das FAA, Geraldo Sachipengo Nunda, e o Comanda Geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos.

A iniciativa, segundo nota da Casa Civil do PR, visou "garantir a segurança e integridade dos cidadãos e seus bens, além da manutenção da ordem pública".

Diante de tal informação, o NJ foi à rua ouvir os munícipes que são os principais visados pela crescente "onda" de delinquência.

Muitos cidadãos, como Manuel da Silva, não tinham conhecimento da reunião realizada pelo Presidente da República, mas após serem informados emitiram a sua opinião.

"Essa medida ou intenção não vai fazer diferença nenhuma. O que o Presidente tinha de fazer primeiro era criar condições. Há bairros que não têm energia eléctrica e não têm estradas. Como é que a polícia vai actuar numa zona que não tem iluminação? Aqui tomam medidas à toa, as pessoas estão sempre a bater na polícia, mas o problema não está na polícia, este é um problema do Estado. Enquanto não iluminarem os bairros, a delinquência não irá diminuir", disse o jovem.

Manuel Silva reside no bairro Capalanga, em Viana, e contou que durante os quatro anos em que ali habita nunca teve energia da rede pública. A pouca iluminação que se verifica no bairro é proveniente de Postos de Transformação (PT's) privados e de geradores.

ESTADO DE SÍTIO?

Disse ainda que o recente aumento de criminalidade na zona de Luanda não deverá ser alheio à libertação pela Procuradoria, nos últimos meses, de cerca de 150 detidos em prisão preventiva que se encontravam espalhados pela Cadeia Central de Luanda e pela Cadeia de Viana.

"As pessoas não têm coragem de assumir o que está a acontecer. Então, a Procuradoria solta presos altamente perigosos. Como é que querem diminuir o crime? Os tribunais aqui não funcionam, os juízes estão sempre de férias, é de mais. Esta orientação do Presidente não vai dar em nada. Ele sabe onde é que está o problema". Santos Justino, morador do bairro do Paraíso, é de opinião que o ministro da Justiça e o procurador da República tinham de participar no encontro, porque a maior parte dos problemas parte das instituições que eles dirigem.

"Há falta de seriedade por parte da Procuradoria e do Ministério da Justiça e sempre as culpas são jogadas para o Ministério do Interior. O Presidente tinha que saber o que é o Ministério da Justiça e o que se passa com os tribunais, porque é que não funcionam e porque é que a Procuradoria solta os presos. É muito

triste tudo isso que está a acontecer e, claro, é sempre o filho do pobre a pagar", disse.

"Este é um bairro às escuras, por isso, a polícia não fará nada aqui", lamentou Cláudio da Gama, ao referir-se ao bairro Boa-Fé, onde vive há já sete anos.

Cláudio Gama assegurou ainda que a criminalidade naquela parcela do município de Viana agrava-se a cada dia, caminhando para "um verdadeiro Estado de sítio, caso não haja intervenção das autoridades".

SALVOS PELA ILUMINAÇÃO

OS moradores dos bairros "Zangas" disseram sentir-se abençoados pelo abastecimento de energia da rede pública, facto que diminui as possibilidades dos meliantes executarem as suas acções.

"Por acaso, aqui a energia raramente falha, mas ainda assim, têm ocorrido alguns assaltos, por isso, penso que a colocação de esquadras mais próximas dos locais de residência e um policiamento regular nos bairros poderá ser um bom começo", frisou Telmo da Conceição, habitante do Zango 1.

No bairro Paraíso, município de Cacuaco, localidade onde foram mortos três agentes da Polícia Nacional em Junho de 2013, conversámos com Adad, de 20 anos, que disse já ter sido assaltado duas vezes este ano.

"Nas duas vezes, os bandidos estavam armados. A primeira vez eram por aí 19H00 e na segunda acho que já eram 21H00. Aqui, raramente temos energia eléctrica", narrou.

A criminalidade também é preocupante no bairro Sapú, município de Belas. Marinela Malundo, psicóloga, residente na localidade, garantiu "para resolver este problema tem de haver mais campanhas de sensibilização contra a criminalidade, criação de centros de formação e oportunidades de empregos para a juventude, pois são estes que maioritariamente praticam actos de delinquência".

A iluminação precária nos bairros Pedreira, Caop Velha, no município de Cacuaco, tal como no São Pedro da Barra, Sambizanga, e ainda o Malueka, no Cazenga, é apontada como a principal causa da criminalidade alta e brutal que ali acontece.

A recente nomeação do general Simão Wala para comandar a região militar de Luanda não deve ser alheia a esta preocupação. Wala já disse publicamente que vai estabelecer contactos para incrementar a cooperação, em particular com a polícia, para combater e diminuir os

índices de delinquência em Luanda.

O aumento da criminalidade levou já algumas instituições ligadas à sociedade civil a alertar para os perigos com a segurança, recordando recentes assaltos violentos ocorridos nas duas últimas semanas na capital.

8.5 Marginais cercam bairros da comuna do Kicolo

Jornal Manchete

06 De Junho de 2014

Texto: Albino Sampaio

A delinquência na comuna do Kicolo, mais concretamente, nos bairros de Kawelele, Compão, Boa Esperança, Cimangola e Malueca, no município de Cacuaco, continua a tirar o sono aos moradores das referidas zonas.

Os mesmos solicitam a intervenção urgente das autoridades policiais, no sentido de inverter esse quadro. De acordo com os moradores, os marginais têm actuado com recurso a armas de fogo sendo os crimes mais praticados, os assaltos a residências, a estabelecimentos comerciais, a prática de violações sexuais, entre outros delitos.

Apesar das denúncias feitas junto as autoridades policiais sobre tais ocorrências, pouco ou nada tem sido feito. Rafael Manuel Panzo, residente no bairro Malueca mostrou-se insatisfeito devido a ausência de patrulhamento naquela zona.

"Não há dia que não ocorre um assalto nas casas do bairro. Muitas vezes telefonamos à polícia. Só que algumas vezes aparecem e noutras vezes não, mas nunca chegaram a apanhar os bandidos, porque chegam sempre atrasados", contou Rafael Panzo.

Já no bairro Kawelele, o morador, há mais de 20 anos, Xavier Miguel apontou igualmente a falta de patrulhamento policial como estando na base do elevado índice de delinquência no seu bairro. Segundo o mesmo, a situação é agravada pela falta de energia eléctrica, o que tem facilitado os amigos do alheio nas suas práticas durante a calada da noite.

O interlocutor diz que, os marginais são jovens com idades compreendidas entre os 14 aos 30 anos. "Os marginais, ao roubarem os haveres alheios, são capazes de matar as vítimas caso elas reajam ao assalto". Manuel Armindo, residente no bairro Campão há mais de 20 anos, garante que o nível de criminalidade no seu bairro subiu vertiginosamente:

"Os bandidos já nem olham para as horas, e nem querem saber se estão a praticar os seus crimes de dia ou de noite", desabafou, apelando encarecidamente às autoridades policiais, a intervirem de forma a conter tal onda de assaltos.

O Porta-voz da Polícia Nacional, inspector-chefe, Mateus Rodrigues, quando reagia sobre o índice de criminalidade que se faz sentir nos últimos dias nos bairros da capital, admitiu que a estatística da corporação em Luanda comparativamente ao ano de 2013, em algumas regiões, diminuiu consideravelmente. Mateus Rodrigues reconheceu que, os municípios de Cacuaco, Viana e o distrito da Samba, apresentam o maior índice de criminalidade. "A Polícia Nacional promete tomar medidas urgentes", segundo fez saber aquela alta patente, adiantando dispor de todos os meios no sentido de dar resposta a todos aqueles indivíduos que perturbam a ordem pública.

8.6 Criminalidade aumente e aumentará enquanto se olhar só para a repressão

Jornal Folha 8

07 De Junho de 2014

O Presidente da República deu instruções às forças policiais para adoptarem medidas de segurança e manutenção de ordem pública na cidade de Luanda, confrontada com situações de criminalidade violenta.

A posição foi transmitida através de um comunicado da Casa Civil de José Eduardo dos Santos, que se reuniu em Luanda com vários ministros e representantes das forças de segurança e militares "com vista a analisar a criminalidade violenta na cidade de Luanda".

"Tendo dado orientações no sentido de se adoptarem medidas preventivas visando garantir a segurança dos cidadãos e dos seus bens, e manutenção da ordem pública", acrescenta o comunicado.

A mesma nota oficial acrescenta que nesta "reunião de trabalho" para abordar a criminalidade violenta na capital, que teve lugar no palácio presidencial, participaram o Vice-Presidente da República, os ministros de Estado da Casa Civil e da Casa de Segurança do Presidente da República.

Na mesma reunião com José Eduardo dos Santos marcaram presença ainda os ministros da Defesa e do Interior, o chefe dos serviços secretos (SINSE), o chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

Angolanas e o comandante-geral da Polícia Nacional de Angola.

Na verdade tem havido um aumento substancial de crimes que vão dos assaltos à mão armada, roubo de viaturas, passando pelo tráfico de drogas e de seres humanos e assassinatos.

A vila de Viana, Kikuxi, via Expressa, bairro dos Mulenvos, arredores do mercado do Roque Santeiro (no Panguila), Ilha de Luanda, rua Ngola Kilwanji, bairros Uíge e Balumuka constituem os locais preferidos para a acção dos criminosos na capital que, apesar de a cidade ter um elevado número de agentes de segurança, actual quase como se fosse tudo deles.

Os especialistas salientam que a criminalidade aumentou e tenderá a crescer devido, dizem, à degradação social e económica na capital. Muita dela terá a ver com questões de sobrevivência que, por sua vez, têm origem na falta de empregos.

Entretanto, o comando de Luanda da Polícia Nacional aponta como um dos principais factores de combate a criminalidade a participação comunitária, no âmbito

do policiamento de proximidade.

Esta tese é defendida pelo director do departamento de estudos e planeamento do Comando Provincial da Polícia Nacional, superintendente chefe Pedro Januário: "Nós temos na comunidade um grande seguimento, para a prevenção e a repressão da criminalidade independentemente dos nossos mecanismos íntimos".

O oficial superior da corporação aponta como parceiros fundamentais para combater o fenómeno da criminalidade, como a família, escola, igrejas, autoridades tradicionais, organizações não-governamentais, órgãos de comunicação social, entre outros organismos.

A par disto, salientou a eficácia e efectividade do poder judiciário na ressocialização dos criminosos, porque "não adianta quando elemento é posto em liberdade sem ser ocupado em acções sociais".

A situação actual, nomeadamente o aviso e as consequentes ordens do Presidente da República, desmentem o optimismo que, há cerca de nove meses, era apresentado pelo ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, quando afirmou no distrito urbano do Rangel, que os crimes de natureza diversa diminuíram em Luanda devido à pronta intervenção das forças de ordem pública.

O governante, que fez estas declarações no acto de entrega de meios ao Comando Provincial de Luanda,

disse que nos últimos meses se registara uma redução acentuada de crimes numa cifra de 15 para dez crimes, com realce para ofensas corporais, roubos e furtos.

"A Polícia Nacional ainda carece de meios humanos e de mais meios operacionais, por isto estão a ser enquadrados novos efectivos para garantir a segurança e tranquilidades das populações", sublinhava Ângelo da Veiga Tavares.

Na ocasião foram entregues ao Comando de Luanda, 35 viaturas de patrulhamento, duas ambulâncias, duas motos de combate a incêndios, bem como nove viaturas de apoio aos comandantes de unidades.

As determinações presidenciais são, neste âmbito, uma forma de tapar o sol com uma peneira, pois não vão à raiz do problema, sendo que estas radicam na falta de políticas profiláticas. O crescimento urbano desordenado, a falta de emprego e a falta de credibilidade da polícia são algumas das razões apontadas por especialistas para o aumento da criminalidade em Luanda.

O que, aparentemente, começa a preocupar a sociedade angolana é a forma selectiva como, em muitos casos, os alvos são escolhidos pelos delinquentes.

Esta estratégia criminosa faz temer que muita da marginalidade seja já bem organizada e até enquadrada por "especialistas".

O psicólogo Carlinhos Zassala, por exemplo, atribui o fenómeno ao crescimento desordenado dos bairros pobres de Luanda, ao uso excessivo de bebidas alcoólicas e à falta de emprego para a juventude: "Enquanto tivermos bairros sem ruas, casas sem numeração e sem luz eléctrica e falta de emprego, a cidade de Luanda tem todas as condições para o aumento da criminalidade".

Como sugestão para diminuir a actividade delituosa, diz que o Governo deve melhorar as políticas sociais no meio rural que, desde logo, permitam a saída voluntária dos cidadãos da capital para se fixarem nas províncias.

"É um fenómeno quase "sui generis" bandidos a matar polícias. É preciso que se apurem as causas e consequências rapidamente por questão de credibilidade da Polícia Nacional", defende o sociólogo João Lukombo Zatzuzola.

A nível da criminalidade de rua, a exclusão social é um factor que potencia o seu aumento. Quando o indivíduo não tem condições de satisfazer as suas necessidades, tende a enveredar por caminhos ínvios, que tendencialmente o levarão a desvios de conduta.

Esta criminalidade seria facilmente combatida através da criação de mais postos de trabalho, da desburocratização do sistema fomentador de investimentos no sector produtivo e de prestação de serviços (constituição de empresas), e o incremento do emprego juvenil.

8.7 Criminalidade em Luanda. Operação Kutukukuca leva 100 criminosos à cadeia

Jornal Agora

13 De Junho de 2014

Texto: Ana Margoso

A Polícia Nacional (PN) esclareceu ontem, em Luanda, o rapto de João António, de 27 anos, que estava desaparecido desde 27 de Abril, e cujo corpo foi encontrado nas praias do Futungo de Belas, em Luanda.

Mateus Rodrigues, porta-voz do Comando Provincial de Luanda disse à imprensa que "tudo aconteceu, quando a vítima que se dedicava à venda de viaturas, foi abordado por uma jovem depois de ter saído de uma dependência bancária na Nova Marginal".

"Na conversa com a jovem, que pediu boleia, esta disse que estava acompanhada de um primo, ele aceitou e subiram os dois, isso por volta das 14 horas. Depois de algum tempo, o suposto primo apontou uma arma à vítima e a jovem tomou conta do volante", contou.

Sequestrado, depois de muitas voltas pela cidade, e de terem usado o seu cartão de crédito, isso por volta das 19 horas, obrigaram-no a assinar uma declaração de compra e venda da viatura.

Mateus Rodrigues adiantou ainda, que, os meliantes chegaram a contactar um cúmplice, por telemóvel, conhecido por Mingão, que foi o mandante do crime. João António foi executado com disparos de arma de fogo, para que não tivesse hipótese de identificar os seus raptos.

A PN explicou que, a execução foi feita na praia da Rua 11 entre as zonas do Futungo e Benfica, no município de Belas, tendo o corpo, ainda com vida, sido atirado para mar onde acabou afogado.

"O cadáver foi recolhido no dia 23 do mesmo mês pelos bombeiros", explicou.

O responsável da corporação provincial adiantou ainda à imprensa, que o carro da vítima "foi encontrado no dia sete deste mês, nas imediações do

Cine Tivoli, na comuna da Quinanga, distrito urbano da Ingombota".

Pelos vestígios encontrados na viatura, segundo Mateus de Brito, "a Polícia de Investigação Criminal conseguiu deter um dos sequestradores, tendo indicado a jovem, e diligências estão a ser feitas para a captura do terceiro envolvido apenas conhecido por Mingão", disse o agente da PN, citado pela Angop.

OPERAÇÃO KIJT1JKUKUCA EM MARCHA.

A operação que teve início no final de semana, prosseguirá em outros municípios, tendo a PN, detido mais de 100 meliantes nos municípios da Samba e Viana, segundo disse à imprensa, Mateus Rodrigues, inspector.

A operação do comando de Luanda da Polícia Nacional visa garantir maior segurança aos municípios, e levar a cabo outros pendentes.

"Este tipo de operação vai se estender para todos municípios e distritos da província, visando melhorar a segurança da população e promover maior interacção entre a polícia e o cidadão, recolha de delinquentes e cumprimento de mandatos de captura", disse o agente da

corporação.

Tanto em Viana, como na Samba, segundo dados disponibilizado à imprensa pela PN, foram detidos indivíduos "altamente perigosos", envolvidos em assaltos, roubos, homicídios voluntários, violações sexuais, posse ilegal de armas de fogo e uso e consumo de drogas. Foram, também apreendidas, armas de fogo, viaturas e motorizadas roubadas e utilizadas durante os assaltos. "A Polícia não vai dar tréguas aos criminosos que tiram o sono às nossas populações e pedimos a máxima colaboração das comunidades", apelou o agente.

Mateus Rodrigues avança que, com a implementação deste projecto, que se adequa à realidade de Luanda, "os níveis de criminalidade poderão baixar consideravelmente", atirou.

O quadro da PN apelou ainda às demais estruturas a nível da província a se envolverem no combate à criminalidade com programas de educação cívica e campanhas de sensibilização contra a violência.

Polícia desmente soltura de meliantes.

Em comunicado divulgado à imprensa, a Polícia Nacional desmente a soltura de um número, elevado de meliantes, e informa na sua nota, que mensagens com dados falsos sobre a criminalidade em Luanda,

estão a ser divulgados em línguas estrangeiras em algumas empresas, e embaixadas sedeadas em Luanda.

O Agora soube de fontes seguras, que algumas embaixadas têm feito chegar aos seus cidadãos residentes em Luanda, mensagens com dados sobre a criminalidade em Luanda, chegando mesmo a aconselhar estes a não saírem à noite, e a evitarem determinadas zonas da cidade.

Sobre este assunto, a polícia apelou, no comunicado divulgado no início da semana aos cidadãos a manterem a serenidade, e a estarem vigilantes. "A Polícia apela a todos cidadãos a serenidade, vigilância e colaboração, bem como denunciarem os malfeitores e todos aqueles que contribuem para a criação de um clima de insegurança", pode ler-se no sítio da internet do Comando Geral da Polícia Nacional.

A nota da polícia dá ainda a conhecer, relativamente aos assaltos praticados nas dependências bancárias que os órgãos de justiça estão a trabalhar em conjunto, para garantir a "segurança dos cidadãos".

"Nos últimos dias, registaram-se em Luanda, alguns crimes graves que tiveram como alvo preferencial agências bancárias que, lamentavelmente, causaram a morte e o ferimento de alguns cidadãos", diz o documento.

Por outro lado, o ministro do Interior Ângelo Veiga Tavares, disse durante a tomada de posse e promoção de Oficiais Comissários da Polícia Nacional, que decorreu esta semana, em Luanda, que o órgão que dirige dará uma "resposta firme e contundente a quem, de arma na mão, alterar a ordem pública ou cometer crimes contra pacatos cidadãos".

O Ministro do Interior realçou que, "a onda de crimes violentos a que se assiste haja algum tempo merece a preocupação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que abordou o assunto com vários intervenientes no sistema de segurança dando orientações para a adopção de medidas com vista a pôr cobro a esse mal".

No acto de empossamento de altas patentes da PN, Tavares, acusou algumas pessoas de se aproveitarem das redes sociais para lançarem o pânico sobre a população.

"A promoção de oficiais é realizado numa altura em que se registaram, há poucos dias, crimes cometidos com violência gratuita, que ceifaram vidas e foram aproveitados por pessoas de má-fé, que recorreram às redes sociais e procuram lançar a confusão, intranquilidade, reportando, inclusive, em língua estrangeira, ocorrências que não tiveram lugar para

atirar ainda mais algum sentimento de insegurança", disse a patente superior da PN.

Quadros para a reforma

Já no âmbito das recentes declarações do Comandante Geral da Polícia Nacional, da necessidade da Polícia Nacional renovar os seus efectivos, Ângelo da Veiga Tavares patenteou um grupo de oficiais superiores da Polícia, para o posto máximo, de comissário-chefe.

Nomes como de Oliveira Santos, Carlos Salgueiro, Emanuel Bento Soito, Madalena Gamboa e Francisco Pestana constam das primeiras patentes superiores da corporação, que poderão, brevemente passar para a reforma.

Recentemente, em uma conferência de imprensa, Ambrósio de Lemos comandante da PN, defendeu a necessidade da corporação a que pertence rejuvenescer os seus quadros, reformando os mais velhos, e integrando sangue novo, "com novos efectivos e desmobilizados das Forças Armadas".

"Por causa da idade que muitos têm, e porque há a necessidade de se renovar a PN, os nossos mais velhos, já ajudaram muito esse país, têm todo o direito de descansar", disse uma fonte afecta ao CGPN ao Agora.

8.8 Kutululuka em Cacuaco

Jornal a Capital

21 De Junho de 2014

Nesta que foi a terceira de um conjunto de operações policiais realizadas, nas últimas semanas, nos municípios de Luanda (as primeiras foram em Viana e no Belas), o destaque recaiu para o desmantelamento de grupos bastantes conhecidos na circunscrição. 'Os Sicroma' e os 'OS Piratas', considerados altamente perigosos, actuavam nos mais variados bairros de Cacuaco, estando, agora, os seus integrantes a contas com a justiça.

No decurso da operação, foi ainda possível a detenção de mais de 50 elementos implicados em vários crimes. Nota de realce foi, pois, a detenção dos autores do massacre que vitimou duas pessoas num posto de abastecimento de combustíveis da empresa Pumangol, localizado naquele município, António Mário, ou simplesmente Savimbi, como se auto-denomina, tem 22 anos, Assume-se como o líder do grupo marginal 'Os Sicroma', composto por 18 elementos que actuam na área do Iba e das Condutas,

Ele é, na verdade, um reincidente em matéria criminal. Com apenas três meses em liberdade, depois de dois

anos de reclusão, o jovem voltou a fazer das suas e caiu, por isso, outra vez nas malhas da lei.

Ao semanário A Capital, ele contou as causas da sua detenção, revelando pormenores sobre como tem actuado nos mais variados crimes de que participa.

"Estava a andar com uma arma, mas também Sou acusado do roubo de uma motorizada", contou, assumindo o crime de posse ilegal de arma de fogo, mas rejeitando a autoria do roubo da motorizada. A arma, disse, não era sua. Disse que pertencia a um amigo, que soube identificá-lo apenas pela alcunha Preto, "mas ele está em fuga", acrescentou, assumindo que não raras vezes, essa dupla Savimbi e Preto protagonizou assaltos no município.

E o seu palmarés criminal não desmente. "Estava preso desde 2012 e saí no dia 20 de Fevereiro deste ano", contou, a propósito de ser contumaz em termos de criminalidade. Em Cacucaco, segundo revelou, disse actuar preferencialmente na área do lba, das Condutas, ressaltando não ter uma hora definida para actuar. "Em qualquer período do dia", afirmou. "Mas nesse dia que tentamos assaltar essa motorizada cáimos numa emboscada da Polícia, porque eles estavam a rondar aquela área de dia e fomos capturados", para o seu espanto, um outro integrante do seu grupo, que actua numa área distinta também caiu nas redes da Polícia, "Depois de me prenderem e os outros jovens com que eu estava, encontrei-o aqui", disse, referindo-se ao Manavó, apanhado na mesma operação em flagrante delito. "Assim, somos duas pessoas do nosso grupo que estão presas", referiu Savimbi.

Um ladrão chamado R-Kelly

Com nome de cantor norte-americano, Mendes Baptista, 22 anos, é um outro jovem que carrega o rótulo de delinquente altamente perigoso. Adoptou, para si, o nome de R-Kelly, em homenagem ao famoso cantor americano. No entanto, as suas acções vão longe ao perfil desta super estrela. Mendes, em Angola, é estrela num grupo de criminosos conhecido como 'Os Piratas', composto por três dezenas de jovens com idades entre os 17 e 23 anos.

Nos bairros Balumuka, dos Tubos e Boa Esperança, em que actuam, Mendes e comparsas são vistos como um autêntico terror, tal como ele próprio confirma. Disse estar, agora, sob custódia policial na sequência de um assalto com arma de fogo que, infelizmente para ele, mas felizmente para a vítima, foi mal sucedido.

Em posse de uma metralhadora do tipo AKM, com o cano cerrado, Mendes, em companhia de comparsas identificados como Watará, Nené Diabo e Amizade decidiram assaltar uma residência no bairro. Boa

Esperança, concretamente na zona do Balumuka. Antes já tinham roubado uma motorizada. "E estávamos prestes a assaltar uma residência", quando foram apanhados pelas forças policiais.

"A arma pertence ao Nené Diabo e era ele quem estava com a mesma", disse, para depois acrescentar que não sabe onde o comparsa a adquiriu ou a encontrou. "Sei apenas que ele trouxe ao grupo para os assaltos", sublinhou.

Embora pratiquem as suas acções agredidos e os ameaçam com arma.

Mas nunca matamos", rejeitou. Se os dias que antecederam a sua detenção eram de glória, o mesmo não se pode dizer do domingo passado quando foi detido. "O nosso plano era assaltar uma casa, então, estávamos a beber ali próximo e a espera da melhor hora para o fazer. Só que, durante o assalto, os que estavam com a arma fizeram disparos e isso despertou a Polícia. Todos fugiram e eu fui detido".

"É composto por cerca de 30 elementos e, hoje, alguns fazem assaltos, outros andam por ali foragidos e alguns estão presos", sustentou.

Quando são procurados pela Polícia, explicou o jovem, saem da Boa Esperança e refugiam-se no bairro dos Pescadores. "Ali ficamos durante algumas semanas e a solução é vender ou a escamar peixe nas chatas para conseguir algum dinheiro. Mas como é pouco, não ficamos muito tempo e voltamos novamente aos assaltos na via pública ou nas casas", elucidou com recurso a arma de fogo, Mendes diz nunca ter presenciado um assassinato praticado pelos seus amigos. No entanto, disse não estar seguro do que "acontece nos assaltos em que eu não participo".

E como os demais membros do grupo, Mendes, o R-Kelly angolano é contumaz, conforme o currículo descrito pelo próprio. "Já estive preso e fui condenado por cinco anos e nove meses. A motorizada roubada foi vendida fora de Luanda, pelos meus amigos. Nem sempre vendemos aqui porque lá temos sempre compradores que pagam mais caro", contou, realçando que noutras províncias uma motorizada roubada em Luanda é vendida ao preço de 50 mil kwanzas, "ao passo que aqui em Luanda fica apenas por 30 mil".

O assalto e o destino do roubo

Ele explicou que, na maior parte das vezes, consumam os assaltos fazendo-se passar por clientes que precisam deslocar-se de um ponto ao outro de motorizada. "Um de nós faz-se passar por cliente e fica na paragem a espera de uma motorizada. Depois disso, indica a área onde estamos como o sítio que vai descer. Quando

chega, desce e demora para tirar o dinheiro. Neste instante, aparecemos e protagonizamos o assalto", detalhou.

Diariamente, ao que disse este marginal confesso, podem levar duas ou três motorizadas, dependendo muitas vezes também da reacção dos jovens que fazem serviço de táxis com as motorizadas. "Quando eles reagem são

Como os manos Metralha

Mendes Baptista, de 22 anos, não é único membro da sua família ligado à criminalidade. Dados apurados por este jornal mencionam que pelo menos dois outros irmãos praticavam actos criminais no Sambizanga onde residiam. "Fruto destas acções eles foram mortos. Nunca ficamos a saber se foi a polícia ou se foram os amigos deles na hora da divisão das coisas. Mas por causa disso a minha vida ficou desestruturada", explicou a mãe do meliante.

Receosa de que Mendes volte a cometer crimes tão logo saia da cadeia, esta senhora, que não aceitou ser fotografada pelas nossas objectivas, lamenta o mau caminho que os filhos seguiram, não obstante ela ser religiosa. "Embora não se pode desejar a morte aos nossos familiares, mas pelo desgosto que estes filhos me deram, para mim vale a pena que todos estivessem mortos", desabafou.

Esta situação foi confirmada pelo próprio filho que alega que já rouba há mais de seis anos. Depois da morte dos seus irmãos, a mãe resolveu levá-lo à igreja do sétimo dia. "Mas ali ficava a rezar durante dias e ficava vários dias e não conseguia dinheiro. Abandonei a igreja e voltei a roubar".

Arrependido pede ajuda

Novamente nas mãos da Polícia, com a possibilidade de ser condenado pela segunda vez, 'R-Kelly', mostra-se arrependido e pede ajuda às pessoas de boa fé para estar definitivamente inserido na sociedade.

"Não tenho documentos e quero ter um emprego para refazer a minha vida. Estou arrependido e quero começar tudo de novo. Mas desta vez quero fazer o que é certo, porque caso continue assim, sei que vou acabar como os meus irmãos", sustentou.

8.9 Escalada da violencia

Jornal O PAÍS

27 De Junho de 2014

Texto: Neusa Sampaio

Tenho pena, tenho muita pena mesmo do rumo que o nosso País está a levar com relação á escalada assustadora da violência. Muitos cidadãos recorrem a ela, em forma de assaltos e mesmo homicídios, e o móbil está quase sempre relacionado com o roubo de dinheiro ou outros bens materiais.

O mais recente caso foi o do casal de namorados. De fonte segura sei que ele é filho de boas famílias, nunca passou fome. A ambição, o desprezo pela vida, as drogas, o álcool, a desunião familiar, a falta de tempo que temos para com os nossos, etc., serão certamente alguns dos eixos propulsores para que tais situações aconteçam. Angola em geral e Luanda particularmente, está cada vez mais insegura, está de tal forma que não se pode traçar um perfil dos pretensos meliantes, sendo estes provenientes dos mais distintos extractos sociais, raças, opção religiosa, filiação política, etc.

Os amigos do alheio sempre existiram mas como agora está demais, mata-se por um telemóvel, uns brincos' um colar, um relógio ou simplesmente por qualquer outra coisa material muitas vezes fútil e sem valor; os crimes passionais aumentaram, tal como nas novelas mulheres e homens traídos matam e esfolam.

Inventam-se novas formas de fazer vítimas, os assaltantes estão cada vez mais engenhosos, evolui a tecnologia para o combate e prevenção do crime mas também evolui a do crime e da impunidade. Variadas têm sido as tipologias dos crimes por homicídio, por armas de fogo, armas brancas e por ai fora. Cresce o numero de crimes atípicos, assustadores como o caso de zonas de algumas Províncias onde é frequente morrerem pessoas para a extracção de órgãos para práticas de feitiçaria ou mesmo por práticas reiteradas de pseudos tratamentos

tradicionais, sabe-se, conhece-se as pessoas que o fazem, hoje e agora se alguém lá se deslocar tudo estará normal, os malfeitores conhecidos livres leves e soltos. E acredito que muitos dos desaparecidos anunciados nos jornais e programas de televisão, estão mortos, os média ainda não conseguem ter acesso aos montes de histórias de bairro que ouvimos todos os dias das bocas dos nossos empregados, vizinhos e amigos de bairros mais distantes. Poucos são os desaparecimentos que são esclarecidos na realidade e não nas estatísticas que nos fazem ouvir todos os dias.

A nossa polícia está aí, pretensamente atenta ao que se passa. Andam bem equipados, cada vez é maior o número de viaturas e outros meios.

E também aumentam os rumores menos abonatórios sobre estes. São muito tristes os relatos de polícias bêbados durante as horas normais de expediente, de corruptos e mesmo de assassinos entre as forças policiais.

Penso que se deve reforçar a purga ao efectivo da polícia, que a acompanhar o apetrechamento em termos materiais devem ser reforçadas as habilidades dos agentes. Há necessidade de se reforçar o policiamento em todo o País.

E outro problema é a justiça. Os tribunais. Os filhinhos de papai e ou familiares de "gente de peso" nunca vão presos, mesmo com testemunhas dos seus envolvimento em crimes mediáticos, ou as testemunhas desaparecem ou o juiz simplesmente absolve o cidadão; fala-se em alta corrupção aí, profundo desprezo pela vida alheia, profundo desprezo por tão nobre profissão. Verdade que sobre isso só se pode falar de rumores, provas mesmo não há, nunca nenhum pseudo promotor da justiça foi inculcado, se calhar não passam de rumores, aqueles que falam de profunda corrupção do sistema judicial; o facto do abrandamento desta ou daquela acção contra um prevaricador por este ser militante dum partido ou filho do fulano ou sicrano, aliado ao facto dos homens das leis estarem acima de tudo e todos o que lhes permite o direito de fazerem ou não fazerem, segundo conveniência sem medo de que as suas licenças sejam suspensas está a transformar-se numa grande maka cujas consequências estão à vista.

Os bandidos perderam o medo.

Devido à ambição pelo lucro fácil, à pobreza, a utilização abusiva do álcool e das drogas e por todos os factos acima descritos, com relação ao estado da justiça e as debilidades da polícia, os cidadãos perderam o medo às consequências dos seus actos, estão cada vez menos crenes na operacionalidade da polícia, desconfiam da isenção e credibilidade dos órgãos de justiça.

Tem aumentado a justiça da rua, temos assistido casos de cidadãos que fazem justiça pelas suas próprias mãos, cárcere privado, uso da violência contra os prevaricadores e outras práticas que começam a ser comuns no nosso dia-a-dia; Não conheço o mercado de venda de armas ilegais em Angola mas decerto vai começar a ser outra maka mais, as pessoas querem poder defender-se. Isto leva - nos à certeza de que algo está muito mal.

Se calhar é hora de se fechar as cadeias e abrir os cemitérios para os meliantes, porque cada vez ouve-se mais falar de sujeitos que entram para a cadeia e saem pouco depois, e voltam à senda do crime.

8.10 Polícia de investigação criminal precisa de mais apoio

Jornal Republica

27 De Junho de 2014

Airecção nacional de investigação criminal (Dnic) abalha muito se analisarmos os tipos de crime que têm descoberto e as condições de trabalho que ela possui. Há vezes que custa

acreditar como tem sido possível esse órgão do ministério do interior com as condições quase precárias para esse mundo em que os agentes do mal se equipam cada vez mais, consegue desvendar crimes que muitas vezes perecem estar envolvidos de grandes mistérios. Isto significa que se houvesse melhores condições de trabalho, se estivessem melhor equipados os seus gabinetes, nós teríamos uma polícia muito mais eficiente!

A direcção nacional de investigação criminal conseguiu desbaratar uma rede de bandidos que se dedicava ao assalto aos bancos, acabando muitas vezes por matar não só agentes da segurança, como também funcionários e clientes. Este é o caso que provavelmente tenha chamado mais a atenção das pessoas porque tem envolvido também mortes o bem maior e simultaneamente dinheiro como se diz, a mola mestra desse mundo! A Dnic tem estado a dismantelar ainda redes de assaltantes de residências, gatunos de carros, vulgo batuqueiros que também tem dado que falar, pois quando os donos das viaturas oferecem resistência esses marginais não se coíbem de atirar a queima roupa, ou seja, para matar, além de violadores e praticantes de uma grande variedade de crimes. Em suma, conclui-se que é preciso dar-se um maior apoio a esse órgão da nossa polícia que é de vital importância para o país, porque é ele que assegura a segurança das populações a razão de ser de um estado digno desse nome.

9. AMBIENTE

9.1 Calemas causam três mortos e criam pânico em todo o litoral

Jornal O PAÍS

06 De Junho de 2014

Estrada invadida pela água e enormes quantidades de lixo arrastadas pela areia, bem como residências e restaurantes danificados pelas calemas, foi o cenário que a equipa de reportagem de O PAÍS encontrou na manhã da passada sexta-feira na Ilha de Luanda.

Vários moradores desta parcela insular pertencente ao distrito urbano da Ingombota foram afectados pela força das águas do mar. O pescador Horácio Simão encontrou as suas redes de pesca destruídas e os barcos à deriva.

"Hoje não consegui pescar devido às calemas, por isso amarramos as chatas para não estragar o que nos dá sustento", contou o pescador, explicando que o que estava a acontecer podia ser consequência das 'dragas que são colocadas no mar e a areia que é retirada dela".

Às supostas causas acima mencionadas' o pescador Horácio Simão acresce igualmente um outro factor muito importante para os ilhéus, que são os rituais tradicionais que há não acontecem.

"Algumas casas foram invadidas pelas águas e não é a primeira vez que acontece, para nós moradores da Ilha a calema é normal, tem acontecido nos finais de Maio e princípio de Junho. Só não estamos a mergulhar porque os bombeiros estão a circular aqui", explicou por seu lado Artur Francisco.

Areia e a água que vinha do mar provocaram a interdição de uma das faixas da estrada, no sentido Ponto Final - Chicala.

Os restaurantes que às sextas-feiras habitualmente encontravam-se cheios de clientes e turistas mostram uma imagem contrária, assim como as praias que mesmo nos dias de semana albergavam centenas de banhistas.

Os artesãos, que normalmente são encontrados no Ponto Final, emigraram para lugares seguros para que os seus produtos não estragassem.

'A ilha conhecida por acarretar pessoas de vários pontos da cidade capital estava quase que despovoada, estando apenas sobre o olhar atento dos pescadores sentados em seus barcos', segundo uma jornalista.

'Fenómeno é causa pela variação dos ventos'

O subcomissário do Corpo de Bombeiros, João Ambrósio, explicou que o fenómeno das calemas ocorre devido às avaliações de ventos fortes, sendo que no sentido de sua direcção atingiu toda a zona costeira angolana.

"Luanda foram danificadas oito residências e dois restaurantes, no Namibe morreram duas pessoas e uma está desaparecida vítimas de naufrágio' no Zaire as calemas provocaram a morte de um pescador fazendo no total 3 vítimas mortais" disse João Ambrósio. Naufragaram no total duas embarcações de pequeno porte, e no Bengo quatrocentas pessoas ficaram desabrigadas, numa área considerada como zona de risco.

Segundo o subcomissário, a previsão do nível das ondas de quinta-feira a Domingo será de 1,50 metros quinta-feira e muda de sexta - feira ao sábado para 2,40 metros, com uma possível descida no domingo para 2 metros.

"O fenómeno calemas contínua, embora se constate uma relativa calma. Por isso, aconselho à população a estar atenta às informações sobre a posição do mar, que o corpo de bombeiros tem transmitido através dos diferentes órgãos de comunicação de modos a preservarmos a vida humana" rematou o responsável dos bombeiros.

9.2 Isabel dos Santos assina declaração de morte aos pescadores

Jornal Manchete

06 De Junho de 2014

Os pescadores da Ilha das "Conchas" no litoral sul de Luanda romperam as "cortinas de ferro" impostas pela primogénita do presidente do país José Eduardo dos Santos, na manhã do dia 26 do corrente mês, através de uma denúncia de Abuso de Poder e Nepotismo.

Ano e meio depois de serem escoraçados da Ilha, uma descrição feita pelos pescadores, ainda não conclusiva, acusa a cidadã angolana Isabel dos Santos e sua mãe, soviética de nacionalidade, de terem tomado de assalto a Ilhota com pretexto de ser pertença de ambas, sem que exibissem qualquer documento fundado, pode esbarrar num processo Administrativo, conforme confissão dos lesados.

Os pescadores confessaram que Isabel ancorou as respectivas famílias num auto negócio em que ela mesma decidiu contemplar cada uma das cerca de

quarenta (40) famílias com um barquito de fibra e um motor a cavalo de potência mínima, sem oferecer-lhes qualquer hipótese de discussão ou de opção aos parceiros da declaração negocial.

"Nos dias das deserções, Isabel requisitou um arsenal policial ido da esquadra da Camuxiba e outras forças não identificadas, para reprimir qualquer resistência dos pescadores, argumentando que havia chegado a hora de abandonarem a Ilha, pois, no local iria nascer uma "cadeia" de hotéis e um "Condomínio de Luxo", disseram os queixosos.

Os pescadores contaram que, no local, ninguém podia reivindicar nem muito menos fazer qualquer proposta que viesse a inviabilizar a pretensa ambição da empresária cuja disposição tinha homens armados dos pés à cabeça, com ordens tácitas para deter ou atirar sobre os insurrectos, não admitindo assim qualquer revolta. E assim, entre murmúrios de insatisfação, Isabel indicou a Ilha dos Pássaros como novo destino dos pescadores. Porém tal Ilha está proibida desde então de ser habitada, por estar consagrada como um santuário das aves migratórias, discerniu um outro pescador.

De acordo com o desabafo de um grupo de novos pescadores, a negociação unilateral da Isabel pôs a prova a larga tradição dos ancestrais que diante da arrogância da filha do chefe, os mais velhos foram os primeiros a abandonar a Ilha convencidos da tese popular segundo a qual "filha de chefe é chefe".

Dessa teoria infundada, o velho pescador Agostinho Paulino, de 78 anos de idade natural do Mussulo, discorda pelo facto de segundo ele, um pescador sem Mar ou Rio é declarado morto por nada corresponder a sua expectativa e esperança social. "Ti" Augusto, como é carinhosamente tratado nos meios piscatórios, disse mesmo que anda indignado com essa atitude irreflectida da "menina" Isabel e a mãe, pois, no meio da sua cólera, desabafou que elas desconhecem a realidade e a tradição dos povos ilhéus. A Ilha está aí, entregue aos guardas que permanentemente fazem ameaças a qualquer pescador que por aí passa, depois de terem destruído todas as nossas humildes casotas, recomeçou "Ti" Augusto. Vejam só que, desde que fomos escorraçados, o único avanço registado na Ilha, foi o de entulho feito pela Draga de protecção Costeira, mas cuja acção contemplou apenas a parte dela e nada mais. "As nossas chatas, depois de a nossa hospitalidade ser reprovada por factores naturais na Ilha dos pássaros, atracamos nesta praia por detrás da casa do exministro do Interior camarada Leal Monteiro "Ngongo" e de outros que não correm connosco, talvez por pena", disse.

Tal como "Ti" Augusto, outros pescadores denunciaram um caso de desumanidade e de extrema arrogância da Isabel que na altura negou que a família de um antigo pescador morto naquele vendaval se manifestasse material e psicologicamente sobre os direitos do seu ente, enviando esse recado ao seu representante: "Quem morreu, morreu", não tem direito a nada e ponto final. E a família, por desespero, simplesmente desapareceu.

O grupo conta também que durante os dias de humilhação, a senhora soviética havia determinado 'que não se acendesse qualquer fogueira, sob pena de serem castigados.

A senhora enganou-se. Com tantos anos a viver em Angola, ainda não aprendeu que o pescador faz fogueiras nas areias e não em fogões. Assim como, ao nos enviarem para o

território dos pássaros, vamos concorrer para a sua automática extinção, o que não deixa de ser um crime, concluíram.

A concorrente aos "males sociais" Isabel dos Santos e a crimes de desumanidade ligados ao Abuso do Poder, assim como a dispersão dos pescadores no Santuário dos pássaros ligado ao crime Ambiental, os marginalizados da Ilha pedem justiça imediata, argumentando que na Ilha tinham as suas vidas controladas assim como sentem saudades das permutas que faziam com as outras comunidades, como aconteciam nos casos da mandioca, do coco, do peixe e de outras iguarias trazidas por alguns turistas que cruzavam o local, não querendo mais a experiência "vadia" de andarem de Ilha em Ilha de toda costa marítima luandense, o que os conduziria involuntariamente a foz do Rio Kwanza na busca de alimentos para sustentar as famílias. Mas, relatam, "na nossa Ilha", até água para o uso doméstico tirávamos da Cacimba deixada pelo colono, o que não acontece em terra onde diariamente temos de mendigar porque nem sempre temos dinheiro para a comprar, desabafaram.

Os pescadores dizem-se limitados no acesso aos seus bens naturais, vendo-se excluídos dos Impostos de rendimentos de trabalho (IRT) e de outras Taxas, tal como acontece nesta época das vacas "magras", em que as suas classes artesanais não compensam, mas a Capitania de Luanda que não assiste os seus eventos nem fiscaliza nada, e não quer saber houve safra ou não, cobra um Imposto Anual de 35 mil K wanzas enquanto a Taxa de pesca cobrada, rondar os 6 mil K wanzas bimensais por cada pescador.

Depois de ouvir o relato dos pescadores, este Jornal foi ao enalço da cidadã Isabel dos Santos num dos

seus escritórios da Unitel, mas, as dificuldades impostas pelos guardas, inviabilizaram o acesso a sua versão relativamente ao assunto, ao que prometemos voltar em tempos muito próximos.

9.3 Mar revoltado contra má gestão urbana

Novo Jornal

06 De Junho de 2014

Texto: Sandra Kiala

"NÃO HÁ SORTE em que o azar não se intrometa", disse Emanuel, 46 anos, um dos pescadores da zona. É descendente dos antigos Caluandas. Vive na Camuxiba desde os anos noventa.

"Quando construí a minha casa, estava a longos metros da areia. Agora, antes das calemas, eu já estava bem na beira. A costa, a cada dia que passa, aproxima-se mais de nós", revelou.

Acompanhado pelo ditado "um azar nunca vem só", Emanuel viu a casa destruída pelas calemas.

"Estava na pesca no alto mar quando chegaram as calemas. Voltei rápido para casa. Mas não cheguei a tempo e tive a desagradável surpresa. Tudo estava já destruído. Quase perdi a perna. Perdi também toda a documentação. A solução foi beber muito para afogar as mágoas", contou.

Muitos foram os moradores que sofreram danos e alguns já abandonaram o bairro. Aquando das calemas, outros com sorte conseguiram salvar alguma coisa das casas, mas outros nem por isso.

"As ondas batiam tipo granadas. O mar destruiu chatas a muitos pescadores. E a casa já não era refúgio", disse Emanuel.

Já Xana Baptista mantém-se na esperança de que o Governo fará qualquer coisa por ela.

"Tenho muitas crianças em casa e foi perigoso. Já pedimos favores na administração municipal da Samba, mas nunca fomos atendidos. Não tenho para onde ir, por enquanto continuo mesmo aqui. À espera", revelou.

Questionados sobre o porquê de continuarem a viver à beira-mar, quase todos alegaram que são pescadores e desde sempre ali viveram. "Já houve calemas, mas estas foram demais", asseguraram.

"As calemas não vieram sós. Trouxeram consigo muito lixo e provocaram doenças a alguns moradores. Quando há calemas, o mar traz de volta todo lixo que

é atirado para lá. Até o dos esgotos. Agora estou a viver neste lixo", apontou Inocência Baptista.

O bairro é servido por uma vala que despeja todo o género de detritos para o mar. Quando as calemas coincidem com as maré cheia como foi o caso, a água do mar não só impede a vala de descarregar, como ainda empurra todo o lixo para terra, explicaram.

Para os populares, na base da destruição pelo mar e da perda de protecção natural do bairro estão também as dragagens que ocorrem na zona. São retiradas muitas e muitas toneladas de areia desta zona. Isso enfraquece a defesa natural do litoral.

"A dificuldade recai sempre para os mais pobres? O mar não está a respirar. Fecham tudo e nunca pensam nos outros", lamentou Inocência Baptista.

EAGORA?

Para os moradores afectados, não há um plano director que funcione, tampouco uma política ambiental única para estas zonas.

"É muito difícil chegar aos culpados, ou às soluções. Porquê chorar, ao invés de dar uma solução? A direcção que o vento vai ninguém pode mudar", disse um dos pescadores, perante o abanar de cabeça, como sinal de concordância, da parte de quem o ouvia.

Os moradores mostraram-se também agastados com aquilo que classificaram como o abandono pelas autoridades.

"Por exemplo disse outro na ilha de Luanda, também ela afectada pelas calemas, começaram logo as obras de recuperação e limpeza. É um local para turistas e muitos luandenses. Aqui nada. Nem cuidado com a limpeza das valas, nem fiscalização sobre as construções clandestinas. Nada".

Quem o rodeava murmurou palavras de apoio.

O NJ pediu ao arquitecto Victor Leonel, bastonário desta ordem profissional, um comentário acerca da destruição causada pelas calemas no litoral de Luanda, tomando como exemplo o que acabou de acontecer na Camuxiba. A natureza está aí, nós é que temos de saber lidar com ela. As construções à beira-mar não podem ser feitas no limite do mar. Há um espaço de segurança que deve ser preservado", defendeu.

O arquitecto apontou o aquecimento global como factor responsável por algumas perturbações do ponto de vista ambiental.

"O nível das águas do mar está a subir. Se o nível do mar sobe, aquilo que nós considerávamos antes de

nível zero, fica mais em cima. Então é normal que as calemas, que iam até um determinado ponto, agora cheguem mais à frente. Isso é um fenómeno natural", assegurou.

Os espaços de lazer erguidos à beira-mar não têm problemas, até porque as calemas são previsíveis. Já a construção de moradias deve obedecer certas regras, defendeu.

Enquanto arquitecto, Victor Leonel disse aconselhar à não construção de casas assentes no chão em zonas onde o mar as possa atingir directamente.

"o ideal é estarem assentes em pilares e de preferência em madeira, por forma a não invadir o espaço da areia e respeitar a distância em relação ao nível da água. Se respeitarmos isso, mesmo que cheguem as calemas as casas não serão afectadas porque estarão num nível

elevado. A madeira dá-se melhor com a água", concluiu.

9.4 Huambo sofre de elevada devastação florestal

Jornal de Angola

07 De Junho de 2014

A província do Huambo apresenta um elevado nível de devastação dos polígonos florestais e matas nativas, com a exploração de madeira e a produção de carvão apontadas como as práticas que mais contribuem para a desmatação, considera o director local do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Andrade Baú disse que apenas duas empresas estão licenciadas para a exploração de madeira na província do Huambo, mas são detectados muitos casos de exploradores ilegais.

O director admitiu que o IDF tem conhecimento da existência de várias serrações móveis, instaladas nos polígonos sem autorização legal. Apenas duas empresas, a Micro Serviço e a Redson Internacional, têm licença para o corte de árvores.

A Micro Service tem a licença de exploração no município do Ucuma, no polígono florestal do Mundundo, cujo contrato assinado entre a empresa e o Ministério da Indústria, através do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), foi homologado pelo Ministério da Agricultura. A mesma possui um viveiro no local, onde após a devastação faz a reposição das plantas.

A Redson Internacional tem contrato com o Ministério da Agricultura para explorar o polígono

florestal da comuna do Cuima, no município da Caála, e, em contrapartida, deve limpar o perímetro, de modos a evitar possíveis queimadas no tempo seco.

"Eles retiram todo o material lenhoso e defeituoso para evitar que durante a época seca crie incêndios. Na retirada desse material, o que eles acharem que devem aproveitar aproveitam para as suas serrações", disse Andrade Bau.

O director do 10 F disse que as demais serrações, instaladas principalmente no Alto Chiumbo, Sanguengue e outras, dentro da cidade do Huambo, na sua maioria não têm contratos de exploração. Muitas das autorizações vêm a partir do Ministério da Indústria, através do IDIA, não cabendo directamente ao IDF anular um contrato ou uma autorização feita a nível superior.

Andrade Baú é de opinião que, nas autorizações para o corte de árvores devia constar o compromisso do repovoamento florestal, porque o IDF não tem condições humanas para fiscalizar todos os polígonos.

Existem na província quatro grandes polígonos florestais, designadamente Sanguengue e Alto Chiumbo (no município do Catchiungo), Cuima (na Caála) e Mundundo (no Ucuma), além dos outros pequenos, espalhados por várias outras localidades, com destaque para as fazendas de Chinguri, Bonga e Pelisa, e os que se estendem ao longo do Caminho-de-Ferro de Benguela,

Alguns destes polígonos são controlados pelo IDF e os outros, que integram um perímetro de 80 mil hectares de eucalipto, pertenciam à antiga Companhia de Celulose e Papel de Angola, agora sob responsabilidade do IOIA do Ministério da Indústria. Andrade Baú deu estas informações no final de uma visita que a ministra da Indústria, Bernarda Martins, efectuou ao Huambo, para constatar a situação do espaço onde funcionava a antiga Fábrica de Celulose e Papel de Angola, destruída em tempos, e avaliar o grau de exploração, transformação e exportação de madeira de eucalipto, através das empresas contratadas para o efeito.

Antigos funcionários

O director provincial do IDF acusou os antigos trabalhadores da Companhia de Celulose e Papel de Angola de estarem a passar autorizações para cortes de árvores e instalação de máquinas de serração no polígono florestal de Sanguengue.

Os antigos trabalhadores ficaram fora do controlo estatal, após a destruição da referida fábrica, razão pela qual justificam a venda de árvores para se sustentarem, vivem na comuna de Alto Catumbela, nos escombros

da antiga fábrica e, no Huambo, estão representados dentro do polígono florestal do Sanguengue, Várias autorizações de exploração passadas por eles têm chegado à direcção do IOF com timbre da companhia e com os dizeres Ministério da Indústria e Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola, referiu o responsável.

Indústria sem controlo

A director provincial da Indústria, Augusto Filipe, afirmou que esta instituição não tem o controlo das empresas licenciadas para a exploração de madeira nos polígonos florestais administrados pelo IOIA. A direcção provincial não tem participado no processo de licenciamento de exploração de madeira, embora Augusto Filipe defenda que devia ser ao contrário, para se poder fiscalizar a actividade, mas "os contratos vêm já assinados a partir de Luanda".

Augusto Filipe disse que as comunidades onde se encontram os polígonos e muitas famílias têm à sua subsistência com base nesses recursos. Além das questões económicas, o corte de árvores está a gerar problemas ambientais. "É preciso que o Governo assuma a responsabilidade e o controlo desses polígonos, para que se possa fazer melhor gestão deles, porque se isto continuar, daqui a pouco não temos polígonos florestais", frisou.

Reposição de espécies

A reposição das plantas devastadas é, de acordo com especialistas em matéria ambiental, a melhor forma de gestão florestal, por contribuir para uma amenização do ambiente, reduzir a quantidade de radiação que atinge o solo, além de funcionar como purificador.

A coordenador da Associação Provincial dos Ecologistas e Ambientalistas de Angola, António Teixeira, disse que, para isso, são necessárias regras simples, que resumem a criar viveiros nas zonas de abate e transplante das árvores.

A ambientalista disse que esteve na localidade do Mundundu, município do Ucuma, e encontrou um viveiro grande, tendo reconhecido haver sinais de que a empresa que explora a madeira está a assumir o processo com responsabilidade.

Manuel Teixeira disse haver pouca sensibilidade e falta de conhecimento sobre as implicações que a destruição das florestas pode causar ao ambiente.

Do seu ponto de vista, a gestão descoordenada, irresponsável e irracional das florestas faz com que uma parte importante da terra fique descoberta do mecanismo de protecção contra a radiação solar, sem

a qual este processo é devolvido para a atmosfera, contribuindo para um maior aquecimento.

Com a redução da cobertura florestal, a quantidade de água das chuvas ao atingir a superfície do solo não se infiltra. A água escorre pela superfície, arrastando consigo a parte mais fértil do solo e, deste modo, não oferece o alimento necessário para a cadeia alimentar, nem habitat para os seres vivos, incluindo o próprio homem.

9.5 Chineses exploram madeira e outros recursos em grande e à francesa em Nambuangongo

Semanario Angolense

28 De Junho de 2014

Texto: Kim Alves

A população da região de Nambuangongo, província do Bengo, está preocupada com a exploração desenfreada de madeira, situação que está a provocar desmatamento de áreas virgens, que, a não ser contida, pode evoluir para o empobrecimento das terras, já que nem as lavras de onde os populares retiram o sustento do dia-a-dia estão a ser respeitadas.

Estas informações foram prestadas ao Semanário Angolense (SA) por alguns cidadãos provenientes daquela zona do país, que se situa para lá da cidade de Caxito, capital da província do Bengo, a cerca de 200 quilómetros a norte de Luanda.

Para confirmar a situação «in loco», uma equipa de reportagem do SA deslocou-se à comuna de Kana-Kassala, no referido município. Até Caxito, o trânsito é intenso e há um grande movimento de pessoas. Praticamente, de um lado e outro da estrada, já não existem espaços livres.

Caxito movimentado

São diversas as infraestruturas em construção, muitas já concluídas, mas, para uma zona como aquela, nem todas se adequam ao meio e à grandeza social e económica que se pretende e que, pelas potencialidades, a área merece.

Caxito, apesar de certas infra-estruturas novas, alguns bairros de criação recente, quase nada mudou, embora tenha crescido o movimento humano. O aumento do fluxo humano deve-se, talvez, à maior oferta de serviços de educação, de saúde e comerciais que estão a disposição da população e faz com que as comunidades próximas já não tenham tanta necessidade de recorrer a Luanda.

A rua principal, que começa no desvio da Barra do Dande, passa pela antiga «Fazenda Tentativa» e o que restou da açucareira e atravessa a vila (embora a chamem já de cidade), avançando pelo Sassa Povoação até à bifurcação que divide a estrada que vai para a província do Uíge, à direita, e para o município de Nambuagongo, à esquerda, não tem grandes novidades, o que ainda faz de Caxito a mais pobre capital de província em Angola.

Forte inquietação

A caminho de Nambuagongo, por uma estrada recentemente reabilitada, mas que já precisa de manutenção em alguns troços, na antiga área militar das Mabubas, local em que se previa construir a nova cidade, pode-se ver vários estaleiros de um lado e do outro da estrada, alguns edifícios não acabados, Grande parte dos estaleiros, senão todos, pertence a empresas chinesas. Ao longo da estrada e em alguns descampados, vêem-se operários chineses a caminhar ou sentados de baixo de árvores. Muitos desvios foram abertos para a mata, locais onde se está a explorar os inertes, como rochas, burgau e areia para a construção civil. Pelo que se pode ver pelas tabuletas que anunciam a existência dessas empreitadas, tudo é chinês, não havendo qualquer preocupação em se traduzir o que elas indicam. O que mais chama a atenção são as fábricas de blocos. A palavra «bloco», entre caracteres chineses, é a que mais existe ao longo de todo o trajecto, chegando-se ao cúmulo de várias delas se agruparem num mesmo espaço.

No entanto, as pequenas actividades industriais e comerciais não deviam ser exclusivas para os angolanos? Não deveriam ser os nacionais a explorá-las como já aconteceu num passado recente, numa altura que se fala muito de desemprego e de valorizar o angolano? estas e outras questões foram constantemente colocadas pelos populares abordados pelo SA.

Nas picadas descritas, há grande movimento de camiões que transportam os produtos explorados: madeira e inertes.

Como resultado da paz, várias aldeias estão a surgir ao longo da estrada, passando pelo rio Lifune até Kicabo e dali até ao antigo quartel militar, hoje povoação de Balacende, prosseguindo até Kissacala.

A zona de Kicabo foi apontada como uma das que estão a sofrer uma desenfreada exploração florestal, mas, em conversa com moradores locais, soube-se que, na área, os interesses vão mais para os inertes, já que a região é rica nesses recursos.

Conforme alegaram, os inertes são explorados essencialmente por estrangeiros, principalmente chineses, acreditando que estejam autorizados pelas autoridades provinciais para tal, mas ninguém ali sabe qual o fim dado ao que é extraído.

Os naturais de Kicabo vivem da agricultura de subsistência, da caça e, sobretudo, do fabrico de carvão, que é uma actividade quase que tradicional.

Já na área de Kissacala, cuja povoação estava em óbito quando o SA por lá passou, tem havido exploração de madeira, mas não em quantidades avultadas. Conforme explicou o mais velho Pinto, filho da terra, sempre se explorou madeira na zona, numa actividade que era completada com uma serração, hoje já desaparecida.

Com a guerra tudo parou, mas depois da paz, algumas pessoas, alegadamente mandatadas oficialmente para continuar o mesmo trabalho, voltaram e com eles os chineses.

«Na nossa região, há o costume de se informar os 'makotas' (mais velhos e/ ou autoridades tradicionais) quando se pretende fazer qualquer coisa, a quem se pede autorização para se desenvolver a actividade requerida. O que se está a passar agora é que nós não sabemos de nada: chegam, começam a destruir tudo, não respeitam os terrenos de agricultura, nem as nossas reservas de caça e a população fica apreensiva, porque, com isso, em breve vamos viver uma situação de carência e passar fome», alertou o ancião. Em acréscimo, reivindicou: «Sabemos que o Estado é quem manda, mas o governo tem que respeitar o povo, tem que respeitar a tradição de cada região, não pode só chegar, fazer e desfazer, sem que a população local saiba o que está a acontecer».

No mesmo sentido, falou a senhora Juliana, no alto dos seus 85 anos de vida e sabedoria: «Aqui, nesta região, nós aguentamos a guerra contra o colono e a

guerra que veio depois da independência, sempre vivendo nestas matas a fugir de um lado para o outro. Hoje, que estamos em paz, queremos trabalhar para o nosso sustento, queremos também viver bem e aproveitar o que o nosso país tem. Sofremos muito e o governo tem que olhar por nós e não mandar aqui pessoas estranhas para nos criar mais dificuldades; afinal para que é que lutamos pela independência?», questionou a avó Juliana, que aproveitou pedir aos repórteres ta uma ajuda em chapas de zinco, alegando o seguinte: «A minha casa está toda rota, quando chove é um problema, por favor, me arranjam só pelo menos cinco chapas».

9.6 o «local do crime»

Semanário Angolense
28 De Junho de 2014

Região histórica da Luta de Libertação Nacional, por causa da floresta densa e das montanhas que muito valeram à guerrilha dos movimentos de libertação nacional, devido às dificuldades de movimentação causadas ao exército colonial português, o agora município de Nambuangongo é uma região muito vasta da província do Bengo, com sede na vila de Muxaluando.

Tem uma extensão de 5.604 km² e cerca de 111 mil habitantes. É limitado a norte pelo município de Ambuíla, a este pelo município de Quitexe, a sul pelo município dos Dembos

e a oeste pelos municípios de Ambriz e Dande. Apesar de alguns sinais, débeis, de evolução, continua à espera do desenvolvimento.

Quando a reportagem do SA passava por aquelas paragens, pode constatar dezenas de crianças de bata branca a caminho da escola ou de regresso à casa depois das aulas. Há já a realçar a construção de algumas escolas de raiz em várias das suas povoações, mas algumas crianças percorrem a pé, todos dias, entre 15 e 20 quilómetros para assistir às aulas.

Às vezes, apanham boleia de carros que passam. No entanto, essa situação é compreensível, já que é possível colocar-se um autocarro escolar para apoiá-las, principalmente as que percorrem maiores distâncias.

9.7 « Tem de haver estudosd prévios!»

Semanário Angoense
28 De Junho de 2014

Especialistas ouvidos pelo SA alertam que qualquer exploração de matéria-prima, como a madeira ou como os inertes, deve obedecer a estudos prévios da região a ser intervencionada, devendo-se, a posterior, estabelecer metas para tais empreitadas, o que parece não estar a acontecer em Nambuangongo e em outras regiões do país.

Vão mais longe, afirmando que o governo tem estado descurar algo muito importante, que é

o acompanhamento e a fiscalização do que fazem realmente as empresas estrangeiras. «Não se pode admitir que uma empresa estrangeira, seja de que nacionalidade for, faça o que lhe der na gana e leve

para o seu país coisas que os próprios angolanos nunca beneficiaram. Hoje levam o mármore e grandes blocos de rocha que podem conter outras matérias e até os animais raros não escapam à cobiça dessas pessoas», sublinha uma das nossas fontes.

E acrescenta: «O nosso governo vai buscar empréstimos que são pagos conforme com o estabelecido nos acordos bilaterais e com os respectivos juros.

Geralmente é o petróleo que tem servido de moeda de pagamento, então qualquer intervenção de empresas ou de cidadãos desses países que queiram trabalhar em Angola têm que sujeitar-se às leis nacionais e só operar lá onde o Estado autorize. Neste caso, as populações locais devem ter conhecimento de causa, assim como a região explorada deve beneficiar dos rendimentos dessa exploração».

«Ambiente» preocupado

Para o Director Nacional de Gestão Ambiental, Vladmir Russo, a exploração de inertes no país deve contemplar medidas de rearboração e aterros, para evitar a degradação do meio ambiente, tornando a actividade sustentada.

Ele considera ser necessária a requalificação das zonas pelas instituições exploradoras, para não se comprometer a vida e o bem-estar das gerações futuras.

«O problema da exploração de inertes resulta do crescimento habitacional do país, mas ela deve ser feita de forma regrada, para não danificar o meio ambiente. As empresas que exploram devem realizar um trabalho com vista a recuperação das suas zonas de trabalho, uma vez que consta do estudo de impacto ambiental do Ministério do Ambiente», referiu.

Embora haja no país algumas empresas que não respeitam as leis angolanas e têm estado sujeitas a uma fiscalização deficiente, fazendo o que lhes apetece, existem instituições de exploração de inertes que estão a fazer estudos de impacto ambiental para avaliar os efeitos do trabalho que realizam.

Porém, segundo Vladimiro Russo, existem algumas instituições que fazem auditorias, sem antes terem efectuado estudos de impacto ambiental, para reduzir os efeitos da sua actividade ao meio ambiente.

Os desmatamento para exploração de madeira e das escavações que estão a ser efectuadas por todo o lado, sem respeitar povoações ou terrenos de lavoura, para além da actividade de carvoeiros, causam o empobrecimento das terras e a destruição das lavras,

deixando as populações mais dependentes, empobrecidas e famintas.

Paralelamente, vai-se assistindo à erosão das terras, que resultam no surgimento de ravinas, algumas das quais de proporções alarmantes, que estão a deixar algumas comunidades em situação de grande risco.

Se há algum tempo o fenómeno das ravinas era alarmante em regiões do Leste do país, como Moxico e Lundas, actualmente estão a espalhar-se: Kuando Kubango, Bengo e mesmo Luanda (Cacuaco e Viana) já se deparam com situações preocupantes, a exigirem cautelas urgentes, segundo alerta das autoridades ambientais.

9.8 Angola melhora governação ambiental

Jornal de Angola

29 De Junho de 2014

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, afirmou, em Nairobi, Quénia, que no quadro macro da governação ambiental, Angola tem procurado integrar os principais compromissos e preocupações ambientais globais.

A ministra, que discursava na primeira sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente, realçou que no quadro das políticas e programas ambientais em curso, os resultados são visíveis em diversos sectores como o dos petróleos, indústria, turismo e planeamento.

"Estes resultados caminham agora para o processo de descentralização local, onde estamos a dar uma resposta aos problemas ambientais locais, mas também a relançar o processo de auscultação e consulta às comunidades, de modo a integrá-los nos programas de governação", referiu.

Perante representantes dos diversos países membros da convenção, Fátima Jardim reafirmou os compromissos de Angola em continuar a melhorar a governação ambiental, reforçando ao mesmo tempo a necessidade de maior atenção através da cooperação internacional.

Um dos pontos realçados pela ministra foi o desenvolvimento sustentável, que requer um pensamento não apenas das gerações actuais, mas também das necessidades das gerações futuras, destacando ser este um dos princípios e objectivos da governação em Angola.

Tendo em vista a importância da sustentabilidade ambiental para o país, disse que estão a ser

incrementados projectos e programas e apontou o Plano Estratégico da Gestão de Resíduos, o Projecto Angola Contente, Programa de Saneamento, das Comunidades, Programa Agua para Todos, entre outros, que são articulados com o de combate à fome e à pobreza em Angola.

Fátima Jardim afirmou que o Governo de Angola vê a preservação ambiental como um pré e pós requisitos para a agenda de desenvolvimento 2015.

"O desafio é muito grande, pois o país continua a crescer e deve reduzir as assimetrias, gerar emprego e melhorar as condições de educação, saneamento e utilidades públicas, ao mesmo tempo que procura preservar o ambiente", explicou.

O rápido crescimento urbano e agrícola, o avanço da indústria e das infra-estruturas tem provocado alterações importantes nos ecossistemas, que podem trazer problemas para o futuro, o que é um desafio para todos os países que devem procurar modelos sustentáveis de desenvolvimento económico e Angola não é uma excepção. Apesar da melhoria da saúde e educação, Fátima Jardim sublinhou a necessidade de maior integração entre os sectores da saúde e do ambiente, para se dar a resposta adequada aos grandes problemas do sector.

Mencionou, também, a instalação da primeira aldeia solar, o que constituiu uma resposta concreta ao problema actual das alterações climáticas com a redução das emissões.

Até agora, foram instalados 124 sistemas distribuídos pelas províncias do Bié, Malanje, Cuando Cubango, Moxico, Lunda Norte, Cunene, Huíla e Zaire. Os aproveitamentos hidroeléctricos, notou, continuam a dominar a tensão e orientação do sector correspondente com pequenos, médios e grandes aproveitamentos, na perspectiva de um investimento superior a 1,6 triliões de kwanzas até 2017.

Outros aproveitamentos a nível solar, eólico e até mesmo nuclear fazem parte da estratégia.

O aproveitamento energético com origem hídrica continua a ser a grande aposta do Governo, representando cerca de 78 por cento do total projectado.

A medida da legislação ambiental nos últimos cinco anos e a realização do primeiro censo populacional foram, entre outros pontos, destacados pela ministra do Ambiente, durante a sua intervenção nesta Assembleia que terminou na sexta-feira, com a participação de mais de cem delegações de Estados-membros e 90 ministros de Ambiente.

9.9 Ondjiva tem novo método de recolha do lixo

Jornal de Angola

20 De Junho de 2014

Texto: Domingos Calucipa

A administração municipal do Cuanhama está a efectuar mudanças nos métodos de recolha do lixo e a construir um aterro sanitário na cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, disse ao Jornal de Angola o administrador local, Gonçalves Namweia.

Nos últimos tempos, notam-se amontoados de lixo em vários pontos dos bairros de Ondjiva, um mal atribuído à fraca capacidade de recolha das empresas responsáveis pela actividade face ao rápido crescimento populacional.

Faltam contentores nas zonas habitacionais de maior produção de lixo, com realce para os bairros Kaxila, Naipalala, Kafitu e Castilhos, o que obriga os moradores a depositarem os resíduos no chão.

O administrador municipal afirmou que à medida que a cidade cresce, aumenta a produção dos resíduos sólidos, o que requer mais meios e melhores métodos de recolha do lixo.

"Continuamos a ter duas empresas a trabalhar no saneamento básico com um meio de transporte cada e a outra com dois camiões e um tractor. Não estamos a fazer nada. Temos um défice na manutenção da limpeza da cidade", reconheceu.

Gonçalves Namweia referiu ainda o aumento do número de estabelecimentos comerciais na cidade que produzem muito lixo e depositam-no nos contentores destinados aos resíduos domésticos. Para o responsável municipal, é necessário definir com as empresas a gestão do lixo resultante da sua actividade.

Novos métodos de recolha

Um novo sistema de recolha de resíduos sólidos está a ser introduzido em Ondjiva, com a criação de oito pontos de transferência de lixo, a aquisição de cinco motorizadas de carga de três rodas, bem como a distribuição de sacos de lixo a moradores.

O administrador municipal disse que o novo mecanismo de recolha de lixo vai permitir às famílias carenciadas obterem alguns rendimentos e sensibilizar os moradores para a importância do saneamento do meio.

A estratégia, disse, consiste na distribuição de sacos plásticos a moradores, de preferência idosos e adultos desocupados, que passem a recolher o lixo, a

seleccioná-lo e colocá-lo no caminho das motorizadas ou em pontos indicados pela Administração Municipal.

Gonçalves Namweia salientou que nos locais de concentração, a Administração vai recompensar com 50 kwanzas por cada saco de lixo recolhido, o que garante a essas pessoas um pequeno sustento por dia. No total, vão ser criados oito pontos para a recepção dos resíduos provenientes do interior dos bairros, de onde vai ser recolhido por camiões para o aterro sanitário.

O recurso a motorizadas de carga é uma alternativa encontrada para a remoção de lixo nas zonas periféricas de difícil acesso para os camiões. "Nessas zonas, o lixo vai ser recolhido pelos próprios moradores e o saco que cada cidadão carregar vai ter um custo. Outra medida adoptada é usar as motorizadas onde o camião não consegue chegar", disse o administrador do município.

Aterro em conclusão

Um aterro sanitário com grande capacidade está em construção com recursos da província, a 20 quilómetros da cidade, na via que liga ao município do Cuvelai.

O administrador municipal assegurou que a estrutura está em fase de conclusão e deve começar a ser utilizada antes do fim de Julho. Ondjiva produz perto de 95 metros cúbicos de lixo por dia e há muito que clama por um depósito apropriado.

Gonçalves Namweia afirmou haver necessidade de se elevar a capacidade de recolha das operadoras e anunciou, ainda para este ano, a aquisição de pequenos cestos acoplados aos postos de iluminação pública e de contentores de 200 e de 1.100 litros.

Os contentores de 200 litros vão ser distribuídos em pontos de pouca produção de lixo e os de 1.100 nos locais de transferência.

Reordenamento dos bairros

Os bairros da Kaxila, Castilhos e Kafitu I e II, em Ondjiva, vão ser requalificados a partir deste ano, de modo a adequá-los aos modelos de organização de cidades sustentáveis.

O administrador acrescentou que o plano de reordenamento da cidade já começou com o desalojamento de habitantes de uma zona do bairro Kaxila, defronte à direcção do Instituto Nacional de Estradas, definida pelo Governo Provincial para a edificação da praça dos soberanos.

Os moradores dessa área estão a ser realojados ou a receber terrenos na zona de Omuongo, arredores da cidade, onde foram desmatados e loteados perto de 500 hectares, que recebem agora a construção dos arruamentos.

O administrador esclareceu que as famílias que possuíam casas receberam habitações no projecto social do bairro Onahumba e estão a ser atribuídos terrenos aos que viviam em cubatas de chapa.

Gonçalves Namweia afirmou que a população ocupa terrenos de forma ilegal, constrói sem consultar as autoridades municipais e só depois procura legalizar. Perante este facto, o responsável convidou os interessados em adquirir espaços para a construção a dirigirem-se à Administração Municipal e efectuarem a solicitação. O responsável municipal disse que outro passo dado foro desalojamento das pessoas que tinham ocupado de forma ilegal o terreno defronte ao aeroporto de Ondiva e adiantou que o mesmo se vai fazer com aqueles que ocuparam o espaço que acolhia os sinistrados das inundações, no bairro Kakuluvale, e os que se encontram por detrás do recinto da feira.

A Administração Municipal inclui ainda no seu plano de desalojamento os ocupantes da parte traseira dos edifícios da empresa AAA, no Kakuluvale, onde nasceram vários casebres de chapa.

Nesse espaço vai ser construída uma escola do ensino primário de 26 salas.

No bairro dos Castilhos, abrangido pelo plano de requalificação, vão ser demolidas as casas erguidas junto ao dique de protecção da cidade contra as inundações. A Administração defende a manutenção de uma faixa de 50 metros ao longo do dique livre de habitações.

"Notamos que algumas pessoas voltaram ou alugaram as suas casas nas áreas das inundações. Precisamos de ruas espaçosas, com passeios, iluminação, água, comunicações e tantos outros serviços sociais", justificou o administrador municipal do Cuanbama.

10. IMIGRAÇÃO

10.1 Imigração ilegal controlada

Novo Jornal

20 De Junho de 2014

A província da Huíla quase não regista casos de imigração ilegal, mas o trabalho de fiscalização de expatriados é contínuo, afirmou terça-feira, no Lubango, o director em exercício dos Serviços de Migração e Estrangeiros, superintendente de migração, Armindo Henriques, falando aos jornalistas, o oficial dos SME disse que actualmente são controlados dois mil e 97 estrangeiros de diferentes nacionalidades, todos com situação migratória legal, com destaque para vietnamitas, chineses, portugueses, canadianos, norte-americanos, mauritanianos, cubanos e filipinos.

"Há alguns ilegais e nestes casos quando apanhados são convidados a abandonar o país, mas afirmamos que a província não é endémica em casos de emigração ilegal, temos alguns estrangeiros, mas legalmente controlados", ressaltou a fonte.

O superintendente de migração afirmou que a maior parte deles tem visto de trabalho, de permanência temporária, autorização de residência e outros refugiados ou requerentes de asilo. Quanto aos supostos envolvidos em negócios, Armindo Henriques disse que na sua maioria não são os legítimos proprietários, mas empregados e que se a província tivesse um centro de acolhimento para asilados ou refugiados lá estariam.

Na Huíla, a maior parte dos imigrantes ilegais usa estrada nacional 280, que liga à província do Cunene, porta de entrada destes através da fronteira com a Namíbia, por isso, criou-se um destacamento de controlo na comuna da Quilhita, município da Chibia, cerca de 70 quilómetros a sul do Lubango.

10.2 Milhares de angolanos regressaram

Jornal de Angola

23 De Junho de 2014

Cerca de 400 mil pessoas que encontravam na condição de refugiados em países vizinhos assaram a Angola entre 2002 e 2007, no âmbito do "Programa de repatriamento organizado e voluntário" realizado pelo Executivo em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), indicou

o representante daquele organismo das Nações Unidas no país, Hans Lunshop.

Hans Lunshop referiu à Angola que a maioria desses angolanos estava refugiada na Zâmbia, República Democrática do Congo (RDC), Namíbia e África do Sul, onde as operações de repatriamento tiveram lugar, após o alcance da paz, em 2002. O maior número de antigos refugiados, aproximadamente 70 mil, veio da RDC, enquanto na Zâmbia aderiu ao processo 20 mil pessoas.

Hans Lunshop revelou ainda que em 2011/12 pouco mais de 23 mil pessoas beneficiaram de outra operação de repatriamento, entretanto suspensa com a aplicação da Cláusula de cessação" do ACNUR, depois dos países de acolhimento terem sido informados de que a situação em Angola tinha melhorado e que era desnecessário manter o estatuto de refugiados para os angolanos.

Face ao apelo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para que os angolanos regressem ao país, Hans Lunshop garantiu que há um trabalho com o Executivo para permitir o regresso daqueles que ainda residem na Zâmbia e RDC, desde que manifestem a intenção de regressar ao país. No caso da RDC, disse aguardarem repatriamento 24 mil cidadãos. Os regressados, na sua maioria, vão para as áreas de origem. Aqueles que regressam da Zâmbia, por exemplo, optam por ficar na província do Moxico, enquanto os provenientes da RDC ficam nas províncias do Zaire e Uíge.

O representante do ACNUR considera que o programa de repatriamento dos refugiados é imprescindível para o trabalho da sua organização, uma vez que o Executivo reiterou o direito de todos os cidadãos de regressarem à Pátria. Reuniões com a RDC, Zâmbia, África do Sul e Namíbia já foram realizadas para discussão da retomada do repatriamento voluntário e integração. O representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Angola informou que o Governo da Zâmbia, no âmbito de integração local, comprometeu-se a "emitir dez mil licenças de imigração" para ex-refugiados angolanos naquele país.

O responsável das Nações Unidas felicitou a decisão das autoridades zambianas, porque permite aos angolanos continuarem a residir naquele país sem o estatuto de "refugiado temporário", ou seja,

O representante do HCR informou que cerca de dois terços dos angolanos que tinham o estatuto de refugiado em vários países vizinhos optaram em permanecer. Neste momento, trabalha-se na obtenção

da documentação pessoal exigida para a autorização de residência temporária.

O Executivo assumiu a responsabilidade de emitir gratuitamente a documentação, tendo enviado equipas para a catalogação dos cidadãos na África do Sul, Zâmbia e Namíbia, enquanto para os radicados na RDC é necessária uma nova reunião técnica tripartida, Angola, ACUNR e República Democrática.

10.3 Situação migratória actual é preocupante

Jornal de Angola

23 De Junho de 2014

Texto: André Guto

A situação migratória actual no país é preocupante, revelou sexta-feira, em Cabinda, o director nacional dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME), José Paulino da Cunha.

O responsável, que falava na cerimónia de inauguração do novo edifício da direcção provincial de Cabinda do Serviço de Migração e Estrangeiros, disse que a situação migratória é, em alguns casos, considerada preocupante pelo facto de muitos cidadãos estrangeiros não usarem os postos fronteiriços para entrarem no país.

Serviço de Migração

José Paulino Cunha da Silva considerou que para se combater o fenómeno da imigração ilegal, o SME trabalha no sentido de potenciar as fronteiras de meios de última geração para garantir maior controlo nos postos fronteiriços do país.

"A situação migratória em Angola é preocupante, em função do movimento de cidadãos estrangeiros que entram no território nacional de forma ilegal, o que exige da nossa parte um trabalho sério no controlo dos mesmos. A fronteira de Angola é bastante extensa que de certo modo pode ser violada pelos indivíduos que necessitem atingir o nosso país de forma ilegal", disse.

O director nacional dos SME disse que instituição está a desenvolver um trabalho para reduzir focos de imigração ilegal e manter o maior controlo no movimento de entrada e saída de cidadãos estrangeiros.

José Paulino da Cunha apontou que as províncias de Cabinda, Moxico, Lunda Norte e Sul, sendo como os pontos do país mais veneráveis para a entrada de cidadãos estrangeiros.

Novas instalações

A direcção provincial de Cabinda do Serviço de Migração e Estrangeiro em Cabinda tem um novo edifício construído de raiz. O edifício, localizado no bairro Buco-Ngoio, possui 36 divisões de serviços. As obras duraram 18 meses. Para o director nacional do SME, as novas instalações vão ser potenciadas com meios técnicos e tecnológicos para fazer face aos desafios de combate a imigração ilegal.

José Paulino da Cunha apelou aos efectivos no sentido de conservarem o edifício e se empenharem cada vez mais no trabalho que lhes é confiado, com vista à corresponder às expectativas dos cidadãos.

Na ocasião, o vice-governador para área técnica, Otiniel Niemba da Silva, felicitou os SME pelas "excelentes condições" que o edifício oferece e pediu maior empenho no atendimento dos cidadãos.

10.4 Autoridades tradicionais envolvidas na ilegalidade

Jornal de Angola

24 De Junho de 2014

Texto: Joaquim Júnior

Ministério do Interior está preocupado com a participação de algumas autoridades tradicionais na entrada ilegal de estrangeiros no Uíge pela fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), disse o seu delegado em exercício naquela província.

Neve Troco, que manifestou a preocupação ao discursar no acto comemorativo do 35º aniversário da criação do Ministério do Interior, lamentou que as relações de vizinhança entre os povos dos dois países sejam aproveitadas por alguns para facilitar a entrada de imigrantes ilegais em Angola. "Qualquer Estado tem normas e o nosso país está aberto a todos os que pretendem entrar de forma legal", referiu.

O delegado do Ministério do Interior em exercício acusou "algumas autoridades tradicionais" de emitirem falsas declarações para permitir que os imigrantes ilegais obtenham a cidadania angolana".

Neves Troco, que recordou que são desenvolvidos esforços para a fronteira com a República Democrática do Congo ser inviolável, pediu maior colaboração da população na denúncia de casos de imigração ilegal.

Desde Junho do ano passado, disse, foram repatriadas 2.046 pessoas de várias nacionalidades.

Neves Troco declarou que o combate à criminalidade e à imigração ilegal vai continuar a ser prioridade dos órgãos do Ministério do Interior na província. O vice-governador para o sector Económico e Produtivo, Carlos Samba, que presidiu à cerimónia, apelou ao empenho, dedicação e vigilância dos órgãos do Ministério do Interior e da população no combate à imigração clandestina.

Situação preocupante

O director nacional do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), José Paulino da Cunha, considera que a situação migratória actual no país é preocupante. José Paulino Cunha da Silva considerou que para se combater o fenómeno da imigração ilegal, o SME trabalha no sentido de potenciar as fronteiras de meios de última geração para garantir maior controlo nos postos fronteiriços do país.

"A situação migratória em Angola é preocupante, em função do movimento de cidadãos estrangeiros que entram no território nacional de forma ilegal, o que exige da nossa parte um trabalho sério no controlo dos mesmos. A fronteira de Angola é bastante extensa e de certo modo pode ser violada pelos indivíduos que necessitem atingir o nosso país de forma ilegal", disse, na cerimónia de inauguração do novo edifício da direcção provincial de Cabinda do Serviço de Migração e Estrangeiros. A situação migratória é, em alguns casos, considerada preocupante pelo facto de muitos cidadãos estrangeiros não usarem os postos fronteiriços para entrarem no país.

O Serviço de Migração e Estrangeiros está a desenvolver um trabalho para reduzir focos de imigração ilegal e manter o maior controlo no movimento de entrada e saída de cidadãos estrangeiros.

José Paulino da Cunha apontou que as províncias de Cabinda, Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul, como sendo os pontos do país mais vulneráveis à entrada de cidadãos estrangeiros.

O secretário de Estado José Bamoquina Zau disse numa recente visita ao Uíge que aquela província está entre as prioritárias do Ministério do Interior no combate à imigração ilegal.

Violação abortada

A Polícia de Guarda Fronteira na província do Zaire abortou, nos últimos sete dias, oito tentativas de transposição ilegal da fronteira com a região do Baixo Congo, RDC, o que representa um aumento de cinco ocorrências em comparação ao período homólogo. Como resultado das acções foram detidos 13 imigrantes ilegais nos municípios de Mbanza Congo,

Soyo e Nóqui. Após interrogatório, os detidos foram encaminhados para a direcção provincial do SME para o devido tratamento.

"A situação ao longo da fronteira caracterizou-se por ser calma, apesar de terem sido registados oito casos de violação dos limites fronteiriços", lê-se ainda no documento.

10.5 Angolanos na diáspora continua a regressar a casa

Jornal O PAÍS

27 De Junho de 2014

Actualmente existe em Angola uma estimativa de 23 mil e 783 refugiados vindos principalmente de países africanos, como República Democrática do Congo, Ruanda e Serra Leoa, incluindo também o Sudão, Chade, Mauritânia e Somália.

Ainda de acordo com o ACNUR, o número de requerentes de asilo ronda os 20 mil e 39, vindos de 29 países, sendo os maiores grupos da República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Serra Leoa e a Somália. Estes números perfazem um total de 43 mil e 822 refugiados em Angola.

Alguns refugiados angolanos que se encontram na República do Congo, Namíbia e Zâmbia estão para voltar a Angola. A agência da ONU para os refugiados estima que um montante de USD 1,7 milhões foram disponibilizados para as operações em Angola, a fim de financiar o transporte dos repatriados a partir dos centros de acolhimento, a serem estabelecidos junto das fronteiras, para os seus destinos de origem em Angola.

O governo angolano e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), têm como objectivo comum encerrar este capítulo de repatriamento de refugiados.

Enquanto o actual financiamento cobre o custo do transporte de cerca de 14 mil refugiados aos seus locais de origem, mais financiamentos serão necessários caso aumente o número de pessoas com desejo de retornar ao país.

A maioria dos países de acolhimento oferece integração local a pelo menos uma parte dos antigos refugiados angolanos. O governo da Zâmbia se comprometeu a emitir para 10 mil ex-refugiados angolanos licenças de imigração.

Cerca de dois terços dos angolanos que permanecem na República Democrática do Congo optou pela integração local, mas aguarda pela documentação

pessoal exigida para aproveitar a oferta de urna autorização de residência temporária. A condição comum para a integração local no país de acolhimento é a posse de documentos de identidade angolanos válidos, incluindo um passaporte.

O Executivo de Angola assumiu a responsabilidade de emitir gratuitamente a documentação pessoal exigida para os angolanos, quer optando pelo repatriamento, quer pela integração local. Para o efeito, o Ministério da Justiça do Governo angolano enviou equipas para a inscrição na África do Sul, Zâmbia e Namíbia.

Em finais de 2011, os angolanos que se encontravam no Congo, Zâmbia e noutros países deixaram de ser considerados refugiados.

A efeméride

O Dia Mundial do Refugiado é comemorado a 20 de Junho. A efeméride foi instituída em 2000 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em solidariedade ao continente africano, que abriga o maior número de refugiados e que, tradicionalmente já celebrava o Dia Africano do Refugiado nessa data.

A efeméride foi igualmente adoptada, com o objectivo de consciencializar a sociedade sobre a problemática dos homens e mulheres deslocados por motivos religiosos, de nacionalidade, raça, grupo social e opinião política.

Em vésperas das comemorações da data, o Jornal O País, efectuou uma entrevista com o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Angola, Hans Lunshof, que nos falou da situação do refugiado em Angola.

Ele disse que em Angola, os refugiados e requerentes de asilo vivem em bairros com a população local. Não existe um lar ou centro de acolhimento onde possam viver os refugiados, por esta razão, os refugiados vivem no seio da população.

"Os refugiados reconhecidos têm direito de trabalhar, ir à escola, de utilizar os serviços disponíveis e de exercer actividades económicas para obter algum rendimento e organizar a própria vida para não depender de algum subsídio vindo da comunidade internacional", salientou.

Segundo o representante do ACNUR, a sua instituição tem como prioridade, no seu mandato, dar um tratamento especial ao refugiado, que é toda a pessoa que por motivos de guerra, perseguição ou violação grave dos direitos humanos, é obrigada a transpor uma fronteira internacional em busca de melhores condições de vida.

O mandato inclui também dar atenção especial ao requerente de asilo, que é considerado um refugiado no sentido amplo, ou seja, toda a pessoa que ainda não recebeu o estatuto jurídico no país acolhedor.

"O ACNUR depende dos países para dar protecção ao refugiado, por esta razão, está presente em vários países para controlar a situação dos refugiados e requerentes de asilo.

Quando as pessoas que fogem dum conflito chegam no país de asilo, nós procuramos estar sempre por perto para acompanhá -las", acrescentou o responsável.

Para comemorar o Dia Mundial do Refugiado em Angola, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em parceria com o Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS), com o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) e outros parceiros operacionais, realizaram vários eventos em Universidades que tiveram como objectivo principal, sensibilizar os docentes, discentes e público em geral; sobre o direito e a problemática do refugiado.

Este ano, o ACNUR decidiu trabalhar também com as Igrejas, no sentido de apelar e sensibilizar os crentes e a sociedade em geral, a terem um sentimento humanitário pelos refugiados, isto devido ao impacto de credibilidade que a mensagem passada pela Igreja contém na sociedade.

Hans Lunshof reconhece que, em Angola, o refugiado vive uma situação tranquila e pacífica, com direito de ser protegido e ter um estatuto jurídico, e, por vezes, passa pelas mesmas dificuldades pelas quais passam os angolanos.

A República de Angola é signatária da Convenção das Nações Unidas relativa ao estatuto dos refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra de 1951. Em consequência disto, Angola é considerado um país com capacidade para acolher refugiados e requerentes de asilo.

Felizmente, com o fim da guerra civil, já não existem em Angola, deslocados ou refugiados internos. Até 2010, existiam em Angola 15 mil refugiados de diversas nacionalidades entre os quais, 11 mil e novecentos da República Democrática do Congo. A maioria residia no país há mais de 30 anos, segundo dados do Comité de Reconhecimento do Direito de Asilo.

(COREDA).

Operações do ACNUR em Angola O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

(ACNUR) trabalha com o Departamento de Refugiados do Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS), Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), Comité de Determinação do Estatuto do Refugiado (COREDA), Organização Interriacional para as Migrações (IOM), Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS), Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento (VIS) e Voluntários das Nações Unidas (UNV).

O quadro de programas operacionais do ACNUR, inclui o fortalecimento da lei e da política de protecção e soluções duradouras para os refugiados e requerentes de asilo, facilitar o repatriamento voluntário dos antigos refugiados angolanos provenientes dos países vizinhos, fornecer assistência jurídica gratuita aos refugiados e requerentes de asilo e assistir os refugiados vulneráveis, incluindo a garantia de acesso aos serviços de saúde pública.

10.6 Estrangeiros são expulsos

Jornal de Angola
29 De Junho de 2014

A direcção do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na Lunda Sul expulsou, no segundo trimestre deste ano, 184 congolezes, que viviam ilegalmente na província, anunciou o chefe de informação e análise do SME, Paulo Sacufa.

Entre os ilegais havia dez mulheres e igual número de crianças. A detenção dos estrangeiros resultou de micro-operações realizadas pela corpo ração no município de Dala, nos postos policiais de Cacolo, Chiluanje, Cassai Sul e nas áreas de exploração artesanal de diamantes.

A Polícia Nacional na Lunda Sul convidou 35 estrangeiros a abandonar o país, por se encontrarem a viver em território nacional de forma irregular. Destes, três são mauritanos, uma chadiana, quatro zambianas, duas malianas, 14 congo leses, três marfinenses e oito somalis.

O SME na Lunda Sul ordenou a aplicação e cobrança de 15 multas a indivíduos de nacionalidade vietnamita, com as quais arrecadou para a Conta Única de Tesouro 1.5 milhões de kwanzas.

As províncias limítrofes com a República Democrática do Congo tem sido as principais portas de entrada de estrangeiros em situação migratória ilegal.

